



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**Cáritas de Setúbal:
Contributos para a cidadania**

Fernando Manuel Cristóvão Rodrigues

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
Instituto Superior do Trabalho e do Emprego – Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2018

*Exorto-vos
a uma solidariedade desinteressada
e a um regresso da economia e das finanças
a uma ética propícia ao ser humano.*

Papa Francisco (2013)
Exortação Apostólica «Evangelii Gaudium»
Lisboa, Paulinas Editora, n.º 58, p.46.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que, de uma forma direta ou até sem se aperceberem, foram importantes para a realização deste trabalho.

Ao Professor Rogério Roque Amaro, meu orientador, pelo tempo que me dedicou e pelas suas sugestões e comentários. Tenho a agradecer-lhe, também, o conhecimento que nos transmitiu e o seu testemunho pessoal de entrega e dedicação às causas da pobreza, da exclusão social, do desenvolvimento e promoção humana.

Aos membros da Direção da Cáritas Diocesana de Setúbal, em particular ao seu Presidente, Domingos de Sousa, pela sua abertura e disponibilidade, e aos Diretores dos Equipamentos e Técnicos que participaram nas entrevistas, pelo seu testemunho pessoal. Um agradecimento especial à Clara Vilhena, Diretora na Cáritas e meu elemento de ligação à instituição, pelo seu tempo, pelas suas sugestões e pela sua amizade. A Cáritas, pelo seu papel na ação social da Igreja, foi uma grande inspiração para este meu trabalho.

Ao Padre Constantino, um especial agradecimento pelo seu testemunho e pela visita que me proporcionou à instituição que dirige. Agradeço-lhe, em solidariedade cristã, pelo trabalho que realiza na paróquia da Nossa Senhora da Conceição e pelo seu exemplo como padre numa Igreja que vai ao encontro das periferias, em serviço e auxílio aos mais carenciados.

À Ana Vizinho, técnica do Núcleo Distrital de Setúbal da EAPN, pela sua disponibilidade e interesse que demonstrou por este estudo e pelo importante trabalho que a instituição realiza neste território.

Aos meus amigos e familiares, que fizeram ou fazem parte do meu caminho, que me estimularam e ajudaram a decidir em algumas encruzilhadas qual o rumo a seguir, os meus pais, os meus filhos, os meus irmãos, o tio Fernando, o chefe Joaquim e tantas amizades que ainda hoje perduram.

Em particular e por fim, um agradecimento muito especial à minha esposa, a Paula, que comigo percorreu a parte mais significativa deste meu caminho, ajudando a iluminá-lo e a defini-lo, por vezes a aplaná-lo, pelo seu testemunho como ser humano, pela sua coerência e resiliência, e, neste âmbito, pelo seu apoio e estímulo para a frequência deste mestrado e para a realização desta dissertação.

RESUMO

Esta dissertação, sob o tema “Cáritas de Setúbal – Contributos para a cidadania”, é um estudo de caso de uma das instituições de referência na luta contra a pobreza e a exclusão social, com o objetivo de analisar o seu papel e as suas metodologias de intervenção e identificar os seus contributos para a promoção da cidadania dos seus utentes.

Através da análise da Cáritas à luz dos princípios definidores da Economia Social e da Economia Solidária, a instituição foi enquadrada segundo estes conceitos para apreender as limitações e também as potencialidades que aqui se colocam, verificando se se pode considerar a instituição num ou noutro âmbito. Procedemos à análise dos métodos de intervenção da Cáritas, no âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social, verificando se os mesmos são promotores da emancipação e da cidadania dos seus utentes.

Sendo a Cáritas uma instituição de referência na ação social da Igreja, estudou-se a sua missão e ação à luz dos princípios estruturantes da Doutrina Social da Igreja, analisando se estes estão refletidos na ação de «cuidar do outro», entendida como expressão da caridade cristã.

Verificou-se que a Cáritas Diocesana de Setúbal é, no essencial, uma instituição da Economia Social, que atua à luz dos princípios da Doutrina Social da Igreja, destacando-se a sua preocupação clara pelo cuidado ao outro. Embora sejam significativos os seus contributos para a promoção da cidadania dos seus utentes, ainda existe caminho a fazer para aumentar o empowerment daqueles de quem cuida.

Palavras-chave

Economia Social

Economia Solidária

Pobreza

Exclusão Social

Empowerment

Cidadania

Doutrina Social da Igreja

Caridade Cristã

JEL Classification System: D69; I39; L31.

ABSTRACT

This dissertation, with the theme “Cáritas de Setúbal – Contributions to citizenship”, is the study about an important institution fighting poverty and social exclusion, whose aim is analysing its role and intervention methodologies and identifying the contribution and promotion of its users citizenship.

Through the analysis of Cáritas in light of the defining principles of social and solidarity economy, the institution was placed according to these standards to establish its limitations and potential, verifying if this organization better fits one or the other. Proceeding to the analyses of Cáritas intervention methods, relating to the fight against poverty and social exclusion, it will be verified if they are promoters of the emancipation and citizenship of the citizens they protect.

Being an institution devoted to the church's social activities, this study specifies its mission and action according to the structural principles of the church's social doctrine. Analysing if this action is reflected on the “care for others” concept, based on the Christian charity.

This study verifies that Setúbal's Cáritas Diocesana is, essentially, a social economical institution, which acts upon the Christian church's doctrine, and cares for helping others. Even though its contributions to citizenship is quite remarkable, there is still a long way to go to increase the empowerment of all the people this organization provides care for.

Key Words

Social Economy

Solidarity Economy

Poverty

Social Exclusion

Empowerment

Citizenship

Church's Social Doctrine

Christian Charity

JEL Classification System: D69; I39; L31.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
ÍNDICE.....	IX
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	XI
INTRODUÇÃO	1
1. TEMA E QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO	1
1.1. Pertinência, interesse e motivações.....	1
1.2. Objetivos e questão de investigação.....	5
2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO	6
3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	7
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	9
1. QUADRO CONCEPTUAL	9
2. ECONOMIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA	13
2.1. Economia Social	14
2.2. Economia Solidária.....	17
2.3. Traços comuns e diferenças	20
3. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	23
3.1. Breve enquadramento histórico.....	23
3.2. Sobre os conceitos de pobreza e exclusão social	25
3.3. O combate à pobreza e à exclusão social em Portugal	31
4. EMPOWERMENT E CIDADANIA	35
4.1. Reflexões em torno do conceito de empowerment	36
4.2. Cidadania e participação inclusiva	43
5. DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA.....	45
5.1. O contexto em que surge a moderna Doutrina Social da Igreja	46
5.2. Os princípios da Doutrina Social da Igreja	49
5.3. A dimensão do “cuidar do outro” na DSI	57
CAPÍTULO II – ESTUDO DE CASO “A CÁRITAS DE SETÚBAL”	61
1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	61
1.1. Da Cáritas Internationalis à Cáritas Diocesana.....	61
2. METODOLOGIA	63
2.1. Tipo de estudo	63
2.2. Métodos de recolha e análise de dados.....	64
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	75
3.1. A Cáritas como organização de Economia Social e de Economia Solidária	75
3.2. A Cáritas na luta contra a pobreza e exclusão social	85
3.3. Empowerment e cidadania, o papel da Cáritas.....	90

3.4. A Doutrina Social da Igreja na missão e na prática da Cáritas.....	94
CONCLUSÃO.....	103
FONTES.....	109
BIBLIOGRAFIA.....	109
ANEXOS.....	115
ANEXO I - EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DA CÁRITAS DE SETÚBAL	115
ANEXO II – RELATÓRIO DA ENTREVISTA EXPLORATÓRIA	125
ANEXO III - GRELHA ANALÍTICA.....	127
ANEXO IV – GUIÃO DAS ENTREVISTAS.....	131
ANEXO V – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS.....	135
ANEXO VI – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	145

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AML - Área Metropolitana de Lisboa

CEE - Comunidade Económica Europeia

CEP - Conferência Episcopal Portuguesa

CLAS - Conselhos Locais de Ação Social

CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CSF - Comissões Sociais de Freguesia

CSI - Complemento Solidário para Idosos

DSI - Doutrina Social da Igreja

FEAC - Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas

FSE - Fundo Social Europeu

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS - Instituto da Segurança Social

NPISA - Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PDR - Plano de Desenvolvimento Rural

PELCP - Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza

PES - Programa de Emergência Social

PNLCP - Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza

POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PROGRIDE - Programa para a Inclusão e Desenvolvimento

RLVT - Região de Lisboa e Vale do Tejo

RMG - Rendimento Mínimo Garantido

RSI - Rendimento Social de Inserção

INTRODUÇÃO

1. TEMA E QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO

Tema: Cáritas de Setúbal – Contributos para a cidadania

Quando escolhemos como tema “Cáritas de Setúbal – Contributos para a cidadania” entendemos que este aborda, por um lado, a intervenção de uma instituição que se tem destacado em Portugal pela sua ação junto das populações socialmente mais desfavorecidas e, adicionalmente, um conjunto de questões em torno dos contributos desta instituição para a cidadania das pessoas e comunidades junto das quais intervém.

1.1. Pertinência, interesse e motivações

Pertinência científica

O período de crise económica que tem afetado o mundo e, de forma particular, Portugal, nos últimos anos, com efeitos ao nível do emprego, da pobreza e das situações de exclusão, evidencia as lacunas do modelo económico neoliberal dominante. Há, por isso, interesse científico em refletir, discutir e procurar novos caminhos para a economia, procurar novos modelos que resistam à tendência globalizante que esquece e exclui o local e redefinir conceitos que integrem os diferentes atores económicos e sociais. Assim, é importante a reflexão e a discussão científica sobre novas formas de relações económicas em alternativa à suposta inevitabilidade do modelo neoliberal.

Propomo-nos, pois, com esta investigação, produzir reflexividade sociológica e económica em torno das questões da pobreza, da exclusão social e das estratégias de empowerment promotoras de cidadania. Procuraremos tornar visível “a invisibilidade” a que os modelos instituídos ou convencionados votam muitas das respostas alternativas aos modelos económicos dominantes e proporcionar uma análise crítica sobre estas intervenções, com base nas teorias da economia social e da economia solidária.

Queremos perceber e refletir sobre o papel que as organizações no seio da economia social e da economia solidária assumem, muitas vezes condicionadas pelas situações de emergência social e limitadas também na sua ação pelas regras do mercado e pelo próprio Estado. Este, que no processo de desinvestimento nas suas obrigações sociais e com a argumentação de que as instituições na economia social estão mais vocacionadas para este tipo de intervenção, as vê como uma economia dos pobres para os pobres e as limita através de legislação ou regras tutelares. Estas organizações têm dificuldade em assumir e ser a afirmação de um modelo social e económico para uma sociedade efetivamente mais justa e integradora do indivíduo e conciliada com o ambiente.

A consciencialização da questão da pobreza como injustiça social, para a qual contribuíram os estudos que, sobretudo a partir da década de 80, foram sendo feitos em Portugal¹, trouxe preocupações de uma maior equidade e de integração de grupos marginalizados pelo estilo de vida que é proporcionado por uma sociedade de consumo.

Queremos, ainda, analisar como é que os princípios que são maioritariamente reconhecidos como estruturantes da Doutrina Social da Igreja estão refletidos na missão de uma das instituições de maior referência neste âmbito.

Interesse social e político

Neste mundo globalizado, as questões da pobreza e da exclusão social colocam-se cada vez mais, não só porque uma parte significativa da população mundial vive na pobreza, mas, também, porque as sociedades ocidentais mais desenvolvidas se confrontam com um número crescente de pessoas que não conseguem aceder ao modo de vida e ao rendimento mínimo que lhes permita uma vivência digna, nomeadamente, no acesso à educação, à saúde e ao conhecimento, nos termos socialmente padronizados. Nos últimos anos a vulnerabilidade humana tem-se vindo a agravar fruto das crises financeiras, dos problemas ambientais e dos conflitos violentos².

A descida dos níveis de pobreza não tem acompanhado o desenvolvimento nem da tecnologia, nem do conhecimento, nem dos rendimentos dos vários países. O Papa Francisco adverte para o perigo do paradigma tecnocrático e da finança dominarem a economia e a política, agravado por um modelo económico assente no lucro, com consequências negativas para o ser humano³. Apesar dos objetivos para o milénio preconizados pelas Nações Unidas no horizonte de 2015 terem conhecido algum êxito⁴, não se erradicou a fome e a pobreza no mundo, nem mesmo nos países mais desenvolvidos, levantando-se, hoje, novas problemáticas associadas ao desenvolvimento sustentável, ao bem-estar e ao acesso a bens essenciais, incluindo nestes a educação e a saúde enquanto direitos humanos.

A crise que vivemos não é apenas uma crise económica, é também uma crise social e política, ou seja, uma crise do próprio modelo de sociedade que construímos e que urge repensar e reinventar. As opções políticas na área social não podem descurar nem ignorar a relevância das instituições que emergem da sociedade e atuam junto das populações marginalizadas ou empobrecidas. É necessário conhecer a ação destas instituições e perceber onde e como potenciar a sua intervenção e como articular com o Estado, a nível central ou através das autarquias, respostas que conduzam à melhoria das condições de vida e do exercício da cidadania numa perspetiva integradora e emancipatória.

¹ Costa, A. Bruto da, Isabel Baptista, Pedro Perista e Paula Carrilho (2008), *Um Olhar Sobre a Pobreza – Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Gradiva, p.11.

² Malik, Khalid *et al* (2015) (org.), *Relatório do Desenvolvimento Humano – 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*, New York, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, p.2.

³ Francisco (2015), *Carta Encíclica «Laudato si»*, Lisboa, Paulinas Editora, 109, p.76.

⁴ United Nations (2015), *The Millennium Development Goals Report – 2015*, New York, United Nations.

A Igreja em Portugal, pese embora as críticas que muitas vezes lhe são feitas, tem estado, desde sempre, envolvida na assistência aos mais pobres e nas respostas sociais para os socialmente excluídos. A intervenção social da Igreja em Portugal está indubitavelmente ligada ao apoio aos mais vulneráveis desde o início da nacionalidade, tal como o provam os estudos relativos à assistência e às misericórdias realizados, nomeadamente, por Laurinda Abreu⁵, Isabel dos Guimarães Sá⁶, e Maria Marta Lobo de Araújo⁷.

Embora a crítica que muitas vezes se coloca de que esta intervenção segue, sobretudo, um modelo assistencialista, existem ao nível da Igreja experiências diferentes, mais conformes com a promoção do indivíduo e com a preocupação de promover a sua reintegração na sociedade. Tendo em atenção que a presença de instituições/grupos de intervenção cristã na área social é uma realidade efetiva no nosso país, consideramos que é de interesse para a sociedade conhecer, pelo menos, parte desta ação.

A Cáritas Portuguesa⁸, fundada na década de quarenta, foi criada num contexto de crise económica e de graves dificuldades que, na Europa, conduziram à criação de vários programas de erradicação da pobreza nos quais esta instituição se empenhou desde o seu início. Tendo pesquisado trabalhos específicos sobre a Cáritas Portuguesa, na perspetiva do trabalho que propomos, constatamos que pouco se tem dito sobre a sua criação e sobre as suas práticas de intervenção. Pensamos, por isso, que é importante, olhar os fundamentos da ação social da Igreja e, tendo presente este enquadramento, contribuir para o conhecimento sobre esta instituição e sobre a sua intervenção junto das comunidades/populações mais carenciadas, no sentido de melhor ser entendida a sua ação e de perceber que caminhos estão a ser percorridos para a promoção da cidadania e da autonomia daqueles que são abrangidos pelos seus programas.

Através deste estudo, junto de uma instituição que tem tido um papel importante nesta área, queremos também dar um contributo e motivar a discussão sobre novas formas de atuação do Estado (central e/ou autarquias) nestas matérias, nomeadamente, sobre o seu papel como parceiros na governação dos projetos, numa ótica emancipatória das pessoas e das instituições da economia social e da economia solidária.

⁵ Abreu, Laurinda (2014), *O Poder e os Pobres – As Dinâmicas Políticas e Sociais da pobreza e da Assistência em Portugal (Séculos XVI – XVIII)*, Lisboa, Gradiva.

⁶ Sá, Isabel dos Guimarães (2001), *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte.

⁷ Araújo, Maria Marta Lobo de, Fátima Moura Ferreira, Alexandra Esteves (orgs.) (2010), *Pobreza e Assistência no Espaço Ibérico (Séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM.

⁸ Cáritas Portuguesa, “Cáritas Portuguesa”, (online).

Disponível em: <http://www.caritas.pt>, (consulta em 09.02.2017).

Apetência ou interesse pessoal

A minha formação como ser humano e, conseqüentemente, o meu percurso pessoal, é de um cristão católico que procura estar empenhado nas ações da Igreja junto da sua comunidade mais próxima, mas também, que procura estar atento e sensível aos problemas da sociedade e do mundo em geral.

No meu processo de crescimento e formação, há um período bastante significativo que me marcou profundamente e que formou claramente o meu carácter e o meu compromisso pessoal perante a vida e com o qual ainda hoje me sinto confrontado e desafiado constantemente. Refiro-me ao facto de ser escuteiro, desde criança, e à mensagem que está subjacente à mística escutista, a qual deixou em mim uma marca indelével. De toda a sua riqueza, o apelo do serviço aos outros e a comunhão com a natureza, destaco uma frase inscrita na mensagem final de Baden Powell aos seus escuteiros: “Procurai deixar o mundo um pouco melhor do que o encontrastes”.

Na minha vida pessoal e, em particular, na forma como tenho assumido a minha cidadania, tenho estado envolvido no movimento associativo religioso e civil e também na vida política ativa, tendo participado em vários projetos de intervenção social e, também, em projetos políticos, onde tenho tido a oportunidade de assumir vários papéis como autarca. Deste percurso na política local, por tudo o que vivenciei e aprendi, destaco a experiência como vereador numa autarquia, onde pude intervir na área social.

Estas minhas vivências tão diversas confrontaram-me com a realidade por vezes tão dura e chocante da nossa sociedade e levaram-me à perceção de diferentes modelos de intervenção junto da população e do papel que caberá aos políticos na sua definição e na articulação entre os diferentes atores - entidades privadas, públicas, IPSS, autarquias e Estado.

Neste confronto com a realidade, como voluntário e como político, senti necessidade de rever alguns dos meus referenciais, no sentido de os questionar, clarificar ideias e causas para poder dar um contributo mais válido para “deixar o mundo um pouco melhor”, pelo menos no círculo mais próximo que tenho a possibilidade de influenciar. A minha frequência deste mestrado surge por esta necessidade de conhecimento e de confronto, de perceção e de aprendizagem de uma visão diferente da economia e da sociedade.

Parte significativa da minha intervenção social tem sido realizada na Igreja. Tenho, por isso, interesse pessoal e curiosidade intelectual pela evolução e características atuais das práticas baseadas na doutrina da Igreja, de forma particular, para compreender se, atualmente, estas práticas são promotoras do desenvolvimento humano e da cidadania das pessoas e dos grupos socialmente mais vulneráveis. A minha experiência pessoal de voluntariado e o facto de ser natural da cidade de Setúbal, têm-me feito contactar de forma direta ou indireta com o trabalho da Cáritas. A ação desta instituição enquadra-se naquilo que se designa Ação Social da Igreja, dentro dos princípios da sua Doutrina Social.

O conceito de caridade na fé cristã, que implica o amor ao próximo, que surge de um “nexo indivisível entre o amor a Deus e o amor ao próximo”⁹, deve ser exercido individualmente e constitui também um

⁹ Bento XVI (2005), *Carta Encíclica «Deus Caritas Est»*, Lisboa, Paulinas Editora, 16, p.31.

dever da Igreja como comunidade. Este é um dos temas centrais da primeira encíclica do Papa Bento XVI, que põe o serviço da caridade ao mesmo nível do serviço dos Sacramentos ou do anúncio do Evangelho¹⁰, que pode e deve ser exercido numa perspetiva libertadora e que promove a dignidade do ser humano. Como diz Eugénio Fonseca, presidente da Cáritas Portuguesa, “um mero assistencialismo, sem qualquer preocupação pelos aspetos estruturais, desfigura a caridade, falseando-a, porque tem, muitas vezes, mais de exibicionismo social do que de verdadeira doação pessoal e efetiva solidariedade”¹¹.

A escolha deste tema, com o seu foco na Cáritas, reflete um caminho pessoal, a necessidade de fazer novas descobertas, de confrontar e de clarificar ideias, mas também de conhecer novas realidades práticas e de poder deixar um contributo concreto para a Igreja e para a sociedade.

1.2. Objetivos e questão de investigação

A diversidade de respostas sociais, a multiplicidade de intervenções e de destinatários (pessoas/grupos), torna a Cáritas de Setúbal uma instituição diversificada, complexa e com grande número de pessoas envolvidas, entre funcionários, dirigentes, utentes e voluntários. Assim o nosso interesse centra-se nos seguintes objetivos, geral e específicos:

Geral: identificar os contributos da Cáritas para a promoção da cidadania dos seus utentes, no quadro dos princípios que a inspiram e de acordo com a sua missão de luta contra a pobreza e a exclusão social.

Específicos:

1. Clarificar os princípios definidores das organizações de Economia Social e de Economia Solidária e enquadrar a Cáritas neste âmbito;
2. Identificar e analisar os princípios que fundamentam a luta contra a pobreza e a exclusão social e enquadrar neste âmbito o caso da Cáritas;
3. Analisar a intervenção da Cáritas na ótica da promoção da cidadania;
4. Distinguir os princípios estruturantes do pensamento social cristão, inscritos na Doutrina Social da Igreja, e analisar a sua influência na missão e ação da Cáritas.

Destes objetivos surge uma questão a que pretendemos responder:

A ação e os métodos de intervenção da Cáritas são promotores de empowerment e de cidadania?

Sair da pobreza e da exclusão é uma forma de ser “mais cidadão”, de tomar nas suas mãos o destino, de ter acesso a outros níveis de participação, de exercer de forma efetiva a cidadania.

¹⁰ Idem, p.42.

¹¹ Fonseca, Eugénio (2011), *A Ação Caritativa da Igreja*, Lisboa, Paulinas Editora, p.65.

2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

Considerando o tema “Cáritas de Setúbal – Contributos para a cidadania” e face ao objetivo que pretendemos de “identificar os contributos da Cáritas para a promoção da cidadania dos seus utentes, no quadro dos princípios que a inspiram e de acordo com a sua missão de luta contra a pobreza e a exclusão social”, propomos uma abordagem à Cáritas, como instituição da Igreja Católica, cuja missão se inscreve na ação social da Igreja.

A ação social da Igreja está associada ao nascimento do próprio cristianismo. Desde as primeiras comunidades cristãs, até aos dias de hoje, têm sido múltiplas as formas de organização que procuram concretizar a ajuda aos mais desprotegidos. Na Igreja Católica, uma das instituições de maior referência e implantação internacional, é a Cáritas. “A Cáritas Internationalis é uma confederação de 162 organizações Cáritas que trabalham em mais de 200 países e territórios. É a segunda maior rede humanitária do mundo, profundamente enraizada na sociedade pois está presente na paróquia (local), na diocese, ao nível nacional, regional e mundial”¹².

Em Portugal, a primeira designação pela qual é conhecida é a União de Caridade Portuguesa, fundada na década de quarenta do século passado e com os primeiros estatutos aprovados canonicamente em 1956¹³. Assim, a Cáritas Portuguesa surge como “um serviço oficial da Conferência Episcopal Portuguesa, supervisionado pela Comissão Episcopal da Pastoral Social e Mobilidade Humana (CEPSMH). A rede Cáritas é constituída, em Portugal, por vinte Cáritas Diocesanas e inúmeros grupos locais que atuam em proximidade, nas paróquias e comunidades”¹⁴.

Criada em 1975, a Diocese de Setúbal abrange 9 dos 13 concelhos do distrito com o mesmo nome e três parcelas territoriais que integram a paróquia da Comporta (nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola), um território que, com exceção da paróquia da Comporta, equivale à Península de Setúbal, a qual está integrada na Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT).

Os anos que se seguiram à criação desta jovem diocese, sobretudo o final da década de 70 e a década de 80, foram anos difíceis para esta região, com a falência de grandes unidades industriais, como consequência de uma crise internacional e, conseqüentemente, nacional, e com efeitos sociais muito negativos nesta região. Situação agravada pelos efeitos da descolonização, a vinda dos retornados e os fluxos de refugiados e imigrantes provenientes das ex-colónias, fugindo da guerra ou das situações de grande carência em que alguns destes países caíram.

É neste contexto social e económico que a Cáritas Diocesana de Setúbal se desenvolve e cumpre a sua missão como serviço da Igreja para a promoção da sua ação social. Para além da animação pastoral e apoio que, neste âmbito, presta junto das paróquias, criou e gere um conjunto de equipamentos com diversas valências desde o apoio a toxicodependentes, a doentes com SIDA e às suas famílias, aos Sem-Abrigo, à infância, aos jovens, às grávidas e mães adolescentes, aos idosos e

¹² Cáritas Portuguesa, “Cáritas no Mundo” (online).

Disponível em <http://www.caritas.pt>, (consulta em 09.02.2017).

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

à comunidade em geral, na luta contra a pobreza e contra a exclusão social, na promoção da educação de adultos e na promoção e integração social das famílias. Trabalha em parceria com um conjunto vasto de entidades dos quais destacamos, o Tribunal de Menores, as CPCJ, o Instituto da Segurança Social, algumas instituições no âmbito da educação e as Autarquias na sua área geográfica.

Olhando para a realidade atual deste território, a população residente na Península de Setúbal, segundo os censos de 2011, é de 779.399 indivíduos, tendo sido onde se registou o maior crescimento demográfico, ao nível da RLVT, comparativamente a 2001, e onde se verifica um dos índices de juventude mais altos do país. É uma região de elevada densidade populacional, com uma percentagem de população estrangeira superior à média nacional (tendencialmente ligada a países africanos, ex-colónias). Relativamente ao nível de escolaridade da sua população, sendo inferior à média da Grande Lisboa, é superior à média nacional. Em 2016, os desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional, em % da população residente com 15 a 64 anos, em Setúbal¹⁵, era de 8,1%, valor superior ao verificado na Área Metropolitana de Lisboa (AML), com 7,1%, e ao valor nacional de 7,8%. Relativamente a beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção em % dos beneficiários ativos (por 100 contribuintes)¹⁶, o valor registado em Setúbal foi de 6,5%, superior ao valor verificado para a AML de 5,7%, muito próximo ao valor registado a nível nacional, com 6,6%.

É na Cáritas Diocesana de Setúbal e na sua ação, pretendendo saber quais os contributos desta para a cidadania das pessoas a quem apoia, que queremos centrar a investigação de acordo com os objetivos já identificados.

3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esta dissertação está estruturada em quatro partes. A primeira, a introdução, apresenta o tema que será abordado, refere as razões de pertinência e motivacionais que justificam a sua realização, refere os objetivos que se pretendem atingir, lança a questão de investigação a que se quer responder e delimita o que se pretende investigar.

Seguidamente, o primeiro capítulo, que constitui o enquadramento teórico e conceptual, abrange os conceitos e teorias que consideramos pertinentes para fundamentar a investigação que se pretende efetuar, nomeadamente: Economia Social e Economia Solidária; Pobreza e Exclusão Social; Empowerment e Cidadania; e Doutrina Social da Igreja.

No segundo capítulo, apresenta-se o estudo de caso relativo à Cáritas de Setúbal. Este capítulo inicia-se com a caracterização da instituição, dando-a a conhecer na sua particularidade local, como Cáritas Diocesana, e referindo a sua inserção em estruturas mais alargadas como a Cáritas Portuguesa e a Cáritas Internationalis. Seguidamente, é referida a metodologia aplicada, a tipologia de estudo e os métodos utilizados na recolha e análise de dados. Por fim, é apresentada a análise dos dados que

¹⁵ PORDATA (online)

Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios>, (consulta em 20.04.2018).

¹⁶ Idem.

foram recolhidos pela análise documental e pelas entrevistas, tendo por referência os objetivos específicos e geral que foram identificados na introdução.

Terminamos esta dissertação com a apresentação das conclusões, considerando, em primeiro lugar, o objetivo central deste estudo e a necessidade de responder à questão de investigação, e, seguidamente, apresentando as conclusões sobre os objetivos parcelares e específicos que considerámos também importantes neste trabalho.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

O quadro teórico e conceptual utilizado abrange os principais conceitos e teorias, necessários para fundamentar a investigação que iremos levar a cabo. Assim, considerámos relevante discutir os conceitos de economia social e economia solidária, pobreza e exclusão social, empowerment e cidadania e Doutrina Social da Igreja (DSI), como fundamentais para o nosso trabalho.

1. QUADRO CONCEPTUAL

Os principais conceitos que conduzirão a análise neste estudo são os conceitos de economia social e economia solidária, pobreza e exclusão social, empowerment e cidadania, e Doutrina Social da Igreja. Assim, definimos aqui estes conceitos de uma forma sucinta, optando por aqueles que consideramos serem os mais adequados para o nosso tema e objetivos. Nos subcapítulos seguintes faremos uma abordagem mais exaustiva sobre estes temas, mencionando diversos autores e as suas teorias.

Economia Social

Antes de referir o conceito de «economia social» é necessário mencionar a falta de consenso sobre o seu significado, quer em termos académicos, quer institucionais, e a diversidade de designações, nomeadamente, “Terceiro Sector”, “Sector Não Lucrativo”, “Empresas Sociais”, entre várias. Definindo sumariamente economia social, Defourny “remete àquelas atividades económicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia económica associada à utilidade social”¹⁷. Será esta a definição que assumiremos nesta investigação, à qual associamos os valores e as características distintivos desta outra economia, na herança dos valores fundacionais da Economia Social, no Sec. XIX, que nos são dados pela experiência da Cooperativa de Rochdale¹⁸:

- Primado do interesse comum e do interesse geral sobre o interesse particular ou privado;
- A não prossecução do lucro como fim (o que a distingue da Economia de Mercado);
- Primado das pessoas sobre o capital (na Economia de Mercado o poder estava do lado do capital);
- O princípio da gestão democrática (um homem um voto, por oposição à lógica do mercado em que o poder está associado à percentagem de participação no capital das empresas);
- Autonomia face ao Estado (na Economia Social as instituições são uma iniciativa da sociedade civil);
- Adesão voluntária (liberdade de participação).

¹⁷ Defourny, Jacques (2009), “Economia Social”, em Antonio David Cattani, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina, p.156.

¹⁸ Amaro, R. Roque (2015), *Apontamentos escritos UC Seminário I*, Mestrado Economia Social e Solidária, ISCTE-IUL, Lisboa.

Economia Solidária

A «economia solidária» é um conceito que surge e se desenvolve em três geografias distintas, correspondendo a três versões que apresentam traços comuns e algumas especificidades, a versão francófona, a versão da América Latina e a versão da Macaronésia, sendo que, face ao objeto em estudo, nos iremos deter na versão francófona, a versão referente à Europa Ocidental e ao Canadá (Quebeque – Montreal).

Neste sentido, o conceito que iremos considerar nesta versão e que será a nossa referência nesta investigação, é apresentado por Roque Amaro na Revista Economia Solidária, que, citando Bernard Ême e Jean Louis Laville, define o conceito de Economia Solidária na versão francófona, como sendo, “o conjunto das atividades económicas sujeitas à vontade de uma ação democrática em que as relações sociais de solidariedade têm o primado em relação ao interesse individual e ao lucro material; contribui assim para a democratização da economia, a partir de envolvimento de cidadania”¹⁹.

Importa ainda referir que os conceitos de economia social e economia solidária não são conceitos que se excluem, antes pelo contrário, apresentam traços comuns, mas também características próprias, questões que abordaremos no ponto seguinte. Também a tentativa de enquadrar a ação de uma instituição num dos conceitos não pode ser efetuada considerando-os como excludentes, mas tentando perceber a intencionalidade dessa ação e olhando aos projetos propostos por estes conceitos, nos domínios económico, social e político, a que faremos referência.

Pobreza

Relativamente ao fenómeno da pobreza, iremos optar pela definição de Bruto da Costa que refere «pobreza» “como uma situação de privação resultante da falta de recursos”²⁰. Esta definição delimita o conceito, dado que só considera como pobreza as situações em que a privação tem a ver com a falta de recursos, reconhecendo que existem outras situações de privação de natureza diversa, como o alcoolismo, a toxicodependência, as doenças psiquiátricas, etc., que, sendo problemas humanos e sociais que carecem de atenção, não são considerados pobreza só por si. De acordo com este autor, a pobreza é referida como um percurso, um processo gradual de transformação, em que a privação profunda e persistente vai progressivamente afetando o pobre na sua personalidade, nas rotinas, vai modificando os seus comportamentos, a sua teia de relações, alterando os seus valores, eliminando ambições, transformando revoltas em conformismos, “ocorre a perda de identidade social e, eventualmente, a perda de identidade pessoal”²¹. Um processo de transformação que, para além de afastar o pobre, progressivamente, de um conjunto de sistemas sociais básicos, lhe retira poder, económico, social, cultural, de influência, de pressão social, político, etc.. Como refere Bruto da Costa,

¹⁹ Amaro, R. Roque (2009), “A Economia Solidária da Macaronésia – Um Novo Conceito”, *Revista de Economia Solidária*, ACEESA, 1, p.16.

²⁰ Costa, A. Bruto (coord.) (2008), *op. cit.*, p.26.

²¹ Costa, A. Bruto (1998), “Exclusões Sociais”, *Cadernos Democráticos*, Coleção Fundação Mário Soares, Gradiva, p.28.

o pobre está impedido de exercer a sua cidadania. Nesta ótica, a pobreza é um problema de cidadania, um problema político, como uma questão central para um conceito moderno de democracia e refere a noção de indivisibilidade dos direitos humanos e como a própria natureza da pobreza, na perspetiva da privação múltipla, evoca este princípio²².

Exclusão Social

Neste âmbito, seguiremos a definição de Bruto da Costa que refere a «exclusão social» como um processo gradual de sucessivas ruturas com a sociedade, relativamente a um conjunto de sistemas sociais básicos em cinco domínios - o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas. Ao referir a exclusão social como um processo, introduz a noção de «graus de exclusão», ou seja, o indivíduo, a família, um grupo, pode ser considerado excluído relativamente a apenas alguns desses sistemas sociais básicos. Este autor apresenta uma tipologia, construída segundo um critério de causas imediatas, em que propõe os seguintes tipos de exclusão, que se podem sobrepor, ou em que um se pode verificar como consequência de outro²³:

- De tipo económico, onde enquadra a pobreza como situação de privação múltipla por falta de recursos;
- De tipo social, na quebra de laços sociais, por isolamento, falta de autossuficiência e autonomia pessoal;
- De tipo cultural, ligada às questões xenófobas, às minorias étnico-culturais ou ao preconceito;
- De origem patológica, associado a patologias mentais ou psicológicas;
- Por comportamentos autodestrutivos, como a toxicodependência, o alcoolismo e a prostituição.

Empowerment

Sobre «empowerment» a visão com a qual mais nos identificamos é apresentada por Rappaport²⁴, que define empowerment como o processo que aumenta a possibilidade de as pessoas controlarem as suas próprias vidas e a sua participação democrática no seio de uma comunidade. Um processo que concorre para uma consciência pessoal de capacidade e controlo, de influência social e de poder político e perceção de direitos legais.

Também nos identificamos com a visão deste autor ao mencionar o empowerment como uma ideologia que levará a mudar a forma como se olha e se intervém relativamente à pobreza, que reconhece no pobre as competências, existentes ou passíveis de desenvolver, e os seus direitos.

Outro aspeto que destacamos é a referência que é feita por Rappaport às estruturas sociais mediadoras de base local, que estão posicionadas entre as grandes instituições sociais impessoais e os indivíduos, referindo a família, o bairro, a igreja, as organizações voluntárias, estruturas que são o suporte do

²² Idem, p.32.

²³ Idem, p.21.

²⁴ Rappaport, Julian (1981), "In Praise of Paradox: A Social Policy of Empowerment Over Prevention", *American Journal of Community Psychology*, 9:1, pp.1-25.

indivíduo, o seu espaço de vida e realização, nas quais ele deve ter a mais ampla participação e controlo.

Mas sobre as organizações e mais concretamente, sobre o empowerment ao nível organizacional, vamos recorrer a Zimmerman²⁵ que considera haver organizações que são promotoras do empowerment dos seus membros e organizações que são detentoras de empowerment, podendo coexistir as duas situações.

Cidadania

Para esta investigação, consideramos «cidadania» uma construção moral, política e jurídica como o resultado de um percurso histórico de lutas pelos valores da dignidade, da participação e representação, livres e igualitárias, e pela aquisição de um conjunto de direitos cívicos, políticos, sociais, económicos, culturais e ambientais. Esta visão da cidadania é-nos apresentada por Martins²⁶ que, no âmbito da moral, refere como um dos valores básicos a igualdade social, que em sociedades democráticas implica o valor da liberdade e a valorização do coletivo face ao individual, referindo o autor “a obrigação moral supra-individual e a predominância da sociedade”. Os valores da igualdade e da liberdade constroem-se através da ação política e são valores que, num dado momento, são o resultado de uma dialética entre perspectivas antagónicas da própria sociedade, entre os valores coletivos e o individualismo. A construção destes elementos morais e políticos da cidadania ganham força através da linguagem escrita, com a construção de estatutos jurídicos e constitucionais. Este autor refere ainda a cidadania na ótica dos direitos civis, políticos e sociais, que referiremos mais adiante.

Doutrina Social da Igreja Católica (DSI)

A Doutrina Social da Igreja Católica é o conjunto dos dogmas, princípios e enunciados, reunidos ao longo do tempo, que são o resultado “de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial”²⁷. A DSI reflete o pensamento social da Igreja Católica, apresentando uma interpretação da realidade no que diz respeito à existência humana, passada e presente, tendo como grande referência o Evangelho.

Para esta investigação, consideramos fundamental o conjunto dos princípios que apresentamos como estruturantes do pensamento social cristão, a dignidade da pessoa humana, o bem comum, a subsidiariedade e a solidariedade. Consideramos igualmente importante aprofundar a dimensão do «cuidar do outro» como expressão da caridade cristã.

²⁵ Zimmerman, Marc A. (1999), “Empowerment Theory – Psychological, Organizational and Community Levels of Analysis”, em Julian Rappaport and Edward Seidman (orgs.), *Handbook of Community Psychology*, New York, Kluwer Academic / Plenum Publishers, p.44.

²⁶ Martins, Paulo Henrique (2009), “Cidadania”, em Antonio David Cattani, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), *op. cit.*, pp.55-59.

²⁷ João Paulo II (1988), *Carta Encíclica «Sollicitudo Rei Socialis»*, Lisboa, Edições Paulistas, 41, p.98.

2. ECONOMIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os conceitos de economia social e economia solidária são dois conceitos nucleares para esta investigação. É necessário perceber as suas origens, em que consistem, referir os pontos em que se tocam e também o que os distingue, segundo diferentes autores.

Embora as origens etimológicas relativas à economia remontem à Grécia antiga, a economia como área de estudo é relativamente recente. Um marco normalmente referido como o início da economia enquanto ciência é a publicação por Adam Smith do livro “The Wealth of Nations”, em 1776. Após este começo, a economia, como saber e como objeto de estudo, tem tido uma enorme evolução e tem sido motivo de diferentes correntes e definições conceptuais que ajudam a evidenciar a pluralidade intrínseca ao próprio conceito. De entre as várias definições existentes, referimos a de Paul A. Samuelson²⁸ pela grande referência que é este economista:

“A economia é o estudo de como as pessoas e a sociedade acabam por escolher, com ou sem a utilização da moeda, a aplicação de recursos produtivos escassos que podem ter usos alternativos, para produzir variados bens e distribuir estes bens para consumo, atual ou futuro, entre as várias pessoas e grupos sociais. A economia analisa os custos e os benefícios resultantes do aperfeiçoamento dos modelos de repartição dos recursos.”

Esta definição e esta forma de olhar a economia como uma ciência que explica o funcionamento ou a mecânica dos mercados, tem o seu fundamento no facto do homem ter necessidades que vão ser o foco principal da sua ação para as satisfazer. Esta visão reduz, no entanto, o estudo dos fenómenos económicos às relações utilitárias que se estabelecem entre os indivíduos e entre eles e o meio, no sentido da satisfação das suas necessidades individuais ou coletivas face a um conjunto de recursos e meios escassos, que podem ter usos alternativos, olhando-se apenas para a racionalidade e para a dimensão materialista do comportamento humano, esquecendo a sua dimensão social, cultural e a sua relação com o meio ambiente.

Esta visão da economia, que nasce, como referimos, com Adam Smith, considerado um dos principais fundadores do pensamento que enforma a economia clássica, não aborda um conjunto de fatores inerentes à riqueza multidimensional das relações sociais e humanas. O contexto em que nasce esta visão é o contexto de uma sociedade que se organizava e orientava para a industrialização, segundo um modelo capitalista, em que nasce a lógica de uma economia subordinada ao mercado, este visto por Adam Smith como a «mão invisível» que gera uma ordem natural na sociedade. Neste contexto, a economia afasta-se claramente da dimensão social, cultural e ambiental do homem.

Aludindo novamente à origem da palavra economia, que deriva do termo grego *oikonomía* – gestão da casa, remetemos aqui para a reflexão que Elena Lasida faz sobre esta definição, nomeadamente em que a casa, para a autora, não é meramente o espaço compartimentado da habitação individual ou coletiva, mas, no seu simbolismo, como algo ligado a uma dimensão social e existencial do ser humano, ao seu *habitat*, um simbolismo também usado pelo Papa Francisco na encíclica *Laudato si'*, no seu

²⁸ Samuelson, Paul A. (1982), *Economia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5.^a edição, p.4.

apelo a cuidar da “casa comum”. Nesta perspetiva de cuidar (gerir) a casa como espaço de construção da vida individual e coletiva: “A economia é, portanto, um lugar de vida, um lugar onde se aprende a viver, um lugar onde se constrói a própria vida pessoal e com os outros”²⁹. Nesta perspetiva, como refere Elena Lasida, é possível uma outra economia, “uma economia do bem-estar juntos”.

2.1. Economia Social

Na esteira da Revolução Industrial, no século XIX, face ao aumento da pobreza e da degradação social e humana que se percebia sobretudo nas cidades industriais que não estavam preparadas para acolher os «exércitos» que alimentavam esta industrialização, perante um quadro de grave crise social e de exploração laboral, iniciam-se movimentos de contestação popular e surgem outras correntes de pensamento, sendo emergente uma outra visão da economia em reação às teses clássicas do liberalismo de mercado. Surge então uma «Outra Economia», segundo a tese dos socialistas utópicos e dos anarquistas, dos quais destacamos Charles Fourier, Robert Owen, Saint-Simon e Joseph Proudhon. Os dois primeiros, são responsáveis por uma experiência associacionista que viria a revelar-se inspiradora para as primeiras entidades no âmbito da economia social:

“Nos primeiros anos do século XIX assistiu-se, inicialmente, em França e em Inglaterra, ao desenvolvimento de um socialismo naturalista, ..., dado que ignora totalmente o Estado ... e desenvolve a visão de uma sociedade formada por uma justaposição de associações livremente constituídas entre pequenos grupos de indivíduos. É o socialismo associacionista de Fourier e de Owen”³⁰.

Estas experiências eram, por um lado, uma resposta à questão social que se colocava e que referimos, mas também, uma resposta à questão política, isto porque, na economia de mercado, o poder estava associado ao capital, em que, quem dominava era quem tinha o dinheiro. Tentava-se com estas experiências construir uma economia com democracia, “uma pessoa um voto”.

É neste quadro que nasce, em 1844, a Cooperativa de Rochdale, que começou por ser uma cooperativa de consumo, tendo evoluído posteriormente para outras respostas. O sucesso desta experiência, leva a que a ideia se expanda rapidamente pela Inglaterra e pela Escócia. Os princípios segundo os quais foi fundada esta experiência são considerados ainda hoje como uma das referências para a definição da economia social, como veremos mais adiante.

Um dos autores que deixa um importante contributo para a definição dos conceitos de economia social e economia solidária é Karl Polanyi, antropólogo e historiador de economia. O seu livro, “A Grande Transformação”, de 1944, é uma crítica ao pensamento da economia capitalista de mercado, referindo o autor, que esta tem uma visão redutora dos fenómenos económicos e considerando-a desincrustada da sociedade.

²⁹ Lasida, Elena (2013), *O sentido do outro – A crise, uma oportunidade para reinventar laços*, Paulinas Editora, Lisboa, p.21.

³⁰ Denis, Henri (1982), *História do Pensamento Económico*, Lisboa, Livros Horizonte, p.367.

Segundo Polanyi, este conceito de incrustação sugere que a economia está imersa nas relações que se estabelecem entre os homens, ou seja, na sociedade:

“em regra, a economia humana existe envolvida pelas relações sociais que os seres humanos mantêm entre si. O homem não age tanto de maneira a salvaguardar o seu interesse pessoal na posse de bens materiais, como com vista a garantir a sua posição social, as suas ambições sociais, o seu valor social. Só valoriza os bens materiais na medida em que estes possam servir esses outros fins”³¹.

Como sugere Nuno Machado, “para se compreender em toda a sua plenitude a obra e o pensamento de Polanyi, deve começar-se por analisar a distinção que o autor faz entre economia no sentido substantivo e economia no sentido formal”³².

Na definição formal, economia será a ciência que procura indicar as respostas para as múltiplas necessidades humanas a partir de recursos e meios escassos. Segundo uma visão substantiva, economia será a ciência que se insere na sociedade, nas suas relações sociais, culturais e ambientais, para estabelecer e analisar as relações e os atos necessários à produção e ao consumo. Polanyi, na sua forma de olhar a economia real, identifica também o princípio da reciprocidade, que tem a ver com uma economia de comunidade, de dádiva, de partilha, de entreatajuda, de dimensão social e cultural, um conceito não monetário ou mercantil que considera o valor de uso e não de troca.

Esta visão de Polanyi estabelece os dois pressupostos epistemológicos da economia social e da economia solidária: a visão substantiva da economia – considerando-a enraizada ou embutida nos processos sociais, culturais, ambientais e políticos; e a reciprocidade como princípio económico fundamental, a privilegiar numa perspetiva plural da economia.

Considerando o que foi exposto, poderemos agora estabelecer um significado mais claro do conceito de economia social e referir, posteriormente, as premissas que permitem diferenciar este conceito do conceito de economia solidária, percebendo as afinidades, mas, também, o que os distingue.

A economia social pode ser definida segundo três critérios³³:

- De acordo com os princípios ou tendo como referencial a experiência da Cooperativa de Rochdale;
- Pelas diferentes formas jurídicas das instituições na sua constituição;
- Pelos projetos ou dimensões que pretendem alcançar.

³¹ Polanyi, Karl (2012), *A Grande Transformação : as origens políticas e económicas do nosso tempo*, Edições 70, Lisboa, p.179.

³² Machado, Nuno Miguel Cardoso (2010), “Karl Polanyi e a Nova Sociedade Económica: Notas sobre o conceito de (dis)embeddedness”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90, Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra, pp.71-94.

³³ Amaro, R. Roque (2015), *op. cit.*

No primeiro critério, a experiência de Rochdale sugere seis princípios³⁴ que deverão estar contidos nas iniciativas de Economia Social:

- Primado do interesse comum e do interesse geral sobre o interesse particular ou privado;
- A não prossecução do lucro como fim (o que a distingue da Economia de Mercado);
- Primado das pessoas sobre o capital (na Economia de Mercado, o poder estava do lado do capital);
- O princípio da gestão democrática (um homem um voto, por oposição à lógica do mercado, em que o poder está associado à percentagem de participação no capital das empresas);
- Autonomia face ao Estado (na Economia Social as instituições são uma iniciativa da sociedade civil);
- Adesão voluntária (liberdade de participação).

Sobre as principais formas jurídicas estabelecidas no âmbito da economia social, reconhecidas desde o século XIX, embora com alterações ao longo do tempo, temos quatro tipos de entidades: as Cooperativas (Código Cooperativo); as Associações de Socorros Mútuos e as Mutualidades (Lei das Mutualidades); as Associações (leis relativas ao movimento associativo e direito canónico/concordata); e as Fundações (Leis das Fundações).

Relativamente ao terceiro critério, como vimos, a economia social surge como resposta às questões sociais e políticas do século XIX, querendo afirmar-se como uma economia com princípios sociais e com democracia. Assim, as organizações que são a expressão desta outra economia deverão evidenciar três projetos ou dimensões³⁵:

- Ser um projeto social, devendo este ser um dos seus fins principais, nas seguintes dimensões: dar resposta partilhada às dificuldades e necessidades dos seus membros; promover a luta contra a pobreza e minimizar os problemas sociais; procurar satisfazer em melhores condições as necessidades não satisfeitas ou mal satisfeitas pelo mercado;
- Ser um projeto económico, visto como um meio e não como um fim, considerando as quatro funções base da economia: a produção de bens e serviços; a distribuição de rendimentos ou bens em espécie; a satisfação de necessidades; a geração de poupanças e a realização de investimentos;
- Ser um projeto político, como modelo de intervenção. Pressupondo uma gestão interna democrática (um homem, um voto) e a liberdade de participação.

No “Dicionário Internacional da Outra Economia”, é apresentada por Defourny uma definição sumária de economia social, que “remete àquelas atividades económicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia económica associada à utilidade social”³⁶.

³⁴ Idem

³⁵ Idem

³⁶ Defourny, Jacques (2009), “Economia Social”, em Antonio David Cattani, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), *op. cit.*, p.156.

No “Livro Branco - A Economia Social, Retomar a Iniciativa” são apresentados os valores e as características comuns partilhados pelas várias famílias que são reconhecidas no âmbito da economia social (cooperativas, mutualidades, associações e fundações), pelas instituições paritárias e pelas empresas sociais, valores e características distintivos desta outra economia, que refletem a herança dos valores fundacionais da Economia Social no Sec. XIX, da experiência da Cooperativa de Rochdale, que referimos, e que marca a diferença relativamente às sociedades de capitais:

“1. Agrupamentos de pessoas que desenvolvem uma atividade cujo fim principal é satisfazer as necessidades das pessoas, mais do que remunerar os investidores capitalistas, com primazia da pessoa e do objeto social sobre o capital; 2. Adesão livre e voluntária; 3. Governança democrática; 4. Conjugação do interesse dos membros utilizadores e do interesse geral, reforçada por uma ancoragem territorial forte; 5. Defesa e prática dos princípios da solidariedade e da responsabilidade; 6. Autonomia de gestão e independência dos poderes públicos; 7. Afetação do essencial dos excedentes à prossecução de objetivos de desenvolvimento sustentável, do interesse de servir os membros e do interesse geral.”³⁷

2.2. Economia Solidária

Sobre as razões que levam à emergência da economia solidária, há um racional de certa forma semelhante ao que justificou o surgimento da economia social, a reação da sociedade civil para resolver ou aliviar os problemas em consequência da economia de mercado: no século XIX, pelo mercado como uma força em ascensão, surgindo a economia social como reação aos graves problemas sociais e políticos; nos últimos trinta anos, o confronto entre a economia de mercado (na sua versão neoliberal) e o Estado, sendo a economia solidária a resposta, na Europa, à crise do Estado Social e da própria democracia, na América Latina, às insuficiências de um modelo social débil e de uma democracia ainda em formação em países saídos de regimes ditatoriais, pobres e bastante dependentes do ponto de vista económico.

Neste enquadramento em que surge a economia solidária, para além dos aspetos referidos no parágrafo anterior, relacionados em grande medida com o modelo neoliberal, que não se restringe aos aspetos económicos, mas afeta também as questões políticas e sociais, destacamos também os fenómenos da globalização, da crescente sensibilização ambiental, da falência do Bloco Socialista, o problema demográfico nos países desenvolvidos e as crises migratórias. Este contexto leva ao surgimento de novas formas de associativismo para fazer face aos problemas da precarização, da exclusão, pela necessidade de novas formas de participação democrática, de promoção de uma justiça redistributiva e da solidariedade.

Percorrendo várias reflexões em torno do conceito, começemos por referir uma definição mais ampla de economia solidária que é enunciada por Pedro Hespanha e Luciane dos Santos. Segundo os autores, “ela pode ser vista como o conjunto dos arranjos económicos coletivos de produção, consumo,

³⁷ Social Economy Europe (2015), *Livro Branco - A Economia Social . . . Retomar a Iniciativa*, Editor Responsável Alain Coheur (online).

Disponível em: <http://www.cases.pt/estudos-e-publicacoes/>, (consulta em 21.05.2018).

comercialização e crédito (incluindo as iniciativas de reprodução social geridos pelos próprios cidadãos, a exemplo de alguns serviços de proximidade), em meio rural ou urbano, que estejam baseados na gestão partilhada, na solidariedade (como redistribuição equitativa de bens e oportunidades) e na cooperação”³⁸.

Por seu lado, Roque Amaro considera que, “preliminarmente, pode-se definir a economia solidária como as atividades económicas que se referenciam pela procura nuclear de práticas de solidariedade (em vários sentidos, como se verá, o que implica uma perspetiva sistémica, e não meramente social), ou seja em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro”³⁹.

Para Jean-Louis Laville e Luiz Inácio Gaiger, “a economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com aceções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado”⁴⁰.

Face a esta dialética científica, Jordi Estivill⁴¹ adverte para os riscos que se correm e para as polémicas que surgem, com a tentativa de delimitação ou de universalização do conceito de Economia Solidária. Um conceito cuja perceção está intimamente ligada às características sociais, culturais e políticas de cada país, e aconselha que as comparações transnacionais se façam com muito cuidado.

De qualquer forma, há um traço comum que é transversal às diferentes reflexões - os princípios epistemológicos de assumir uma visão substantiva da economia e a reciprocidade como princípio. Embora esteja implícito nestes princípios, importa dar ênfase ao sentido ou atributo da solidariedade, pela importância que este tem nas iniciativas de Economia Solidária. Identifica-se:

“... com a redistribuição equitativa de oportunidades, bens e resultados entre iguais, entre pessoas e grupos que partilham os mesmos problemas e aspirações, envolvendo fundamentalmente uma cooperação baseada em relações de proximidade e de confiança, cimentadas na vontade de superar dificuldades comuns, de partilhar os recursos e de concertar os interesses particulares com o objetivo último de viver melhor”⁴².

Este atributo é como o “cimento” que agrega as pessoas num sentido de comunidade.

Na economia solidária são consideradas três versões, que correspondem a três geografias distintas e, conseqüentemente, a diferentes realidades sociais, políticas, económicas, culturais e ambientais.

³⁸ Hespanha, Pedro e Luciane Lucas dos Santos (no prelo), “O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal”, *Revista de Economia Solidária*, ACEESA.

³⁹ Amaro, R. Roque (2009), “A Economia Solidária da Macaronésia – Um Novo Conceito”, *op. cit.*, p.15.

⁴⁰ Laville, Jean-Louis, Luiz Inácio Gaiger (2009), “Economia Solidária”, em Antonio David Cattani, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), *op. cit.*, p.162.

⁴¹ Estivill, Jordi (2009), “Espacios públicos y privados. Construyendo diálogos en torno a la Economía Solidaria”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, pp. 101-113.

⁴² Hespanha, Pedro e Luciane Lucas dos Santos (no prelo), *op. cit.*, p.10.

Iremos abordar, mais detalhadamente, a versão francófona, que é a versão correspondente ao território da Europa Ocidental e do Canadá (Quebeque – Montreal).

Há um traço comum entre os países nestas geografias que propicia o surgimento da economia solidária. Por um lado, são regimes com uma democracia representativa consolidada, onde o Estado assume um modelo keynesiano na regulação do mercado e com grande intervenção no papel social (Estado Providência), com um rendimento per capita elevado e com uma presença relevante de instituições de economia social, instituições estas que paulatinamente entram na ótica do mercado, ou resumem a sua missão a um papel complementar do estado, subalternizando-se a este. Por outro lado, nos anos mais recentes, são países bastante afetados pela crise económica e pelo desinvestimento progressivo no Estado Providência, aumentando as situações de desemprego, de pobreza e de exclusão social.

Roque Amaro, citando Bernard Ême e Jean Louis Laville, apresenta o conceito de economia solidária na versão francófona, como sendo, “o conjunto das atividades económicas sujeitas à vontade de uma ação democrática em que as relações sociais de solidariedade têm o primado em relação ao interesse individual e ao lucro material; contribui assim para a democratização da economia, a partir de envolvimento de cidadania”⁴³.

Nesta versão, tendo por base os princípios enunciados nesta definição, estão implícitos dois projetos ou dimensões⁴⁴:

- Um projeto económico – com afirmação e rigor, numa perspetiva plural e com sustentabilidade, suportando-se, sobretudo, no princípio da reciprocidade e promovendo o envolvimento de todos os atores, mas participando no mercado e contratualizando com o Estado, segundo um princípio de redistribuição, tendo-o como parceiro, mas não se subjugando a este, nem aceitando substituí-lo naquilo que sejam as suas funções;
- Um projeto político – a nível interno, num processo de autogestão democrática, valorizando-se a participação numa perspetiva de reciprocidade, a nível externo, ganhando a presença e a participação num espaço público autónomo, como promoção de cidadania. Também aqui não se limitando ao espaço regulado pelo Estado, mas querendo ser participante e complementar deste, afirmando a sua própria identidade.

Jean-Louis Laville, coloca um grande enfoque nesta dupla dimensão económica e política e refere a importância da dimensão política nas diversas experiências “que devem ser tanto cidadãs como empresariais”⁴⁵. O autor critica o facto da economia social não ter resistido ao isomorfismo institucional, condicionada entre o Mercado e o Estado Social, referindo que esta dupla dimensão da economia solidária lhe permite ainda contribuir para uma reflexão mais ampla e plural sobre as definições e instituições da economia. Estas duas dimensões são as reconhecidas maioritariamente pelos

⁴³ Amaro, R. Roque (2009), *op. cit.*, p.16.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Laville, Jean-Louis (2009), “Economia Solidária: um movimento internacional”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, pp.7-47.

principais autores francófonos. Muitos continuam, porém, a reconhecer uma terceira dimensão ou projeto:

- Projeto social – considerando a crítica à solidariedade assistencialista da economia social, pretende-se afirmar a economia solidária como um modelo de intervenção social numa perspetiva de solidariedade emancipatória. Esta intervenção será um objetivo, considerando a crise do Estado Social, mas não aceitando substituir o papel do Estado, como já referimos, mas ser uma forma de resistência do Modelo Social Europeu. A Economia Solidária propõe uma noção diferente do “social”, palavra normalmente relacionada com as necessidades básicas do indivíduo, propondo “uma dimensão mais existencial e integral: a da qualidade relacional da vida ... como uma forma diferente de pensar o lugar e a finalidade da economia na sociedade”⁴⁶.

Numa breve referência às outras versões da economia solidária, começamos por referir a experiência da América Latina. Como refere Roque Amaro, é essencialmente de génese popular, de entreatada, de emancipação e de sobrevivência. Tem uma forte expressão comunitária, por vezes de base eclesial e, mais recentemente, surge, também, dos movimentos sociais dos camponeses sem terra, dos trabalhadores sem teto, dos movimentos do orçamento participativo e dos movimentos ligados às moedas sociais⁴⁷.

Para finalizar, referimos a versão da Macaronésia, que, geograficamente, agrega os arquipélagos dos Açores e da Madeira (Portugal), das Canárias (Espanha) e de Cabo Verde. Esta versão tem o seu início nos Açores, “a partir da constatação de determinados problemas sociais, ..., e da consequente necessidade de os enfrentar, da descoberta e aproveitamento de algumas oportunidades surgidas na época e da capacidade de assumir algumas iniciativas, para responder aos desafios anteriores”⁴⁸. É uma experiência que nasce no seio da Igreja Católica, ligada à Doutrina Social da Igreja, que agrega alguns profissionais mobilizados numa ótica de formação e de empreendedorismo social, beneficia de verbas referentes a candidaturas ao Fundo Social Europeu, constituindo-se uma alternativa económica para pessoas em situação de pobreza extrema (sobretudo das localidades de Rabo de Peixe e Lagoa), para repatriados (descendentes de emigrantes) com graves problemas de integração e para jovens portadores de deficiência sem soluções de inclusão.

2.3. Traços comuns e diferenças

Sobre as iniciativas no âmbito das duas economias, muitos autores referem-se genericamente a “Terceiro Sector”, outros a “Economia Social e Solidária” e outros argumentam sobre a sua diferenciação, colocando, por vezes, a economia solidária como uma alternativa crítica à economia social. Tendo já apresentado alguns dos traços comuns, importa agora refletir sobre o que distingue estes conceitos. Esta distinção não é, no entanto, pacífica.

⁴⁶ Lasida, Elena (2013), *op. cit.*, p.68.

⁴⁷ Amaro, R. Roque (2009), *op. cit.*, p.18.

⁴⁸ *Idem*, p.19.

Pedro Hespanha e Luciane Santos, defendem uma identidade própria para a economia solidária, não numa perspetiva crítica à economia social e referindo até espaços de intercâmbio e de partilha com benefícios mútuos. Propõem estes autores três critérios para a necessária diferenciação entre as experiências num e noutro âmbito - “os sujeitos que as levam a cabo, a sua relação com o Estado e o objetivo social que as move”⁴⁹.

Assim, as iniciativas na economia social são hoje dinamizadas por instituições que prestam serviços a uma comunidade, apresentando muitas vezes uma dependência financeira e, em muitos aspetos, funcional do Estado, que acaba por limitar o seu projeto económico e reduzir a sua ação à dimensão social. O objetivo destas instituições é dar resposta a lacunas ou necessidades sociais, identificadas e enquadradas quase sempre por programas lançados pelo próprio Estado que com elas vai contratualizar. Os princípios e os termos desta contratualização, estão presentes no “Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário”⁵⁰, assinado em maio de 2017 entre o Estado e os representantes das instituições sociais, que dá continuidade ao anterior “Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social”.

Relativamente às instituições da economia social há, portanto, um reconhecimento institucional, pois o Estado precisa destas entidades que vê como parceiras para o desenvolvimento das políticas sociais. Um exemplo deste reconhecimento institucional, no caso português, é o Conselho Nacional para a Economia Social, criado em agosto de 2010, que é presidido pelo Primeiro-ministro e que reúne representantes das várias confederações e uniões que representam a multiplicidade de instituições desta área. Outro exemplo deste reconhecimento institucional é a Lei de Bases da Economia Social, Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, com o enquadramento que dá no artigo 4.º às instituições da economia social e onde apenas na alínea h) desse artigo se poderão enquadrar implicitamente as entidades da economia solidária e desde que formalmente constituídas, o que afasta à partida muitas iniciativas.

De um outro modo, nas iniciativas da economia solidária, são as comunidades ou os indivíduos que se agregam e organizam para dinamizar projetos ou discutir soluções para ultrapassar necessidades, dando prioridade à solidariedade sobre o interesse individual ou o lucro. Estas iniciativas, que se afirmam de forma autónoma, porque não surgem por dependência do Estado, podem ser formais ou informais. Contam muitas vezes com o apoio ou o acompanhamento do Estado ou de entidades privadas que podem surgir como entidades parceiras. O objetivo destas iniciativas é sobretudo de natureza económica, em que se pretende a geração de rendimento, mas com reciprocidade, redistribuição e cooperação, muitas vezes através da partilha dos recursos produtivos, procurando promover a emancipação dos sujeitos nelas envolvidos. As iniciativas de economia solidária são também expressão e reforço da identidade territorial, dos valores e da cultura local e, numa perspetiva de obter o bem-estar coletivo, podem contribuir para o desenvolvimento do território onde ocorrem.

⁴⁹ Hespanha, Pedro e Luciane Lucas dos Santos (no prelo), *op. cit.*, p.14.

⁵⁰ XXI Governo Constitucional, CNIS, UMP (Misericórdias), UMP (Mutualidades) (2017), *Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário*, Lisboa.

Nesta diferenciação entre os dois conceitos, faltará ainda olhar para a dimensão política que lhes é própria. Na génese da economia social, há claramente uma forte componente política, quer na dinâmica interna das entidades que surgiram no século XIX, na participação democrática dos seus fundadores, o princípio de cada homem um voto e o princípio da autogestão, mas também na perspetiva da contestação ao capitalismo industrial e na necessidade de afirmação na própria sociedade de então, de uma proposta diferente. Já referimos as correntes que a influenciaram, o socialismo utópico e associacionista de Owen e Fourier, o anarquismo de Proudhon e Bakunin, mas também, os movimentos que iniciaram o sindicalismo operário e o social-cristianismo da Igreja Católica, com o Papa Leão XIII e a encíclica «*Rerum Novarum*». Houve claramente a necessidade de afirmar um discurso diferente face ao que a sociedade lhes impunha.

Com o tempo e com a institucionalização da economia social como complemento do Estado Social, esta acomodou-se e hoje resta apenas a expressão política de autogestão e da democracia participativa interna. Entretanto, com o agravamento da crise e o regresso do Estado Social, nos últimos anos, sente-se o retomar da crítica política face à tentativa de desinvestimento do Estado nesta área e à pressão crescente que se coloca nas instituições para que estas assumam competências da esfera pública.

Na economia solidária a dimensão política é uma das suas características fundamentais, como já referimos quando particularizámos a sua versão francófona. Nas suas entidades há uma vivência de democracia interna, mas sobretudo o que a distingue atualmente da economia social é a sua expressão externa de participação no espaço público. Se olharmos para as diferentes geografias onde se manifesta, vemo-la ligada na América Latina à teologia da libertação, ao movimento operário e sindical, ao movimento dos sem terra e aos movimentos indígenas; na Europa e na Macaronésia, à contestação ao enfraquecimento do Estado Social, aos ditames e às fórmulas da economia de mercado neoliberal; e, de forma transversal, face à descrença no poder político e na democracia, procurando promover a democracia direta, participativa e popular. É uma economia que se afirma em contraponto com a autorregulação do mercado e a diminuição do papel regulador do Estado, contra a liberalização das mercadorias e dos capitais e contra a desregulação do mercado de trabalho. É uma economia com uma proposta própria para uma sociedade mais igualitária que quer colaborar com o Estado na reconstrução da sua relação com a sociedade e mobilizar as outras instituições na ação coletiva para um desenvolvimento sustentável.

Esta dimensão política da economia solidária não se manifesta apenas na ação reivindicativa coletiva das entidades neste âmbito, ou na expressão pública da reflexão académica. As opções individuais de consumo através do comércio justo ou nos circuitos diretos de comércio, a aplicação de poupanças nos fundos das finanças solidárias tendo em vista propiciar uma determinada utilidade social e outros atos individuais que poderíamos mencionar, que são tomados sem uma visão economicista imediata, são escolhas consideradas “como atos «políticos» que mostram que a economia não é apenas um meio de prover às necessidades de cada um, mas sobretudo uma forma de construir sociedade”⁵¹.

⁵¹ Lasida, Elena (2013), *op. cit.*, p.71.

3. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

3.1. Breve enquadramento histórico

Na Antiguidade tardia, os pobres eram vistos no seu anonimato e falta de poder, como um grupo que parecia, às comunidades cristãs, em tudo semelhantes aos pecadores abandonados por Deus, e, por isso mesmo, símbolo da fragilidade humana e objeto das atenções solidárias dos mais privilegiados que, através da esmola, podiam ver reparados os seus pecados.⁵²

Também na Idade Média, na Europa, numa sociedade profundamente cristã, o pobre era alvo de atenção. Neste sentido, em Portugal, como noutros estados europeus⁵³, criaram-se associações para auxiliar os que mais precisavam. Como exemplo, temos as confrarias, associações de católicos leigos⁵⁴, com objetivos espirituais e caritativos, que assistiam os mais vulneráveis.

Nos finais da Idade Média, apesar de cerca de 30 a 50% da população europeia ser pobre, era reduzido o número dos que eram assistidos, visto ser difícil o cumprimento dos critérios que tornavam o pobre merecedor ou não merecedor de ajuda institucional⁵⁵, critérios de ordem moral, condição física, residência, idade e outras circunstâncias de vida. Já na Idade Moderna passa-se a encarar o pobre de uma outra forma, como um potencial perigo e como um indesejável.⁵⁶

A fundação das Misericórdias⁵⁷, no final do século XV, pela rainha D. Leonor, pretende reorganizar e controlar a assistência. No entanto, estas enfrentaram grandes dificuldades, verificando-se, no século XVIII, que estas viviam endividadas e com dificuldade em atrair irmãos para a sua causa. Todavia, mantiveram-se como as principais instituições de assistência mesmo durante o governo do Marquês de Pombal.⁵⁸ Entretanto, a criação da Intendência-Geral da Polícia, em 1760, e a posterior nomeação de Pina Manique para o cargo de Intendente, vai provocar alterações na assistência aos mais pobres, principalmente na cidade de Lisboa.

Apesar da declaração dos direitos do homem e do cidadão, proclamados pela Revolução Francesa, no século XIX, o pobre continuou a ser considerado um perigo social e um marginal, não se enquadrando numa sociedade industrializada e proletarizada em que o primado do económico e a valorização do trabalho se afirmam, onde o trabalhador acaba, muitas vezes, por também ser pobre e juntar a esmola

⁵² Brown, Peter (1989), "Antiguidade Tardia", em Phillipe Áries e Georges Duby (dir.), *História da Vida Privada*, I, pp.225-299, Edições Afrontamento.

⁵³ Gemerek, Bronislaw (1995), *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*, Lisboa, Ed. Terramar.

⁵⁴ Correia, Fernando da Silva (1944), *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Henrique Torres Editor.

⁵⁵ Abreu, Laurinda (2014), *op. cit.*, p.22.

⁵⁶ Gemerek, Bronislaw (1995), *op. cit.*

⁵⁷ Abreu, Laurinda (2014), *op. cit.*, p.75.

⁵⁸ Abreu, Laurinda (2002), "A Especificidade do Sistema de Assistência Pública Português: linhas estruturantes", em *ARQUIPÉLAGO - HISTÓRIA*, 2ª série, VI, pp. 417-434.

aos seus fracos rendimentos do trabalho.⁵⁹ A pobreza acaba por surgir como um fenómeno quase massivo e a representação social do pobre é quase sempre depreciativa.⁶⁰ Para Malthus, com a sua Lei da População, a pobreza era explicada em função do número exagerado de pessoas para os recursos disponíveis, considerando que as conhecidas “Leis dos Pobres”, que asseguravam o apoio aos mais pobres em Inglaterra e que tinham sido criadas pela rainha Isabel I no século XVII, mais não faziam que ajudar a “criar os pobres que assistem”.⁶¹ Apesar disso, na segunda metade do século XIX, passa a distinguir-se o trabalhador pobre do indigente e o primeiro vê reconhecido o direito a beneficiar de apoios sociais.⁶²

Já no século XX, em Portugal, a I República cria legislação que prevê a proteção dos mais fracos, nomeadamente, na Constituição de 1911 previa-se o direito à assistência, mas o Estado intervinha apenas para reprimir a mendicidade e controlar as iniciativas privadas na área sócio caritativa, prática continuada pelo Estado Novo⁶³, que na Constituição de 1933 previa o zelo pelos cidadãos mais desfavorecidos. Nas alterações de 1951, referia-se o assegurar de uma vida compatível com a dignidade humana e, em 1971, o texto considerava que a vida de todos, e já não só a dos desfavorecidos, deveria estar de acordo com a dignidade humana.⁶⁴

Entretanto, a mendicidade continuou a ser criminalizada até finais da década de 1960, lembrando Irene Pimentel, a legislação de 1947, 1954 e 1960, para repressão dos mendigos⁶⁵. O Estado Novo declarava o seu papel supletivo no campo social e da saúde, afirmando pertencer-lhe, apenas, a coordenação, incentivo e controle das iniciativas particulares, sendo obrigatório a solicitação, nas Juntas de Freguesia, de atestados de pobreza para acesso a esses serviços⁶⁶. A criação, em 1958, do Ministério da Saúde e Assistência trouxe alterações ao apoio social, nomeadamente com a criação, em 1965, dentro do Instituto de Apoio à Família, do Serviço de Promoção Social Comunitário, que, em várias regiões do país, dinamizaram projetos baseados na participação e envolvimento dos vários atores comunitários.⁶⁷

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Rediteia, 48, *Erradicar a Pobreza: Compromisso para uma Estratégia Nacional* (2015), EAPN Portugal / Rede Europeia Anti Pobreza, p.6.

⁶¹ Fernandes, António Teixeira, (1991), em “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, série I, 1, pp. 9-66.

⁶² Rediteia, *op. cit.*, p.19.

⁶³ Pimentel, Irene Flunser (1999), “A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40”, em *Análise Social*, XXXIV, pp. 477-508.

⁶⁴ Pereirinha, José António e Francisco Branco (2013), “Uma abordagem histórica dos padrões de rendimento mínimo em Portugal”, em *Ler História*, 64/2013, pp.55-84.

⁶⁵ Pimentel, Irene Flunser (1999), *op. cit.*

⁶⁶ Gato, A. (2013), *Da assistência aos pobres aos Cuidados de Saúde Primários: o papel da Enfermagem (1926-2002)*, Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.

⁶⁷ Pereirinha, José António e Francisco Branco (2013), *op. cit.*

No final dos anos sessenta, a questão da pobreza reaparece nos discursos oficiais como um fenómeno que também acontece nos países mais desenvolvidos. Toma-se consciência da existência de uma nova pobreza de que fazem parte as vítimas das crises económicas, políticas e/ou ambientais. A pobreza torna-se, cada vez mais, visível nas grandes metrópoles e os sem-abrigo e mendigos, integram a “paisagem” urbana.⁶⁸

Em Portugal, a Revolução de abril de 1974 dá nova visibilidade às preocupações sociais. A construção, embora tardia, de um Estado Providência ajuda a concretização de várias medidas de proteção social, na doença, no desemprego, invalidez e velhice, e a criação do Serviço Nacional de Saúde. Apesar disso, a recessão económica faz aumentar a pobreza no país. No início dos anos oitenta, é publicado o primeiro estudo sobre a pobreza em Portugal, da autoria de Alfredo Bruto da Costa, Manuela Silva, José Pereirinha e Matos, e, nessa década, iniciam-se em Portugal os primeiros programas de luta contra a pobreza⁶⁹.

3.2. Sobre os conceitos de pobreza e exclusão social

Neste tópico iremos apresentar a abordagem de diversos autores aos conceitos de pobreza e exclusão social e a relação e diferenciação entre estes dois conceitos.

Conceito de pobreza

A palavra pobreza tem a sua origem em pobre e Jordi Estivill enfatiza que este substantivo é utilizado para identificar pessoas que carecem de bens materiais, para diferenciar o oposto a rico ou com um sentido de comiseração. A palavra pobre pode surgir como atributo e, aí, assume um carácter estrutural e revela-se como uma carência a vários níveis. Refere o autor que a utilização do conceito de pobreza surge muitas vezes associado à precaridade, à privação e à indignidade.⁷⁰

Refletir em torno dos conceitos de pobreza leva-nos a considerar a sua multidimensionalidade. Embora quando falamos de pobreza a referência se faça sobretudo à insuficiência de recursos e à privação, o facto é que esta tem uma natureza multidimensional, que engloba, para além das condições de vida, a saúde, o poder, a participação e o acesso à educação. Ou seja, ao não ter satisfeitas as suas necessidades básicas, a pessoa vê dificultada, ou impedida, a sua relação com os outros sistemas sociais e aumentado o risco de ser socialmente excluída.⁷¹

Também Roque Amaro refere que a pobreza deixou de ser vista apenas como um fenómeno de “privação ou insuficiência de rendimentos e bens materiais, mas sim o resultado da falta de acesso a

⁶⁸ Rediteia, *op. cit.*, p.19.

⁶⁹ Idem, p.20.

⁷⁰ Estivill, Jordi (2003), *Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, pp.9-10.

⁷¹ Perista, Pedro, Isabel Baptista (2010), “A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa-conceitos, dinâmicas e desafios para a ação”, *Fórum Sociológico*, 20, II Série, pp.39-46.

recursos fundamentais para a realização do bem-estar humano”⁷² e considera a multidimensionalidade da pobreza como resultado da complexidade das suas dimensões e manifestações, assim como das suas causas e determinantes. Para o autor não se poderá ter em conta apenas os aspetos de natureza económica, mas também os de natureza social, cultural, política e ambiental. Em relação aos seus determinantes e causas, sublinha a necessidade de analisar numa perspetiva conjugada esses mesmos aspetos.

Para Bruto da Costa a pobreza é uma questão da privação por falta de recursos, vista como privação múltipla, em que algumas carências suscitam outras, e refere a pobreza como um percurso, um processo gradual de transformação, em que a privação profunda e persistente vai afetando o pobre na personalidade, modificando comportamentos, a sua teia de relações, alterando valores, eliminando ambições, gerando conformismos, “ocorre a perda de identidade social e, eventualmente, a perda de identidade pessoal”.⁷³ Um processo de transformação que, progressivamente, afasta o pobre de um conjunto de sistemas sociais básicos e lhe retira poder económico, social, cultural, de influência, de pressão social, político etc.. O autor refere que o pobre está impedido de exercer a sua cidadania e diz-nos que a pobreza é um problema de cidadania, um problema político e uma questão central para um conceito moderno de democracia. Invoca a indivisibilidade dos direitos humanos e como a natureza da pobreza, na perspetiva da privação múltipla, justifica este princípio.⁷⁴

Segundo Elvira Pereira, no conceito de pobreza devem ser integradas não só medidas objetivas, mas também, medidas subjetivas, tais como, perceções sociais e a avaliação individual das pessoas sobre a sua situação de pobreza, tal como sugere Amartya Sen, citado pela autora.⁷⁵ As medidas objetivas permitem medir a pobreza face a um padrão definido, enquanto as subjetivas permitem uma apreciação dos próprios.

Olhemos agora para o conceito absoluto de pobreza. Associado à noção de subsistência, refere-se a um nível mínimo de vida utilizando como parâmetro o mínimo de calorias necessárias para uma alimentação adequada, a eficiência física. Assim, a partir dos produtos alimentares, identifica-se o valor mínimo de rendimento abaixo do qual se é considerado pobre.⁷⁶ Bruto da Costa cita Rowntree que, no início do século XX, definiu o limiar da pobreza como “despesa mínima necessária à manutenção de mera saúde física”⁷⁷, tendo, em 1936, adicionado, além das necessidades nutricionais, outras de cariz social e cultural. Este conceito tem sido alvo de críticas pela dificuldade de consensualizar o que são necessidades básicas, face às mudanças sociais, à influência dos *mass media* e à difusão de valores

⁷² Amaro, R. Roque (2001), “Economia e Exclusão Social”, *Não à Pobreza – A Inclusão pela Economia*, Comissariado Regional do Norte da Luta Contra a Pobreza, pp.15-20.

⁷³ Costa, A. Bruto da (1998), *op. cit.*, p.28.

⁷⁴ *Idem*, p.32.

⁷⁵ Pereira, Elvira (2010), “Observar a Pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza”, *Fórum Sociológico*, 20, II Série, p.57-66.

⁷⁶ Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora, p.69.

⁷⁷ Rowntree citado em Costa, A. Bruto da (coord.) (2008), *op. cit.*, p.32.

como a justiça e a solidariedade. Das críticas ao conceito absoluto de pobreza, surge o conceito relativo de pobreza, cujo principal teórico é Peter Townsend⁷⁸ que defende que:

“A pobreza só pode ser definida objetivamente ... em termos do conceito de privação relativa (...). Pode dizer-se que indivíduos, famílias e grupos da população se encontram em pobreza quando carecem de recursos para obter os tipos de dieta, participar nas atividades e ter as condições e comodidades que são habituais ou, pelo menos, largamente encorajadas ou aprovadas nas sociedades a que pertencem. Os seus recursos estão tão seriamente abaixo daqueles de que dispõem o indivíduo ou a família médios, que são, de facto, excluídos dos padrões de vida, costumes e atividades correntes”.

Também Capucha refere a relatividade das necessidades básicas e níveis mínimos de satisfação quanto aos padrões normativos de cada sociedade. “São pobres, relativamente, os indivíduos, famílias e grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão fracos que os excluem dos modos de vida mínimos aceitáveis na sociedade em que residem”.⁷⁹ Citando Ravailon, refere que esta definição implica um “limiar de pobreza”, “como uma dada proporção da média aritmética ou da mediana da distribuição do consumo ou do rendimento”, passando a ser considerados pobres os indivíduos, famílias ou grupos cujos rendimentos não atingem esse valor no respetivo país.⁸⁰ Capucha, sobre o que são necessidades socialmente consideradas básicas e o que poderão ser considerados recursos necessários para as satisfazer, cita Pereirinha para referir o conceito subjetivo de pobreza, abordagem baseada nos sentimentos, opiniões e representações dos próprios pobres e da sociedade. Constrói-se o conceito e a própria noção de limite de pobreza a partir de visões socialmente partilhadas.⁸¹

Referindo a definição de pobreza estabelecida pela União Europeia, são consideradas pobres as pessoas e/ou famílias cujos rendimentos os excluem do padrão mínimo aceitável do Estado membro onde vivem, considerando como padrão mínimo o equivalente a 60% do rendimento mediano no estado membro de residência.⁸² Por seu lado, as Nações Unidas definem a pobreza como “uma situação que impede o indivíduo ou a sua família satisfazer uma ou mais necessidades básicas e participar plenamente da vida social”⁸³, e referem pobreza extrema como uma situação de inexistência de condições para a satisfação das necessidades de sobrevivência, gerando a negação da cidadania e dos direitos básicos das pessoas, um impedimento efetivo à concretização dos direitos humanos. Este conceito acentua a complexidade do fenómeno da pobreza e da sua multidimensionalidade, colocando

⁷⁸ Peter Townsend citado em Costa, A. Bruto da (coord.) (2008), *op. cit.*, p.41.

⁷⁹ Capucha, Luís (2005), *op. cit.*, p.70.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem, p.76.

⁸² EUROPEAN COMMISSION (2007), Special Eurobarometer 279: Poverty and Exclusion (online).

Disponível em: <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Eurobarometer-Report-Poverty-and-Exclusion-2007.pdf>, (consulta em 21.05.2018).

⁸³ ONU (2009), *Relatório sobre os objetivos do Desenvolvimento do Milénio*, p.7 (online).

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatorio-sobre-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-2009/>, (consulta em 21.05.2018).

um enfoque especial na problemática política associada à pobreza, visto que esta surge como uma negação do desenvolvimento humano⁸⁴.

Conceito de exclusão social

Partindo da designação «exclusão social» e dissecando-a, sobre a noção de «exclusão», Bruto da Costa começa por suscitar uma questão, “excluído de quê?”, qual o “contexto de referência do qual se é, ou se está excluído”. Sobre a denominação «social» relaciona o conceito com a sociedade, associando, assim, a exclusão social à cidadania⁸⁵.

Jordi Estivill faz uma referência à sociedade, como forma coletiva de organização, de construção, que cria as suas próprias referências e regras, laços de identidade e de filiação, como fator de inclusão, apresentando a exclusão como a sua alteridade e sublinhando que, quanto mais restritiva e fechada a sociedade for, na sua estrutura e nas suas regras, mais excludente será. Quando o indivíduo ou o grupo se afasta do padrão ou referência da sociedade, entra no caminho da estigmatização e da rutura, processo agravado, hoje em dia, numa sociedade cada vez mais individualista e mais heterogénea, relativamente aos valores dominantes e às imagens centrais, o que dificulta a coesão da sociedade no seu todo. Jordi Estivill identifica três níveis ou estratos onde pode ocorrer a exclusão, que vai desde o próprio indivíduo - micro, passa pelas relações entre os indivíduos - meso e entre estes e a sociedade no seu todo - macro⁸⁶.

Bruto da Costa cita Robert Castel e refere a exclusão social como um processo gradual de rutura com a sociedade, relativamente a um conjunto de sistemas sociais básicos, o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas. Ao referir a exclusão social como um processo, introduz a noção de graus de exclusão, ou seja, o indivíduo, a família, um grupo, pode ser considerado excluído relativamente a apenas alguns desses sistemas sociais básicos. Defende que pobreza e exclusão social são realidades distintas e que nem sempre coexistem e propõe os seguintes tipos de exclusão, que se podem sobrepor, ou em que um se pode verificar como consequência de outro⁸⁷:

- De tipo económico, onde enquadra a pobreza como situação de privação múltipla por falta de recursos;
- De tipo social, na quebra de laços sociais, por isolamento, falta de autossuficiência e autonomia pessoal;
- De tipo cultural, por xenofobia, minorias étnico-culturais ou preconceito;
- De origem patológica, associado a patologias mentais ou psicológicas;
- Por comportamentos autodestrutivos, toxicod dependência, alcoolismo e prostituição.

⁸⁴ Salmón G., Elisabeth (2011), “O longo caminho da luta contra a pobreza e o seu encorajador encontro com os direitos humanos”, *Fraternidade – justiça, bem-comum, economia e felicidade*, Cais, Lisboa, Padrões Culturais, pp.21-42.

⁸⁵ Costa, A. Bruto da (1998), *op. cit.*, p.13.

⁸⁶ Estivill, Jordi (2003), *op. cit.*, p.14.

⁸⁷ Costa, A. Bruto da (1998), *op. cit.*, p.21.

Roque Amaro também defende a distinção entre os dois conceitos, referindo pobreza como a falta de acesso aos recursos e a exclusão social como a quebra de vínculos sociais. É sobre esta última ideia que constrói a definição de exclusão social, assente nas dimensões da existência do ser humano: dimensão pessoal – ser; dimensão social – estar; dimensão profissional – fazer; dimensão empresarial – criar; dimensão informativa – saber; dimensão aquisitiva – ter. Como refere, a situação de exclusão social ocorre se se verificar uma, algumas ou todas as dimensões do não ser, não estar, não fazer, não criar, não saber e/ou não ter⁸⁸.

Olhemos, em particular, para dois tipos de exclusão, sobretudo pelo peso que têm atualmente em Portugal e na Europa, o desemprego e as minorias étnico-culturais. Sobre o desemprego, Bruto da Costa começa por destacar que esta situação não significa apenas estar privado de uma forma de rendimentos, mas, também, uma situação de perda de relações interpessoais e da perspetiva de participar na vida económica do país. É uma situação que tende a agravar com o tempo, com a eventual perda do subsídio de desemprego e a perda de expectativas de voltar ao ativo. Defende que este problema deve ser tratado a par da precaridade no mercado de trabalho - contratos a termo, a recibo verde, baixos salários, más condições de trabalho e segurança, questões que podem originar exclusão social, ou, pelo menos, risco de exclusão, “em que o vínculo com o sistema social designado «mercado de trabalho» se encontra quebrado ou é frágil”⁸⁹.

Sobre as minorias étnico-culturais, Bruto da Costa considera que uma proporção considerável dessas minorias sofre de dois ou três tipos de exclusão: a pobreza; a exclusão de tipo territorial (bairros onde se concentram as respetivas comunidades); e a cultural. Sobre a tendência de afirmação das culturas de origem dos migrantes, esta deve ser entendida como afirmação da personalidade coletiva e como manifestação da autoestima das próprias comunidades. Este fenómeno, mais associado a grupos imigrantes quantitativamente relevantes, coloca questões difíceis de resolver, do ponto de vista social e cultural. O autor defende “uma «sociedade pluricultural», que implique o diálogo entre culturas, em vez de repressão de uma cultura sobre a outra. (...) reconhecemos que a diferença distingue, mas não divide, que o encontro e a unidade na diferença enriquece, ao passo que a unidade uniformizadora empobrece”⁹⁰.

Voltando às reflexões de Jordi Estivill, olhemos algumas das dimensões específicas de exclusão. A dimensão política, relacionada com o exercício da cidadania, com aquilo que o impede, ou com os obstáculos que o restringem, dando o exemplo dos países do Sul e dos estados pós-coloniais, onde os direitos políticos dos povos e a noção de cidadania, ainda não conduz a uma real participação nos mecanismos institucionais, e refere, também, os países mais avançados, pelo défice crescente de representação da sociedade real na sociedade política. Sobre a dimensão económica, o autor destaca um fator que influencia esta forma de exclusão, as desigualdades que existem na distribuição da acumulação e dos recursos, causadas pelas relações de força que se exercem na sociedade, por capacidade corporativa e reivindicativa de certos grupos. Associa a esta dimensão a questão espacial

⁸⁸ Amaro, R. Roque (2001), *op. cit.*, p.17.

⁸⁹ Costa, A. Bruto da (1998), *op. cit.*, p.58.

⁹⁰ *Idem*, p.74.

e refere áreas de exclusão económico-espacial, centros históricos e outras zonas não reabilitadas, subúrbios degradados, regiões rurais isoladas, áreas que ficam fora do processo de desenvolvimento que vão agravando o seu isolamento, excluindo as suas populações, a quem não resta senão a possibilidade, para os mais ativos, de emigrar. Como síntese, refere que “a exclusão social pode ser entendida como uma acumulação de processos confluentes com ruturas sucessivas que, despoletada no centro da economia, da política e da sociedade, vão afastando e «inferiorizando» pessoas, grupos, comunidades e territórios em relação aos centros do poder, aos recursos e aos valores dominantes”⁹¹.

Relação entre os conceitos de pobreza e exclusão social

Tendo refletido sobre cada um dos conceitos e embora já tenhamos clarificado o que significam de *per si*, será necessário perceber a relação que se estabelece entre ambos.

Retomemos o conceito de pobreza sugerido por Bruto da Costa, a pobreza como uma situação de privação por falta de recursos. Analisando por partes e começando pela questão da falta de recursos, se essa situação ocorre é porque o indivíduo está em processo de rutura com alguns dos sistemas sociais básicos, em particular os geradores de rendimento. Sobre a privação, esta evidencia que o indivíduo não consegue satisfazer as suas necessidades básicas, ou seja, estará também em processo de rutura com outros sistemas sociais básicos. Assim, o autor considera a pobreza como forma de exclusão social e acrescenta que “não existe pobreza sem exclusão social”. Referindo os idosos, que considera em situação de exclusão na sociedade em geral, pelo seu isolamento, mostra que o inverso não é válido e que teremos situações de exclusão que não correspondem a formas de pobreza⁹².

Também Jordi Estivill faz a diferenciação entre os dois conceitos, mas relaciona-os pelo fato de estarem associados às representações e normas da sociedade, por partilharem a ideia de processo e pelo carácter cumulativo e pluridimensional. Apela ao uso dos conceitos numa ótica de complementaridade, de rigor e numa perspetiva copulativa. Sobre a questão da existência dos dois conceitos e do menor uso atual do conceito de pobreza e da importância crescente do conceito de exclusão, destaca o facto de «pobreza» ser uma noção de certa forma gasta e incomodativa, que evoca um passado que se queria ultrapassado de atitudes e medidas caritativas e incomodativa porque expõe a dificuldade da distribuição da riqueza, o sofrimento e o mal-estar e contraria o discurso positivista do desenvolvimento económico. Já sobre «exclusão», o autor sublinha o valor da novidade do conceito e o facto de ter permitido relançar o debate sobre estas problemáticas, reinterpretando e olhando para as suas características estruturais, pluridimensionais e dinâmicas. O autor refere, também, o carácter menos estigmatizante do conceito, mais ambíguo (menos quantificável), o que, por um lado, o torna mais aceitável, mobilizador e de uma abordagem política mais facilitada. O autor conclui que exclusão social é um conceito complementar do conceito de pobreza, que ajuda a compreender o problema da desigualdade de oportunidades dos países em vias de desenvolvimento, que valoriza o papel dos atores sociais nos processos de inclusão, onde enquadra as relações individuais, familiares e em

⁹¹ Estivill, Jordi (2003), *op. cit.*, p.20.

⁹² Costa, A. Bruto da (coord.) (2008), *op. cit.*, p.63.

comunidade, e que apresenta uma nova visão para a globalização e para os problemas do desenvolvimento dos territórios e de determinados grupos de população⁹³.

3.3. O combate à pobreza e à exclusão social em Portugal

Neste ponto são referidos programas de âmbito comunitário e/ou nacional no combate à pobreza e à exclusão social, instituídos após a constituição da Comunidade Económica Europeia (CEE).

Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza

A luta contra a pobreza, no espaço comunitário, surge em 1975 com o I Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (PELCP), para os anos de 1975 a 1980. Tinha como grande objetivo conhecer a realidade sobre a pobreza nas sociedades europeias, promover a inovação, estruturar a rede de agentes e associar a reflexão à prática⁹⁴.

Em 1984 é lançado o II PELCP, para os anos de 1984 a 1989, em que Portugal já participou, a partir de 1986, após a sua adesão à CEE. Prossegue o esforço de estudo e investigação e promove a partilha do conhecimento e métodos na luta contra a pobreza, promovendo a constituição de equipas transnacionais. É no contexto deste programa que surge a noção de exclusão social, citada num documento da Comissão, e a perceção da multidimensionalidade em torno de ambos os conceitos.⁹⁵ Foram também trabalhados conceitos como a marginalização, insegurança de existência, pobreza relativa e absoluta e privação, tendo ainda ficado claro a transversalidade da problemática da pobreza relativamente a todos os países membros⁹⁶.

Em 1989, é lançado o III PELCP, conhecido como Pobreza III, para os anos de 1989 e 1994. Programa mais ambicioso e estruturado que continuou o esforço de investigação e sensibilização para os temas da pobreza e da exclusão social e que promoveu novas estratégias, novos métodos e recomendações de políticas de âmbito local, regional, nacional e supranacional. Para cumprir estes objetivos, o programa adota uma grelha conceptual de referência baseada nos princípios da multidimensionalidade da pobreza e da exclusão social, do partenariado e da participação da população abrangida nas diversas ações de intervenção local⁹⁷.

Dos objetivos e da grelha conceptual de referência, surgem seis princípios metodológicos que estiveram subjacentes às intervenções no âmbito do programa⁹⁸:

⁹³ Estivill, Jordi (2003), *op. cit.*, p.21.

⁹⁴ Amaro, R. Roque (coord.) (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, p.44.

⁹⁵ Idem, p.45.

⁹⁶ Estivill, Jordi (2003), *op. cit.*

⁹⁷ Amaro, R. Roque (coord.) (2003), *op. cit.*, p.46.

⁹⁸ Idem, p.47.

- “investigação-ação” - o programa exigia que a prática fosse sustentada pelo conhecimento científico e que, das ações refletidas e avaliadas, surgissem novas políticas e estratégias de intervenção;
- “visão societal e multidimensional da pobreza e da exclusão social” - pondo ênfase na relação entre os dois conceitos e na sua característica multidimensional;
- “integração das dimensões económicas e sociais na abordagem destes problemas e na definição de políticas e estratégias de combate aos mesmos” - com a preocupação de promover uma integração simultaneamente económica e social dos excluídos;
- “parterariado” - procurando promover a ação coordenada e a articulação de estratégias e recursos entre os vários agentes e instituições, numa perspetiva de corresponsabilização;
- “participação” - pretendia-se o envolvimento ativo das pessoas e dos grupos a quem as ações eram dirigidas como forma de atacar a causa dos problemas e de promover a sua capacitação, numa perspetiva de auto-inserção económica e social;
- “valorização do nível local dos projetos e das ações” - procurar formas de intervenção a partir das próprias comunidades, relacionando visão global com particularidade local.

O estudo feito no âmbito do Programa Global Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se debruçou sobre a aplicação no nosso país das estratégias comunitárias através dos PELCP, conclui sobre a importância do Pobreza III para a construção da matriz de referência do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza em Portugal (PNLCP)⁹⁹. Com o fim dos PELCP, em 1994, a luta contra a pobreza passa a ser uma responsabilidade dos Estados Membros, embora o tema da exclusão social e da pobreza continue referido e incorporado nas políticas e estratégias, nos Tratados da União, em diretivas comunitárias, em recomendações do Parlamento Europeu, nos Programas de Ação Social da Comissão e nos Livros Verde e Branco da Política Social Europeia¹⁰⁰.

Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza

Na sequência da participação de Portugal nos PELCP e ainda durante a vigência do Pobreza III, é criado em Portugal o PNLCP, em fevereiro de 1990, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/90¹⁰¹, muito em consequência do conhecimento sobre a pobreza, fruto de estudos e obras publicadas e, também, do conhecimento e das experiências e metodologias adquiridas com os programas comunitários. Esta Resolução expressa algumas preocupações, reconhece o problema e estabelece alguns objetivos a atingir com o programa, nomeadamente, a preocupação de elevar os “níveis de bem-estar e da qualidade de vida de todos os estratos da comunidade”, o reconhecimento da existência de “situações humanas inaceitáveis” e a vontade de desenvolver “um combate persistente e sistemático” contra a pobreza. Para coordenar o programa, definir e enquadrar os projetos e as ações, avaliar os seus resultados e promover o conhecimento sobre a problemática da pobreza e propor políticas,

⁹⁹ Idem, p.51.

¹⁰⁰ Estivill, Jordi (2003), *op. cit.*

¹⁰¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/90, em Amaro, R. Roque (coord.) (2003), *op. cit.*, p. 201.

prioridades e estratégias, foram criados dois Comissariados Regionais do Norte e do Sul da Luta Contra a Pobreza que ficaram na dependência do Ministro do Emprego e Segurança Social.

O PNLCP retomou os princípios metodológicos do Pobreza III e foi introduzindo outras metodologias fruto da própria avaliação, nomeadamente, uma metodologia de projeto relativamente às ações, o foco das ações em zonas consideradas prioritárias e de maior risco social, a valorização de uma lógica de desenvolvimento local e social e o princípio da investigação-ação, numa perspetiva sistémica, a partir do problema, gerar a ação, fazer o seu seguimento crítico, gerar conhecimento e renovar a própria ação¹⁰².

Outros programas e medidas de luta contra a pobreza e a exclusão social

Em paralelo com o PNLCP e na sua sequência, tendo-o, muitas vezes, como referência metodológica e com ele se articulando, foram dinamizados vários programas, nacionais e comunitários, e diversas medidas e iniciativas, que iremos, brevemente, referir, seguindo a sua cronologia.

Em 1996, é implementado o Rendimento Mínimo Garantido (RMG)¹⁰³ que segue uma Recomendação do Conselho Europeu de 1992, sendo o reconhecimento do rendimento mínimo como um direito de cidadania. Esta medida é revogada em 2003 e é criado o Rendimento Social de Inserção (RSI), que sofreu várias alterações legislativas, nomeadamente, em plena crise económica e social, em 2012, o que teve um efeito perverso, diminuindo o número de beneficiários pela complexidade que se criou no sistema de acesso.

Em 1997, foi criado o programa Redes Sociais Locais, que pretendia estimular o trabalho em rede, incentivando os organismos do setor público (serviços do Estado e autarquias locais), IPSS e outras entidades, a integrarem as suas ações para, em parceria, prevenir e intervir em situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local. Assim, surgem os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), de âmbito concelhio e as Comissões Sociais de Freguesia (CSF). É, no entanto, um modelo muito centrado nas autarquias e, tendencialmente, um modelo de dimensão social, com dificuldade de dinamização dos agentes económicos¹⁰⁴.

Em 2001 foi criado o Programa Escolhas¹⁰⁵ com o objetivo de promover a inclusão social de crianças e jovens, em contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Também numa lógica de promoção da inclusão, foi lançado, nesse ano, o Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL, financiado pelo Fundo Social Europeu (FSE), para eliminar os problemas das comunidades e das pessoas em situação de maior desvantagem e discriminação no acesso ao mercado de trabalho. Era uma das componentes da estratégia europeia de emprego. A sua metodologia, na linha dos PELCP, assentava nos princípios da inovação, do trabalho em parceria, do empowerment, da igualdade de género, da cooperação transnacional, do envolvimento dos

¹⁰² Amaro, R. Roque (coord.) (2003), *op. cit.*, p.57.

¹⁰³ Rediteia, *op. cit.*, p.40.

¹⁰⁴ Idem, p.37.

¹⁰⁵ Idem.

empregadores e da disseminação de boas práticas. Apesar do seu sucesso, este programa foi encerrado pela Comissão Europeia em 2009.

Em 2004, é lançado o Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE), que sucede ao Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza. Já em 2005, face à elevada taxa de pobreza entre a população idosa, é criado o Complemento Solidário para Idosos (CSI) destinado a cidadãos nacionais e estrangeiros com baixos recursos, que pretende colmatar as suas necessidades apoiando os mais vulneráveis. Na sequência do PROGRIDE, é criado, em 2007, o programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) com a finalidade de promover a inclusão social, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios afetados pelo desemprego, com situações críticas de pobreza e envelhecimento da população. Está atualmente em vigor o CLDS-3G¹⁰⁶.

Em outubro de 2011, na sequência do Memorando de Entendimento assinado com a Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu, com o objetivo de fazer frente às consequências sociais das medidas deste Memorando, é lançado o Programa de Emergência Social (PES). Teve um efeito imediato, em termos de subsistência, para muitas pessoas e famílias, gravemente afetadas pela crise económica e desemprego, ajudando-as a suprir as carências alimentares através da criação de um elevado número de Cantinas Sociais. No entanto, com características essencialmente assistencialistas, este programa não demonstrou grande capacidade para promover uma efetiva capacitação e inclusão dos beneficiários¹⁰⁷.

Atualmente a política comunitária e a política nacional, estão marcadas pela Estratégia Europa 2020, cujas prioridades estratégicas são “Crescimento, Crescimento Sustentável e Crescimento Inclusivo”. Na política comunitária existe o propósito de que, pelo menos 20% do Fundo Social Europeu seja exclusivamente dedicado ao combate à pobreza. Neste espírito, o Regulamento (EU) n.º 223/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, criou o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAC), que abrange o período de janeiro 2014 a dezembro de 2020. Pretende-se facultar apoio às pessoas mais carenciadas através da concessão de alimentos, assistência material e realização de atividades de inclusão social. Em Portugal a operacionalização do FEAC, para a medida relativa à aquisição e distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, é feita através do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC). Para além deste propósito de apoio alimentar e outros bens essenciais, pretende-se a implementação de medidas de acompanhamento para a capacitação das pessoas abrangidas pelo programa, promovendo a sua inclusão¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Segurança Social, *Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 3G (CLDS – 3G)* (online).

Disponível em: <http://www.seg-social.pt/contratos-locais-de-desenvolvimento-social-3g-clds-3g>, (consulta em 21.05.2018)

¹⁰⁷ Rediteia, *op. cit.*, p.43.

¹⁰⁸ Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (online).

Disponível em: <http://www.poapmc.portugal2020.pt/>, (consulta em 21.05.2018)

Ainda no âmbito do quadro comunitário (2014-2020), salientamos o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), pela componente de promoção da inclusão através de instrumentos como, “Igualdade de oportunidades, Inovação Social, Qualificação dos Ativos, Inclusão Ativa”¹⁰⁹.

Um outro programa, enquadrado na Estratégia Europa 2020, que, numa lógica de política de inclusão, pretende combater a desertificação e promover o desenvolvimento nos territórios da baixa densidade, de características essencialmente rurais, é o Plano de Desenvolvimento Rural (PDR), com medidas específicas para fomentar o desenvolvimento local das zonas rurais e combater a exclusão social na sua dimensão económico-espacial¹¹⁰.

Por fim, será importante referir, pelo reflexo que poderá vir a ter nas políticas europeias e nacionais, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fixados na cimeira da ONU, em Nova Iorque (EUA), em setembro de 2015. Muitos dos 17 ODS, aprovados por unanimidade pelos 193 Estados-membros da ONU, são claramente objetivos que apontam para o combate à pobreza e à exclusão social. Destes ODS destacamos:

- “Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”;
- “Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”;
- “Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”;
- “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”;
- “Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas”;

Os outros objetivos são também objetivos para a construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária e mais inclusiva. Os ODS constituem uma agenda que é “fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas”¹¹¹.

4. EMPOWERMENT E CIDADANIA

Quando falamos de pobreza e/ou exclusão social, na sua multidimensionalidade, e olhamos os indivíduos, as suas famílias e as comunidades afetadas por esta realidade, vemos que lutam diariamente para conseguir os meios escassos que precisam para sobreviver. São pessoas, famílias e comunidades destituídas de recursos, de oportunidades e de voz, muitas vezes com dificuldade de

¹⁰⁹ Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (online).

Disponível em: <http://www.poise.pt/>, (consulta em 21.05.2018)

¹¹⁰ Programa de Desenvolvimento Rural (online)

Disponível em: <http://www.pdr-2020.pt/>, (consulta em 21.05.2018)

¹¹¹ Centro Regional de Informação das Nações Unidas (online)

Disponível em <http://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>, (consulta em 21.05.2018)

acesso a serviços básicos, que reproduzem esta problemática de geração para geração porque não têm o poder para mudar as suas vidas.

Na linha do que Bourdieu considera ser o património de diferentes capitais dos indivíduos (culturais, económicos, afetivos, políticos...), cuja existência, escassez ou inexistência vai determinar as suas trajetórias de vida, Júlia Cardoso evoca também Rawls para afirmar que a maior parte dos indivíduos ou famílias que recorrem a instituições ou apoios sociais não têm liberdade e os bens básicos que deveriam ser proporcionados por um sistema justo de distribuição que permitiria oportunidades, acesso a rendimento e riqueza, valores sociais e liberdade¹¹².

Neste subcapítulo, iremos abordar o empowerment como uma estratégia central na luta contra a pobreza e exclusão social, quer assumindo-o como um processo fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, das suas famílias e comunidades e para a promoção da sua cidadania, quer como um objetivo a atingir por estes, sinónimo de capacidade, autonomia e controlo.

4.1. Reflexões em torno do conceito de empowerment

Trajetos de vida marcados pela escassez de recursos conduzem a dificuldades na autonomia, na afirmação pessoal e na responsabilidade¹¹³. A autonomia implica uma consciência de si próprio e da possibilidade de fazer opções, alterações que, por si só, dificilmente acontecem, podendo ser relevante o papel de instituições justas que incentivem e ajudem os indivíduos e as famílias no desenvolvimento de capacidades para se tornarem socialmente interventivos na comunidade. Tornar-se uma “pessoa capaz” só é possível se tivermos democracia e mecanismos sociais justos que permitam a cada indivíduo a apropriação dos seus direitos de cidadão¹¹⁴.

Embora o conceito de empowerment seja relativamente recente são múltiplas, e nem sempre convergentes, as diversas abordagens, quer na perspetiva analítica, quer operacional. Existem, no entanto, traços comuns. É referido, muitas vezes, como uma estratégia ligada ao desenvolvimento humano e como um processo que promove o poder das pessoas e que as olha, de forma individual e/ou agregada em famílias, organizações e comunidades, como sujeitos ativos e participantes no seu processo de mudança.

Friedmann apresenta o empowerment na perspetiva do desenvolvimento alternativo¹¹⁵, de base local, focado nas pessoas, na comunidade e no ambiente que as rodeia, nas suas condições de vida e de subsistência. Refere a importância do empowerment social e político como forma de reequilibrar a estrutura de poder na sociedade ao delimitar a esfera de ação do Estado, de apelar à responsabilidade

¹¹² Cardoso, Júlia (2008), “Estratégias de Empowerment e Acção Social” em José Vieira da Silva (et al.), *Empowerment – Capacitar para Participar*, CAIS - Tempo Social n.º 10, Lisboa, Padrões Culturais Editora, pp.30-34.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Friedmann, John (1992), *Empowerment – The Politics of Alternative Development*, Cambridge, CeBasil Blackwell, p.33.

social das empresas e de dar poder e capacidade de intervenção à sociedade civil. Uma transformação da sociedade alterando a sua estrutura de poder que se passa a exercer de baixo para cima. A sua teoria para o desenvolvimento alternativo é desenvolvida em torno da estrutura familiar, referida como unidade elementar da sociedade civil e entendida como unidade de produção e de vivência política, unidade que se agrega ou interage com as outras, em relações de comunidade assentes na solidariedade e na reciprocidade, valores referidos como conduta de vivência social e considerados princípios éticos fundamentais.

Para este autor, o desenvolvimento alternativo tem como objetivo central, procurar o empowerment das famílias e dos seus membros e, de uma forma agregada, das comunidades, como um processo que se desenvolve em três dimensões ou poderes - social, político e psicológico. No poder social o autor dá relevância ao acesso às bases produtivas - a informação, o conhecimento e as competências, a organização social e os recursos financeiros. Sobre o poder político, refere a importância do voto, mas dá destaque à necessidade de ter voz, não apenas em termos individuais, mas na ação coletiva, em partidos, movimentos sociais, sindicatos, na perspectiva do poder de influenciar o processo de decisão sobre aspetos fundamentais para a sua vida e para o interesse da comunidade. O poder psicológico é uma consciência individual de capacidade que é o resultado da participação do indivíduo em ações bem-sucedidas, nos domínios social e político, e das relações interpessoais que se estabelecem entre os indivíduos¹¹⁶.

Numa perspectiva de combate à exclusão deverá ser dada relevância ao empowerment social, trabalhando a autoestima e a confiança, possibilitando, que a partir de aí, possa ser trabalhado o empowerment político. O aumento do poder social permitirá um maior poder político com melhor capacidade de reivindicação dos interesses dos indivíduos, das famílias e das comunidades¹¹⁷.

Para Rappaport¹¹⁸, no âmbito dos seus estudos em psicologia comunitária, empowerment é o processo que aumenta a possibilidade de as pessoas controlarem as suas próprias vidas, visto que as considera como seres humanos completos, com necessidades, mas, também detentoras de direitos. Critica os modelos de intervenção na comunidade que tratam as pessoas como dependentes, modelos excessivamente dirigistas, que olham unicamente as suas necessidades, e defende um modelo que seja focado nos direitos das pessoas, que as vê como cidadãos. Defende um modelo de intervenção que apele ao envolvimento e à participação dos indivíduos e das suas comunidades. O autor considera a pobreza como o resultado de um problema estrutural da sociedade e de falta de recursos, razões que impedem que as competências dos indivíduos e da comunidade se possam realizar.

Assim, o empowerment é considerado uma ideologia que levará a mudar a forma como se olha e se intervém relativamente à pobreza, que reconhece no pobre as competências, existentes ou passíveis de desenvolver, e os seus direitos. Olhando as pessoas e os seus problemas na sua própria

¹¹⁶ Idem, p.34.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Rappaport, Julian (1981), "In Praise of Paradox: A Social Policy of Empowerment Over Prevention", *American Journal of Community Psychology*, 9:1, pp.1-25.

especificidade e diversidade, tendo em atenção a multidimensionalidade dos fenómenos da pobreza e da exclusão, que referimos quando refletimos sobre estes conceitos, as estratégias de empowerment deverão influenciar políticas sociais que surjam de baixo para cima, que se enquadrem nessa diversidade e nas problemáticas locais, políticas que não sejam monolíticas e centralizadoras. Pensamos que, nesta perspetiva de olhar o local, o autor tem uma visão multidimensional e dinâmica de empowerment, tendo em atenção que estes fenómenos exigem uma capacidade de olhar a sociedade e acompanhar a sua contemporaneidade, as novas questões sociais que se vão colocando, que só são perceptíveis se olharmos para a realidade das pessoas¹¹⁹.

Ainda nesta lógica de proximidade, o autor alerta para a importância das estruturas sociais mediadoras de base local, que estão posicionadas entre as grandes instituições sociais impessoais e os indivíduos, referindo a família, o bairro, a igreja, as organizações voluntárias, estruturas que são o seu suporte, o seu espaço de vida e realização, nas quais ele deve ter a mais ampla participação e controlo. Nesta perspetiva, o empowerment, por um lado, está ligado à determinação e ao controlo do indivíduo sobre a sua vida e, por outro, à sua participação democrática no seio de uma comunidade¹²⁰. É um processo que concorre para uma consciência pessoal de capacidade e controlo, de influência social e de poder político e perceção de direitos legais. Um processo através do qual o indivíduo, as organizações e a comunidade, têm controlo sobre as suas vidas e sobre tudo o que elas englobam. É uma construção psicológica individual, considera Rappaport, mas, também, uma construção que se realiza num conjunto vasto de outros domínios – organizacional, político, sociológico, económico e espiritual, e que apreende e está intimamente ligada às nossas crenças, vontade e sentido de justiça, às nossas preocupações com a equidade no acesso à saúde e à educação, e com os direitos e necessidades dos cidadãos.

Como valor essencial para o trabalho de intervenção e como modelo teórico para perceção dos fenómenos relacionados com o desenvolvimento das pessoas, das organizações e das comunidades, relativamente às suas competências, funcionamento, autonomia e qualidade de vida, o empowerment é referido por Rappaport¹²¹ como uma construção multinível em que uma intervenção a um dos níveis vai influenciar e determinar mudanças nos outros níveis.

Esta ideia é também desenvolvida por Zimmerman¹²² que refere o empowerment como uma construção em três níveis, pessoal, organizacional e comunitário. O empowerment ao nível pessoal, é referido como empowerment psicológico, que implica acreditar nas competências do indivíduo, na sua capacidade para exercer controlo (sobre as suas decisões, sobre a sua vida) e na sua consciência crítica sobre o ambiente sociopolítico. Sobre este último aspeto, o desenvolvimento pelos indivíduos

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Rappaport, Julian (1987), "Terms of Empowerment / Exemplars of Prevention: Toward a Theory for Community Psychology", *American Journal of Community Psychology*, 15: 2, pp.121-148.

¹²¹ Idem.

¹²² Zimmerman, Marc A. (1999), "Empowerment Theory – Psychological, Organizational and Community Levels of Analysis", em Julian Rappaport and Edward Seidman (orgs.), *Handbook of Community Psychology*, New York, Kluwer Academic / Plenum Publishers, p.44.

destas competências analíticas será conseguido promovendo a sua participação na comunidade, quer em atividades, quer mesmo em organizações, o que os ajudará a desenvolver a autoestima e o autocontrolo e outras competências, sobretudo de relação e organização, a capacidade de trabalhar com os outros em torno de objetivos de grupo e o desenvolvimento de estratégias de mudança social.

Sobre o empowerment ao nível organizacional, Zimmerman¹²³ começa por mencionar que, relativamente às organizações, há duas questões distintas, aquilo que elas podem dar aos seus membros e o que elas podem ser ou representar para a comunidade. Ou seja, há organizações que são promotoras do empowerment dos seus membros e organizações que são detentoras de empowerment, podendo coexistir as duas situações. Organizações promotoras de empowerment são organizações que fomentam uma cultura de comunidade e de identidade social, que dão oportunidade aos seus membros para desempenharem diferentes papéis, numa perspetiva de liderança partilhada e de compromisso mútuo. Estas organizações contribuem, dessa forma, para o desenvolvimento pessoal, para a promoção de competências de relação, liderança, autoconfiança e controlo, sentido de pertença e gestão de recursos. As organizações detentoras de empowerment, são as que se afirmam e destacam no contexto do tecido social da comunidade, que se tornam reconhecidas e importantes para os processos de decisão de políticas que lhe interessam, estendendo a sua esfera de influência para além dos seus limites estritos e que são capazes de mobilizar recursos coletivos. Na medida em que estas organizações partilhem informações, recursos, objetivos, conseguem atingir capacidade conjunta de se constituírem como uma base de suporte à própria comunidade, no sentido do seu desenvolvimento coletivo e da sua identidade¹²⁴.

Ao nível comunitário, o mesmo autor referencia uma comunidade com empowerment como aquela que tem iniciativas para o seu próprio desenvolvimento, que reage às ameaças que surgem à sua qualidade de vida e que dá espaço e oportunidade, para a participação dos seus cidadãos. Saliente-se a importância para a estrutura e ligação que deverá existir entre as diversas organizações que compõem a comunidade (promotoras e/ou detentoras de empowerment), as quais deverão ser um espaço de participação e envolvimento igualitário para os seus cidadãos. Olhando a comunidade como promotora de empowerment é ela que deve prover os recursos necessários à qualidade de vida dos seus residentes, espaços de lazer, serviços de educação e saúde, proteção, etc., bem como, meios de comunicação, como rádios locais e jornais, que permitam a partilha de informação e a possibilidade de discussão e expressão da diversidade e de pontos de vista diferentes sobre os temas que interessam, promovendo a participação dos seus cidadãos, e um sistema de governação partilhada que envolva e tenha verdadeiramente em atenção as preocupações e opiniões dos seus membros¹²⁵.

Apresentando uma visão sobre o conceito de empowerment mais ligada às políticas e estratégias institucionais de combate à pobreza, Deepa Narayan¹²⁶ reflete sobre a estratégia do Banco Mundial

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Idem, p.54.

¹²⁶ Narayan, Deepa (org.) (2002), *Empowerment and Poverty Reduction: A Sourcebook*, Washington, World Bank.

para o crescimento económico e a redução da pobreza, referindo em particular o relatório “World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty”. Este relatório serviu de base à definição do quadro estratégico para a intervenção da instituição neste âmbito e dá grande ênfase à necessidade de criar um clima favorável ao investimento, ao emprego, ao crescimento, ao empowerment dos pobres e ao investimento nos seus próprios recursos.

A autora considera que o facto de os pobres estarem diminuídos nos seus poderes e na sua capacidade de fazer ouvir a sua voz, limita a sua liberdade nas relações institucionais, em particular com o Estado e com o mercado. Sugere uma reforma institucional que suporte o empowerment dos pobres, o que implica mudar as relações entre os pobres e o Estado e as suas instituições. Apresenta uma definição institucional de empowerment no contexto da redução da pobreza: “Empowerment é o aumento de ativos e capacidades dos pobres para participar, negociar, influenciar, controlar e manter instituições responsáveis que afetam as suas vidas”¹²⁷. Considera como “ativos” os bens físicos e financeiros, a que atribui relevância pois permitem às pessoas resistir à adversidade e alargar o seu horizonte de escolhas. Sobre as capacidades, distingue-as em “capacidades humanas” - como a saúde, a educação e as competências para o trabalho; “capacidades sociais” - como o sentido de pertença e identidade, liderança, relações de confiança; e “capacidades políticas” - como a capacidade de participar na vida política da comunidade, no associativismo e de se representar a si próprio e aos outros. Estes ativos e estas capacidades são considerados numa perspetiva individual, mas também coletiva, sendo sublinhada a importância da capacidade de organização e ação coletiva para a mobilização de recursos.

A autora entende como muito relevante a existência de organizações que sejam representativas dos próprios pobres e onde estes participem e possam expressar a sua voz. Entidades que tenham capacidade de representação junto das instituições públicas para a promoção da qualidade dos serviços prestados e, também, para a ação coletiva na perspetiva do desenvolvimento económico. As políticas públicas e as instituições do Estado são de grande relevância para a vida coletiva e, em particular, para a promoção do desenvolvimento e para o combate à pobreza. O pobre, em geral, não tem poder, não tem voz, não participa nestas instituições que são tão decisivas para a sua vida. É uma cultura de desigualdade, como designa Narayan¹²⁸, onde os pobres e os grupos da sociedade civil, terão de assumir um papel determinante, como intermediários, devendo ser garantida uma verdadeira representação dos interesses dos cidadãos. O contexto institucional inclui regras, normas, comportamentos padronizados, da esfera privada ou da sociedade civil, formais ou informais, que formatam os comportamentos e as expectativas e que condicionam a vida individual e coletiva. O empowerment é, também, um processo que visa combater a desigualdade nas relações institucionais, a que o pobre, de forma individual ou coletiva, está sujeito¹²⁹.

A autora é consultora sénior no *Poverty Reduction and Economic Management* (PREM) no Banco Mundial – Washington D.C.

¹²⁷ Idem (minha tradução), p.11.

¹²⁸ Idem, p.13.

¹²⁹ Idem.

São identificados quatro elementos, considerados fundamentais pela autora para o sucesso das estratégias de empowerment, que deverão ser tidos em conta quando se pretendem combater as desigualdades ao nível das relações institucionais. São eles¹³⁰:

- O acesso à informação;
- A inclusão e a participação;
- A transparência e a responsabilidade;
- A capacidade organizacional local.

O acesso à informação pelos cidadãos é fundamental para a sua vivência e para a promoção da igualdade e da justiça na sociedade. Deve ser fácil, imediato, inteligível por todas as pessoas e utilizar os mais variados meios de comunicação e partilha. Como Narayan refere, informação é poder e sem acesso a informação fundamental ao seu desenvolvimento, será difícil para os pobres e excluídos tomarem qualquer ação. Informação sobre direitos, programas e iniciativas, é importante na perspetiva das oportunidades, mas também é necessária informação, sobre o funcionamento do sector público e privado, que garanta a transparência das instituições¹³¹.

A inclusão e a participação de um indivíduo na vida da sua comunidade pode ser vista, em primeiro lugar, como uma razão existencial, mas quando falamos em pobres e excluídos, quer na perspetiva individual como de certos grupos, a questão da participação torna-se algo crítico, tanto na perspetiva da aquisição de competências sociais como na perspetiva política. Esta participação pode ser exercida de forma direta ou representativa, através de associações ou partidos políticos, pode ser informacional pelo envio de dados ou relatórios para determinadas entidades, ou pode ser exercida através de mecanismos de mercado, influenciando esses próprios mecanismos no que são as barreiras à sua participação¹³².

Garantir a transparência e a responsabilidade das entidades que prestam serviços ou disponibilizam produtos à sociedade, sejam públicas ou privadas, é fundamental para todos os cidadãos, em particular para os grupos mais dependentes. A corrupção, o abuso de autoridade, a posição dominante no mercado, são situações que, sobretudo, vão afetar os mais vulneráveis. O acesso à informação, que já referimos, é fundamental para garantir esta “prestação de contas”. Existem mecanismos que permitem aos cidadãos agir neste sentido. Mecanismos políticos, administrativos e públicos. A organização política democrática de um país, bem como o seu sistema judicial, deverão ser mecanismos acessíveis e promotores desta transparência¹³³.

A capacidade organizacional local dos cidadãos, verdadeiramente participada por todos, em particular pelos pobres e excluídos, é uma forma de lhes dar voz e poder, sobretudo na questão das relações institucionais. Esta organização, podendo ser formal ou informal, permitirá a mobilização conjunta para a resolução de problemas, para a tomada de decisões ou para a obtenção de recursos que interessam

¹³⁰ Idem, p.14.

¹³¹ Idem.

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

à comunidade. Como Narayan refere, uma comunidade organizada far-se-á ouvir e as suas exigências serão mais facilmente atendidas do que uma comunidade com pouca organização¹³⁴.

Olhemos, agora, para a questão específica do empowerment das mulheres. O baixo status das mulheres em muitas sociedades, nomeadamente, em vastas regiões do mundo, genericamente pobres e com elevados índices de desigualdade, com sociedades muito estratificadas e patriarcais, faz com que os efeitos da pobreza e da exclusão tenham uma maior incidência sobre o género feminino. Esta situação é agravada pela condição particular de discriminação em que a mulher se encontra face à posição ou status social e económico que ela ocupa face ao homem. Para além de configurar uma grave injustiça social, é um fator que condiciona o desenvolvimento destas regiões e que ajuda a perpetuar as problemáticas da pobreza e da desigualdade em que estas sociedades se encontram mergulhadas.

Esta realidade e a sua particularidade, justificou o desenvolvimento do conceito de empowerment das mulheres, que surge por força do trabalho e reflexão de diversos movimentos de mulheres, em particular de grupos feministas que surgiram ou intervêm nestas regiões do mundo. Neste âmbito, as grandes questões que afetam a mulher e sobre as quais tem incidido a sua luta, são, a abolição da divisão do trabalho com base no género, os direitos relacionados com a reprodução e a liberdade de escolha perante a maternidade, a necessidade de combater as formas institucionalizadas de discriminação, implementar uma política de igualdade e combater a violência doméstica e o controlo dos homens sobre as mulheres.

Para Batliwala, o empowerment das mulheres requer “a transformação das estruturas de subordinação através de uma mudança radical na lei, nos direitos de propriedade e noutras instituições que reforçam e perpetuam a dominação masculina”¹³⁵. Neste sentido, o empowerment das mulheres é um processo de mudança que desafia as relações de poder existentes e propõe um maior controlo sobre as fontes desse poder. Um processo que visa gerar reequilíbrios de poder afrontando a cultura patriarcal e as correspondentes estruturas e instituições que a perpetuam e que são fonte de discriminação e de desigualdade.

Temos verificado, sobretudo através da leitura de experiências de projetos que seguem uma abordagem de empowerment, que quando estes são assumidos como processos de transformação que provocam reequilíbrios de poder, que o processo de empowerment gera resistências e desconfianças. É o caso do empowerment das mulheres, que vai interferir com interesses e poderes instalados, o que implica ter de confrontar crenças, tradições e práticas culturais existentes, desde a esfera pública ao âmbito restrito da família, retirando poder e privilégios aos homens¹³⁶.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Batliwala, Srilatha (1994), “The Meaning of Women’s Empowerment: New Concepts from Action”, em Gita Sen, Adrienne Germain, Lincoln C. Chen (editors), *Population policies reconsidered – health, empowerment, and rights*, Boston, Harvard School of Public Health, p.129 (minha tradução).

¹³⁶ Idem

No entanto, Batliwala sublinha o facto de o empowerment das mulheres promover, também, o empowerment dos homens a vários níveis, fazendo notar que a maior participação das mulheres na comunidade, em particular em movimentos políticos, vem reforçar a sua ação com uma nova visão dos problemas, uma nova energia e liderança, reforçando o papel destes movimentos. Por outro lado, a melhor preparação das mulheres, o alargamento das suas possibilidades de trabalho, vai melhorar a aquisição de recursos pela família, que no seu todo sai beneficiada em termos de qualidade de vida. Em termos psicológicos, a eliminação das barreiras a um relacionamento igualitário entre homem e mulher, liberta o homem do papel de opressor e explorador levando-o a partilhar as suas responsabilidades e decisões com a mulher, tornando-o um ser mais liberto e realizado¹³⁷.

4.2. Cidadania e participação inclusiva

O processo de empowerment pode ser entendido como promotor da cidadania, visto que uma cidadania ativa é “entendida como território e dispositivo de reivindicação de soberania, onde se defende e se outorga o direito a gerir a vida individual e coletiva, de acordo com um quadro de referências próprio”¹³⁸.

A cidadania é-nos apresentada por Martins¹³⁹ como uma construção moral, política e jurídica e o resultado de um percurso histórico de luta pelos valores da dignidade, da participação e representação, livres e igualitárias, e pela aquisição de direitos cívicos, políticos, sociais, económicos, culturais e ambientais. Na perspetiva da moral, o autor refere como um dos valores básicos a igualdade social, que em sociedades democráticas implica o valor da liberdade, e a valorização do coletivo face ao individual, referindo “a obrigação moral supra-individual e a predominância da sociedade”. Os valores da igualdade e da liberdade constroem-se através da ação política e são valores que, num dado momento, são o resultado de uma dialética entre perspetivas antagónicas da própria sociedade, entre os valores coletivos e o individualismo. A construção destes elementos morais e políticos da cidadania ganham força através da linguagem escrita, com a construção de estatutos jurídicos e constitucionais.

Martins, citando Marshall, apresenta ainda a cidadania na ótica dos direitos, os direitos civis – de liberdade, igualdade, propriedade, circulação, segurança, etc.; os direitos políticos – de voto, liberdade de associação, reunião, organização política e social; e os direitos sociais – direito ao trabalho, à saúde, educação, reforma, aqueles que permitem o bem-estar do indivíduo.

Referindo brevemente o percurso histórico deste conceito, a cidadania surgiu na Grécia antiga, implicando a participação política. Eram cidadãos os que participavam de alguma forma nos assuntos da “polis”, sendo excluídos do exercício da cidadania os que não pertenciam à polis, os escravos, os trabalhadores manuais e outros. Com a Revolução Francesa, surgiu um conceito de cidadania que generalizava direitos e introduzia os princípios de liberdade e de igualdade perante a lei. O conceito de

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Vieira, Isabel de Freitas (2015), *A Participação. Um paradigma para a intervenção social*, Lisboa, Universidade Católica Editora, p.86.

¹³⁹ Martins, Paulo Henrique (2009), “Cidadania”, em Antonio David Cattani, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), *op. cit.*, pp.55-59.

cidadania ativa, de participação, surge apenas no séc. XX com a expansão dos direitos sociais e um entendimento da política e do bem comum que vem expandir o conceito e as suas implicações.

O exercício da cidadania está hoje intimamente ligado ao dever de contribuir para o bem comum, de participar “na coisa pública” com vista a uma sociedade mais justa, como “garantia do exercício dos direitos naturais e imprescindíveis do homem”¹⁴⁰. Se, por um lado, temos sentido um afastamento das pessoas relativamente à participação política, segundo os modelos mais convencionais da nossa velha democracia, temos verificado um interesse e uma participação crescente dos indivíduos em novos espaços da vida quotidiana, que aderem a modelos de democracia participativa, que no nosso país começam a ter alguma expressão, ou se mobilizam pela afirmação de direitos e diferenças culturais ou sociais, dando origem a “novos movimentos sociais”¹⁴¹.

A cidadania, na perspetiva da participação, implica várias questões, mormente as de identidade e pertença, de se sentir membro efetivo de uma comunidade, o entendimento de direitos e deveres e a existência de autonomia para exercer esses direitos e deveres. Nesta perspetiva, a cidadania não é algo estático, mas sim algo que se conquista pela participação, pela intervenção na comunidade. Ora essa capacidade de intervenção, só é passível de se concretizar através da promoção do empowerment do cidadão, proporcionando-lhe conhecimento, informação e oportunidades para a aquisição e desenvolvimento de competências.

Os vários autores, referidos na reflexão que fizemos sobre o conceito de empowerment, deram bastante relevo à participação, quer na perspetiva da ação do indivíduo, no contributo que essa participação pode ter em termos da aquisição de competências pessoais importantes na sua estruturação psicológica, quer relativamente às organizações e à comunidade, onde é referida a participação na perspetiva coletiva das organizações, como um processo de promoção do bem comum e de afirmação do poder coletivo, que implica tensão, negociação e concertação, entre a sociedade civil, o mercado e o Estado.

Na sociedade contemporânea, com um contexto social caracterizado por uma profusão de interações, a que Castells designa por sociedade em rede, a construção da autonomia envolve todos os aspetos da vida dos cidadãos¹⁴². O exercício pleno da cidadania só é atingível se as pessoas tiverem a capacidade de controlo sobre as suas vidas e se o contexto em que se inserem for de democracia, justiça, equidade e subsidiariedade e permitir o seu desenvolvimento integral.

Vimos que a exclusão social, ao restringir todas, ou algumas, das dimensões da existência do indivíduo na sociedade, coloca em causa a sua participação, o acesso aos direitos sociais e diminui a sua capacidade na relação com as instituições formais e informais. A participação, entendida como promotora de cidadania, é um processo de inclusão. Agir para aumentar ou possibilitar o exercício da cidadania, implica combater as desigualdades, a pobreza e a exclusão, garantindo a todos os cidadãos o acesso aos recursos básicos necessários para a sua vida, levá-los a participar de forma ativa na

¹⁴⁰ Madec, Annick e Numa Murard (1998), *Cidadania e Políticas Sociais*, Lisboa, Instituto Piaget, p.115.

¹⁴¹ Vieira, Isabel de Freitas (2015), *op. cit.*, p.88.

¹⁴² Castells, Manuel (2007), *A sociedade em rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

comunidade, promover a consciência de que podem fazer escolhas e devem assumir o controlo sobre os caminhos a trilhar e promover a sua autonomia na relação com a comunidade e com as instituições.

O combate à exclusão e à pobreza passa pelo combate não só à privação, mas por estratégias de empowerment, de promoção da cidadania, tanto mais que, como referem Magalhães e Stoer a cidadania é hoje, a par com o corpo, o trabalho, a identidade e o território, um dos lugares de impacto da exclusão ou inclusão social¹⁴³.

5. DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Neste subcapítulo iremos refletir sobre as origens e os princípios da Doutrina Social da Igreja(DSI), dando especial destaque ao período que se inicia com a publicação em 1891 da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e olhando para alguns dos contributos que consideramos mais relevantes para o nosso tema, até à atualidade. Embora queiramos dar um maior enfoque a este período, é necessário referir que “desde a formação das primeiras comunidades cristãs que a presença dos cristãos na sociedade levou estas a desenvolver uma reflexão, mais ou menos elaborada, sobre diversas questões sociais, assim como sobre o papel da Igreja na sociedade”¹⁴⁴.

Sendo «doutrina» o “conjunto dos dogmas ou princípios em que se baseia uma crença religiosa”¹⁴⁵ e considerando que o adjetivo «social» remete para a estruturação e organização da sociedade, a DSI é o conjunto dos dogmas, princípios e enunciados, reunidos ao longo do tempo, que são o resultado “de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial”¹⁴⁶. Pertence, como refere João Paulo II, “não ao domínio da ideologia, mas da teologia e especialmente da teologia moral”¹⁴⁷.

A DSI reflete, por isso, o pensamento social da Igreja Católica, apresentando uma interpretação da realidade no que diz respeito à existência humana, tendo como grande referência o Evangelho. Como refere Francisco, “é primariamente positivo e construtivo, orienta uma ação transformadora”¹⁴⁸. Serve, por isso, de orientação para o comportamento humano e para denunciar os problemas e as injustiças inerentes às questões sociais que vão surgindo no mundo, sendo uma referência não apenas para os cristãos, mas para o mundo em geral, sobretudo a partir da *Pacem in Terris*, dirigida “a todos os homens de boa vontade”¹⁴⁹. Segundo Bento XVI, “a doutrina social da Igreja nasceu para reivindicar este

¹⁴³ Stoer, Stephen R. e António Magalhães (2005), *A diferença somos nós. A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*, Porto, Afrontamento.

¹⁴⁴ Fontes, Paulo (1994), *A Doutrina Social da Igreja numa perspectiva histórica*, Lisboa, Centro de Estudos Sócio-pastorais - Universidade Católica Editora, p.68.

¹⁴⁵ Silva, António de Moraes (1961), *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa – Vol. II*, Mem Martins, Editorial Confluência, Lda., p.340.

¹⁴⁶ João Paulo II (1988), *Carta Encíclica «Sollicitudo Rei Socialis»*, n.º 41, Lisboa, Edições Paulistas, p.98.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Francisco (2013), *Exortação Apostólica «Evangelii Gaudium»*, n.º 183, Lisboa, Paulinas Editora, p.129.

¹⁴⁹ João XXIII (1963), “*Pacem in Terris*”, em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros, p.195.

estatuto de cidadania da religião cristã”, ao trazer Deus para a “esfera pública, nomeadamente nas dimensões cultural, social, económica e particularmente política”¹⁵⁰.

5.1. O contexto em que surge a moderna Doutrina Social da Igreja

O contexto histórico que antecede a *Rerum Novarum* foi o do surgimento da modernidade na Europa, o tempo dos ideais do Iluminismo e da Revolução Francesa, da passagem de uma sociedade teocêntrica para uma sociedade antropocêntrica, da elevação da liberdade e da razão, da igualdade e da fraternidade. O pensamento económico clássico, que surge no século XVIII com os contributos de Adam Smith e que foi aprofundado por um conjunto significativo de outros autores, nomeadamente Jean-Baptiste Say, defendeu que o liberalismo económico iria promover a abundância e o bem-estar de todas as classes. Seria a “opulência generalizada”, segundo Adam Smith, ou até, recordando uma visão ainda mais otimista de Say, “a abundância dos bens, o bem-estar geral e a paz”, que conduziriam os povos à elevação moral e à humanização¹⁵¹. Como descrevem vários autores, de várias áreas das ciências sociais que estudaram este período e como retratam alguns romancistas, entre eles Charles Dickens, a realidade foi bem diversa.

O liberalismo, como sistema económico, surge sob a grande influência e intercâmbio entre duas escolas, a inglesa e a francesa das quais destacamos os dois autores referidos no parágrafo anterior. A Escola Clássica Inglesa, referida como pessimista, é “estruturada por um misto de cientismo (...), utilitarismo e individualismo”¹⁵², e considera que a intervenção do Estado no mercado traria mais malefícios que os próprios inconvenientes que este pode provocar. Por sua vez a Escola Clássica Francesa, referida como otimista, apresenta-se mais ideológica, anti estadista e liberalista. Deste intercâmbio, como referimos, surge o liberalismo, que se sustenta no princípio da liberdade do indivíduo, da existência de propriedade privada e de um Estado que não intervenha nas relações económicas, as quais se deverão estabelecer de uma forma livre numa lógica de economia de mercado, de um mercado autorregulável.

No seu livro “A Grande Transformação”, Polanyi refere que “uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado”¹⁵³. Numa época de grandes mudanças e ruturas, no pensamento económico, político e social, esta é a grande transformação que ocorre que muda o paradigma de sociedade como a conhecemos a partir daí. Passarmos de uma sociedade em que “a ordem económica é simplesmente uma das funções da ordem social” para uma sociedade de mercado, implica “subordinar a substância da própria sociedade às leis de mercado”¹⁵⁴, realça Polanyi, que acrescenta, que uma economia de mercado para funcionar, nesta lógica liberal e capitalista, implica que todos os elementos necessários, trabalho, terra e moeda, estejam submetidos à lógica da oferta e da procura e

¹⁵⁰ Bento XVI (2009), *Carta Encíclica «Caritas in Veritate»*, n.º 56, Lisboa, Paulinas Editora, p.92.

¹⁵¹ Nunes, Adérito Sedas (1992), *História dos Factos e das Doutrinas Sociais – Da Formação Histórica do Capitalismo ao Marxismo*, Lisboa, Editorial Presença.

¹⁵² Idem, p.169.

¹⁵³ Polanyi, Karl (2012), *op. cit.*, p.214.

¹⁵⁴ Idem.

que existam mercados para cada um destes elementos. Nesta problemática, um dos aspetos mais sensíveis é a questão do trabalho, que está intimamente associado à vida humana, não devendo, por isso, ser algo a tratar como uma mercadoria que pode ser mobilizada ou rejeitada simplesmente ao sabor das leis do mercado, porque isso trará consequências para o indivíduo, ou seja, afetando a própria sociedade¹⁵⁵.

Mas a Revolução Industrial impôs-se precisamente sustentada num sistema de produção capitalista, onde foi fundamental a abundância de mão de obra, a qual, fruto das alterações ocorridas no sistema agrário, sobretudo em Inglaterra, das falências das unidades artesanais e do crescimento demográfico, ocorria aos aglomerados urbanos. Favorável ao sistema capitalista era também a liberdade que existia ao nível das relações laborais, nomeadamente a ausência de regulação nos contratos de trabalho e a ausência de instituições ou quaisquer mecanismos de defesa dos operários. Lembramos que no final do século XVIII, a tendência na Europa, foi a de combater as corporações de ofícios, sendo França a pioneira com a aprovação da Lei de Chapelier, em 1791, que as extinguiu¹⁵⁶. Esta situação, conduziu a uma enorme desigualdade no poder negocial, a favor dos empresários, à ausência de mecanismos de proteção para os operários e suas famílias e a um nível salarial no limite da sobrevivência. Acresce a tudo isto, o facto, bem relevante, da rutura completa que se estabeleceu ao nível da ordem social que existia, sobretudo e com efeito mais imediato, nas cidades, quebrando-se as estruturas sociais e as relações existentes, o sistema de normas e de crenças, geralmente aceite, de costume, de tradição e também de dominação. Com esta rutura perdeu-se a “unidade do corpo social que a tradição assegurava”¹⁵⁷ e, progressivamente, instalou-se um dualismo na estrutura de classes, a “proletarização e pobreza da maioria do operariado industrial” em contraste com a “prosperidade económica da burguesia capitalista”¹⁵⁸.

As condições de vida do operariado, de um certo isolamento por estar confinado às longas jornadas de trabalho na oficina e ao escasso tempo em família, a injustiça face à falta de regulação nas relações laborais e à desvalorização do trabalho, a não existência de qualquer possibilidade de participação na gestão económica ou política, o contraste entre as suas condições de vida e a ostentação da burguesia capitalista, ajudou à formação de uma consciência de classe, a do proletariado¹⁵⁹. Lembramos o manifesto comunista de Marx e Engels, publicado em 1848, com o objetivo de fomentar uma «consciência operária», propondo “um princípio de identidade”, uma classe homogénea, produtiva e explorada, “um princípio de oposição”, o antagonismo à burguesia que era detentora dos meios e dos lucros da produção, e “um princípio de totalidade”, a necessidade de contrariar uma sociedade dominada económica e politicamente pela burguesia e que alienava o proletariado¹⁶⁰.

¹⁵⁵ Idem, p.216.

¹⁵⁶ Nunes, Adérito Sedas (1992), *op. cit.*, p.243.

¹⁵⁷ Idem, p.266.

¹⁵⁸ Idem, p.256.

¹⁵⁹ Idem, p.247.

¹⁶⁰ Idem, p.279.

Todo este ambiente de degradação social, de exploração e injustiça, foi favorável ao despertar de ideologias e de reações concretas de ação coletiva. Vemos surgir, sobretudo na primeira metade do século XIX, as correntes favoráveis ao intervencionismo social, apelando ao Estado e à responsabilidade patronal, os ideais do socialismo utópico e associacionista e do anarquismo, que, denunciando os males do sistema capitalista, apelavam a uma reforma moral da sociedade e aos valores da justiça, da liberdade e da solidariedade, ideologias que influenciaram o surgimento das primeiras instituições de economia social, as cooperativas, as associações de socorro mútuo e as estruturas de representação e defesa dos trabalhadores, os sindicatos¹⁶¹. É nesta sequência de ações e de dialética que surge o marxismo, que se afirma como um socialismo mais radical que as anteriores correntes de pensamento, que agrega as principais propostas de reação ao liberalismo económico, criticando-o por não ter em atenção a realidade social, apontando para o regime de propriedade privada como culpado pelas desigualdades e injustiças sociais, defendendo a coletivização dos meios de produção e o seu controlo centralizado, propondo uma sociedade organizada coletivamente em associações ou «comunas» e tendo a visão futura de uma sociedade ideal, verdadeiramente igualitária, sem classes sociais¹⁶².

Toda esta problemática e a radical transformação social, económica e política que se verificou, não deixou indiferente a Igreja. Como lembra Manuel Clemente, “por todo o lado, foram surgindo as suas obras de assistência, para minorar as dificuldades de tantos irmãos”¹⁶³. Dá como exemplo a criação de múltiplas associações cristãs de cariz social, quer a nível local, quer a nível internacional, como as Conferências de São Vicente de Paulo, fundadas em 1833 e que ainda hoje existem. São associações não apenas de cariz assistencial, mas também de sindicalismo cristão para a defesa dos trabalhadores, associações que terão marcado o advento de novas formas de participação dos cristãos, nomeadamente dos leigos. Refere, ainda, que toda esta ação foi fundamental para a reflexão e para o desenvolvimento de uma doutrina social cristã que se revelaria importante para a posição que a Igreja, como instituição, viria a tomar posteriormente, nomeadamente com a publicação em 1891, por Leão XIII, da encíclica *Rerum Novarum*. “Este documento pontifício deve ser interpretado, sobretudo, como tomada de consciência da Igreja, à luz das Escrituras e da tradição cristã, de uma nova realidade social e de novos e graves problemas presentes no mundo do trabalho”¹⁶⁴.

Nesta encíclica, Leão XIII, por um lado, condena o liberalismo económico como ideologia “que, ao deificar o dinheiro e ao exaltar o progresso, a ciência, a técnica, a civilização entendida como capacidade de controlo e de desfrute das forças da natureza e como desenvolvimento da produção e dos comércios, esquecia um elemento de peso, um princípio essencial do cristianismo: o respeito pelo homem e pela sua dignidade, o princípio evangélico pelo qual em todo o homem se pode

¹⁶¹ Idem, p.287.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Clemente, Manuel (1978), *A Igreja no tempo: história breve da Igreja Católica*, Secretariado Diocesano do Ensino Religioso e Centro de Estudos Pastorais, Lisboa, p.93.

¹⁶⁴ Malgeri, Francisco (1990), “As páginas que dão início ao catolicismo social”, em Leão XIII, *A condição dos operários, Carta Encíclica «Rerum Novarum»*, Lisboa, Edições Paulistas, p.11.

reconhecer Cristo”¹⁶⁵, e, por outro lado, os socialistas, que “para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os Municípios ou para o Estado”¹⁶⁶.

Esta encíclica tornou-se um marco, partindo de uma reflexão profunda sobre a questão operária, ela abre novas perspectivas de reflexão, orientação e de tomada de posição da Igreja perante a sociedade. De tal forma foi marcante que motivou a sua referência em várias encíclicas e outros documentos pontifícios posteriores, alguns dos quais comemorativos ou evocativos da sua publicação, de que são exemplo, *Quadragesimo Anno* – Pio XI (1931), *Mater et Magistra* – João XXIII (1961), *Octagesima Adveniens* – Paulo VI (1971), *Laborem Exercens* – João Paulo II (1981) e a *Centesimus Annus* – João Paulo II (1991).

5.2. Os princípios da Doutrina Social da Igreja

Como refere Augusto da Silva, a partir de Leão XIII, com a abordagem que foi feita à questão operária, a Igreja, para além de dar continuidade a esta temática, vai alargando amplamente o conjunto de temas sobre os quais se vai pronunciar. “Sucessivamente foram escrevendo os papas sobre a reorganização da sociedade, sobre a democracia, sobre o desenvolvimento, sobre a paz, sobre a descolonização, sobre a emigração, sobre a ecologia, sobre os direitos humanos... consciencializando os povos de que a «questão social» de hoje assume as dimensões da humanidade”¹⁶⁷.

Esta diversidade de temas vai-se desenvolvendo tendo sempre como grande referência um conjunto de princípios que constituem os vetores e o fundamento do pensamento social da Igreja, que permitem que esta responda com atualidade e muitas vezes inovação aos problemas sociais que se vão colocando, mas com coerência e com a noção de continuidade.

O Compêndio da DSI chama-lhes princípios permanentes, são os princípios da dignidade da pessoa humana, do bem comum, da subsidiariedade e da solidariedade¹⁶⁸. Estes princípios são considerados parâmetros gerais de referência para a análise e interpretação dos fenómenos sociais e devem ser tidos em conta na sua unidade, ligação, complementaridade e articulação entre si. A partir deles, da sua reflexão, é possível apreender o essencial do pensamento social cristão, ser interpelado sobre a verdade da sociedade, ser convidado a interagir e a assumir com responsabilidade o viver social, a participação na sociedade, na dimensão individual e nas instituições. São princípios com um significado profundamente moral que dão orientações para uma ordem social mais justa.

¹⁶⁵ Idem, p.8.

¹⁶⁶ Leão XIII (1990), *A condição dos operários, Carta Encíclica «Rerum Novarum»*, n.º3, Lisboa, Edições Paulistas, p.20.

¹⁶⁷ Silva, Augusto da (1993), “Continuidade e inovação na doutrina social da Igreja”, *Análise Social*, vol XVIII, pp.775-786.

¹⁶⁸ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Cascais, Príncipeia, p.115.

A dignidade da pessoa humana

A dignidade da pessoa humana é um dos princípios basilares da DSI. Para os cristãos, Cristo é a encarnação do próprio Deus e como refere a constituição pastoral, *Gaudium et Spes*, “pela sua encarnação, Ele, o Filho de Deus, uniu-se de algum modo a cada homem”¹⁶⁹. Deste modo, “A Igreja vê no homem, em cada homem, a imagem do próprio Deus”¹⁷⁰.

O homem, os seus direitos, o respeito pela sua dignidade, as questões da liberdade, da igualdade e da sociabilidade e ainda os direitos dos povos e das nações, são um tema recorrente em quase todos os textos e intervenções pontifícias até à atualidade. João Paulo II, na carta encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, inicia a sua reflexão referindo que a solicitude social da Igreja tem como fim o desenvolvimento concreto do homem e da sociedade no respeito e promoção da pessoa humana¹⁷¹ e na *Centesimus Annus* acrescenta que “toda a riqueza doutrinal da Igreja tem como horizonte a pessoa”, que “a Igreja não pode abandonar o homem”, e que “este homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer na realização da sua missão”¹⁷². «Amarás o teu próximo como a ti mesmo» (*Lv 19, 18*), próximo que, sem exceção, deve ser visto “como «outro eu», cuidando em primeiro lugar da sua vida e dos meios necessários para a viver dignamente”¹⁷³.

Mais recentemente, Francisco adverte para o facto “de que nós mesmos somos terra”¹⁷⁴, alertando para a degradação ambiental e como esta pode afetar a dignidade humana, sobretudo dos mais pobres e desprotegidos, e apela ao cuidado da casa comum como algo fundamental para a promoção de um desenvolvimento sustentável e integral, essencial à dignidade humana.

A dignidade transcendente da pessoa humana é o grande desígnio da sociedade e o Compêndio da DSI cita o Catecismo da Igreja Católica para afirmar que “É necessário, ..., que todos os programas sociais, científicos e culturais sejam orientados pela consciência do primado de cada ser humano”¹⁷⁵. Neste sentido, a dignidade da pessoa humana impõe que ela não seja instrumentalizada para projetos de carácter económico, social e político, ou para quaisquer outros fins alheios ao seu próprio progresso e toda a transformação social deverá partir da pessoa e ser realizada em sua referência.

A liberdade da pessoa humana é um valor essencial para a dignidade do homem e uma condição fundamental para o seu desenvolvimento. A constituição pastoral *Gaudium et Spes*, salienta que o homem deve agir segundo a sua consciência e livre escolha e que só no uso da liberdade se orientará

¹⁶⁹ Vaticano II (1965), “*Gaudium et Spes*”, n.º 22, em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros, p.305.

¹⁷⁰ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.83.

¹⁷¹ João Paulo II (1988), *op. cit.*, n.º 1, p.11.

¹⁷² João Paulo II (1991), *Carta Encíclica «Centesimus Annus»*, n.º 53, Lisboa, Edições Paulistas.

¹⁷³ Vaticano II (1965), *op. cit.*, p.309.

¹⁷⁴ Francisco (2015), *op. cit.*, p.5.

¹⁷⁵ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.96.

para o bem¹⁷⁶. No entanto, o exercício da liberdade só é pleno quando o homem estiver liberto de injustiças e se existirem condições económicas, sociais e políticas adequadas¹⁷⁷.

Na DSI afirma-se a igualdade em dignidade de todas as pessoas o que requer condições de vida mais justas e mais humanas¹⁷⁸. Aprofundando esta questão da igualdade, a constituição pastoral *Gaudium et Spes* condena as desigualdades económicas e sociais e todas as formas de discriminação e lembra que estas afetam os direitos fundamentais das pessoas e “são obstáculo à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e, ..., à paz social e internacional”¹⁷⁹. Refere ainda a responsabilidade das instituições humanas de estarem ao serviço da dignidade e da defesa dos direitos fundamentais do homem.

A igualdade, quer ao nível da dignidade de cada homem quer dos povos, é fundamental para o progresso individual e coletivo e só poderá ser reconhecida e promovida de uma forma comunitária¹⁸⁰. Relativamente à sociabilidade humana, é necessário olhar o homem como um ser social em relação com os outros, de forma livre e responsável. Neste sentido, a DSI apela à livre criação de associações e instituições com finalidades diversas, na perspetiva da participação do homem, do seu desenvolvimento, perseguindo objetivos da comunidade e a promoção do bem comum¹⁸¹.

Sobre os direitos do homem, estes foram sendo recorrentemente lembrados pelos sucessivos líderes da Igreja Católica, em reflexões, textos ou discursos, de modo a que “a dignidade humana seja mais eficazmente reconhecida e promovida universalmente como característica impressa por Deus Criador na sua criatura”¹⁸². Em *Pacem in Terris*, João XXIII afirma o ser humano, como ser inteligente e de vontade livre, referindo-o como sujeito de direitos e deveres. Os Direitos do Homem são aqui apresentados como universais, invioláveis e inalienáveis¹⁸³. Sedas Nunes chama a atenção para a grande novidade que foi esta encíclica, alinhada com as grandes transformações histórico-sociais do seu tempo e que apresenta ao mundo, sem precedentes na história da DSI, uma ampla declaração cristã dos Direitos do Homem¹⁸⁴.

Posteriormente, na encíclica *Centesimus Annus*, João Paulo II, tendo como principal referência os contributos de João XXIII, do Concílio Vaticano II e de Paulo VI sobre os direitos do homem, apresenta-os numa breve síntese: “o direito à vida ...; o direito a viver numa família unida e num ambiente moral favorável ao desenvolvimento da própria personalidade; o direito a maturar a sua inteligência e liberdade na procura e no conhecimento da verdade; o direito a participar no trabalho para valorizar os

¹⁷⁶ Vaticano II (1965), *op. cit.*, p.301.

¹⁷⁷ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.99.

¹⁷⁸ *Idem*, p.102.

¹⁷⁹ Vaticano II (1965), *op. cit.*, p.311.

¹⁸⁰ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.103.

¹⁸¹ *Idem*, p.105.

¹⁸² *Idem*, p.107.

¹⁸³ João XXIII (1963), *op. cit.*, p.200.

¹⁸⁴ Nunes, A. Sedas (1963), “*Pacem in Terris* - no diálogo das ideologias”, *Análise Social*, 4, pp. 559-580.

bens da terra e a obter dele o sustento próprio e dos seus familiares; o direito a fundar uma família ...”¹⁸⁵.

O bem comum

O Concílio Vaticano II, refletindo sobre a comunidade humana, a sua dignidade, os seus direitos e a promoção da sua unidade, refere a necessidade de olhar o bem comum como um valor universal cuja prossecução implica um conjunto de direitos e deveres de todo o homem. A constituição pastoral *Gaudium et Spes* define bem comum como “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição”¹⁸⁶.

Francisco, em *Laudato Si*, alarga o âmbito do bem comum às condições ambientais, referindo em particular o clima como um bem de todos e para todos, alertando para o problema das mudanças climáticas e como estas afetam sobretudo os mais desprotegidos¹⁸⁷. Refere o problema da sobre-exploração dos recursos naturais, sobretudo a questão da água, fundamental para a vida humana e para os ecossistemas terrestres e aquáticos, em que a sua escassez ou a sua má gestão e poluição afetam negativamente grandes regiões do planeta, sobretudo populações desfavorecidas. Coloca ainda o problema da privatização deste recurso e sublinha que “o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos”¹⁸⁸.

O bem comum é, portanto, o bem de todos os homens e do homem todo, como refere o catecismo da Igreja Católica, que engloba tanto as necessidades materiais como espirituais, e é um dever e uma responsabilidade de todos os membros da sociedade, sendo, por outro lado, um direito inalienável de todos¹⁸⁹.

Não deixando de referir a responsabilidade individual de cada um, na DSI é dado relevo ao papel do Estado, como garante da coesão, unidade e organização da sociedade civil, no cuidado e na promoção do bem comum da sociedade. “Este, com base nos princípios de subsidiariedade e solidariedade, e com grande esforço de diálogo político e criação de consensos, desempenha um papel fundamental – que não pode ser delegado – na busca do desenvolvimento integral de todos”¹⁹⁰. Assim, os responsáveis políticos deverão conciliar os diferentes interesses sectoriais, procurando o bem maior de todos os membros da comunidade, quer na lógica democrática dos interesses da maioria, mas respeitando e garantindo a voz e as necessidades das minorias, harmonizando interesses e vontades.

¹⁸⁵ João Paulo II citado em Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.109.

¹⁸⁶ Vaticano II (1965), *op. cit.*, p.308.

¹⁸⁷ Francisco (2015), *op. cit.*, n.º 23, p.20.

¹⁸⁸ Idem, n.º 30, p.25.

¹⁸⁹ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.119.

¹⁹⁰ Francisco (2013), *op. cit.*, n.º 240, p.159.

Francisco sublinha a importância da política e da economia estarem ao serviço da vida humana¹⁹¹ e alerta para o perigo de certas ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados, permitem a especulação financeira e, por essa via, são geradoras de graves desequilíbrios. “Por isso, negam o direito de controlo dos Estados, encarregados de velar pela tutela do bem comum”¹⁹².

No âmbito do princípio do bem-comum, a DSI dá particular destaque ao princípio do destino universal dos bens. Neste tópico, o Compêndio da DSI cita a *Gaudium et Spes*¹⁹³ para lembrar a equidade e a justiça como valores fundamentais a ter em conta na distribuição dos bens e refere como fundamento deste princípio o ato criador de Deus que “deu a Terra a todo o género humano, para que ela sustente todos os seus membros, sem excluir nem privilegiar ninguém”¹⁹⁴.

Neste sentido, todo o homem tem direito a obter da Terra o que necessita à sua realização, sendo implícito um apelo a uma economia segundo valores morais que promovam “um mundo equitativo e solidário em que a formação da riqueza possa assumir uma função social”¹⁹⁵, para a promoção integral do ser humano. No entanto, como alerta João Paulo II, apesar do progresso da sociedade, persiste, tal como no tempo da *Rerum Novarum*, o sentido materialista do capitalismo que leva à exploração humana, “para os pobres, à carência dos bens materiais juntou-se a do conhecimento e da ciência, que lhes impede de sair do estado de humilhante subordinação”¹⁹⁶.

A esta carência de bens materiais e do conhecimento e da ciência, Francisco soma o problema da segregação a que estão sujeitos os descartados da sociedade relativamente ao usufruto do espaço, pelo problema da privatização de determinadas áreas de maior beleza, segurança ou cuidado, para uso apenas por alguns privilegiados.¹⁹⁷

A questão do destino universal dos bens leva a Igreja a refletir sobre os pobres e excluídos da sociedade, sobre a atenção e ação concreta que urge tomar. É a «opção preferencial pelos pobres», referida em vários textos pontifícios, que se inspira no Evangelho, nas bem-aventuranças, no Cristo que tinha uma atenção especial para com os pobres e marginalizados e na tradição da caridade cristã ao longo dos tempos.

Este amor preferencial, hoje, tem de inspirar a ação concreta de prática da justiça e da caridade que “não se reduza à esmola, mas implique a atenção à dimensão social e política do problema da pobreza”¹⁹⁸. Esta opção da Igreja é o amor ao próximo que se tem de concretizar na construção do bem comum, na procura de respostas às suas necessidades reais¹⁹⁹.

¹⁹¹ Francisco (2015), *op. cit.*, n.º 189, p.126.

¹⁹² Francisco (2013), *op. cit.*, n.º 56, p. 45.

¹⁹³ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.121.

¹⁹⁴ João Paulo II (1991), *op. cit.*, n.º 31.

¹⁹⁵ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.122.

¹⁹⁶ João Paulo II (1991), *op. cit.*, n.º 33.

¹⁹⁷ Francisco (2015), *op. cit.*, n.º 45, p.33.

¹⁹⁸ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.128.

¹⁹⁹ Bento XVI (2009), *op. cit.*, n.º 7, p. 11.

A subsidiariedade

O Compêndio da DSI apresenta o princípio da subsidiariedade como uma das diretrizes mais presentes no pensamento social cristão desde a primeira grande encíclica social, a *Rerum Novarum*, e cita o Catecismo da Igreja Católica para referir que não é possível promover a dignidade da pessoa humana sem cuidar das estruturas intermédias da sociedade, a começar pela família, estruturas onde se realizam as diferentes dimensões da pessoa humana, ao nível da economia, da política, da cultura, da socialização, do lazer, etc., estruturas que surgem do sentido agregador do ser humano e que são fundamentais para o seu desenvolvimento²⁰⁰.

Pio XI, na encíclica *Quadragesimo Anno*, refere a subsidiariedade como um princípio imutável de filosofia social, advertindo para o que será uma grave injustiça e fator de perturbação da boa ordem social: “uma instância social de ordem superior não deve intervir na vida interna de uma comunidade de ordem inferior, privando-a das suas competências, mas deve antes apoiá-la em caso de necessidade e ajudá-la a coordenar a sua ação com a das outras componentes sociais, tendo em vista o bem comum”²⁰¹.

Este princípio é considerado “expressão da inalienável liberdade humana”²⁰² e Bento XVI salienta que o apoio ou a ajuda que é prestada aos sujeitos sociais deve seguir uma lógica emancipadora que estimule a participação e a responsabilização, respeitando a dignidade da pessoa e reconhecendo que esta também tem algo para dar aos outros, numa perspetiva de reciprocidade. A subsidiariedade será “o antídoto mais eficaz contra toda a forma de assistencialismo paternalista”²⁰³.

Falar deste princípio implica refletir sobre as relações entre o Estado e a sociedade civil. Neste âmbito, a subsidiariedade pressupõe uma relação de equilíbrio no respeito pela liberdade e pelos direitos dos cidadãos, tal como sugere João XXIII, em que o Estado só deve aumentar a sua intervenção se tal se justificar no sentido do bem comum²⁰⁴. Nesta linha, o Concílio Vaticano II dirige-se aos governantes para que não criem obstáculos às instituições intermédias, associações familiares, sociais e culturais, e para que permitam a sua atividade e a apoiem²⁰⁵. Bento XVI reforça esta ideia dizendo que o papel do Estado é reconhecer e apoiar as iniciativas das instituições da sociedade civil, que “conjugam espontaneidade e proximidade às pessoas carecidas de ajuda”²⁰⁶.

Recentemente, Francisco diz-nos que este princípio é aquele que “dá a liberdade para o desenvolvimento das capacidades presentes a todos os níveis, mas simultaneamente exige mais

²⁰⁰ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.128.

²⁰¹ Pio XI citado por João Paulo II (1991), *op. cit.*, n.º 48.

²⁰² Bento XVI (2009), *op. cit.*, n.º 57, p.94.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ João XXIII (1961), “Mater et Magistra”, n.ºs 55-58, 117, em Peter Stilwell (coord.) (2002), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros, pp.156,167.

²⁰⁵ Vaticano II (1965), *op. cit.*, n.º 75, p.351.

²⁰⁶ Bento XVI (2005), *op. cit.*, n.º 28, p.53.

responsabilidade pelo bem comum a quem tem mais poder”²⁰⁷, e refere outros poderes que se sobrepõem ao poder do Estado, que muitas vezes o condicionam, pervertendo o princípio da subsidiariedade em desfavor dos mais frágeis.

É notória a convergência de grande parte dos textos pontifícios relativamente à importância das estruturas intermédias da sociedade e à necessidade de serem estabelecidas condições para a promoção dos indivíduos através da criação de estruturas que permitam a sua participação e corresponsabilidade. Neste sentido, Leão XIII salienta a importância destas estruturas e menciona o direito de associação como um direito natural²⁰⁸. Também João XXIII fala da importância da participação dos cidadãos em associações, onde deverão ser considerados e tratados como pessoas, e refere ainda a importância destas organizações para a promoção do bem comum²⁰⁹. Paulo VI acrescenta a ideia de que os poderes públicos, devem respeitar a iniciativa privada e os organismos intermédios da sociedade, de forma a não cairmos no perigo da coletivização, privando-se os homens da sua liberdade e do exercício dos seus direitos fundamentais²¹⁰, mas antes, como refere João Paulo II, que se promova “uma sociedade que permita trabalhar, empreender e participar em liberdade”²¹¹. Bento XVI particulariza para a Igreja, para os fiéis leigos, a questão da sua participação na vida pública, nas suas diferentes dimensões, económicas, sociais e políticas, como um dever imediato na perspetiva de uma “caridade social”²¹².

Favorecer a participação dos cidadãos é uma das exigências da DSI, não apenas pela realização de um direito cívico do indivíduo, mas por ser uma exigência da sua dignidade pessoal e pelo que representa de garantia coletiva de vivência da democracia²¹³.

A solidariedade

A solidariedade é um sentimento que é suscitado face à característica da sociabilidade humana, como referimos, o homem como um ser social em relação com os outros, na sua dimensão pessoal e coletiva. Neste sentido, João Paulo II fala-nos da crescente consciência de interdependência entre os homens e entre as nações, consciência que nos deve levar, através do sentimento de solidariedade, a reconhecermos como nossos os problemas vividos pelos outros, homens e nações, não como um sentimento vago, mas como vontade e determinação em promover o bem comum, em que “todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos”²¹⁴.

²⁰⁷ Francisco (2015), *op. cit.*, n.º 196, p.131.

²⁰⁸ Leão XIII (1891), “*Rerum Novarum*”, n.ºs 34, 35, em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros, p.61.

²⁰⁹ João XXIII (1961), *op. cit.*, n.ºs 59-67, pp.157-159.

²¹⁰ Paulo VI (1967), *op. cit.*, n.º 33, p.380.

²¹¹ João Paulo II (1991), *op. cit.*, n.º 35.

²¹² Bento XVI (2005), *op. cit.*, n.º 29, p. 55.

²¹³ João XXIII (1963), *op. cit.*, n.ºs 73, 74, p.213.

²¹⁴ João Paulo II (1988), *op. cit.*, n.º 38, p.88.

A solidariedade implica o reconhecimento do outro como pessoa, como um ser igual em dignidade e direitos e manifesta-se na partilha entre todos, principalmente dos que mais têm relativamente aos mais desprotegidos, em que todos contribuem como podem para o bem de todos. Solidariedade, como sugere Francisco, implica uma nova mentalidade, pensar de forma desinteressada em termos de comunidade, dar prioridade à vida de todos relativamente à apropriação de bens por parte de alguns e requer uma ética propícia ao ser humano, sobretudo no campo da economia e das finanças²¹⁵.

A solidariedade será a única forma de construir comunidade no respeito pelas diferenças, de construir um caminho comum, uma unidade que prevalece sobre o conflito. “A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo e desafiador, torna-se assim um estilo de construção da história, um âmbito vital onde os conflitos, as tensões e os opostos podem alcançar uma unidade multifacetada que gera nova vida”²¹⁶.

João Paulo II, referindo-se à família como comunidade de solidariedade e de caridade, enaltece o seu papel no combate à mentalidade individualista vigente na nossa sociedade. As estruturas intermédias da sociedade, ao serem construtoras de redes de solidariedade, são fator de inclusão e espaço para a vivência da cidadania dos indivíduos, combatem a massificação e o anonimato e promovem o desenvolvimento da pessoa humana²¹⁷.

Relativamente à solidariedade entre os povos, João XXIII alerta para o facto de as desigualdades a este nível serem um fator de instabilidade e apela à solidariedade dos povos mais desenvolvidos para com os que se encontram em vias de desenvolvimento²¹⁸. Paulo VI, reforça esta ideia e refere o dever de solidariedade não apenas como um dever das pessoas, mas também dos povos, na perspetiva de que cada povo deve promover o seu próprio crescimento, a existência de adequadas e dignas condições de vida, mas sem esquecer a sua contribuição para o “desenvolvimento solidário da humanidade”²¹⁹. Apela, assim, a um mundo solidário onde prevaleça a colaboração e um sentido de solidariedade entre os povos. Bento XVI reafirma este apelo referindo a necessidade de uma renovada solidariedade, sobretudo entre os povos em vias de desenvolvimento e os povos altamente industrializados, nomeadamente na redistribuição dos recursos energéticos, um mercado onde impera a lei do mais forte e onde os povos mais desprotegidos têm dificuldade no acesso aos recursos e à inovação tecnológica²²⁰.

A questão da desigualdade no mundo, quer à escala dos indivíduos e das comunidades, quer ao nível dos povos, é um assunto transversal aos vários pontífices, sobretudo desde a *Rerum Novarum*. O princípio da solidariedade é evocado por João Paulo II como fonte de inspiração na busca de soluções para este grave problema, quer no plano das trocas económicas quer na criação de mecanismo de

²¹⁵ Francisco (2013), *op. cit.*, n.ºs 58, 188, pp.46, 132.

²¹⁶ Idem, n.º 228, p.153.

²¹⁷ João Paulo II (1991), *op. cit.*, n.º 49.

²¹⁸ João XXIII (1965), *op. cit.*, n.º 157, p.175.

²¹⁹ Paulo VI (1967), *op. cit.*, n.ºs 48, 64, pp.385, 390.

²²⁰ Bento XVI (2009), *op. cit.*, n.º 49, p.80.

redistribuição e controlo das riquezas, algo que será possível através de homens e de povos livres e solidários²²¹.

Bento XVI chama a atenção para uma das principais causas geradora de desigualdades, o modelo económico dominante, que, suportado essencialmente numa lógica de mercado, tem motivado uma deslocação da atividade produtiva para países de mais baixos custos, levando ao desinvestimento pelos Estados nas condições sociais e à desregulação do mercado laboral. Esta situação tem provocado a redução dos direitos dos trabalhadores e, em geral, dos direitos da pessoa humana, afetando, conseqüentemente, as redes tradicionais de solidariedade ²²².

A solidariedade, no sentido que é proposto pela DSI, será o caminho para o bem comum e para a igualdade entre homens e povos. Será um instrumento para a construção da paz e para a promoção do desenvolvimento integral, para que se transformem as iniquidades, as desigualdades e as desconfianças, em colaboração e em fraternidade.

5.3. A dimensão do “cuidar do outro” na DSI

O objetivo inscrito neste ponto leva-nos a refletir sobre uma primeira questão: quem é o outro, ou, numa linguagem mais evangélica, quem é o próximo? Esta mesma questão terá sido colocada a Jesus por um doutor da Lei, a propósito do mandamento «amarás ao próximo como a ti mesmo» e terá suscitado, como resposta, a parábola do «bom samaritano» (Lc 10, 25-37). Através desta parábola Jesus torna claro que o próximo é alguém que não se limita às pessoas do nosso círculo de proximidade ou de identidade, mas a todas as pessoas, a todos os que, de uma forma ou de outra, necessitem da nossa ajuda, da nossa proximidade e da nossa compaixão. Ele quer que renunciemos à nossa comodidade que nos mantém distantes da realidade e das necessidades dos outros e quer que os aceitemos com solidariedade, “quer que toquemos a miséria humana, que toquemos a carne sofredora dos outros”²²³.

Através desta parábola, Jesus universaliza o conceito de próximo estendendo-o a todos os seres humanos, e propõe a caridade como um amor concreto, comprometedor, um amor de ação efetiva e de dádiva, um amor que leva à identidade e à proximidade sobretudo para com os mais frágeis e necessitados²²⁴. Um amor como Ele próprio praticou e como é retratado ao longo dos Evangelhos, que ajuda todo o cristão a olhar o outro não com as nossas limitações, receios e conveniências, mas com a abertura e a transcendência por Ele propostas. Para os crentes, este amor ao próximo está intimamente ligado ao amor a Deus e é um caminho para O encontrar²²⁵.

A centralidade do homem no pensamento social cristão leva a que esta reflexão sobre o próximo surja com frequência nos vários documentos pontifícios, demonstrando uma preocupação da Igreja, em cada

²²¹ João Paulo II (1979), “Redemptor Hominis”, n.º 16, em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros, p.520.

²²² Bento XVI (2009), *op. cit.*, n.º 25, p.37.

²²³ Francisco (2013), *op. cit.*, n.º 270, p.178.

²²⁴ Bento XVI (2005), *op. cit.*, n.º 15, p.29.

²²⁵ Idem, n.º 16-18, pp. 31-34.

tempo, de atualizar e adequar a sua mensagem aos problemas reais da questão social contemporânea. Dos graves problemas sociais e dos direitos dos trabalhadores da Revolução Industrial, no discurso de Leão XIII, às questões atuais dos marginalizados e descartados da sociedade e à necessidade de cuidar da casa comum, referidos por Francisco, a DSI acompanha as problemáticas de cada tempo, denuncia as injustiças e propõe soluções à humanidade e, sobretudo, caminhos concretos à Igreja, na perspetiva do encontro e serviço ao próximo, o qual não é visto apenas como um ser humano, pleno de direitos e igual aos demais, mas visto, pelos crentes, como imagem viva de Deus Pai²²⁶.

O amor ao próximo, a caridade, a par da celebração dos Sacramentos e do anúncio da Palavra, é missão e um dever da Igreja na sua globalidade e deverá expressar-se na ação concreta das comunidades e de cada cristão na sua vida. O «amor preferencial pelos pobres», que referimos anteriormente, é a expressão concreta da caridade cristã e diz respeito à vida e à atitude de cada cristão, de cada comunidade, às responsabilidades sociais de cada um e de todos e às opções sobre a forma como gerimos os bens, na perspetiva individual e comunitária. Cuidar do outro implica a sensibilidade e a atenção relativamente à questão social, quer na sua dimensão mundial quer na realidade mais próxima e imediata²²⁷.

Francisco, dirigindo-se à Igreja, através da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, aprofunda esta questão da opção pelos pobres e refere que eles são o centro do caminho da Igreja. Cuidar do outro é acolher e ouvir o pobre, compreender as suas necessidades e ser a sua voz, aprender com a sabedoria que Deus quer comunicar através dele. Não é apenas um conjunto de programas ou projetos de assistência tecnicamente bem elaborados, mas sobretudo a capacidade de estar no lugar do outro e a partir dele e com ele, traçar soluções para a sua promoção, procurando efetivamente e exclusivamente o seu bem. Na continuidade dos seus antecessores, Francisco chama a atenção para o facto de que na Igreja “ninguém pode sentir-se demitido da preocupação pelos pobres e pela justiça social”²²⁸.

De uma forma bastante clara, Bento XVI, em *Deus Caritas Est*²²⁹, caracterizou o que deverá ser a atividade caritativa da Igreja, dando destaque ao que a diferencia da organização assistencial comum. Esta diferenciação não tem qualquer intenção de menosprezar o trabalho que é feito pelas muitas instituições no terreno, com as quais a Igreja colabora em parceria e em rede e que são referenciadas pelos seus princípios humanistas e solidários pelos próprios pontífices, mas procura apenas afirmar a identidade do trabalho da Igreja através das suas organizações caritativas.

Uma primeira característica que é referida, surge na linha imediata da interpretação da parábola do Bom Samaritano - a caridade cristã como resposta imediata às situações de emergência da sociedade. Trata-se de uma intervenção de assistência na linha evangélica (Mateus 25, 31-46) de dar de comer e beber a quem tem fome e sede, vestir os nus, visitar os doentes e os presos, que na realidade atual será complementada com o cuidar dos sem-abrigo e dos toxicodependentes, visitar os idosos em

²²⁶ João Paulo II (1988), *op. cit.*, n.º 40, p.95.

²²⁷ Idem, n.º 42, p.102.

²²⁸ Francisco (2013), *op. cit.*, n.ºs 197-201, pp.137-140.

²²⁹ Bento XVI (2005), *op. cit.*, n.ºs 31-35, pp.59-67.

situação de isolamento, acolher as vítimas da violência doméstica e as adolescentes grávidas, recolher roupas e agasalhos para os refugiados da Síria, etc. Trata-se de cuidar dos mais frágeis da Terra, como refere Francisco, daqueles que ficam à margem da sociedade do êxito e do individualismo²³⁰. É necessário que este cuidado seja feito com as competências profissionais que se exigem aos serviços prestados, mas Bento XVI realça a necessidade de uma outra componente fundamental, a humanidade, a atitude de dedicação e entrega ao outro, o amor ao próximo²³¹.

Uma segunda característica da atividade caritativa da Igreja é a de que deve ser independente de partidos e ideologias. O programa que a Igreja propõe, como referimos, é o do Bom Samaritano, mas em que “à espontaneidade do indivíduo é preciso também acrescentar a programação, a previdência, a colaboração com outras instituições idênticas”²³². A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, quando clarifica a função da Igreja no mundo, refere que a sua missão não é de ordem política, económica ou social²³³, ou seja, como reafirma mais tarde João Paulo II, “ela não propõe sistemas ou programas económicos e políticos, nem manifesta preferências por uns ou por outros, contanto que a dignidade do homem seja devidamente respeitada e promovida e a ela própria seja deixado o espaço necessário para desempenhar o seu ministério no mundo”²³⁴.

Uma outra característica do amor cristão, que terá de estar presente na ação da Igreja, é a sua gratuidade, ou seja, não se procuram outros fins senão promover o bem do próximo. Embora na ação da Igreja esteja subjacente Cristo, ainda que implícito na forma de servir, no testemunho, nas motivações, na doação e entrega dos cristãos, a fé não se impõe nem é moeda de troca²³⁵. O serviço cristão é prestado a todo o homem e mulher, independentemente da sua cultura, raça ou credo e, precisamente, no respeito pela sua própria identidade.

Cuidar do outro, segundo Francisco, não é algo adicional ou apenas um momento nas nossas vidas. “É preciso considerarmo-nos como que marcados a fogo por esta missão de iluminar, abençoar, vivificar, levantar, curar, libertar”. É uma missão em que é necessário assumir “no mais íntimo do seu ser, estar com os outros e ser para os outros”²³⁶. Como referimos, cuidar do outro, como expressão do amor pelo próximo, realiza-se através da ação individual de cada cristão, mas deverá ser assumida de forma coletiva através da «ação social da Igreja», referida numa Instrução Pastoral emitida pela Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) em 1997, como “o conjunto de atividades realizadas no âmbito da justiça e da caridade”²³⁷.

A Igreja Católica em Portugal, através da CEP, tem publicado um conjunto de documentos de reflexão e orientação sobre esta questão, interpelando as comunidades cristãs e os cristãos individualmente, “a

²³⁰ Francisco (2013), *op. cit.*, n.ºs 209-216, pp.144-148.

²³¹ Bento XVI (2005), *op. cit.*, n.º 31, p.61.

²³² Idem.

²³³ Vaticano II (1965), *op. cit.*, n.º 42, p.320.

²³⁴ João Paulo II (1988), *op. cit.*, n.º 41, p.99.

²³⁵ Bento XVI (2005), *op. cit.*, n.º 31, p.62.

²³⁶ Francisco (2013), *op. cit.*, n.º 273, p.181.

²³⁷ Conferência Episcopal Portuguesa (1997), *Instrução Pastoral sobre a Ação Social da Igreja*, Lisboa, p.1.

intensifiquem os seus esforços e compromissos nesta tão importante área pastoral”²³⁸. Destes documentos destacamos, por serem os mais atuais, a referida “Instrução Pastoral sobre a Ação Social da Igreja” e os “Princípios e Orientações da Ação Social e Caritativa da Igreja”²³⁹, um documento mais recente que reafirma os princípios estruturantes da DSI que abordámos neste capítulo, atualiza o tema referindo as relações entre a Igreja e o Estado à luz do que está estabelecido na Concordata de 2004 e clarifica sobre o papel e autonomia da Igreja na área social. Este documento, refere, nomeadamente, a possibilidade de intervenção sob a figura dos acordos de cooperação existentes para o sector social, que são normalmente negociados com as estruturas, Uniões e Confederações, representativas das IPSS.

²³⁸ Idem.

²³⁹ Conferência Episcopal Portuguesa (2005), *Princípios e Orientações da Ação Social e Caritativa da Igreja*, Fátima.

CAPÍTULO II – ESTUDO DE CASO “A CÁRITAS DE SETÚBAL”

1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1. Da Cáritas Internationalis à Cáritas Diocesana

A Cáritas é uma organização da Igreja Católica. Nos finais do século XIX e com o objetivo de fazer face às situações de pobreza resultantes do problema social que surgiu nas cidades com maior protagonismo na revolução industrial, surgiram na Europa várias organizações da Igreja que assumem a designação de Cáritas. Estas iniciativas ganham uma maior expressão com a ocorrência posterior das duas grandes guerras e expandem-se, também, à América do Norte²⁴⁰. Em 1951, por iniciativa do Arcebispo Montini, que viria a ser mais tarde Papa Paulo VI, estas organizações, num total de 13, juntaram-se numa confederação internacional, que, em 1954, assume a designação oficial de Cáritas Internationalis. Passa a ser reconhecida pela Igreja como a sua voz oficial relativamente aos seus ensinamentos na área do trabalho da caridade²⁴¹.

Continua a expandir-se por todo o mundo e é hoje uma confederação de mais de 160 organizações Cáritas, presente em mais de 200 países. É uma organização de expressão local, através da sua presença em paróquias e dioceses, e de dimensão nacional e internacional. Nesta sua expressão internacional, assume como missão a construção de uma civilização do amor, assumindo a missão da Igreja Católica no serviço aos pobres e na promoção da caridade e da justiça social no mundo. A Caritas Internationalis adquire em 2004 personalidade jurídica canónica, por intermédio do Papa João Paulo II, que, desta forma, reforça sobre esta a tutela da Santa Sé²⁴².

Em Portugal, a Cáritas Portuguesa reúne vinte Cáritas Diocesanas e um grande número de grupos das paróquias e comunidades, que lhe dão uma forte expressão local e de proximidade às pessoas. A sua organização em rede permite-lhe a partilha de recursos e a animação global da Ação Social da Igreja. No entanto, cada Cáritas Diocesana tem autonomia jurídica e canónica, o que leva a que, no seu território, possa definir prioridades e a conseqüente ação, estabelecer parcerias e agir na sua expressão local, devendo, no entanto, promover a articulação programática com outras entidades²⁴³.

A Cáritas Portuguesa apresenta como missão “o desenvolvimento humano integral e a defesa do bem comum intervindo em ordem à transformação da sociedade. Através da animação da Pastoral Social, fomenta a partilha de bens e a assistência em situações de calamidade e emergência”. Refere como valores, a centralidade e a dignidade da pessoa humana, a misericórdia, a igualdade de oportunidades,

²⁴⁰ Cáritas Portuguesa, “Cáritas no Mundo” (online).

Disponível em <http://www.caritas.pt>, (consulta em 09.02.2017).

²⁴¹ Idem.

²⁴² Idem.

²⁴³ Idem.

a opção pelos pobres, o cuidado da criação, o destino universal dos bens da terra, a solidariedade, a subsidiariedade, a cooperação e a comunhão fraterna²⁴⁴.

A diocese de Setúbal é criada em 1975 e a Cáritas Diocesana de Setúbal é oficializada em 1 de novembro de 1976, por decreto de D. Manuel Martins, 1º Bispo desta diocese. De acordo com os seus estatutos, é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública, constituída por decreto do Bispo de Setúbal, a quem o Estado português, de acordo com a Concordata de 18.05.2004, reconhece personalidade jurídica civil, como pessoa coletiva de direito privado, sem fim lucrativo, gozando dos mesmos direitos e benefícios das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Tem, por isso, personalidade jurídica nos foros eclesiástico e civil e autonomia jurídica e patrimonial. Segundo o Direito Canónico tem natureza fundacional. Está registada no Livro das Fundações de Solidariedade Social, sendo, por isso, uma pessoa coletiva de utilidade pública. A Cáritas de Setúbal é membro federado da Cáritas Portuguesa²⁴⁵.

A Cáritas de Setúbal, na linha da missão e dos valores da estrutura nacional, apresenta-se como um organismo oficial da Igreja Católica e, nesse âmbito, define como missão a “promoção e exercício da sua ação social e caritativa, fundamentando-se na Sagrada Escritura e na Doutrina Social da Igreja” e define-se como “uma das expressões, organizada, operativa e dinâmica do modo Cristão de viver junto dos mais pobres e excluídos de toda a Sociedade, exercendo a sua ação através das Paróquias”²⁴⁶. Os valores que evoca para o cumprimento da sua missão são o primado da pessoa, a justiça, a caridade, o acolhimento, o conhecimento e respeito mútuo, o diálogo e a cooperação, o anúncio e a denúncia²⁴⁷.

Para cumprir a sua missão apresenta como objetivos²⁴⁸:

- a. a assistência, em situações de dependência ou emergência;
- b. a promoção social, visando a superação e prevenção da dependência ou emergência e o reforço da autonomia pessoal;
- c. o desenvolvimento solidário, integral e personalizado;
- d. a transformação social em profundidade, especialmente nos domínios das relações sociais, dos valores e direitos humanos e do ambiente.

Para atingir os seus objetivos, os estatutos da Cáritas de Setúbal²⁴⁹ preveem um conjunto vasto de intenções das quais destacamos, o estudo e o conhecimento sobre os problemas sociais no território da Diocese, soluções, meios e ações concretas para a sua prevenção e resolução, intervindo nesse sentido por sua iniciativa e/ou em colaboração com entidades públicas e privadas, promover na Diocese

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Cáritas Diocesana de Setúbal (2015), *Estatutos*, Setúbal, art.º 1º.

²⁴⁶ Cáritas Diocesana de Setúbal (2014), *Manual da Qualidade*, Setúbal.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Cáritas Diocesana de Setúbal (2015), *op. cit.*, art.º 2º.

²⁴⁹ Idem, art.º 3º.

uma consciência social e solidária e dinamizar os grupos de ação social das paróquias, fomentando o voluntariado e propiciando a sua formação.

Das ações concretas que são referidas nos estatutos, destacamos a sua preocupação com a comunidade local, as famílias e em particular as crianças, jovens e idosos, a sua preocupação de lhes propiciar cursos de formação, alfabetização e a abertura à discussão de temas e acesso à informação. Os estatutos refletem ainda uma preocupação clara com a integração social e comunitária. Está igualmente previsto a sua intervenção e assistência face a situações de emergência social e na ocorrência de calamidades locais.

A Cáritas Diocesana de Setúbal, para a prossecução dos seus fins e objetivos, tem cinco equipamentos que integram diversas respostas sociais (Anexo I):

- Centro Social S. Francisco Xavier, localizado no centro da cidade, onde está sediada a instituição e funciona a Direção. Neste local temos as valências:
 - “Saber Viver Cada Dia” e “Tornar a Ser”;
- Centro Social N^a S^a da Paz, localizado no bairro da Bela Vista, com as seguintes valências:
 - Creche e Jardim de Infância “O SOL”;
 - Centro de Dia para Idosos;
 - Serviço de Apoio Domiciliário;
 - Centro de Intervenção Comunitária;
 - Centro de Apoio à Vida (grávidas e mães adolescentes).
- Centro de Acolhimento N^a S^a do Amparo (crianças em risco), também localizado no bairro da Bela Vista;
- Centro Comunitário de S. Pedro (intervenção comunitária), localizado no território de Cajados/Lagameças;
- O Cogumelo (Creche, Jardim de Infância e ATL), situado no bairro da Terroa.

2. METODOLOGIA

Neste subcapítulo iremos referir a metodologia que foi seguida nesta investigação, considerando a tipologia de estudo escolhida e os métodos de recolha e análise de dados que foram seguidos.

2.1. Tipo de estudo

Este é um estudo qualitativo, descritivo de carácter exploratório, mais especificamente, um estudo de caso.

Considerando a problemática que a questão de investigação pretende analisar e esclarecer, com o objetivo de identificar os contributos da Cáritas para a promoção da cidadania dos seus utentes, considerámos adequado realizar um estudo de caso.

O estudo de caso foca-se “nas circunstâncias, dinâmicas e complexidades de um caso singular ou de um pequeno número de casos”²⁵⁰. Este tipo de estudo permite uma análise de grande profundidade, aumentando o conhecimento sobre o objeto de estudo e/ou estudando processos de mudança ao longo do tempo. De facto, os estudos qualitativos, como o estudo de caso, “costumam estar relacionados com estudos exploratórios de maior profundidade, onde o objetivo é descrever, aumentar a compreensão de fenómenos ..., ter respostas de maior qualidade (com mais informação) e não a quantidade, tendo por isso uma generalização inferior à das abordagens quantitativas”²⁵¹.

Como refere Gauthier, a vantagem da abordagem qualitativa do estudo de caso é “o facto de ela não utilizar senão um caso permite-lhe aprofundar muito mais do que o pode fazer a análise comparativa”. No entanto, “o estudo de caso não se pode permitir fazer generalizações”²⁵². Ao optarmos pelo estudo de caso quisemos estudar no presente e retroativamente, a Cáritas, nomeadamente, as dinâmicas geradas nas suas diferentes intervenções, através das suas diferentes valências e projetos, olhando os múltiplos atores no seu contexto, interação e perceção uns dos outros, procurando compreender igualmente as intencionalidades, as expectativas e os constrangimentos que se lhe colocam.

Em termos metodológicos, o estudo de caso tem o tipo de exigência presente nos estudos descritivos:

- “Deve ser sistemático ... reter todos os factos significativos e não somente aqueles que correspondem às expectativas do investigador”;
- “Deve ser profundamente teórico, ... apoiar numa teoria, hipóteses e conceitos que servem de princípio diretor à colheita de observações e de caminho para a sua interpretação”²⁵³.

2.2. Métodos de recolha e análise de dados

Considerando a questão de investigação e os objetivos específicos que pretendemos atingir e olhando os conceitos que orientam este trabalho, elaborámos uma grelha analítica (Anexo III) que define as dimensões da análise e os indicadores que se pretendem medir ou validar, instrumento que explanaremos no final deste subcapítulo.

Antes de avançar para a recolha de dados, foi efetuado um contacto exploratório com a Direção da Cáritas Setúbal (ANEXO II) para apresentar a investigação e os objetivos a atingir, identificar as valências consideradas mais relevantes no âmbito da investigação e a documentação que poderá ser analisada.

As técnicas de recolha de dados utilizadas foram duas:

²⁵⁰ Escoval, Ana, Ana Tito Lívio, Jorge Correia Jesuíno, Rute Simões Ribeiro, Tânia Tercitano Matos (2012), *Metodologias Qualitativas n.º 1 – Estudo de caso*, Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública – Universidade Nova de Lisboa, p.13.

²⁵¹ Neves, Pedro, Rita Guerra (2015), *Teses em Ciências Sociais – Dicas muito Práticas*, Lisboa, Edições Sílabo, p.72.

²⁵² Gauthier, Benoit (2003), “A estrutura da prova”, em Benoit Gauthier (Dir.), *Investigação Social – da problemática à colheita de dados*, Loures, Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda., p.148.

²⁵³ Idem.

Análise documental – a análise documental incidiu essencialmente em três tipos de documentos:

- Livros, estudos académicos e outras publicações com o objetivo de construir o quadro teórico-conceitual e metodológico da investigação;
- Dados estatísticos, estudos e diagnósticos que permitiram compreender o enquadramento socioeconómico do território onde se enquadra a Cáritas de Setúbal;
- Documentação formal e administrativa existente na Cáritas de Setúbal sobre os projetos, as atividades e outra informação relevante para caracterizar a instituição, nomeadamente, a sua missão, os seus objetivos, as ações e os resultados da atividade desta instituição. Considerou-se necessária a análise dos Estatutos da Instituição, do Manual da Qualidade (certificação ISO 9001) e do Relatório de Atividades de 2016.

Entrevista semidirigida – aplicada a dirigentes, técnicos e observadores privilegiados. Começámos por analisar, de forma breve, a documentação disponibilizada pela Cáritas, os Estatutos, o Manual da Qualidade e o Relatório de Atividades de 2015. Esta análise relevou-se importante para definir o foco das entrevistas, para uma escolha intencional dos respondentes e no desenho da estrutura das entrevistas.

As razões que nos levaram a escolher a entrevista semidirigida, tal como refere Lorraine Savoie-Zajc²⁵⁴, estão relacionadas com a profundidade, a complexidade e a sensibilidade dos temas que esta dissertação sugere. Esta metodologia permitiu apreender o sentido que é dado pelos indivíduos às experiências vividas e uma compreensão mais profunda dos fenómenos em análise.

A abordagem aos três grupos, dirigentes, técnicos e observadores privilegiados, permitiu auscultar diferentes tipos de atores e obter diferentes pontos de vista sobre as problemáticas que são objeto deste estudo.

O guião da entrevista (ANEXO IV) foi elaborado tendo em consideração as dimensões de análise e os indicadores.

Análise de Conteúdo - Esta metodologia foi utilizada para análise e tratamento dos dados dos documentos e das entrevistas. A Análise de Conteúdo entende-se como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados (...) é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência”²⁵⁵.

Sobre os postulados em que deve assentar a análise de conteúdo relativamente ao conteúdo percebido nos textos (manifesto e latente), Réjean Landry salienta que, “o conteúdo manifesto refere-se ao que é dito ou escrito explicitamente no texto, enquanto que o conteúdo latente se refere ao implícito, ao não expresso, ao sentido oculto, ... aos elementos simbólicos do material analisado”²⁵⁶.

²⁵⁴ Savoie-Zajc, Lorraine (2003), “A entrevista semidirigida”, em Benoit Gauthier (Dir.), *op.cit.*, p.284.

²⁵⁵ Bardin, Laurence (2008), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70, p.11.

²⁵⁶ Landry, Réjean (2003), “A análise do conteúdo”, em Benoit Gauthier (Dir.), *op.cit.*, p.349.

Neste sentido, relativamente aos dados dos documentos, a análise de conteúdo foi objetiva e incidiu sobre o conteúdo manifesto dos textos, para obtermos respostas sobre o funcionamento da Cáritas e os resultados da sua ação. Já relativamente aos textos resultantes da transcrição das entrevistas, estes, considerando a sensibilidade e subjetividade dos temas abordados, foram analisados numa perspetiva mista de modo a obtermos uma maior profundidade, procurando analisar o impacto objetivo e subjetivo da ação da Cáritas, transmitido pelos seus dirigentes, técnicos e parceiros.

Grelha Analítica – Conforme já referimos, tendo em consideração a questão de investigação e os objetivos específicos que pretendemos atingir, foi definida uma grelha que permitiu a análise dos documentos e entrevistas. Esta grelha está organizada identificando para cada objetivo específico, os conceitos de referência, as dimensões de análise que queremos investigar, os indicadores que deverão ser medidos ou validados, as fontes de informação e o método ou técnica utilizado. Olhando com maior detalhe para esta grelha, queremos seguidamente justificar a escolha dos conceitos de referência a as dimensões de análise que foram consideradas.

Objetivo específico – “Clarificar os princípios definidores das organizações de Economia Social e de Economia Solidária e enquadrar a Cáritas neste âmbito”.

Para este objetivo, os conceitos de referência que consideramos são os de **Economia Social** e **Economia Solidária**, pela necessidade de, através dos princípios subjacentes a estes conceitos, referidos no enquadramento teórico, analisar a Cáritas e concluir sobre o seu posicionamento neste contexto:

- Para o conceito **Economia Social**, tomamos como dimensões de análise os seus valores fundacionais, de acordo com a experiência pioneira da Cooperativa de Rochdale, valores constitutivos do conceito²⁵⁷, que, tal como referimos no enquadramento teórico, continuamos a assumir como referência para as organizações neste âmbito:
 - **Primado do interesse comum e do interesse geral sobre o interesse particular ou privado;**
 - **A não prossecução do lucro como fim** (o que a distingue da Economia de Mercado);
 - **Primado das pessoas sobre o capital**, por oposição à Economia de Mercado onde o poder está do lado do capital;
 - **O princípio da gestão democrática** (um homem um voto);
 - **Autonomia face ao Estado**, considerando que na Economia Social as instituições são uma iniciativa da sociedade civil;
 - **Adesão voluntária**, no pressuposto da liberdade de participação.
- Ao assumir como referência o conceito de **Economia Solidária**, queremos olhar para a Cáritas para perceber nesta instituição, se as suas propostas de intervenção e a sua ação concreta, se enquadram nos princípios ou projetos propostos neste âmbito²⁵⁸, segundo a versão

²⁵⁷ Amaro, R. Roque (2015), *op. cit.*

²⁵⁸ Amaro, R. Roque (2009), *op. cit.*, p.16.

francófona, referidos no enquadramento teórico. Constituem estes projetos as dimensões de análise, nomeadamente:

- **Projeto económico**, numa perspetiva plural, sustentável, com reciprocidade e participação, e em que o Estado é visto como parceiro;
- **Projeto político** com gestão democrática, promovendo a participação e a reciprocidade, com participação no espaço público e afirmando a identidade da instituição;
- **Projeto social**, promovendo um modelo de intervenção numa perspetiva de solidariedade emancipatória em que o social é visto numa dimensão mais existencial e integral.

GRELHA ANALÍTICA – (1.) Clarificar os princípios definidores das organizações de Economia Social e de Economia Solidária e enquadrar a Cáritas neste âmbito.				
Conceitos	Dimensões de análise	Indicadores	Fontes de informação	Método/técnica utilizada
Economia Social	Critérios de definição das organizações no âmbito da Economia Social de acordo com a experiência pioneira da Cooperativa de Rochdale: • Primado do interesse comum e do interesse geral sobre o interesse particular ou privado;	1 - Promoção do interesse comum e do interesse geral nas atividades e valências da Cáritas (Sim/Não)	DCS, OP, DOC	• Entrevistas semidirigidas à Direção, aos diretores, coordenadores e técnicos das valências e projetos, e aos observadores privilegiados; • Análise documental.
	• A não prossecução do lucro como fim;	2 - Prossecução do lucro (Sim/Não)	DCS, DOC	
	• Primado das pessoas sobre o capital;	3 - Referência primordial às pessoas em todas as suas valências/projetos e não a interesses económicos (Sim/Não)	DCVP, TVP, OP, DOC	
	• O princípio da gestão democrática;	4 - Tipo de gestão = 9	DCS, DOC	
	• Autonomia face ao Estado (na Economia Social as instituições são uma iniciativa da sociedade civil);	5 - Autonomia face ao Estado (Sim/Não)	DCS, DCVP, DOC	
	• Adesão voluntária (liberdade de participação).	6 - Liberdade de participação dos seus membros (Sim/Não)	DCS, DCVP, DOC	
Economia Solidária	Critérios de definição das organizações no âmbito da Economia Solidária (versão francófona), prevalência de três projetos: • Projeto económico (plural, sustentável, reciprocidade, participação, o Estado como parceiro);	7 - Características do projeto económico	DCS, DOC	
		8 - Estado visto como parceiro (Sim/Não)	DCS, DCVP, DOC	
	• Projeto político (gestão democrática, participação e reciprocidade, participação no espaço público, afirmação e identidade da instituição);	9 - Tipo de gestão = 4	DCS, DOC	
		10 - N.º de participações da Cáritas em projetos, fóruns ou grupos de trabalho em parceria/rede com outras instituições e com entidades do Estado = 16, 36	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	
		11 - N.º de ações organizadas pela Cáritas na comunidade de promoção da democracia participativa e da cidadania	DCS, OP, DOC	
		12 - Reconhecimento e respeito pela Cáritas na comunidade (Sim/Não)	OP	
		13 - N.º de valências/projetos que promovem a participação comunitária dos seus utentes = 28, 35	DCVP, TVP, OP, DOC	
	• Projeto social (solidariedade emancipatória e o social como dimensão existencial e integral).	14 - N.º e tipo de solicitações em que se evidencia um efeito emancipatório nos utentes = 19	DCVP, TVP, OP, DOC	

DCS - Direção da Cáritas Setúbal; **DCVP** - Diretor/Coordenador de valência/projeto; **TVP** - Técnico de valência/projeto; **OP** - Observador privilegiado projetos/valências estudados; **DOC** - Documentação (Estatutos, Relatórios de Atividades e Manual da Qualidade)

Objetivo específico – “Identificar e analisar os princípios que fundamentam a luta contra a pobreza e a exclusão social e enquadrar neste âmbito o caso da Cáritas”.

Neste caso, indo ao encontro da referência identificada no próprio objetivo, os conceitos que consideramos são os da pobreza e da exclusão social e as dimensões de análise foram definidas tendo em vista os critérios e os princípios que consideramos fundamentais na luta contra a pobreza e a exclusão social, assumindo como referência alguns dos princípios metodológicos que serviram de base ao III PELCP²⁵⁹ e que estão referidos no enquadramento teórico.

- **Pobreza e exclusão social (luta contra a ...):**
 - **Multidimensionalidade da pobreza e da exclusão social;**
 - **Trabalho em rede.** Que pressupõe, articulação de ações, estratégias e recursos, algo que se tem afirmado e é consensual entre todos os agentes sociais;
 - **Participação e envolvimento das populações.** Hoje os programas e projetos neste âmbito fazem referência às práticas colaborativas, que pressupõe a participação e o envolvimento das pessoas fragilizadas, procurando uma relação próxima entre estes e os profissionais para a construção de soluções e compromissos;
 - **Promoção da integração económica e social dos excluídos;**
 - **Articulação da visão global com a dimensão local dos projetos.** O que implica considerar, para além da visão global, as características da comunidade ou do indivíduo.

²⁵⁹ Amaro, R. Roque (2003), *op. cit.*, p.47.

GRELHA ANALÍTICA – (2.) Identificar e analisar os princípios que fundamentam a luta contra a pobreza e a exclusão social e enquadrar neste âmbito o caso da Cáritas.				
Conceitos	Dimensões de análise	Indicadores	Fontes de informação	Método/técnica utilizada
(Luta contra a ...) Pobreza e Exclusão social	Critérios no combate à pobreza e à exclusão social: • Visão relativa à multidimensionalidade da pobreza e da exclusão social;	15 – Existência de ações integradas (multidimensionais) no combate à pobreza e exclusão social (Sim/Não)	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	• Entrevistas semidirigidas à Direção, aos diretores, coordenadores e técnicos das valências e projetos, e aos observadores privilegiados; • Análise documental.
	• Trabalho em rede (articulação de ações, estratégias e recursos);	16 - N.º de participações da Cáritas em projetos, fóruns ou grupos de trabalho em parceria/rede com outras instituições e com entidades do Estado, que visam o combate à pobreza e exclusão social = 10, 36	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	
	• Participação / envolvimento das populações;	17 - N.º de valências / projetos com colaboração e participação da comunidade, que visam o combate à pobreza e exclusão social	DCVP, TVP, DOC	
	• Promover a integração económica e social dos excluídos;	18 - Casos de sucesso em que houve integração social e económica dos excluídos (Sim/Não)	DCVP, TVP, DOC	
		19 - N.º e tipo de solicitações em que se evidencia um efeito emancipatório nos utentes = 14	DCVP, TVP, OP, DOC	
	• Articulação da visão global com a dimensão local dos projetos.	20 - Existência de formas explícitas de articulação das estratégias adotadas pela Cáritas com: (Sim/Não) • Estratégia da Cáritas Portuguesa; • Medidas/estratégias locais/nacionais/europeias de luta contra a pobreza e exclusão social.	DCS, DCVP, OP, DOC	

DCS - Direção da Cáritas Setúbal; **DCVP** - Diretor/Coordenador de valência/projeto; **TVP** - Técnico de valência/projeto; **OP** - Observador privilegiado projetos/valências estudados; **DOC** - Documentação (Estatutos, Relatórios de Atividades e Manual da Qualidade)

Objetivo específico – “Analisar a intervenção da Cáritas na ótica da promoção da cidadania”.

Neste objetivo, os conceitos que consideramos como referência são o **empowerment** e a **cidadania**, conceitos que invocamos na sequência do objetivo anterior, daquilo que consideramos ser a metodologia a seguir na luta contra a pobreza e a exclusão social, que deverá assumir uma lógica de intervenção emancipatória e colaborativa, trabalhando com o seu envolvimento as próprias competências dos pobres e excluídos, promovendo a sua integração e participação na comunidade, ou seja, a sua cidadania.

- Para o **empowerment**, consideramos como dimensões de análise as três dimensões deste conceito que referimos no enquadramento teórico²⁶⁰:
 - **Psicológico**, que tem a ver com a consciência pessoal de capacidade e de controlo sobre a sua própria vida;
 - **Social**, como capacidade de influenciar e participar na comunidade;
 - **Político**, como perceção de poder político e de direitos pessoais.
- Para o conceito de **cidadania**, que, como afirmámos no enquadramento teórico, surge como consequência de um processo de empowerment, tomamos duas dimensões de análise:
 - **Cidadania na ótica dos direitos**²⁶¹ (civis, políticos e sociais);
 - **Cidadania na perspetiva da participação**²⁶². Participação na comunidade, no espaço público e vista como um processo de inclusão.

²⁶⁰ Rappaport, Julian (1981), *op. cit.*

²⁶¹ Martins, Paulo Henrique (2009), *op. cit.*

²⁶² Stoer, Stephen R. e António Magalhães (2005), *op. cit.*

GRELHA ANALÍTICA – (3.) Analisar a intervenção da Cáritas na ótica da promoção da cidadania.				
Conceitos	Dimensões de análise	Indicadores	Fontes de informação	Método/técnica utilizada
Empowerment	Psicológico – consciência pessoal de capacidade e controlo.	21 - Existe progresso das pessoas em termos de empowerment psicológico, após participação/intervenção da Cáritas (Sim/Não)	DCVP, TVP, OP, DOC	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas semidirigidas à Direção, aos diretores, coordenadores e técnicos das valências e projetos, e aos observadores privilegiados; • Análise documental.
		22 - N.º de ações que promovem empowerment psicológico	DCVP, TVP, OP, DOC	
	Social - influência e participação social.	23 - Existe progresso das pessoas em termos de empowerment social, após participação/intervenção da Cáritas (Sim/Não)	DCVP, TVP, OP, DOC	
		24 - N.º de ações que promovem empowerment social	DCVP, TVP, OP, DOC	
	Político – poder político e perceção de direitos pessoais.	25 - Existe progresso das pessoas em termos de empowerment político, após participação/intervenção da Cáritas (Sim/Não)	DCVP, TVP, OP, DOC	
		26 - N.º de ações que promovem empowerment político	DCVP, TVP, OP, DOC	
Cidadania	Cidadania na ótica dos direitos (civis, políticos e sociais).	27 - As ações/projetos promovem o entendimento dos utentes relativamente aos seus direitos e deveres como cidadãos (Sim/Não)	DCVP, TVP, OP	
	Cidadania na perspetiva da participação.	28 - N.º de valências/projetos que promovem a participação comunitária dos seus utentes = 13, 35	DCVP, TVP, OP, DOC	

DCS - Direção da Cáritas Setúbal; **DCVP** - Diretor/Coordenador de valência/projeto; **TVP** - Técnico de valência/projeto; **OP** - Observador privilegiado projetos/valências estudados; **DOC** - Documentação (Estatutos, Relatórios de Atividades e Manual da Qualidade)

Objetivo específico – "Distinguir os princípios estruturantes do pensamento social cristão, inscritos na Doutrina Social da Igreja, e analisar a sua influência na missão e ação da Cáritas".

Por fim, para este objetivo, tomámos como conceito de referência a Doutrina Social da Igreja, entendida como conjunto de dogmas, princípios e enunciados que refletem o pensamento social da Igreja Católica, e como dimensões de análise os quatro princípios que lhe são estruturantes, referidos no Compêndio da DSI ²⁶³, tendo ainda acrescentado uma quinta dimensão relacionada com a expressão da caridade cristã, aspetos desenvolvidos no enquadramento teórico:

- **Doutrina Social da Igreja:**

- **Dignidade humana.** No respeito e promoção da pessoa, tendo em consideração o seu desenvolvimento sustentável e integral através de adequadas condições de vida, liberdade, igualdade e sociabilidade;
- **Bem comum**, definido como “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição”²⁶⁴;
- **Subsidiariedade**, princípio que remete para a importância das estruturas intermédias da sociedade, a começar pela família²⁶⁵. Toda intervenção e apoio que é prestado aos sujeitos sociais deve seguir uma lógica emancipadora (participação, responsabilização e reciprocidade)²⁶⁶;
- **Solidariedade**, que implica o reconhecimento do outro como pessoa, como um ser igual em dignidade e direitos, manifesta-se na partilha entre todos, principalmente dos que mais têm relativamente aos mais desprotegidos;
- **Cuidado do outro**, a caridade cristã como um serviço concreto aos outros.

²⁶³ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.115.

²⁶⁴ Vaticano II (1965), *op. cit.*, n.º 26, p.308.

²⁶⁵ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.128.

²⁶⁶ Bento XVI (2009), *op. cit.*, n. 57, p.94.

GRELHA ANALÍTICA – (4.) Distinguir os princípios estruturantes do pensamento social cristão, inscritos na Doutrina Social da Igreja, e analisar a sua influência na missão e ação da Cáritas.				
Conceitos	Dimensões de análise	Indicadores	Fontes de informação	Método/técnica utilizada
Doutrina Social da Igreja	Dignidade humana – respeito e promoção da pessoa (o seu desenvolvimento sustentável e integral através de adequadas condições de vida, liberdade, igualdade e sociabilidade).	29 - Práticas de respeito pela dignidade, liberdade e igualdade entre os homens (Sim/Não)	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas semidirigidas à Direção, aos diretores, coordenadores e técnicos das valências e projetos, e aos observadores privilegiados; • Análise documental.
		30 - N.º de ações de combate às desigualdades económicas e sociais	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	
		31 - Promoção dos Direitos do Homem (Sim/não)	DCS, OP	
	Bem comum – “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição”.	32 - Promoção da melhoria das condições de vida dos seus utentes e das suas famílias (Sim/Não)	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	
		33 – Contributos para a realização do bem comum na comunidade	DCS, OP, DOC	
		34 - N.º de projetos de promoção e desenvolvimento da família	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	
	Subsidiariedade – a importância das estruturas intermédias da sociedade. Toda intervenção e apoio deve seguir uma lógica emancipadora (participação, responsabilização e reciprocidade).	35 - N.º de valências/projetos que promovem a participação comunitária dos seus utentes = 13, 28	DCVP, TVP, OP, DOC	
		36 - N.º de participações da Cáritas em projetos, fóruns ou grupos de trabalho em parceria/rede com outras instituições e com entidades do Estado = 10, 16	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	
	Solidariedade - reconhecimento do outro como pessoa, como um ser igual em dignidade e direitos e manifesta-se na partilha entre todos, principalmente dos que mais têm relativamente aos mais desprotegidos.	37 - Promoção da solidariedade na Diocese de Setúbal (sim/Não)	DCS, OP	
		38 - Número de voluntários na estrutura da Cáritas	DCS, DCVP, DOC	
Cuidado do outro – “Amor preferencial pelo pobre”	39 - Amor preferencial pelos mais frágeis e necessitados (Sim/Não)	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC		
	40 - Acolhimento de todas as pessoas necessitadas, sem discriminação de raça ou religião (Sim/Não)	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC		

DCS - Direção da Cáritas Setúbal; **DCVP** - Diretor/Coordenador de valência/projeto; **TVP** - Técnico de valência/projeto; **OP** - Observador privilegiado projetos/valências estudados; **DOC** - Documentação (Estatutos, Relatórios de Atividades e Manual da Qualidade)

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Seguindo a metodologia proposta, foram analisados os dados recolhidos e verificados os objetivos específicos a que nos propusemos nesta investigação e que nos permitirão concluir relativamente ao objetivo geral que é o de, “identificar os contributos da Cáritas para a promoção da cidadania dos seus utentes, no quadro dos princípios que a inspiram e de acordo com a sua missão de luta contra a pobreza e a exclusão social”.

3.1. A Cáritas como organização de Economia Social e de Economia Solidária

O primeiro objetivo específico proposto nesta investigação é o de analisar a Cáritas de acordo com os princípios que, no nosso quadro conceptual, considerámos definidores do que será uma organização no âmbito da Economia Social e da Economia Solidária.

Começamos por analisar a Cáritas como organização no âmbito da Economia Social, onde assumimos como dimensões de análise os princípios fundacionais que estão na génese desta «outra economia»²⁶⁷.

Verifica-se que a dimensão “primado do interesse comum e do interesse geral sobre o interesse particular ou privado”²⁶⁸, está presente, quer estatutariamente, quer na caracterização da instituição no seu Manual da Qualidade, constatando-se que a Cáritas foi fundada tendo como objetivo central da sua missão os valores referidos nesta dimensão. Pelos seus Estatutos, a Cáritas é uma instituição que quer desempenhar a sua missão tendo em vista “o bem público eclesial”²⁶⁹. Reconhecida como IPSS, tem o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública²⁷⁰.

As respostas às entrevistas vêm confirmar este propósito e clarificar qual o objeto central e prioritário da sua missão e ação concreta, sendo transversal nas respostas dos entrevistados a referência ao combate às causas geradoras de pobreza e o apoio aos desfavorecidos, nomeadamente aos “mais pobres e os mais pobres dos pobres”²⁷¹, como refere um dos entrevistados, que assume que a missão da instituição é cumprir a Ação Social da Igreja, “é responder a todos os problemas e, se possível, aos problemas de todos”²⁷². Assim consideramos que se verifica a “promoção do interesse comum e do interesse geral nas atividades e valências da Cáritas”²⁷³.

Já na dimensão “não prossecução do lucro como fim”²⁷⁴, característica fundamental das entidades da Economia Social, verificamos que a Cáritas se afirma estatutariamente como uma entidade sem fins lucrativos²⁷⁵. Aliás, outra coisa não poderia ser face ao reconhecimento oficial desta como IPSS e ao

²⁶⁷ Anexo III - Grelha Analítica.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 1º, n. 1, Anexo V - Análise dos Documentos.

²⁷⁰ Manual da qualidade, 2.1, Anexo V - Análise dos Documentos.

²⁷¹ Questão A, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

²⁷² Idem.

²⁷³ Indicador n. 1, Anexo III - Grelha Analítica.

²⁷⁴ Anexo III - Grelha Analítica.

²⁷⁵ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 1º, n. 2, Anexo V - Análise dos Documentos.

seu estatuto de utilidade pública que referimos no parágrafo anterior. Assim, as atividades da Cáritas não têm como objetivo a “prossecução do lucro”²⁷⁶.

Analisando a dimensão “primado das pessoas sobre o capital”²⁷⁷, a Cáritas, nos seus estatutos, define o seu regime económico, referindo a “partilha cristã de bens”²⁷⁸ e evocando os valores da solidariedade e do amor fraternos, o que implica eleger as pessoas como objeto essencial da sua missão. Por outro lado, quando refere os valores segundo os quais se rege, surge em primeiro lugar, de forma expressa, o “Primado da Pessoa”, sendo que os restantes valores que são afirmados, são uma consequência clara desta primeira opção, “Justiça; Caridade; Acolhimento; Conhecimento e respeito mútuo; Diálogo e cooperação; Anúncio e denúncia”²⁷⁹.

O próprio Relatório de Atividades²⁸⁰, quando identifica o objeto de ação de cada um dos equipamentos sociais, refere sempre a pessoa, com as suas diferentes necessidades e em resposta a diferentes problemáticas. Isto é confirmado, quando perguntámos aos diretores, coordenadores e técnicos dos vários equipamentos, sobre o papel e os objetivos a prosseguir nas várias respostas sociais e valências da Cáritas²⁸¹, verificando-se, como denominador comum de todas as respostas, inquestionavelmente, a pessoa. Em concreto, são referidos os pobres e excluídos, os sem-abrigo, os seropositivos, as crianças negligenciadas, as mães adolescentes, os idosos e outras pessoas com dependência, as famílias carenciadas, disfuncionais e desestruturadas e a intervenção nos bairros sociais, sendo referidos como objetivos a atingir, a promoção da dignidade da pessoa e a sua inclusão, a melhoria das suas condições de vida, o seu empowerment e a promoção da sua cidadania. Concluimos que há uma “referência primordial às pessoas em todas as suas valências/projetos e não a interesses económicos”²⁸².

Sobre “o princípio da gestão democrática”²⁸³, importa começar por referir que as Cáritas são instituições de natureza fundacional, criadas por iniciativa da Igreja, através da sua estrutura hierárquica, como entidades que assumem na sua missão a Ação Social da Igreja. Na Diocese de Setúbal, a Cáritas foi instituída por decreto do seu Bispo, ao qual compete a aprovação dos estatutos da instituição e a nomeação dos seus órgãos sociais²⁸⁴. É uma entidade que não tem associados e os seus órgãos sociais são apenas a Direção e o Conselho Fiscal, não existindo, face à sua natureza, um órgão Assembleia Geral. Na Cáritas não se verifica a característica que está na génese da Economia Social, de uma iniciativa ou tendência de agregação popular em torno de uma necessidade ou interesse comum, criando uma entidade gerida democraticamente entre todos, na regra de um homem um voto.

²⁷⁶ Indicador n. 2, Anexo III - Grelha Analítica.

²⁷⁷ Anexo III - Grelha Analítica.

²⁷⁸ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 29º, Anexo V - Análise dos Documentos.

²⁷⁹ Manual da qualidade, 2.4.2 Valores, Anexo V - Análise dos Documentos.

²⁸⁰ Relatório de Atividades 2016, 8 - Ação Social e Educativa, Anexo V - Análise dos Documentos.

²⁸¹ Questão C, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

²⁸² Indicador n. 3, Anexo III - Grelha Analítica.

²⁸³ Anexo III - Grelha Analítica.

²⁸⁴ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 1º, n.1, Art.º 14º, n.1, Anexo V - Análise dos Documentos.

Esta característica fundacional prejudica, sobretudo, a dimensão política na perspetiva de uma gestão democrática, da deliberação coletiva e participativa, da reflexão e reivindicação de direitos e intervenção no espaço público, ou seja, da vivência de uma democracia participativa. Aliás, é uma característica de alguma forma comum nas instituições deste tipo, condicionadas ao objeto e aos fins expressos pelo fundador, ou, no caso das instituições da Igreja com esta característica, ao âmbito e aos fins referidos estatutariamente pela autoridade eclesial.

Existe, no entanto, uma perspetiva de funcionamento democrático ao nível dos corpos sociais da Cáritas, os quais só podem reunir com a presença da maioria dos membros que os compõem, prevendo-se que as deliberações sejam tomadas por maioria, com voto de qualidade do respetivo presidente, em caso de empate²⁸⁵. Um dos entrevistados²⁸⁶ confirmou esta situação. Portanto, a Cáritas não cumpre este princípio da gestão democrática que está na génese das entidades da Economia Social e o “tipo de gestão”²⁸⁷ é o das entidades de origem fundacional, em que a entidade fundadora nomeia e detém o controlo sobre os corpos sociais.

Analisando agora a sua “autonomia face ao Estado”²⁸⁸, importa referir em primeiro lugar que esta dimensão dá destaque à importância das Instituições da Economia Social serem da iniciativa da sociedade civil e terem uma relação com o Estado e com as outras instituições numa lógica de subsidiariedade. É esse o espírito que está consignado nos estatutos da Cáritas onde se afirma explicitamente, “entidade autónoma jurídica e patrimonialmente, ..., não exerce fins ou comissões de outras entidades”²⁸⁹. Questionados sobre esta questão da autonomia da Cáritas face aos organismos do Estado com quem se relaciona, no âmbito das atividades e competências exercidas nos diferentes equipamentos e valências, a quase totalidade dos entrevistados²⁹⁰ refere o respeito pela autonomia da Cáritas e uma relação de parceria e subsidiariedade com o Estado. No entanto, percebe-se que essa autonomia não é total, verificando-se alguma dependência sendo até referida alguma subserviência²⁹¹. Esta não tem a ver com a função fiscalizadora e com as ações de acompanhamento dos organismos do Estado com quem a Cáritas tem acordos de cooperação, que são de alguma forma aceites e referidas pelos entrevistados como adequadas, mas com as características do tipo de relacionamento que, em geral, se estabelece entre o Estado e as entidades da Economia Social.

Como apontámos no enquadramento teórico, as entidades da Economia Social prestam serviços às comunidades em resposta a lacunas ou necessidades sociais, cumprindo muitas vezes funções que seriam da competência do Estado, com base em programas e em acordos de cooperação, cujas bases

²⁸⁵ Idem, Art.º 9º.

²⁸⁶ Questão D, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

²⁸⁷ Indicador n. 4, Anexo III - Grelha Analítica.

²⁸⁸ Anexo III - Grelha Analítica.

²⁸⁹ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 1º, n.4, Anexo V - Análise dos Documentos.

²⁹⁰ Questão E, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

²⁹¹ Idem, Entrevistado DCVP-CF.

foram mutuamente acordadas entre o Estado e os representantes das instituições sociais²⁹². Todavia, estes acordos acabam por condicionar e limitar a ação destas instituições e geram uma relação, de certa forma, ambígua. Por um lado, de reconhecimento pelo Estado da importância destas entidades, face à proximidade às populações, ao seu entendimento e conhecimento sobre as problemáticas sociais que as afetam e à capacidade de mobilizar recursos na própria comunidade, mas, por outro, e invocando uma relação de parceria e colaboração, criam programas, regras e mecanismos tutelares, que acabam por condicionar a sua ação, gerando alguma dependência financeira e alguma subordinação funcional nas suas opções estratégicas e nos critérios de seleção dos utentes.

Na Cáritas, do ponto de vista formal, como já referimos, afirma-se a autonomia e não verificámos qualquer interferência do Estado na nomeação dos órgãos sociais ou na definição do seu modelo de gestão, verificando-se, nestes aspetos, o princípio da subsidiariedade e a autonomia política da instituição. Mas o facto da instituição ter, em todos os seus equipamentos ou valências, acordos de cooperação com o Estado, afeta de uma outra forma a sua autonomia, conforme, aliás, se percebe pelas respostas dos entrevistados, quer ao nível de alguma dependência financeira, quer funcional, nos aspetos que referimos no parágrafo anterior. Assim, por estas razões, concluímos que a Cáritas tem alguma “autonomia face ao Estado”²⁹³, admitindo que esta não será total pelos condicionalismos inerentes ao tipo de contratualização e relação que mantém com este.

Ainda no âmbito da Economia Social, analisando a “adesão voluntária”²⁹⁴ dos membros da Cáritas, começamos por remeter para o que já argumentámos sobre a sua génese fundacional. De facto, não sendo uma associação, não tem membros associados e poder-se-ia considerar que esta questão não se colocaria para este tipo de entidades. No entanto, há alguns aspetos a ter em conta. Em primeiro lugar referir que os membros indigitados pelo Bispo para os Corpos Sociais, são, por princípio, membros voluntários que participam nesta instituição com plena liberdade e gratuidade²⁹⁵. Outra questão que terá de ser considerada é o facto de, quer os já referidos membros dos corpos sociais (treze elementos), quer um conjunto alargado de outros voluntários, integrarem o trabalho que se exerce nos diferentes equipamentos e valências, não substituindo os profissionais que aí trabalham, mas colaborando com estes.

Conforme consta do Relatório de Atividades de 2016, nesse ano colaboraram na Cáritas quarenta e sete (47) voluntários²⁹⁶, o que é um número significativo, cerca de um terço, quando ponderado com o total dos empregados da instituição, que é de cento e trinta e três (133). Aliás, a Cáritas inscreve nos seus estatutos o objetivo de fomento do voluntariado²⁹⁷. Quando avaliamos se existe “liberdade de

²⁹² XXI Governo Constitucional, CNIS, UMP (Misericórdias), UMP (Mutualidades) (2017), *Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário*, Lisboa.

²⁹³ Indicador n. 5, Anexo III - Grelha Analítica.

²⁹⁴ Anexo III - Grelha Analítica.

²⁹⁵ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 6º, n.1, Anexo V - Análise dos Documentos.

²⁹⁶ Relatório de Atividades 2016, 10 - Voluntariado, Anexo V - Análise dos Documentos.

²⁹⁷ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 3º, n.2 d), Anexo V - Análise dos Documentos.

participação dos seus membros”²⁹⁸, consideramos que sim, com a ressalva que referimos, de que não estamos a avaliar relativamente a membros associados, mas relativamente aos membros que integram os corpos sociais e aos outros elementos voluntários que, com regularidade, colaboram nos diferentes equipamentos.

Analisemos agora a Cáritas para perceber como é que esta instituição, nas suas propostas de intervenção e na sua ação concreta, se enquadra nos princípios da Economia Solidária, de acordo com as dimensões de análise²⁹⁹ já referidas.

Sobre o seu “projeto económico”³⁰⁰, começamos por analisar as características da atividade económica da Cáritas, procurando, perceber como é que a instituição gere a sua sustentabilidade financeira, se existe autonomia e se as questões ou preocupações financeiras, de alguma maneira, se sobrepõem ou condicionam a sua missão. Analisemos em primeiro lugar o que os seus estatutos³⁰¹ dizem sobre esta matéria. Observa-se que a instituição admite, no âmbito da sua missão, a celebração de acordos, protocolos e parcerias de cooperação com organismos do Estado e com outras entidades, uma característica que observámos nos diversos equipamentos e valências³⁰², através dos quais a Cáritas presta os seus serviços. Nestes acordos de cooperação e na contratualização efetuada entre o Estado e a instituição, numa lógica vertical para amenizar desigualdades e problemáticas sociais, aplica-se o princípio da redistribuição de recursos pelo Estado relativamente às instituições da sociedade civil, sob o qual a Cáritas recebe verbas inerentes a serviços que presta.

Para além destas receitas, é ainda referido nos estatutos que a prestação dos serviços aos seus utentes será gratuita ou remunerada numa lógica de proporcionalidade, ou seja, em que o utente paga, ou não paga mesmo, consoante os rendimentos que auferir, não seguindo assim uma lógica de mercado. Ainda nos estatutos, quando se clarifica sobre o regime económico, tal como já referimos no âmbito da Economia Social, a instituição afirma-se sem fins lucrativos e evoca os valores da “partilha cristã de bens como expressão concreta da solidariedade e amor fraternos”³⁰³. Percebe-se aqui uma lógica de reciprocidade pela intenção de fomentar junto da comunidade a solidariedade, manifestada na dádiva de bens materiais, financeiros e no trabalho voluntário para fazer face a necessidades sociais sentidas na própria comunidade. Neste sentido, o Relatório de Atividades 2016³⁰⁴, dá relevo a um conjunto de iniciativas que são recorrentes na atividade da instituição, nomeadamente o peditório nacional e outras campanhas de solidariedade e de angariação de fundos e bens diversos, sempre com um forte envolvimento de voluntários, ações e verbas que são destinadas sobretudo à emergência social, a apoiar muitas pessoas, individualmente ou em família, no sentido de melhorar as suas condições básicas de vida, mais concretamente, de habitação, rendas e prestações de crédito, gastos de água,

²⁹⁸ Indicador n. 6, Anexo III - Grelha Analítica.

²⁹⁹ Anexo III - Grelha Analítica.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 3º, Art.º 4º e Art.º 29º, Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁰² Anexo I - Equipamentos e respostas sociais da Cáritas de Setúbal.

³⁰³ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 29º, Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁰⁴ Relatório de Atividades 2016, pontos 3.1.1., 3.4.1., 4., 5., 6., 7., Anexo V - Análise dos Documentos.

gás e luz, de saúde e de educação. O que referimos mostra que a Cáritas promove e dinamiza, práticas de solidariedade e de partilha na comunidade.

Um dos entrevistados³⁰⁵, questionado sobre a sustentabilidade da Cáritas, confirma as fontes de financiamento que referimos, os acordos de cooperação e as participações dos utentes, relativos à prestação de serviços e que se destinam aos equipamentos sociais, avaliando-se aqui a sustentabilidade do seu funcionamento, e as verbas provenientes dos peditórios e donativos, para proporcionar o apoio aos mais carenciados, destacando o facto de, na gestão financeira, se considerar estas duas fontes de financiamento de forma distinta, respeitando o seu fim. Diz-nos, ainda, que a Cáritas procura que a gestão e as preocupações económicas e financeiras não prejudiquem a missão da instituição, transmitindo, no entanto, as dificuldades sentidas na sustentabilidade financeira dos equipamentos sociais, face ao rendimento médio dos utentes ser muito baixo ou até inexistente, o que implica participações médias muito baixas, e no acompanhamento de todos os casos sociais da população mais carenciada.

Sobre a relação existente entre a instituição e o Estado, é necessário clarificar que a Cáritas se relaciona com diversos organismos da Administração Central, que são, por um lado, a entidade fiscalizadora dos acordos de cooperação para algumas das respostas sociais e, por outro, a entidade que tutela ou coordena nesse território uma determinada atividade. Para além desta relação com a Administração Central também se relaciona com as autarquias, nomeadamente as Câmaras de Setúbal e Palmela, a Junta de Freguesia de S. Sebastião e a União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Sobre esta relação com o Estado, nesta diversidade central e local, a apreciação global é positiva e o Estado é visto como um parceiro que influencia positivamente e é um apoio importante para o trabalho da Cáritas. É destacado que esta relação positiva se verifica sobretudo ao nível intermédio, no trabalho exercido no terreno e na relação entre os técnicos, sendo referidas a partilha, a troca de experiências e o trabalho em rede, como relevantes³⁰⁶. No entanto, embora tenha sido transmitida pelos vários entrevistados uma visão maioritariamente positiva, foram feitas referências a algumas entidades que tentam condicionar o trabalho da Cáritas, ou que demonstram alguma insensibilidade social, em particular na área da saúde e da justiça. Sobre esta questão, lembramos o que referimos sobre o efeito de dependência das instituições da Economia Social, em geral, e da Cáritas, neste caso, pelo facto de uma parte substancial da sua atividade estar dependente dos acordos de cooperação e de uma relação tutelar do Estado.

Sobre a dimensão económica da atividade da Cáritas³⁰⁷, poderemos concluir que a sua atividade, embora evidenciando dificuldades, é sustentável, gerando-se um equilíbrio entre os recursos necessários para os serviços que presta na comunidade e os proveitos que obtém, quer junto do Estado e dos utentes, quer na própria comunidade, promovendo a sua participação, reciprocidade e solidariedade. A sua gestão, pelo que nos foi transmitido, é feita com rigor, mas com um critério distinto das entidades com fins lucrativo, respeitando-se o fim social das receitas. O Estado é visto como

³⁰⁵ Questão B, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

³⁰⁶ Questão G, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

³⁰⁷ Indicador n. 7, Anexo III - Grelha Analítica.

parceiro³⁰⁸, embora com as ressalvas acima referidas. Em síntese, cumprem-se alguns dos aspetos de um projeto económico de uma entidade de Economia Solidária, mas verifica-se que este projeto não tem uma importância própria e está reduzido, ou é essencialmente consequência, do que se realiza pela dimensão social do trabalho da Cáritas, não se cumprindo em todos os seus aspetos como um projeto que se quer “numa lógica de reciprocidade e de envolvimento mutualista dos seus atores”, como sugere Roque Amaro³⁰⁹ e como referimos no enquadramento teórico.

Debrucemo-nos agora sobre o “projeto político”³¹⁰ da Cáritas, quer na perspetiva da sua gestão interna, mas, sobretudo, olhando para a forma como a instituição afirma a sua identidade e atua no espaço público. A nível interno, tal como referimos quando analisámos o princípio da gestão democrática na Cáritas como entidade da Economia Social, de facto, pela sua natureza fundacional, não existe a perspetiva de uma autogestão democrática³¹¹, uma característica própria das entidades da Economia Solidária. Sobre a sua presença, afirmação e capacidade de exercer influência no espaço público, através da partilha e ação junto das outras entidades e da própria comunidade, os estatutos começam por abrir caminho nesse sentido ao assumir como sua intenção “a intervenção e mediação junto das entidades públicas e privadas”, referindo também a cooperação com estas entidades, sempre com o objetivo de contribuir para a “resolução, ..., de problemas sociais, económicos e educacionais da Diocese”³¹².

Desta forma, a Cáritas assume, estatutariamente, uma vocação de abertura, cooperação e participação pública, quer enquanto entidade promotora, quer como entidade participante, situação que é referida no Relatório de Atividades de 2016³¹³, em quatro “ações organizadas pela Cáritas na comunidade de promoção da democracia participativa e da cidadania”, ou na sua participação em alguns eventos³¹⁴. Também neste âmbito, queremos referir a cooperação institucional e o envolvimento técnico e operacional em praticamente todos os fóruns, grupos de trabalho em parceria ou em rede³¹⁵ que existem no seu território e que estão no âmbito da sua intervenção. Contabiliza-se a sua participação em cerca de onze (11) entidades nos domínios das medidas sociais e/ou laborais contra a exclusão e a pobreza, de intervenção e cuidado aos sem-abrigo, do acompanhamento, animação e apoio aos idosos, das medidas de proteção das crianças e dos jovens em risco e de apoio e orientação a mães adolescentes³¹⁶.

³⁰⁸ Indicador n. 8, Anexo III - Grelha Analítica.

³⁰⁹ Amaro, R. Roque (2009), *op. cit.*, p.16.

³¹⁰ Anexo III - Grelha Analítica.

³¹¹ Indicador n. 9, Anexo III - Grelha Analítica.

³¹² Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 3º, n2 f), n.3 g), Anexo V - Análise dos Documentos.

³¹³ Relatório de Atividades 2016, pontos 3.1.3., 3.1.4., 3.3.11., 4.5., Anexo V - Análise dos Documentos.

³¹⁴ Indicador n. 11, Anexo III - Grelha Analítica.

³¹⁵ Idem, Indicador n. 10.

³¹⁶ Relatório de Atividades 2016, ponto 3.3., Anexo V - Análise dos Documentos.

Todos os entrevistados³¹⁷, mencionam o envolvimento e a cooperação institucional, referindo, no entanto, alguns, que essa realidade se verifica sobretudo a nível intermédio. Sobre este aspeto, é sublinhada a importância desta cooperação na definição conjunta de objetivos na intervenção junto da população e na partilha de experiências e até de recursos, referida como uma mais valia para o funcionamento dos diferentes equipamentos e valências e para uma intervenção concertada e, portanto, mais eficaz. É também referida pelos entrevistados³¹⁸ a dinamização pela Cáritas de ações públicas de reflexão e de debate sobre questões sociais, sendo a instituição vista, nomeadamente pelos observadores, como um agente agregador, ao mesmo tempo, participante e protagonista no espaço público. É reconhecida por um dos entrevistados³¹⁹ a importância e a necessidade de uma ação mais efetiva da Cáritas neste âmbito.

Ainda no âmbito da dimensão política da intervenção da Cáritas, quisemos saber a opinião dos observadores sobre a imagem que a Cáritas tem junto dos utentes e das entidades com quem ela se relaciona³²⁰. Aqui, as opiniões convergem apenas em alguns aspetos. Um destes observadores, que dirige uma instituição de apoio social numa das zonas mais problemáticas da cidade, refere que as pessoas vêm a Cáritas como “uma instituição de poder”, uma instituição com dimensão, com meios e com capacidade de intervir “o único local em que poderão ser ajudados ... último regaço, ..., a última tábua de salvação”³²¹. Sobre a imagem junto das outras instituições, refere que estas terão uma dualidade de sentimentos relativamente à Cáritas, por um lado reconhecimento, respeito e admiração pelo seu trabalho, por outro, alguma inveja pela sua dimensão e visibilidade. O outro observador³²², com grande intervenção na luta contra a pobreza e a exclusão social, refere também a existência de uma dualidade na imagem que existe sobre a Cáritas, quer pelas instituições, quer, também, pelos utentes, embora num sentido diferente do outro entrevistado. No seu testemunho, diz-nos que a Cáritas é vista como uma instituição muito grande, com “muito dinheiro dos peditórios, muito ligada à Igreja, ... uma forma negativa”, mas, no entanto, que é reconhecida como a “grande ajuda, a grande organização com capacidade de ajudar”. Dá o exemplo de um grupo organizado de cidadãos que acompanha, que passaram por um processo de ajuda e de desenvolvimento, cidadãos com reflexão e muito empoderados, que têm precisamente esta visão, não gostam da sua dimensão mais assistencial, mas que “em situação de crise, perceberam que a Cáritas deu ali uma grande ajuda”. Sobre a questão se existe “reconhecimento e respeito pela Cáritas na comunidade”³²³, diremos, que existe, que ela afirma a sua própria identidade, mesmo com esta dualidade de opiniões referida pelos entrevistados.

Como síntese, lembramos o que referimos no enquadramento teórico relativamente à importância que a dimensão política tem nas instituições da Economia Solidária, pelo princípio da sua gestão

³¹⁷ Questão G, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

³¹⁸ Questão H, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

³¹⁹ Idem, Entrevistado DCS-DS.

³²⁰ Questão I, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

³²¹ Idem, Entrevistado OP-PC.

³²² Idem, Entrevistado OP-AV.

³²³ Indicador n. 12, Anexo III - Grelha Analítica.

democrática e como espaço de participação e de cidadania dos seus membros, mas, também, pelos aspetos que deverá assumir de contrapoder, de resistência aos modelos impostos pelo capitalismo, de intervenção no espaço público pelos direitos de cidadania e participação³²⁴. Na Cáritas, embora existam algumas iniciativas importantes neste sentido, nomeadamente de intervenção comunitária, presença e participação junto das outras instituições, no trabalho em rede, onde se discutem, trabalham e constroem soluções, tratam-se, por um lado de ações pontuais, e, por outro, de uma intervenção bastante limitada à dimensão social e à conseqüente contratualização com o Estado. Daí a dualidade referida relativamente à imagem que tem junto da população e das outras instituições, por um lado de proximidade e, por outro, vista como uma grande instituição que é complemento de um Estado Social em regressão, um pouco à imagem do que acontece com a grande parte das instituições da Economia Social, aspetos mencionados pelos observadores entrevistados.

Analisemos agora o “projeto social”³²⁵ da instituição procurando perceber que propósitos e práticas de intervenção social prossegue a Cáritas. Começando mais uma vez por analisar quais as linhas de orientação e as intenções que estão lavradas nos seus estatutos, estes referem de uma forma muito sucinta quatro objetivos a atingir nesta dimensão social: “a) a assistência, em situações de dependência ou emergência; b) a promoção social, visando a superação e prevenção da dependência ou emergência e o reforço da autonomia pessoal; c) o desenvolvimento, solidário, integral e personalizado; d) a transformação social em profundidade, especialmente nos domínios das relações sociais, dos valores e direitos humanos e do ambiente”³²⁶. O Relatório de Atividades vem precisamente ilustrar a dimensão assistencial³²⁷, através da qual a Cáritas promove as condições básicas de vida aos indivíduos e famílias, sobretudo através do atendimento e do apoio social monetário e bens, mas, também, a dimensão emancipatória no trabalho prosseguido nos diferentes equipamentos³²⁸. No entanto, em algumas valências, pelas características dos utentes, as percentagens de progresso são limitadas. É o caso dos idosos e de pessoas com grande dependência e problemas de saúde que limitam a sua autonomia. As preocupações da Cáritas em promover uma integração comunitária e familiar dos utentes, na perspetiva do desenvolvimento integral, agora nos aspetos relacionais e de integração, são sobretudo evidentes nos equipamentos Centro Comunitário S. Pedro e S. Francisco Xavier – “Tornar a Ser” e “Saber Viver Cada Dia”³²⁹, embora os entrevistados³³⁰ refiram esse objetivo e essa preocupação em todas as valências³³¹.

Sobre a integração familiar, é destacada a importância de refazer laços que se quebraram por várias problemáticas, de mediar com a família, do acompanhamento parental e de ser um suporte familiar,

³²⁴ Amaro, R. Roque (2009), *op. cit.*, p.16.

³²⁵ Anexo III – Grelha Analítica.

³²⁶ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 2º, Anexo V - Análise dos Documentos.

³²⁷ Relatório de Atividades 2016, pontos 5., 6., 7., Anexo V - Análise dos Documentos.

³²⁸ *Idem*, ponto 8.

³²⁹ *Idem*, pontos 8.3 e 8.8.

³³⁰ Questão J, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

³³¹ Indicador n. 13, Anexo III - Grelha Analítica.

“...há situações em que o retomar a relação com a família é importante no processo de autonomização”³³², partilha connosco um dos técnicos que trabalha com os sem-abrigo. É também referida a importância da participação dos utentes na comunidade, promovendo a sua integração, a partilha e a solidariedade e combatendo alguns estereótipos que existem na sociedade. Um dos projetos que vai precisamente ao encontro desta última questão, referido por técnicos e por um dos observadores, é o grupo de teatro que foi dinamizado com os sem-abrigo, onde estes partilham com a comunidade as suas histórias de vida.

Procurando analisar de uma forma mais concreta a intervenção da Cáritas nas diferentes valências, numa perspectiva de solidariedade emancipatória, questionámos³³³ os técnicos e responsáveis sobre este aspeto, sendo afirmado que em todas as valências³³⁴ existe essa preocupação, definindo para cada utente um projeto de vida, valorizando experiências ou promovendo novas competências, levando à participação, à partilha, promovendo a sua socialização e dando autonomia. Esta resposta é também confirmada no Relatório de Atividades, onde são apurados os resultados dos processos individuais dos utentes, evidenciando os que progrediram, regrediram ou mantiveram, verificando-se que a Cáritas tem uma preocupação efetiva com o progresso individual dos utentes e avalia a eficácia da sua ação. Face à análise efetuada nesta dimensão, podemos concluir que o projeto social da Cáritas se enquadra maioritariamente nos princípios de uma instituição da Economia Solidária.

Nesta análise que fizemos tendo em consideração os princípios e as características que serão identitários de uma organização da Economia Social³³⁵ ou da Economia Solidária³³⁶, avaliámos os catorze (14) indicadores que considerámos na grelha analítica. Estes indicadores, tal como referimos, incorporam os valores distintivos e fundacionais da Economia Social e as características das dimensões económica, política e social da Economia Solidária. Numa síntese a esta análise, consideramos que estes indicadores se verificam favoravelmente na análise da Cáritas como Instituição no âmbito da Economia Social, sendo que os indicadores “tipo de gestão (o princípio da gestão democrática), “autonomia face ao Estado” e “liberdade de participação dos seus membros (adesão voluntária)”, verificam-se apenas parcialmente, pelas razões acima apresentadas. Já na Análise à Cáritas como instituição da Economia Solidária, os indicadores sugerem que a Cáritas apenas em alguns aspetos vai ao encontro do que seria expectável numa instituição deste tipo, algo que se constata sobretudo nos projetos económico e político, embora o seu projeto social corresponda aos requisitos de uma instituição deste tipo, mas com necessidade de continuar o caminho de transformação, que se reconhece já em curso, no sentido de reduzir o peso da sua intervenção assistencial e promover uma solidariedade mais emancipatória.

³³² Questão J, Anexo VI - Análise das Entrevistas, entrevistado TVP-HS.

³³³ Questão K, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

³³⁴ Indicador n. 14, Anexo III - Grelha Analítica.

³³⁵ Amaro, R. Roque (2015), *op. cit.*

³³⁶ Amaro, R. Roque (2009), *op. cit.*, p.16.

3.2. A Cáritas na luta contra a pobreza e exclusão social

O segundo objetivo específico que consideramos nesta investigação, consiste em analisar a ação da Cáritas à luz dos princípios que deverão ser considerados na luta contra a pobreza e a exclusão social e que sintetizamos nas cinco dimensões de análise referidas na grelha analítica³³⁷.

Considerando a primeira dimensão de análise, “a visão relativa à multidimensionalidade da pobreza e da exclusão social”³³⁸, esta está presente nos Estatutos da Cáritas³³⁹, nomeadamente no Art.º 2º, que identifica como objetivos da sua ação, não apenas a assistência, mas também a promoção social, o desenvolvimento integral e a transformação social em profundidade, o que só será possível intervindo nas diferentes dimensões necessárias ao bem-estar e à promoção do indivíduo. De uma forma mais detalhada, isso é referido no Art.º 3º, que descreve a intenção da instituição de intervir junto dos mais fragilizados, nas suas diferentes tipologias, através de diferentes equipamentos, projetos e serviços, indicando, nomeadamente, “Serviços de apoio social, económico, educativo, formação profissional, cultural, de saúde ou outro, no âmbito de projetos de intervenção comunitária ou de luta contra a pobreza”. Também neste sentido, verificamos no Relatório de Atividades, em particular no ponto “8. Ação Social e Educativa”³⁴⁰, a referência a um conjunto de ações descritas nos diferentes equipamentos e valências, que indicam o apoio às pessoas, individualmente ou em família, para as suas diferentes necessidades, económicas, de saúde, educação, isolamento, competências, etc.

Quando questionámos os entrevistados³⁴¹, dirigente e técnicos ou responsáveis pelos equipamentos na instituição, sobre o que é a luta contra a pobreza e a exclusão social e a ação da Cáritas neste âmbito, há um traço comum na resposta, “é dar o peixe e ensinar a pescar”³⁴². Identifica-se uma noção clara de que é necessário intervir na emergência social e promover o bem-estar da pessoa ou da família, mas depois ajudá-los a fazer um percurso de vida, de acordo com a sua vontade, o seu ritmo e capacidade. É também identificado na resposta a esta questão, que a luta contra a pobreza e a exclusão implica promover a dignidade das pessoas e a salvaguarda dos seus direitos, nomeadamente o acesso a bens e serviços, educação, saúde, justiça e informação.

A resposta dos dois observadores³⁴³ a esta questão identifica na intervenção da Cáritas duas práticas, ou propósitos de intervenção distintos, mas complementares. Um primeiro, claramente de assistência, para fazer face às necessidades urgentes e imediatas de fome e de saúde, de dívidas relacionadas com questões essenciais como habitação, água e luz, sendo sublinhado por estes entrevistados, o papel fundamental que a Cáritas tem tido na assistência aos mais carenciados, sobretudo no auge da crise económica recente. Noutro sentido, é referido um outro tipo de intervenção, o de promover a capacitação das pessoas no seu todo, “trabalhar a pessoa na sua autoestima, na descoberta dos seus

³³⁷ Anexo III - Grelha Analítica.

³³⁸ Idem.

³³⁹ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 2º, Art.º 3º, Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁴⁰ Relatório de Atividades 2016, ponto 8., Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁴¹ Questão L, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

³⁴² Idem, entrevistado DCVP-IR.

³⁴³ Idem, entrevistados OP-PC, OP-AV.

valores, fornecer ... conhecimentos, ferramentas”³⁴⁴. Um dos observadores refere que, na sua opinião “a Cáritas tem dois mundos internamente”, um com um peso ainda muito grande de assistência, reconhecendo, no entanto, o papel fundamental da Cáritas neste sentido e referindo que a instituição está a evoluir para dar mais peso a um outro tipo de intervenção, “o tal dos próprios cidadãos em situação de pobreza serem eles os motores da sua própria inclusão”³⁴⁵.

Face a esta análise, verificamos, que existem na Cáritas ações integradas no combate à pobreza e exclusão social³⁴⁶ que denotam uma visão atenta à multidimensionalidade destas problemáticas, reconhecendo-se um dos princípios metodológicos do III PELCP³⁴⁷.

Analisemos agora o “trabalho em rede”³⁴⁸, a participação da Cáritas e a sua articulação com as outras entidades, públicas e privadas, envolvidas no combate à pobreza e à exclusão. Quando observámos o projeto político da Cáritas, referimos a sua vocação de abertura, cooperação e participação pública. Isto está bem evidente nos seus estatutos, em particular no Art.º 3º³⁴⁹, onde é mencionada a sua “cooperação com outras entidades e a participação em órgãos, iniciativas ou atuações que possam contribuir para o mesmo objetivo”, discriminando as problemáticas e o âmbito de intervenção, através dos seus equipamentos e valências. Também como referimos, o Relatório de Atividades 2016³⁵⁰ identifica a participação da Cáritas em onze (11)³⁵¹ entidades nos domínios das medidas sociais e/ou laborais contra a exclusão e a pobreza, de intervenção e cuidado aos sem-abrigo, do acompanhamento, animação e apoio aos idosos, das medidas de proteção das crianças e dos jovens em risco e de apoio e orientação a mães adolescentes. Se analisarmos quem são estas entidades, verificamos que correspondem à rede social, através dos CLAS de Setúbal e Palmela e do Núcleo Local de Inserção coordenado pela Segurança Social, às CPCJ destes territórios, a grupos de trabalho no âmbito dos sem-abrigo, dos idosos e da saúde. Este envolvimento é referido pelos técnicos e responsáveis da instituição³⁵² e é reconhecido pelos observadores entrevistados, “a Cáritas ... articula com a autarquia e com outras instituições civis, desde os ciganos, as associações culturais, étnicas, com empresas também, ... com o governo também, a Segurança Social, a Cáritas consegue ter esse capital de relação”³⁵³, “a Cáritas, ... envolvida nestas dinâmicas todas”³⁵⁴.

Verificamos, assim, que o trabalho em rede, na luta contra a pobreza e exclusão, é assumido pela Cáritas como um princípio metodológico que se traduz na sua ampla participação nestas entidades e

³⁴⁴ Idem, Entrevistado OP-PC.

³⁴⁵ Idem, Entrevistado OP-AV.

³⁴⁶ Indicador n. 15, Anexo III - Grelha Analítica.

³⁴⁷ Amaro, R. Roque (coord.) (2003), *op. cit.*, p.47.

³⁴⁸ Anexo III - Grelha Analítica.

³⁴⁹ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 3º, n.2 f), g), n.3 a), Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁵⁰ Relatório de Atividades 2016, ponto 3.3., Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁵¹ Indicador n. 16, Anexo III - Grelha Analítica.

³⁵² Questão G, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

³⁵³ Idem, entrevistado OP-PC.

³⁵⁴ Idem, entrevistado OP-AV.

grupos de trabalho e reflexão. Desta forma, a Cáritas promove e participa numa ação coordenada, articula estratégias e partilha recursos com os vários agentes e instituições que intervêm na luta contra a pobreza e a exclusão social, seguindo um dos princípios que referimos no enquadramento teórico que é referência do III PELCP³⁵⁵.

Analisando a “participação e o envolvimento das populações”³⁵⁶ na ação da Cáritas, começando por verificar o que é dito sobre esta dimensão no Relatório de Atividades 2016, no projeto “Laços com Cor”³⁵⁷ é possível identificar uma metodologia de autoconhecimento para ajudar as pessoas a descobrir as suas necessidades, competências e fragilidades, ajudando-os a definir objetivos pessoais. Sobretudo em alguns equipamentos ou valências é referida uma metodologia de envolvimento das comunidades, das famílias e das pessoas, na definição dos seus projetos de vida e participando nas atividades que são dinamizadas. Esta realidade é também transmitida pelos entrevistados, técnicos e responsáveis pelos equipamentos ou valências, quando questionados sobre este aspeto³⁵⁸, sendo referido, sobretudo, o trabalho que se tenta fazer com a família. No entanto, são transmitidas algumas dificuldades, nomeadamente na problemática dos sem-abrigo, devido à quebra de laços familiares que se verifica neste grupo. Identificamos em quatro equipamentos ou valências e no projeto “Laços com Cor”, que é transversal a estas valências, a maior expressão de participação e envolvimento das pessoas e famílias³⁵⁹. Sobre a verificação do princípio metodológico do III PELCP, “participação”³⁶⁰, que, tal como referimos no enquadramento teórico, tem a ver com o envolvimento ativo das pessoas e dos grupos, como forma de atacar a causa dos problemas e de promover a sua capacitação, a limitação desta investigação, apenas consegue aferir sobre a intencionalidade da Cáritas neste sentido.

Sobre a preocupação de “promover a integração, económica e social dos excluídos”³⁶¹, os objetivos que os estatutos³⁶² indicam para a intervenção da Cáritas são quatro “a) a assistência...; b) a promoção social ... reforço da autonomia pessoal; c) o desenvolvimento ...; d) a transformação social ...”, objetivos que estão de acordo com o que é esperado nesta dimensão e que é reforçado pela “Visão” de uma “Comunidade sem exclusão social”, definida no Manual da Qualidade³⁶³. O Relatório de Atividades³⁶⁴ descreve alguns projetos e atividades que são desenvolvidas neste sentido, das quais sublinhamos as hortas, a oficina de restauro e remodelação de móveis, o grupo de teatro e música, a participação de uma equipa dos sem-abrigo num torneio de futsal, a formação profissional, ações que evidenciam uma clara preocupação de integração económica e social. Quisemos saber,

³⁵⁵ Amaro, R. Roque (coord.) (2003), *op. cit.*, p.47.

³⁵⁶ Anexo III - Grelha Analítica.

³⁵⁷ Relatório de Atividades 2016, pontos 3.2.1., 8., Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁵⁸ Questão M, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

³⁵⁹ Indicador n. 17, Anexo III - Grelha Analítica.

³⁶⁰ Amaro, R. Roque (coord.) (2003), *op. cit.*, p.47.

³⁶¹ Anexo III - Grelha Analítica.

³⁶² Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 2º, n.4, Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁶³ Manual da qualidade, 2.4.3 Visão, Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁶⁴ Relatório de Atividades 2016, pontos 3.2.2., 8., 9.1., Anexo V - Análise dos Documentos.

concretamente, se os técnicos e responsáveis dos equipamentos ou valências consideravam haver casos de sucesso de integração dos utentes que têm acompanhado³⁶⁵. A resposta de todos os entrevistados é positiva, tendo a noção de que este sucesso tem de ser visto “dentro daquilo que é o quadro de uma pessoa”, como refere um dos entrevistados, que dá como exemplo um sem-abrigo com uma problemática de doença mental, “se calhar o sucesso é a pessoa aderir ao tratamento, cumprir aquilo que está prescrito e ser capaz de... ir à biblioteca municipal, ir ao cinema, ...”³⁶⁶.

Com esta noção de que o sucesso de integração não é algo linear e que tem de se avaliar de acordo com a problemática dos utentes, os entrevistados consideraram haver sucesso e, em geral, progresso em todas as valências. Nas crianças que são acolhidas e quando há condições e se consegue a sua integração familiar; nas jovens mães, quando se consegue a sua integração na família e na sociedade, trabalhando as questões da formação e do emprego; quando o sem-abrigo passa a assumir em autonomia a sua habitação; quando se trabalha a integração social de muitas famílias do bairro ou da aldeia definindo com estas os respetivos planos de inserção e o trabalho das suas competências; e quando se consegue socializar e manter a autonomia nos idosos e retardar a sua institucionalização. Consideramos, portanto, face aos testemunhos dos vários entrevistados e ao que é referido no Relatório de atividades, que pela ação da Cáritas se têm verificado casos de integração social e económica dos excluídos³⁶⁷, e que, tal como já referimos, há uma efetiva preocupação em todos os equipamentos e valências³⁶⁸ com o progresso individual dos utentes³⁶⁹. Esta preocupação da Cáritas, de integração económica e social dos excluídos, enquadra-se no princípio metodológico do III PELCP de “integração das dimensões económicas e sociais na abordagem destes problemas e na definição de políticas e estratégias de combate aos mesmos”³⁷⁰, embora o segundo objetivo que este princípio contém tenha sido verificado quando analisámos o trabalho em rede e em parceria com outras entidades, acima referido.

Analisemos, por fim, a “articulação da visão global com a dimensão local dos projetos”³⁷¹, ou seja, como é que a Cáritas na definição e realização dos seus programas e projetos na luta contra a pobreza e a exclusão, articula o que apreende de estratégias nacionais ou europeias, com o que são as particularidades, as dinâmicas e os recursos locais. Como já referimos, os estatutos³⁷² referem de forma explícita que a Cáritas deverá “Cooperar com os órgãos do poder local, regional ou central, e também com entidades privadas, na consecução de fins e programas comuns, que contribuam para a resolução, ..., de problemas sociais, económicos e educacionais da diocese”, algo que é confirmado quando o

³⁶⁵ Questão N, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

³⁶⁶ Idem, entrevistado TVP-HS.

³⁶⁷ Indicador n. 18, Anexo III - Grelha Analítica.

³⁶⁸ Indicador n. 19, Anexo III - Grelha Analítica.

³⁶⁹ Idem, entrevistado TVP-HS.

³⁷⁰ Amaro, R. Roque (coord.) (2003), *op. cit.*, p.47.

³⁷¹ Anexo III - Grelha Analítica.

³⁷² Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 3º, n.3 g), Anexo V - Análise dos Documentos.

Relatório de Atividades³⁷³ descreve várias ações e projetos que promove ou em que participa, que resultam, nomeadamente, do trabalho em rede e articulação com outras entidades, ou de ações nacionais e internacionais da Cáritas Portuguesa ou da Cáritas Internacional.

Para aprofundar esta questão, perguntámos a todos os entrevistados quais os documentos ou orientações que são tidos em conta pela instituição³⁷⁴ na elaboração do seu Plano de Atividades. Das várias respostas, há um primeiro aspeto que é referido nas ações ou projetos que são desenvolvidos nos diferentes equipamentos ou valências, que são os acordos de cooperação típicos ou atípicos estabelecidos com entidades do Estado, sobretudo com a Segurança Social, acordos que definem o âmbito e a dimensão da intervenção e que pressupõe, como já referimos, uma contrapartida financeira face aos serviços prestados aos utentes, formatando e condicionando, por isso, a atividade que aí é desenvolvida. Estes acordos têm subjacentes, de uma forma geral, estratégias, medidas e objetivos de âmbito europeu e nacional para as diferentes problemáticas. Por outro lado, foi referido o trabalho que é desenvolvido em parceria e grupos de trabalho com outras instituições ou através da Rede Social, onde a participação da Cáritas é bidirecional, ou seja, em que esta influencia e é influenciada no seu Plano de Atividades por ações e projetos de expressão territorial e que envolvem a partilha de recursos. Foi ainda referido que há um conjunto de ações e projetos que são dinamizados e que surgem da sugestão ou necessidades transmitidas pelos próprios utentes, “...há atividades que surgem diretamente do trabalho com os utentes, um exemplo é o «Vamos lá»³⁷⁵, “há sempre a avaliação, os utentes todos os anos preenchem um inquérito de satisfação onde as pessoas têm a oportunidade de manifestar o que gostariam de ver melhorado”³⁷⁶. Foi também referido pelos entrevistados que, sendo a Cáritas uma instituição da Igreja Católica, há um outro conjunto de ações que surgem da Pastoral Social da Diocese, do próprio calendário litúrgico, ou até sugestões e projetos que vêm da Cáritas Nacional e Internacional. Quer da análise documental quer das entrevistas, verificamos que os projetos, programas de atividades e ações da Cáritas, para além de terem em consideração uma visão global, também procuram integrar a particularidade local³⁷⁷, verificando-se o princípio metodológico do III PELCP, “valorização do nível local dos projetos e das ações”³⁷⁸.

Querendo analisar a ação da Cáritas à luz dos princípios que consideramos fundamentais na luta contra a pobreza e a exclusão social³⁷⁹, avaliámos os seis (6) indicadores que consideramos na Grelha Analítica³⁸⁰, que procuram clarificar se a instituição verifica estes princípios. Numa breve síntese e tendo em consideração, por um lado o tipo de estudo que a que nos propusemos, e, por outro, a subjetividade de alguns dos aspetos avaliados, em particular ligados ao sucesso na integração social

³⁷³ Relatório de Atividades 2016, pontos 3.1.20, 3.3., Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁷⁴ Questão O, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

³⁷⁵ Idem, entrevistado DCVP-IR.

³⁷⁶ Idem, entrevistado TVP-HS.

³⁷⁷ Indicador n. 20, Anexo III - Grelha Analítica.

³⁷⁸ Amaro, R. Roque (coord.) (2003), *op. cit.*, p.47.

³⁷⁹ Idem.

³⁸⁰ Anexo III - Grelha Analítica.

e económica ou à emancipação dos utentes e à profundidade do trabalho com a comunidade, consideramos que estes indicadores se verificam.

3.3. Empowerment e cidadania, o papel da Cáritas

O terceiro objetivo específico desta investigação pretende aprofundar e complementar o que já observámos no objetivo anterior, quando analisámos o trabalho da Cáritas à luz dos princípios fundamentais na luta contra a pobreza e a exclusão, pondo agora o foco no empowerment e na participação, como um processo essencial ao desenvolvimento do indivíduo e como um processo promotor de cidadania, esta vista como um processo de inclusão.

Tomando como primeira referência o empowerment, começamos por admitir que a metodologia que seguimos nesta investigação não nos permitiu uma abordagem detalhada de cada uma das três dimensões de empowerment³⁸¹, psicológico, social e político, como inicialmente pretendíamos. Assim, quer na análise aos documentos de referência, quer na análise às entrevistas, fazemos uma abordagem integrada destas três dimensões, ainda que, pontualmente, seja feita uma alusão a um ou outro aspeto em particular.

Dos estatutos, voltamos a sublinhar que a Cáritas, no Art.º 2º³⁸², assume como prioridade da sua ação as “situações mais graves de pobreza e exclusão social” e que define nesse sentido quatro objetivos, dos quais destacamos, “a promoção social, visando a superação e prevenção da dependência ou emergência e o reforço da autonomia pessoal”, “o desenvolvimento, solidário, integral e personalizado”. Reforçando um pouco esta ideia do desenvolvimento dos utentes, o Manual da Qualidade³⁸³ identifica como um dos objetivos da Qualidade a evolução dos utentes quando estes estão a ser acompanhados pela instituição. É sobretudo no Relatório de Atividades 2016³⁸⁴, tal como já referimos, que se observa em todos os equipamentos ou valências uma preocupação pela emancipação e pelo progresso dos seus utentes, embora, até pelas características dos mesmos, em algumas valências as percentagens de progresso sejam limitadas.

Quando questionámos de forma mais direta os entrevistados³⁸⁵, técnicos e responsáveis pelos equipamentos ou valências, sobre o contributo da sua ação para o empowerment dos seus utentes, o que nos foi transmitido é que o empowerment é, de facto, um processo, tal como refere Rappaport³⁸⁶, que progressivamente vai levando a pessoa a estruturar-se. Um processo que envolve uma metodologia de intervenção que implica o diagnóstico, a identificação de necessidades e a avaliação de capacidades, o estabelecimento de uma relação de confiança e a definição de um projeto de vida com a participação da própria pessoa. Esta noção de processo, que nos foi transmitida, reflete-se no trabalho concreto das três dimensões do empowerment, “apoio psicológico é para as jovens, um espaço

³⁸¹ Idem.

³⁸² Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 2º, n.3, n.4 b) c), Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁸³ Manual da qualidade, 2.5, Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁸⁴ Relatório de Atividades 2016, 3.1.5,3.2.1., 3.2.2., 8.,9.1., Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁸⁵ Questão K, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

³⁸⁶ Rappaport, Julian (1981), *op. cit.*

dela, para, ... se organizar enquanto jovem, enquanto mãe que vai ser, responsabilizá-la para isso”, “outras maneiras de se relacionar com as pessoas, outras maneiras de fazer as coisas, outros horizontes”, “um plano de inserção, sim, ... com elas (negociado)”³⁸⁷. Temos a noção de que avaliar a ação da Cáritas para o empowerment dos utentes em cada uma das dimensões, implicaria uma metodologia diferente da que usámos, talvez através de um questionário a um número significativo de utentes, o que estava fora do âmbito desta investigação. Ainda assim, o conteúdo das entrevistas diz-nos que, sobretudo nas dimensões psicológica e social, há uma intencionalidade na ação desenvolvida nos diferentes equipamentos ou valências neste sentido. Das entrevistas percebe-se que o trabalho que é feito começa por uma atitude de acolhimento, por tentar de imediato suprir algumas necessidades básicas, trabalhar a autoestima e devolver-lhes dignidade. Passa também por lhes serem transmitidos valores, regras, responsabilidade, por se trabalhar a sua socialização. Por ajudá-los a perceber o seu próprio valor, competências, dar autonomia, “foi ela que teve essa capacidade, percebeu, leu, e teve essa capacidade de fazer”³⁸⁸, “criar uma relação ... trazer vivências e recordações ... coisas que eles nos podem ensinar. Eles sentem-se úteis e isso é muito importante”³⁸⁹.

Se em termos de empowerment, existe progresso das pessoas após participação/intervenção da Cáritas³⁹⁰, não só pelo que foi avaliado nas entrevistas como pelo que observámos no mapa de progresso individual dos utentes³⁹¹, sobretudo nas dimensões do empowerment psicológico e social, com a ressalva face ao tipo de estudo que desenvolvemos, diremos que sim. Admitimos que não poderemos ter uma opinião fundamentada relativamente ao empowerment político. Sobre o número de ações concretas que promovem o empowerment³⁹², essa quantificação também não foi possível obter com base nesta avaliação, referindo apenas genericamente que a promoção do empowerment dos utentes resulta da metodologia e da ação concreta que é referida pelos entrevistados, fruto do trabalho e ação constantes que são levados a cabo nos equipamentos e valências e que estão relatados nos documentos que analisámos e que descrevemos.

Ainda sobre o empowerment, há uma reflexão que julgamos pertinente efetuar, embora não a tenhamos considerado na grelha analítica, e que se relaciona com um aspeto que focámos no enquadramento teórico, o empowerment ao nível organizacional, segundo Zimmerman³⁹³. Segundo o autor, neste âmbito, há duas questões distintas, ou duas formas de olhar a instituição, uma, avaliando o seu contributo para o empowerment dos seus membros ou das comunidades onde intervém, que corresponde à análise que fizemos acima, e outra analisando se a instituição é, ela própria, detentora de empowerment, se é uma instituição que se afirma e é reconhecida na sua comunidade, se é uma voz ouvida e considerada com autoridade no espaço público onde intervém e se é mobilizadora de

³⁸⁷ Questão K, Anexo VI - Análise das Entrevistas, entrevistado DCVP-CC.

³⁸⁸ Idem, entrevistado TVP-HS.

³⁸⁹ Idem, entrevistado DCVP-SM.

³⁹⁰ Indicadores n. 21, 23, 25, Anexo III - Grelha Analítica.

³⁹¹ Relatório de Atividades 2016, 9.1., Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁹² Indicadores n. 22, 24, 26, Anexo III - Grelha Analítica.

³⁹³ Zimmerman, Marc A. (1999), *op. cit.*, p.44.

recursos coletivos. Sobre esta segunda dimensão do empowerment organizacional, lembramos, sobretudo, a análise sobre a participação da Cáritas em projetos, fóruns ou grupos de trabalho³⁹⁴ existentes no seu território e no âmbito da sua missão. A instituição, como referimos, é chamada a participar em praticamente todos estes grupos ou espaços de participação coletiva e lembramos, também, o reconhecimento e respeito pela Cáritas na comunidade onde intervém³⁹⁵. Concluimos assim que a Cáritas é uma organização detentora de empowerment.

Olhemos agora neste objetivo a “cidadania” como conceito de referência, analisando a intervenção da Cáritas relativamente às duas dimensões, “cidadania na ótica dos direitos” e “cidadania na perspetiva da participação”³⁹⁶.

A Cáritas ao mencionar nos estatutos³⁹⁷, como orientação, a Sagrada Escritura e a DSI, estará a assumir-se como promotora dos direitos dos seus utentes, basta lembrarmos um dos princípios estruturantes da DSI, a dignidade humana, através do qual a Igreja apela precisamente aos direitos do homem, recordando, por exemplo, João Paulo II na *Centesimus Annus*³⁹⁸. Ainda nos estatutos, assume como objetivo a prosseguir “a transformação social em profundidade” e especifica os domínios em concreto onde isso se deverá processar, “das relações sociais, dos valores e direitos humanos e do ambiente”. Também no Manual da Qualidade³⁹⁹, na apresentação dos “valores” é feita uma breve alusão a alguns direitos, em particular ao da justiça. Resumidamente, diremos que a análise aos documentos de referência verifica uma intenção no sentido da promoção dos direitos dos utentes.

Analisando agora as entrevistas, nomeadamente quando questionámos sobre o papel da Cáritas para o conhecimento dos seus utentes relativamente aos seus direitos e deveres como cidadãos⁴⁰⁰, de forma transversal, quer os técnicos e responsáveis de equipamentos ou valências, quer os observadores privilegiados, reconhecem um papel ativo nesse sentido, testemunhando que a instituição presta informação, clarifica e orienta os utentes sobre os seus direitos e deveres, “trabalhamos a questão da cidadania na informação dada às famílias sobre um conjunto de direitos, RSI, reforma, etc., direitos essenciais para a resolução dos seus problemas e para o seu desenvolvimento ... há um conjunto de deveres que lhes transmitimos”⁴⁰¹, “as pessoas acabam por elas próprias serem capazes de ir às instituições, terem a noção dos direitos e dos deveres e serem participantes”⁴⁰². A Cáritas procura trabalhar com os seus utentes a questão da participação, referindo os entrevistados que isso implica direitos e deveres, que deve ser vista como uma experiência de cidadania, “a participação em qualquer atividade da Cáritas, passa sempre por uma negociação, uma apresentação dos direitos que essa

³⁹⁴ Indicador n. 10, Anexo III - Grelha Analítica.

³⁹⁵ Indicador n. 12, Anexo III - Grelha Analítica.

³⁹⁶ Anexo III - Grelha Analítica.

³⁹⁷ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 2º, n.3, n.4 d), Anexo V - Análise dos Documentos.

³⁹⁸ João Paulo II citado em Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.109.

³⁹⁹ Manual da qualidade, 2.4.2, Anexo V - Análise dos Documentos.

⁴⁰⁰ Questão P, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴⁰¹ Idem, entrevistado DCVP-IR.

⁴⁰² Idem, entrevistado TVP-HS.

participação tem e dos deveres associados... a nível micro, há uma experiência de cidadania, depois, à medida que as pessoas vão participando, essa experiência micro é promovida e alargada para fora⁴⁰³. Ainda sobre esta questão, os observadores privilegiados falaram também sobre o papel que a Cáritas tem como instituição que intervém no espaço público em defesa dos direitos da pessoa humana e que esta contribui para dar voz aos seus utentes. “A Cáritas Diocesana quando faz denúncias e reivindicações, aparece, de facto, esta questão dos direitos da pessoa humana, os direitos sociais, cívicos, económicos...”⁴⁰⁴, “... numa reunião do NPISA o que combinámos foi ... meter aqui a voz dos cidadãos. São os cidadãos, são os utentes, são os sem abrigo que melhor sabem sobre que respostas fazem falta ... este ano, e liderado pela Cáritas, ... disse logo, «Isso tem de ser feito!»⁴⁰⁵”. Face à intencionalidade verificada nos documentos de referência e do que nos foi transmitido pelos entrevistados, consideramos que as ações e os projetos da Cáritas, evidenciam o papel da Cáritas na defesa dos direitos dos cidadãos e que a sua ação contribui para o entendimento dos utentes relativamente aos seus direitos e deveres⁴⁰⁶.

Analisando, por fim, a dimensão cidadania na perspetiva da participação, sobre os estatutos pouco há a acrescentar relativamente ao que já dissemos, quando referimos uma intencionalidade na promoção da cidadania, embora mais clara na ótica dos direitos. No Relatório de Atividades⁴⁰⁷, nas ações desenvolvidas nos diferentes equipamentos ou valências, podemos verificar uma preocupação transversal de levar o utente a participar. Como exemplos mais significativos temos os grupos de teatro e musical, no Centro Social S. Francisco Xavier e a edição dos jornais “Notícias do Centro”, do Centro Comunitário de S. Pedro, e “S. Francisco Xavier - O informativo”, também do Centro Social S. Francisco Xavier. Retomando a análise às entrevistas, em particular à questão⁴⁰⁸ que estávamos a analisar, a promoção da cidadania dos utentes é de facto uma preocupação que nos é transmitida pelos entrevistados. Procura-se promover a sua integração e participação na comunidade, levá-los ao exercício de uma cidadania ativa, considerando também as limitações de saúde, nomeadamente de saúde mental, de alguns utentes. Ainda assim, é dado um exemplo “um caso em que a pessoa tem problemas mentais e desistiu, e nós articulámos aqui com a Igreja, ..., têm um coro e ela vai participar no coro”⁴⁰⁹, ou é referido, em relação aos sem-abrigo, pessoas que normalmente estiveram num processo de rutura com a sociedade, “as pessoas acabam por elas próprias serem capazes de ir às instituições, terem a noção dos direitos e deveres e serem participantes”⁴¹⁰. É significativo constatar, através destas respostas, que há uma preocupação por parte da instituição, de perceber, na medida do possível, em cada utente, o seu saber, as suas competências, como um capital que poderá ser trabalhado e um elemento de ligação, de partilha e reciprocidade, de socialização e, portanto, de

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ Idem, entrevistado OP-PC.

⁴⁰⁵ Idem, entrevistado OP-AV.

⁴⁰⁶ Indicador n. 27, Anexo III - Grelha Analítica.

⁴⁰⁷ Relatório de Atividades 2016, 8., Anexo V - Análise dos Documentos.

⁴⁰⁸ Questão P, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴⁰⁹ Idem, entrevistado DCVP-SM.

⁴¹⁰ Idem, entrevistado TVP-HS.

cidadania: “o espaço «Vamos lá», para as famílias, ... troca de saberes, partilha de experiências ... espaço de encontro e de aprendizagem”⁴¹¹, “apoiar uma nova família para que a mãe tenha possibilidade psicológica, emocional e sinta, também, o nascimento com alegria e um dom na sua vida, ... confiança para o futuro ... dão força e capacidade para que ela também seja protagonista e interventora”⁴¹². Parece-nos clara a preocupação da Cáritas em promover a participação dos utentes⁴¹³, na perspetiva de uma cidadania mais ativa, trabalhando os aspetos relacionais e de integração pela participação. Este trabalho é mais evidente nos equipamentos Centro Comunitário S. Pedro e S. Francisco Xavier – “Tornar a Ser” e “Saber Viver Cada Dia”, embora tenha sido uma preocupação transmitida de forma transversal por todos os entrevistados⁴¹⁴.

Em síntese, quer na ótica dos direitos, quer na perspetiva da participação, a análise que fazemos, permite concluir que a Cáritas promove a cidadania dos seus utentes e que tem consciência de que esta é uma estratégia com impacto na sua inclusão social, indo ao encontro do que referimos no enquadramento teórico quando citamos Magalhães e Stoer⁴¹⁵.

Assim, após analisarmos a intervenção da Cáritas no sentido de conhecer as preocupações e a intencionalidade relativas ao empowerment e à promoção da cidadania dos seus utentes, concluímos existir progresso nos domínios do empowerment psicológico e social, mas, sobre a sua ação ao nível da promoção do empowerment político, não foi obtida informação que nos permitisse avaliá-la. Concluímos, também, que a metodologia seguida na investigação não foi a adequada para a recolha do número de ações promotoras de empowerment⁴¹⁶. Verificámos, adicionalmente, que a Cáritas é uma entidade detentora de empowerment. Por fim, apurámos que a Cáritas promove o entendimento dos utentes relativamente aos seus direitos e deveres como cidadãos e concluímos, que a instituição pretende, através da sua ação, promover a participação dos utentes na perspetiva de uma cidadania mais ativa.

3.4. A Doutrina Social da Igreja na missão e na prática da Cáritas

Neste quarto e último objetivo específico, pretendemos verificar até que ponto os princípios estruturantes do pensamento social cristão, que fundamentam a missão do “cuidar do outro”, estão presentes na missão e na ação da Cáritas. A referência para esta análise é a DSI e as dimensões⁴¹⁷ consideradas são os quatro princípios que abordámos no enquadramento teórico como estruturantes do pensamento social cristão⁴¹⁸. São eles, a “dignidade humana”, o “bem-comum”, a “subsidiariedade” e a “solidariedade”. Considerámos, ainda, uma quinta dimensão, “cuidado do outro”, que pretende

⁴¹¹ Questão J, entrevistado DCVP-IR, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴¹² Idem, entrevistado OP-PC.

⁴¹³ Indicador n. 28, Anexo III - Grelha Analítica.

⁴¹⁴ Questões J e P, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴¹⁵ Stoer, Stephen R. e António Magalhães (2005), *op. cit.*

⁴¹⁶ Anexo III - Grelha Analítica.

⁴¹⁷ Anexo III - Grelha Analítica.

⁴¹⁸ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op.cit.*, p.115.

analisar a caridade cristã traduzida no serviço concreto aos outros, em particular, como refere Francisco, daqueles que ficam à margem da sociedade do êxito e do individualismo⁴¹⁹, através quer do trabalho de cada cristão, mas, como no caso em estudo, através do trabalho de instituições que aliem à competência profissional, a humanidade, a atitude de dedicação e entrega ao outro, o amor ao próximo⁴²⁰.

Na dimensão relativa à dignidade humana, demos particular destaque às questões do respeito pela dignidade, liberdade e igualdade entre os homens, a ação concreta contra as desigualdades, e a promoção dos Direitos do Homem. Da análise aos Estatutos destacamos novamente o art.º 2º onde a Cáritas, de uma forma expressa, refere como objetivos a prosseguir pela sua ação, entre outros, “o desenvolvimento solidário, integral e personalizado”⁴²¹, bem como e já o referimos noutras dimensões, “a transformação social em profundidade ...”, sublinhando a referência à questão “dos valores e direitos humanos”⁴²². Também verificámos que os «Valores»⁴²³ que são afirmados pela Cáritas no seu Manual da Qualidade, sobretudo quando afirma o “primado da pessoa”, estão consonantes com esta dimensão. A este propósito, lembramos o que João Paulo II afirma relativamente à missão da Igreja, “a Igreja não pode abandonar o homem” e que “este homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer na realização da sua missão”⁴²⁴.

Nas entrevistas questionámos se o acesso aos serviços da Cáritas era feito respeitando a liberdade e igualdade das pessoas⁴²⁵. Com base nas respostas poderemos dizer que, uma grande parte, se dirige à instituição por sua iniciativa, porque esta lhe foi indicada por outra entidade ou por algum vizinho, familiar ou amigo, porque está numa situação de necessidade e sente que a Cáritas é uma “tábua de salvação”⁴²⁶, que tem uma resposta para lhe dar. Muitas pessoas vêm porque são encaminhadas por outras instituições, situação que é facilitada pelo trabalho em rede que já identificámos. Foi também referido que, mesmo quando são encaminhadas, as pessoas vêm por sua vontade. Há apenas uma valência que é uma exceção relativamente a este acesso em liberdade que é o Centro de Acolhimento, onde o acesso das crianças é precedido de um processo e ordem dos Tribunais ou das CPCJ. Ainda sobre o acesso à instituição, quisemos também verificar se haveria algum critério de exceção ou prioridade. De acordo com os entrevistados, a Cáritas é uma porta aberta e não há exceções, não se olha à origem das pessoas, mas à sua necessidade. “Para a Cáritas a prioridade é a necessidade da pessoa”⁴²⁷.

⁴¹⁹ Francisco (2013), *op.cit.*, n.º 209, p.144.

⁴²⁰ Bento XVI (2005), *op.cit.*, n.º 31, p.61.

⁴²¹ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 2º, n.4 c), d) Anexo V - Análise dos Documentos.

⁴²² *Idem*.

⁴²³ Manual da qualidade, 2.4.2, Anexo V - Análise dos Documentos.

⁴²⁴ João Paulo II (1991), *op. cit.*, n.º 53.

⁴²⁵ Questão Q, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴²⁶ *Idem*, entrevistado DCS-DS.

⁴²⁷ *Idem*, entrevistado DCVP-IR.

Sobre o papel da Cáritas na redução das desigualdades em Setúbal⁴²⁸, os entrevistados reconhecem que o trabalho que é desenvolvido ajuda claramente à redução das desigualdades, quer pela proximidade da instituição aos problemas reais e pela sua ação concreta de assistência às pessoas em situação de carência e emergência social, quer pelo trabalho de integração dos utentes e de promoção de cidadania. Um dos entrevistados, observador privilegiado, referiu um outro âmbito da intervenção da Cáritas, nomeadamente de intervenção pública, de denúncia relativamente às causas estruturais da pobreza e da exclusão, “acho que a ação da Cáritas aí que é mais ao nível da formação da opinião dos decisores, dos interventores na coisa pública, as denúncias constantemente”⁴²⁹. O outro observador privilegiado reconhece este papel fundamental da Cáritas e lembra o período mais crítico da crise económica, em que a intervenção da Cáritas foi essencial para garantir as condições básicas de dignidade na vida de muitas famílias⁴³⁰.

Ainda nesta dimensão de análise, quisemos saber junto de alguns dos entrevistados se consideravam a ação da Cáritas promotora dos Direitos do Homem⁴³¹. É referido que a ação da Cáritas junto dos seus utentes é precisamente, por um lado o reconhecimento desses direitos e, por outro, uma intenção de promoção desses mesmo direitos. Os dois observadores entrevistados referem de novo a questão da intervenção pública da Cáritas como ação política de defesa desses direitos e um sublinha, pela sua relação com a instituição, que “a Cáritas sente que a pobreza é um atentado aos direitos humanos, isso tem estado nos seus discursos, nas suas atitudes”⁴³².

Nesta dimensão de análise, verificámos que, na Cáritas, existem práticas de respeito pela dignidade, liberdade e igualdade⁴³³, que em todos os equipamentos ou valências as ações que são desenvolvidas ajudam a combater as desigualdades económicas e sociais⁴³⁴ e que a Cáritas pela sua ação junto dos seus utentes e pela sua intervenção pública e política é promotora dos Direitos do Homem⁴³⁵. Assim, verifica-se que a ação da Cáritas se enquadra no princípio da dignidade humana, estruturante da DSI⁴³⁶.

Tomando como dimensão de análise o bem-comum, assumimos o conceito existente na Constituição Apostólica *Gaudium et Spes*, ou seja, “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição”⁴³⁷. A análise ao Relatório de Atividades permite constatar um conjunto amplo de serviços e apoios que é levado a cabo pela Cáritas nos diferentes equipamentos ou valências, não apenas procurando facultar as condições básicas de vida e dignidade humana, mas procurando promover o desenvolvimento integral dos seus

⁴²⁸ Questão R, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴²⁹ Idem, entrevistado OP-PC.

⁴³⁰ Idem, entrevistado OP-AV.

⁴³¹ Questão S, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴³² Idem, entrevistado OP-AV.

⁴³³ Indicador n. 29, Anexo III - Grelha Analítica.

⁴³⁴ Indicador n. 30, Anexo III - Grelha Analítica.

⁴³⁵ Indicador n. 31, Anexo III - Grelha Analítica.

⁴³⁶ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op.cit.*, pp.96-110.

⁴³⁷ Vaticano II (1965), *op. cit.*, n.º 26, p.308.

utentes, dentro do seu quadro de capacidades, possibilidades e com o seu envolvimento. Quando questionados sobre os contributos da Cáritas para o bem-comum⁴³⁸, sinteticamente, são mencionados os aspetos relacionados com a promoção da qualidade de vida das pessoas e do seu desenvolvimento. É ainda referido por um dos observadores⁴³⁹ o papel que a instituição tem desempenhado como um exemplo de solidariedade para com os pobres e como promotora de uma maior igualdade na sociedade. Olhando agora a ação da Cáritas junto das famílias⁴⁴⁰, é referido pelos entrevistados que, embora na sua especificidade, todos os equipamentos ou valências trabalham com a família, desde as crianças aos idosos, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida e para o seu desenvolvimento, conseqüentemente, para o seu bem-estar e para a sua autoestima.

Verificámos, assim, que a instituição promove a melhoria das condições de vida dos seus utentes e das suas famílias⁴⁴¹, que pelas razões referidas dá contributos positivos para a realização do bem-comum na sociedade⁴⁴² e que, de uma forma transversal e cada um na sua especificidade, em todos os equipamentos ou valências se contribui para a promoção e desenvolvimento da família⁴⁴³. Ou seja, a Cáritas contribui para o bem comum tendo em atenção as necessidades das populações mais vulneráveis, como expressão do amor ao próximo⁴⁴⁴.

Sobre o princípio da subsidiariedade, este remete para o papel e importância das estruturas intermédias da sociedade, a começar pela família, como é referido no Compêndio da DSI⁴⁴⁵, em que toda a intervenção junto dos sujeitos sociais deve seguir uma lógica emancipatória, que estimule a participação e a responsabilização, como sugere Bento XVI⁴⁴⁶. A verificação deste princípio implica analisar as relações que se estabelecem entre a Cáritas, as outras instituições e o Estado, as quais devem ser de parceria, equilíbrio e respeito, segundo João XXIII⁴⁴⁷.

Analisando a Cáritas segundo esta perspetiva, começamos por olhar para o que os Estatutos referem⁴⁴⁸. De facto, neste documento, verifica-se um propósito de apoio aos grupos de ação social das paróquias e a parceria com outras entidades públicas e privadas. Verifica-se, ainda, a intenção de intervenção junto das famílias, no sentido de fomentar a sua integração social e comunitária, ou seja, uma lógica emancipatória. O Relatório de Atividades de 2016 confirma as ações junto dos grupos paroquiais e a participação da Cáritas em cerca de onze (11) fóruns, projetos e grupos de trabalho em parceria ou rede com o Estado e outras entidades.

⁴³⁸ Questão T, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴³⁹ Idem, entrevistado OP-PC.

⁴⁴⁰ Questão U, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴⁴¹ Indicador n. 32, Anexo III - Grelha Analítica.

⁴⁴² Indicador n. 33, Anexo III - Grelha Analítica.

⁴⁴³ Indicador n. 34, Anexo III - Grelha Analítica.

⁴⁴⁴ Bento XVI (2009), *op. cit.*, n.º 7, p.11.

⁴⁴⁵ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.128.

⁴⁴⁶ Bento XVI (2009), *op. cit.*, n. 57, p.94.

⁴⁴⁷ João XXIII (1961), *op. cit.*, n.ºs 55-58, 117, pp.156, 167.

⁴⁴⁸ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 3º, n.2 c), f), n.3 b), c), Anexo V - Análise dos Documentos.

Procurando verificar a importância que a Cáritas dá à família, enquanto estrutura intermédia fundamental da sociedade, questionámos⁴⁴⁹ os responsáveis e os técnicos dos equipamentos ou valências e verificámos que há uma preocupação transversal⁴⁵⁰ com esta questão da valorização da família e da promoção da sua autonomia e integração. A valência onde é referida uma maior dificuldade é a que acompanha os sem-abrigo, mas, mesmo aí, é sempre feita uma tentativa de ligação. As valências que mais evidenciam este trabalho, ao nível da família, são aquelas que lidam com a aplicação do rendimento social de inserção, onde “em toda a intervenção, há a preocupação de fazer uma intervenção que não é só com aquele indivíduo, mas com a própria família”, como reconhece um dos observadores privilegiados⁴⁵¹. Quando questionámos os entrevistados sobre as relações que se estabelecem entre a Cáritas, as outras instituições e o Estado, verificámos que há respeito e cooperação entre todas as entidades públicas e privadas que intervêm no terreno, uma cooperação que se estabelece mais a nível técnico que institucional, mas que é referida como sendo importante para o funcionamento dos diferentes equipamentos ou valências. Esta relação de respeito e cooperação, nomeadamente das outras entidades relativamente à Cáritas, leva a que esta esteja integrada em praticamente todos os grupos e dinâmicas coletivas de trabalho, concretamente em onze (11)⁴⁵², nos domínios do apoio social. Ainda sobre a relação da Cáritas com o Estado, lembramos quando avalíamos a sua “autonomia face ao Estado”⁴⁵³, no âmbito da Economia Social, que concluímos que a sua autonomia não é total, verificando-se alguma dependência face às características do tipo de relacionamento que, em geral, se estabelece entre o Estado e as entidades da Economia Social, suportado em programas, regras e mecanismos tutelares, que acabam por condicionar a ação destas entidades.

Assim, pela relação de respeito e cooperação que a Cáritas tem com as outras entidades que atuam no seu território e com os grupos de ação social paroquiais, pelo trabalho que desenvolve com as famílias, respeitando e promovendo a sua dignidade e pela relação que tem com o Estado, aqui com a ressalva que referimos, a instituição verifica o princípio da subsidiariedade.

Analisemos agora como é que o princípio da solidariedade influencia a missão e a ação da Cáritas. Solidariedade que, como referimos no enquadramento teórico, implica o reconhecimento do outro como pessoa, como um ser igual em dignidade e direitos e que se manifesta na partilha entre todos, principalmente dos que mais têm relativamente aos mais desprotegidos⁴⁵⁴. Começando por analisar os seus Estatutos, estes identificam como orientações fundamentais para a instituição, “a Sagrada Escritura, a Doutrina Social da Igreja ..., os imperativos da solidariedade”⁴⁵⁵, e refere como objetivos a prosseguir com a sua ação “a promoção da consciência social na Diocese, nomeadamente a partilha

⁴⁴⁹ Questão J, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴⁵⁰ Indicador n. 35, Anexo III - Grelha Analítica.

⁴⁵¹ Questão J, entrevistado OP-AV, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴⁵² Indicador n. 36, Anexo III - Grelha Analítica.

⁴⁵³ Anexo III - Grelha Analítica.

⁴⁵⁴ Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *op. cit.*, p.133.

⁴⁵⁵ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 2º, n.3, Anexo V - Análise dos Documentos.

de bens” e “preparar e coordenar campanhas de solidariedade a nível diocesano”⁴⁵⁶. Também este princípio da DSI está claramente inscrito na sua matriz fundacional e é considerado nos objetivos a atingir. Aliás, na análise ao Relatório de Atividades 2016, são várias as ações de solidariedade promovidas pela Cáritas, em que os valores ou bens doados foram utilizados em favor dos utentes, ou sendo-lhes entregues diretamente, com uma referência especial às famílias mais carenciadas, ações em que estiveram envolvidos um número muito significativo de voluntários de vários núcleos paroquiais. Quisemos saber junto dos entrevistados, se a Cáritas era considerada um testemunho e um estímulo da solidariedade em Setúbal⁴⁵⁷, tendo sido transmitido que a instituição tem sido reconhecida nesse papel pelo facto de centrar “a sua missão, a sua ação, junto das pessoas pobres e excluídas, com a exigência da justiça e da inclusão das pessoas, das políticas sociais”⁴⁵⁸. Face aos testemunhos dos entrevistados e às ações descritas no Relatório de Atividades 2016, consideramos que a Cáritas é promotora da solidariedade na Diocese de Setúbal⁴⁵⁹.

Quisemos também analisar a capacidade da Cáritas de mobilizar voluntários, para as suas causas e para o seu trabalho. Para além do número significativo de voluntários que, como dissemos, participou em 2016 nas várias ações promovidas pela instituição, verifica-se a participação direta nos vários equipamentos ou valências de quarenta e sete (47) voluntários⁴⁶⁰, o que, comparando com o número total de funcionários, cento e trinta e três (133), é um valor considerável.

Verifica-se, assim, que a solidariedade para a Cáritas não é um sentimento vago e que, como referíamos no enquadramento teórico, é um princípio que promove a vontade e a determinação para a promoção do bem comum, em que “todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos”⁴⁶¹.

Analisemos, por fim, como é que está refletido na missão e na ação da Cáritas o cuidado do outro, que é referido como “Amor preferencial pelos pobres” em vários dos documentos pontifícios que tivemos a oportunidade de analisar, a caridade como um amor concreto, e analisar se o acolhimento que é feito aos mais carenciados, é feito a todas as pessoas e sem procurar outros fins que não sejam senão “promover o bem do próximo”, como sugere Bento XVI⁴⁶².

Dos Estatutos voltamos a citar algumas das referências que neles existem que nos remetem para esta dimensão, a “prioridade às situações mais graves de pobreza e exclusão social”, os quatro objetivos referidos “a assistência ...”, “a promoção social ... reforço da autonomia pessoal”, “o desenvolvimento, solidário, integral e personalizado” e “a transformação social em profundidade”⁴⁶³. Como instituição da Igreja Católica, a Cáritas assume nos seus Estatutos o seu papel na promoção da ação social da

⁴⁵⁶ Idem, Art.º 3º, n.2 b), n.3 e).

⁴⁵⁷ Questão V, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴⁵⁸ Idem, entrevistado OP-PC.

⁴⁵⁹ Indicador n. 37, Anexo III - Grelha Analítica.

⁴⁶⁰ Indicador n. 38, Anexo III - Grelha Analítica.

⁴⁶¹ João Paulo II (1988), *op. cit.*, n.º 38, p.637.

⁴⁶² Bento XVI (2005), *op. cit.*, n.º 15, p.62.

⁴⁶³ Estatutos da Cáritas Diocesana de Setúbal, Art.º 2º, n.3, n.4, Anexo V - Análise dos Documentos.

Igreja⁴⁶⁴, de acordo com o que está determinado nos documentos da CEP, onde a Cáritas (no plano nacional e diocesano) é referida “como uma instância típica e oficial da Igreja para a promoção da sua ação social”⁴⁶⁵. No Manual da Qualidade, quando define a sua missão, assume-se como organismo oficial da Igreja Católica e é muito explícita ao afirmar-se como “uma das expressões, organizada, operativa e dinâmica do modo Cristão de viver junto dos mais pobres e excluídos de toda a Sociedade”⁴⁶⁶. Ainda da análise dos documentos⁴⁶⁷, verifica-se que, quer ao nível do atendimento social diocesano, quer na gestão dos vários Fundos Sociais, o objetivo é sempre o auxílio e a assistência a pessoas e famílias em situação de necessidade, procurando resolver a emergência das suas situações e promover melhores condições de vida. Quando analisamos as ações referidas no âmbito dos equipamentos ou valências, todas elas, sem exceção, têm como referência os mais frágeis e necessitados nas suas diferentes especificidades, aqui não apenas numa ótica assistencial, mas, também, na promoção e desenvolvimento do indivíduo ou da família.

Sobre o serviço aos mais frágeis e necessitados da diocese⁴⁶⁸, foi unânime a ideia de que a Cáritas é uma porta aberta “nós temos de estar sempre disponíveis e totalmente disponíveis para os pobres e, destes, os mais pobres”⁴⁶⁹. Foi ainda referido que a instituição assume esse papel, mas que não tem uma posição meramente passiva, para além de acolher quem a procura, está atenta e vai ao encontro de quem precisa, “nós aqui, é evidente, nós vamos ter com eles à rua, vamos procurá-los, ... andamos pela cidade e vemo-los”⁴⁷⁰. Da análise às respostas a esta questão, percebe-se, também, que houve uma preocupação da Cáritas, ao longo do tempo, de criar ou desenvolver as respostas sociais que eram necessárias face à realidade da pobreza e da exclusão, sobretudo na cidade de Setúbal.

Sendo a Cáritas, assumidamente, uma instituição da Igreja Católica, quisemos saber junto dos entrevistados⁴⁷¹ se esta condição lhe tem trazido alguma dificuldade no desenvolvimento da sua missão, por questões de natureza religiosa, cultural ou étnica, procurando avaliar se há da parte da Cáritas uma atitude de acolhimento a todas as pessoas, independentemente da sua nacionalidade, religião ou etnia. Maioritariamente a resposta foi de que a Cáritas não tem problemas na relação com outras culturas e/ou religiões e que tem uma postura de abertura e de integração face à diferença cultural ou religiosa. No entanto, é sugerido por um dos observadores⁴⁷² que o facto de ser reconhecida na comunidade como uma instituição da Igreja, poderá constituir uma inibição para que, pessoas de outro culto ou prática religiosa, se dirijam à instituição. Como contraponto, numa das valências é

⁴⁶⁴ Idem, Art.º 3º, n.1.

⁴⁶⁵ Conferência Episcopal Portuguesa (1997), *op. cit.*, p.17.

⁴⁶⁶ Manual da Qualidade, 2.4.1 - Missão, p.5.

⁴⁶⁷ Relatório de Atividades 2016, 5., 6.,7.,8., Anexo V - Análise dos Documentos.

⁴⁶⁸ Questão X, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴⁶⁹ Idem, entrevistado DCS-DS.

⁴⁷⁰ Idem, entrevistado TVP-HS.

⁴⁷¹ Questão Z, Anexo VI - Análise das Entrevistas.

⁴⁷² Idem, entrevistado OP-AV.

referida precisamente a presença e o acompanhamento a um muçulmano⁴⁷³. A análise nesta dimensão pretendia verificar se a Cáritas, quer na sua intencionalidade, quer através da sua ação, evidenciava o “Amor preferencial pelo pobre”, o que consideramos verificar-se⁴⁷⁴. Pretendíamos ainda analisar se o acolhimento era feito sem discriminação de raça ou religião⁴⁷⁵, o que, face ao exposto, nos parece acontecer.

Procurando perceber como é que os princípios da DSI influenciam a missão e a ação da Cáritas, verificámos que é uma instituição de referência, respeitada na comunidade onde está inserida, colaborando em parceria com as outras instituições, do estado e privadas, sendo, também, um testemunho e um estímulo de solidariedade. A Cáritas tem práticas de respeito e promoção da pessoa, uma preocupação constante de intervenção no sentido de melhorar as condições de vida dos seus utentes e proteger e promover a sua dignidade. Acolhe e reconhece as pessoas sem discriminação, prontificando-se a ajudá-las a desenvolver as suas potencialidades. Como instituição da Igreja, assume a caridade como o serviço concreto aos outros. Consideramos assim que os princípios da DSI estão presentes e influenciam de forma relevante a missão e ação concreta da Cáritas.

⁴⁷³ Idem, entrevistado DCVP-CV.

⁴⁷⁴ Indicador n. 39, Anexo III - Grelha Analítica.

⁴⁷⁵ Indicador n. 40, Anexo III - Grelha Analítica.

CONCLUSÃO

Escolhemos como tema para esta dissertação “Cáritas de Setúbal – Contributos para a cidadania”, com o objetivo de analisar uma entidade de referência em Portugal, no combate à pobreza e à exclusão social, que é simultaneamente, na Igreja, uma instituição central na animação e coordenação da sua ação social⁴⁷⁶. Este tema enuncia um estudo com vista a responder a uma questão que considerámos importante e pertinente, a de verificar se a ação e os métodos de intervenção da Cáritas são promotores de empowerment e de cidadania. Essa resposta implicaria identificar os contributos da Cáritas para a promoção da cidadania dos seus utentes, no quadro dos princípios que a inspiram e de acordo com a sua missão de luta contra a pobreza e exclusão social.

Como principal conclusão deste estudo, verificámos que a Cáritas de Setúbal é uma instituição da Economia Social, fundada por iniciativa da hierarquia da Igreja, sem fins lucrativos, que elege as pessoas como objeto essencial da sua missão e que trabalha, numa relação de parceria e colaboração com o Estado e com outras entidades, para a resolução dos problemas da população mais carenciada da Diocese de Setúbal. Conduz o seu trabalho de acordo com os princípios que são referência no combate à pobreza e à exclusão social, assumindo nesta ação dois objetivos distintos e complementares, a intervenção de assistência face às necessidades urgentes e imediatas das pessoas e famílias que recorrem à instituição, e a intervenção no sentido da promoção do desenvolvimento das pessoas no seu todo e da sua inclusão social. Sobre a forma como são concretizados estes dois objetivos, verificámos que a intervenção de assistência ocupa um peso significativo no total do trabalho que é desenvolvido pela Cáritas, mas verifica-se que há uma intencionalidade crescente de envolver as pessoas e as famílias na sua própria transformação, trabalhando desta forma o seu empowerment e a sua cidadania. Verificámos, também, que a Cáritas assume na sua missão os princípios da Doutrina Social da Igreja, no respeito e promoção da pessoa, intervindo no sentido de melhorar as suas condições de vida e, simultaneamente, de promover a sua dignidade e desenvolver as suas potencialidades, assumindo, desta forma, a caridade como um serviço concreto aos outros.

Para chegar a esta conclusão foi necessário percorrer várias pistas parcelares e específicas de análise. Começámos por verificar o enquadramento da Cáritas relativamente aos princípios definidores das organizações da Economia Social e da Economia Solidária, seguidamente identificámos os princípios de referência na luta contra a pobreza e a exclusão social, e, nesse âmbito, enquadrámos e analisámos a intervenção da instituição. Olhámos também para o empowerment como estratégia de promoção da cidadania, considerada central na luta contra a pobreza e a exclusão social, para analisar, nesse âmbito, a ação da Cáritas. Por fim, verificámos a influência da Doutrina Social da Igreja na sua missão e ação.

⁴⁷⁶ Conferência Episcopal Portuguesa (1997), *Instrução Pastoral sobre a Ação Social da Igreja*, Lisboa, n.º 31, p.17.

Para analisar a Cáritas como organização de Economia Social ou de Economia Solidária, foi importante termos analisado previamente os dois conceitos para aferir os seus princípios distintivos e termos feito, também, uma análise comparativa entre ambos, para perceber diferenças, mas, também, pontos de convergência. Desta análise, concluímos que a Cáritas verifica maioritariamente os princípios que estão na génese da Economia Social, nomeadamente, de forma clara, o “primado do interesse comum e do interesse geral sobre o interesse particular ou privado”, a “não prossecução do lucro como fim” e o “primado das pessoas sobre o capital”, tendo concorrido para esta conclusão a verificação nos documentos analisados de que é uma IPSS, que tem o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública e que, quando define o seu âmbito, os seus objetivos e projetos, faz sempre uma referência primordial às pessoas, algo que foi confirmado em todas as entrevistas efetuadas. Relativamente aos outros três princípios distintivos da Economia Social, estes apenas foram verificados parcialmente. Assim, sobre “o princípio da gestão democrática”, sendo uma instituição de natureza fundacional, criada por iniciativa da hierarquia da Igreja e cujos órgãos sociais são nomeados pelo Bispo, esta é uma característica que não se verifica, não havendo a perspetiva de uma iniciativa ou tendência de agregação popular para prosseguir um fim coletivo, criando uma entidade gerida democraticamente na regra de um homem um voto. Esta característica fundacional da Cáritas leva a que esta não tenha membros associados, ou seja, não verifica o princípio da “adesão voluntária”, na perspetiva de uma instituição de natureza associativa, tendo-se, no entanto, constatado a participação voluntária dos elementos que compõem os órgãos sociais e de muitas pessoas que colaboram regularmente nos vários equipamentos sociais e em iniciativas pontuais da instituição. Sobre a “autonomia face ao Estado”, este princípio verifica-se apenas parcialmente, porque, embora estatutariamente se afirme a autonomia e não se verifique qualquer interferência do Estado na nomeação dos órgãos sociais ou na definição do modelo de gestão da instituição, confirmando-se, nestes aspetos, o princípio da subsidiariedade e a sua autonomia política, a Cáritas tem relativamente a todos os equipamentos ou valências, acordos de cooperação com o Estado que a sujeita a programas, regras e mecanismos tutelares que a vão condicionar, gerando alguma dependência financeira e alguma subordinação funcional nas suas opções estratégicas e nos critérios de seleção dos utentes.

Da análise que fizemos à Cáritas como instituição da Economia Solidária, na perspetiva da versão francófona, esta verifica apenas parcialmente os princípios distintivos no âmbito deste conceito. Sobre o seu projeto económico, a Cáritas, embora com alguma dificuldade, consegue ser sustentável financeiramente, recebendo verbas pelos serviços que presta, do Estado, segundo um princípio de redistribuição de recursos, dos utentes, numa lógica de proporcionalidade, e da comunidade, fomentando nesta ações de reciprocidade, de solidariedade e de partilha. Apresenta uma gestão que evidencia rigor e critérios que não condicionam a sua atividade ao lucro, respeitando-se o fim social das receitas. No entanto, este projeto não tem importância própria e está reduzido, ou é essencialmente consequência, do que se realiza pela dimensão social da missão da instituição. Relativamente ao projeto político, embora se verifiquem algumas iniciativas de intervenção comunitária, de presença e participação no espaço público e no trabalho em rede, onde se discutem, trabalham e se constroem soluções na luta contra a pobreza e a exclusão social, tratam-se, por um lado, de ações pontuais e, por outro, de uma intervenção muito limitada à dimensão social e à consequente contratualização com o

Estado. Não se verifica algo próprio das instituições neste âmbito que se constituem como espaço de vivência de uma democracia participativa e uma cidadania ativa dos seus membros, como entidades que se assumem como contrapoder, de resistência aos modelos impostos pelo capitalismo e de intervenção no espaço público pelos direitos de cidadania e participação dos seus membros. Já sobre o projeto social, concluímos que este se enquadra maioritariamente nos princípios de uma instituição da Economia Solidária, porque embora se verifique uma dimensão assistencial na sua intervenção, que é essencial para promover as condições básicas de vida aos indivíduos e famílias, há uma preocupação, no trabalho prosseguido nos diferentes equipamentos, por uma dimensão mais emancipatória, procurando-se promover o desenvolvimento integral dos utentes, algo que nos foi transmitido como um caminho de transformação em curso na Cáritas, no sentido de mudar de uma lógica de solidariedade assistencialista para uma lógica de solidariedade emancipatória.

Concluímos, assim, que a Cáritas é uma instituição da Economia Social, reconhecida e respeitada, nesse sentido, pelo Estado, pelos seus parceiros e pela comunidade, e que verifica, no entanto, algumas características das instituições da Economia Solidária que ajudam a esse reconhecimento e ao facto de ser uma voz que é referência e que é respeitada na sociedade.

Para a análise que fizemos à Cáritas no sentido de perceber o seu papel e a forma como intervém na luta contra a pobreza e a exclusão social, foi importante termos efetuado, no enquadramento teórico, a clarificação sobre os conceitos de pobreza e de exclusão social e termos analisado os diferentes programas que, neste âmbito, foram referência em Portugal e também na Europa. A análise que fizemos à Cáritas tomou como referencial alguns dos princípios metodológicos do III Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (III PELCP). Da análise efetuada, verificámos que as ações da Cáritas que visam o combate à pobreza e à exclusão social denotam uma visão atenta à multidimensionalidade inerente a estas problemáticas, não procurando apenas resolver as necessidades básicas da pessoa ou da família, mas tendo em atenção a relação ou o seu acesso aos outros sistemas sociais. Constatámos que a Cáritas assume como princípio metodológico o trabalho em rede, participando amplamente em todas as entidades e grupos de trabalho e reflexão existentes no seu território, promovendo e participando numa ação coordenada, articulando estratégias e partilhando recursos com os vários agentes e instituições que intervêm neste âmbito. Sobre a participação como metodologia para envolver as pessoas numa perspetiva de auto-inserção económica e social, concluímos que a Cáritas tem essa intencionalidade, quer nos seus estatutos, quer no trabalho concreto que desenvolve nos vários equipamentos, mas a limitação desta investigação não permitiu aferir sobre os efeitos concretos junto das pessoas envolvidas. Relataram-nos, no entanto, que se têm verificado casos de integração económica e social de excluídos e que há um trabalho e uma preocupação da Cáritas, nesse sentido, procurando a integração social e familiar, trabalhando as questões do emprego, das competências e da formação, da autonomia na habitação no caso dos sem-abrigo, no estabelecimento de planos de inserção e no seu acompanhamento e que tem uma preocupação com o progresso dos seus utentes. Verificámos, também, que os projetos, programas de atividades e ações da Cáritas, para além de terem em consideração uma visão global, refletida nos programas e metodologias inerentes aos acordos de cooperação com o Estado e integrando indicações ou sugestões da Cáritas Portuguesa e da Cáritas Internacional, têm também em atenção as particularidades e as dinâmicas locais, através

do trabalho em rede ou da articulação e participação em projetos em conjunto e em partilha de recursos com outras entidades que atuam na comunidade. Está ainda atenta às sugestões e à avaliação dos utentes e às atividades que são sugeridas ou indicadas pela Diocese. Concluimos, assim, que a Cáritas na luta contra a pobreza e a exclusão social, segue os princípios metodológicos do III PELCP, que assumimos como referência neste estudo.

Outro dos aspetos que considerámos relevante analisar foi a intervenção da Cáritas no sentido do empowerment e da participação dos seus utentes, como um processo promotor de cidadania. A reflexão sobre os conceitos de empowerment e de cidadania, que constam do enquadramento teórico, permitiram-nos olhar para o empowerment como um processo fundamental para o desenvolvimento das pessoas e das famílias, algo fundamental para o combate à pobreza e à exclusão social, como um processo de promoção de cidadania. Da análise de efetuámos, constatamos que existe progresso das pessoas após participação ou intervenção da Cáritas, sobretudo nas dimensões do empowerment psicológico e social. Esta conclusão é baseada sobretudo nos documentos escritos, em particular na análise que é feita relativamente ao progresso dos utentes, e nos testemunhos dos entrevistados, não fazendo parte do estudo a análise aos efeitos da intervenção vista do lado dos utentes. Sobre o empowerment político consideramos que os dados recolhidos não nos permitem avaliar esta dimensão. Ainda assim, verificámos que a Cáritas tem um papel ativo na defesa dos direitos dos cidadãos, por um lado, na esfera pública, sendo uma voz e uma referência nesse sentido, e, por outro, promovendo junto dos seus utentes os seus direitos e deveres como cidadãos. Concluimos, ainda, que há uma preocupação em promover a participação dos utentes na perspetiva de uma cidadania mais ativa, trabalhando os aspetos relacionais e de integração pela participação. Adicionalmente, concluimos que a Cáritas é uma organização com empowerment, por ser uma entidade que se afirma e é reconhecida e respeitada na comunidade, e pela sua presença ativa em todos os espaços de participação coletiva.

Por fim e estando a estudar uma instituição de matriz cristã, quisemos analisá-la à luz dos princípios estruturantes do pensamento social cristão e verificar como é que a caridade é concretizada no serviço aos outros. Refletimos sobre os princípios da Doutrina Social da Igreja e sobre o que significa a caridade como «cuidado do outro». Neste domínio, constatámos que na Cáritas se respeita o princípio da dignidade humana, pela abertura e equidade com que se atende todas as pessoas fragilizadas e necessitadas, pela sua luta pela redução das desigualdades económicas e sociais e pela sua ação, junto dos utentes e no espaço público, de defesa dos Direitos do Homem. Verificámos que a instituição contribui para o bem comum ao ter em atenção as necessidades das populações mais vulneráveis, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida e para a redução das desigualdades. Concluimos que a Cáritas verifica o princípio da subsidiariedade, pela relação de respeito e cooperação que tem com os grupos de ação social das paróquias, pela relação que tem com as outras entidades com quem se relaciona. Verificámos, no entanto, que a sua autonomia face ao Estado estará relativamente condicionada nos aspetos financeiros e funcionais pelo tipo de relação que com este estabelece através dos acordos de cooperação existentes em todos os equipamentos ou valências. Constatámos, ainda, que para a Cáritas, o princípio da solidariedade é algo fundamental na sua ação e que a instituição é reconhecida como um testemunho e um estímulo nesse sentido. Concluimos, por fim, que a Cáritas, pelo papel que desempenha no seu território junto das populações mais fragilizadas,

assume de facto a caridade como um serviço concreto aos outros e que, por tudo isso, se verifica que os princípios da Doutrina Social da Igreja estão presentes e influenciam de forma relevante a sua missão e ação concreta.

Para realizarmos esta investigação foi necessário refletir sobre um conjunto de conceitos que compõem o quadro teórico deste estudo. Feita a análise e apresentadas as conclusões, consideramos que o enquadramento teórico efetuado foi o adequado, contribuindo para a estruturação da grelha analítica e para a definição das dimensões de análise que a pesquisa exigia, tendo sido possível, a partir desta ferramenta, analisar todos os aspetos considerados quando lançámos a questão de investigação e os objetivos a atingir. Apenas, quando quisemos avaliar a intervenção da Cáritas na ótica da promoção da cidadania e recorremos ao conceito de empowerment, tivemos dificuldade em avaliar de forma detalhada as três dimensões do conceito, tendo-a efetuado de forma integrada, destacando ainda assim um ou outro aspeto em particular.

Pensamos que este estudo poderá contribuir para um melhor conhecimento sobre a Cáritas de Setúbal, nomeadamente sobre o seu papel no combate à pobreza e à exclusão social e que poderá ajudar a identificar algumas pistas de reflexão sobre possíveis caminhos de mudança ou transformação nas metodologias e nas formas de abordagem junto das pessoas, das famílias e das comunidades onde atua. Tendo referido nestas conclusões que se sente que está em curso um processo de mudança na Cáritas, de uma lógica de solidariedade assistencialista para uma lógica de solidariedade emancipatória, o que implica o reforço das práticas de envolvimento e participação das pessoas e das famílias na sua própria transformação, sugerimos uma atenção à formação dos dirigentes, técnicos e voluntários que colaboram regularmente com a instituição sobre práticas colaborativas e participativas como metodologia de intervenção.

Também neste sentido de promover uma solidariedade mais emancipatória, poderá ser interessante uma estratégia da Cáritas ou em conjunto com as outras instituições com quem trabalha em rede, junto das comunidades, nos bairros, no sentido de ouvir e envolver as pessoas carenciadas relativamente às suas necessidades reais, desejos e expectativas, ouvir a sua voz e adequar as intervenções nesse sentido. Seria também uma forma de ajudar a comunidade a fortalecer-se e a organizar-se promovendo o seu empowerment.

Uma outra questão que gostaríamos de deixar como pista de reflexão tem a ver com a característica fundacional da Cáritas. Pese embora o facto de ter a presença de muitos voluntários, aspeto que referimos neste estudo, pensamos que fará sentido refletir sobre uma estratégia que leve a uma maior participação dos cristãos, nomeadamente dos membros das comunidades ou dos grupos paroquiais de ação social e outros voluntários com ligação à instituição, através da constituição de algum tipo de órgão ou conselho consultivo que seja um espaço de participação e de debate e que ajude a criar nestas pessoas vínculos e sentimentos de pertença à Cáritas.

Como dissemos ao longo da análise e também neste capítulo de conclusões, este estudo, pelo seu âmbito e objeto, não previa medir junto dos utentes os efeitos efetivos da ação da Cáritas nos diferentes equipamentos e valências, na sua abordagem às diferentes problemáticas onde atua. Assim, na

sequência desta investigação, poderá ser oportuno um estudo sobre o impacto das medidas e ações levadas a cabo pela instituição junto dos seus utentes.

Um outro estudo que poderá ser importante para o trabalho da Cáritas e das outras instituições que também têm intervenção junto das populações mais carenciadas, será relativo aos determinantes da pobreza nestes territórios mais problemáticos, bem como, estudar as causas e os perfis de prevalência na pobreza.

Por fim, retomamos a citação do Papa Francisco⁴⁷⁷ que colocámos no início desta dissertação, sublinhando o desafio lançado de “regresso da economia e das finanças a uma ética propícia ao ser humano” e, neste sentido, terminar esta dissertação com uma mensagem aos responsáveis políticos, aqueles que, como referimos quando refletimos sobre o bem-comum, devem procurar o bem maior de todos os membros da comunidade. Assim e porque concordamos com Piketty⁴⁷⁸ e com o Papa Francisco⁴⁷⁹, de que, as forças geradas por um mercado livre e autónomo, só por si, não serão promotoras de mecanismos justos de produção e distribuição de riqueza e, conseqüentemente, de redução da desigualdade na sociedade, apelamos à necessidade da ação política e do reforço do papel do Estado no sentido da promoção da vida humana.

⁴⁷⁷ Francisco (2013), *op. cit.*, n.º 58, p.46.

⁴⁷⁸ Piketty, Thomas (2014), *O Capital no Século XXI*, Lisboa, Círculo de Leitores, p.41.

⁴⁷⁹ Francisco (2013), *op. cit.*, n.º 54, p.44.

FONTES

Cáritas Diocesana de Setúbal (2014), *Manual da Qualidade*, Setúbal.

Cáritas Diocesana de Setúbal (2015), *Estatutos*, Setúbal.

Cáritas Portuguesa, (online).

Disponível em: <http://www.caritas.pt>.

Centro Regional de Informação das Nações Unidas (online).

Disponível em: <http://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.

EUROPEAN COMMISSION (2007), *Special Eurobarometer 279: Poverty and Exclusion* (online).

Disponível em: <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Eurobarometer-Report-Poverty-and-Exclusion-2007.pdf>.

Ministério da Saúde, ARS LVT (2015), *Perfil de Saúde e Seus Determinantes da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, Lisboa, AlfaPrint.

ONU (2009), *Relatório sobre os objetivos do Desenvolvimento do Milénio* (online).

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatorio-sobre-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-2009/>

PORDATA (online).

Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios>

Programa de Desenvolvimento Rural (online)

Disponível em: <http://www.pdr-2020.pt/>

Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (online).

Disponível em: <http://www.poapmc.portugal2020.pt/>

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (online).

Disponível em: <http://www.poise.pt/>

Segurança Social, *Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 3G (CLDS – 3G)* (online).

Disponível em: <http://www.seg-social.pt/contratos-locais-de-desenvolvimento-social-3g-clds-3g>

Social Economy Europe (2015), *Livro Branco - A Economia Social . . . Retomar a Iniciativa*, Editor Responsável Alain Coheur (online).

Disponível em: <http://www.cases.pt/estudos-e-publicacoes/>

United Nations (2015), *The Millennium Development Goals Report – 2015*, New York, United Nations.

XXI Governo Constitucional, CNIS, UMP (Misericórdias), UMP (Mutualidades) (2017), *Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário*, Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, Laurinda (2002), “A Especificidade do Sistema de Assistência Pública Português: linhas estruturantes”, em *ARQUIPÉLAGO - HISTÓRIA*, 2ª série, VI.

Abreu, Laurinda (2014), *O Poder e os Pobres – As Dinâmicas Políticas e Sociais da pobreza e da Assistência em Portugal (Séculos XVI – XVIII)*, Lisboa, Gradiva.

Amaro, R. Roque (2001), “Economia e Exclusão Social”, em *Não à Pobreza – A Inclusão pela Economia*, Comissariado Regional do Norte da Luta Contra a Pobreza.

- Amaro, R. Roque (2009), “A Economia Solidária da Macaronésia – Um Novo Conceito”, *Revista de Economia Solidária*, 1, ACEESA.
- Amaro, R. Roque (2015), *Apontamentos escritos UC Seminário I*, Mestrado Economia Social e Solidária, ISCTE-IUL, Lisboa.
- Amaro, R. Roque (coord.) (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, Fátima Moura Ferreira, Alexandra Esteves (orgs.) (2010), *Pobreza e Assistência no Espaço Ibérico (Séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM.
- Bardin, Laurence (2008), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Batliwala, Srilatha (1994), “The Meaning of Women’s Empowerment: New Concepts from Action”, em Gita Sen, Adrienne Germain, Lincoln C. Chen (editors), *Population policies reconsidered – health, empowerment, and rights*, Boston, Harvard School of Public Health.
- Bento XVI (2005), *Carta Encíclica «Deus Caritas Est»*, Lisboa, Paulinas Editora.
- Bento XVI (2009), *Carta Encíclica «Caritas in Veritate»*, Lisboa, Paulinas Editora.
- Brown, Peter (1989), “Antiguidade Tardia”, em Phillipe Áries e Georges Duby (dir.), *História da Vida Privada*, I, Edições Afrontamento, pp.225-299.
- Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.
- Cardoso, Júlia (2008), “Estratégias de Empowerment e Ação Social” em José Vieira da Silva (et al.), *Empowerment – Capacitar para Participar*, CAIS - Tempo Social, 10, Lisboa, Padrões Culturais Editora, pp.30-34.
- Castells, Manuel (2007), *A sociedade em rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cattani, António David, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.) (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina.
- Clemente, Manuel (1978), *A Igreja no tempo: história breve da Igreja Católica*, Secretariado Diocesano do Ensino Religioso e Centro de Estudos Pastorais, Lisboa.
- Conferência Episcopal Portuguesa – Comissão Episcopal da Pastoral Social (1997), *Instrução Pastoral sobre a ação Social da Igreja*, Lisboa.
- Conferência Episcopal Portuguesa (2005), *Princípios e Orientações da Ação Social e Caritativa da Igreja*, Fátima.
- Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2005), *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Cascais, Princípa.
- Correia, Fernando da Silva (1944), *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Henrique Torres Editor.
- Costa, A. Bruto da (1998), “Exclusões Sociais”, *Cadernos Democráticos*, Coleção Fundação Mário Soares, Gradiva.
- Costa, A. Bruto da, Isabel Baptista, Pedro Perista e Paula Carrilho (2008), *Um Olhar Sobre a Pobreza – Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.
- Defourny, Jacques (2009), “Economia Social”, em Antonio David Cattani, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina.
- Denis, Henri (1982), *História do Pensamento Económico*, Lisboa, Livros Horizonte.

- Escoval, Ana, Ana Tito Lívio, Jorge Correia Jesuino, Rute Simões Ribeiro, Tânia Tercitano Matos (2012), *Metodologias Qualitativas n.º I – Estudo de caso*, Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública – Universidade Nova de Lisboa.
- Estivill, Jordi (2003), *Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza.
- Estivill, Jordi (2009), “Espacios públicos y privados. Construyendo diálogos en torno a la Economía Solidaria”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, pp.101-113.
- Fernandes, António Teixeira, (1991), em “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, série I, 1, pp.9-66.
- Fonseca, Eugénio (2011), *A Ação Caritativa da Igreja*, Lisboa, Paulinas Editora.
- Fontes, Paulo (1994), *A Doutrina Social da Igreja numa perspectiva histórica*, Lisboa, Centro de Estudos Sócio-pastorais - Universidade Católica Editora.
- Francisco (2013), *Exortação Apostólica «Evangelii Gaudium»*, Lisboa, Paulinas Editora,
- Francisco (2015), *Carta Encíclica «Laudato si»*, Lisboa, Paulinas Editora.
- Friedmann, John (1992), *Empowerment – The Politics of Alternative Development*, Cambridge Massachusetts - USA, Blackwell Publishers.
- Gato, A. (2013), *Da assistência aos pobres aos Cuidados de Saúde Primários: o papel da Enfermagem (1926-2002)*, Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- Gauthier, Benoit (Dir.), *Investigação Social – da problemática à colheita de dados*, Loures, Lusociência – Edições Técnicas e Científicas.
- Gemerek, Bronislaw (1995), *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*, Lisboa, Ed. Terramar.
- Hespanha, Pedro e Luciane Lucas dos Santos (no prelo), “O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal”, *Revista de Economia Solidária*, ACEESA.
- João Paulo II (1979), *Carta Encíclica «Redemptor Hominis»*, Lisboa, Edições Paulistas.
- João Paulo II (1988), *Carta Encíclica «Sollicitudo Rei Socialis»*, Lisboa, Edições Paulistas.
- João Paulo II (1991), *Carta Encíclica «Centesimus Annus»*, Lisboa, Edições Paulistas.
- João XXIII (1961), “Carta Encíclica «Mater et Magistra»”, em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- João XXIII (1963), “Carta Encíclica «Pacem in Terris»”, em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- Landry, Réjean (2003), “A análise do conteúdo”, em Benoit Gauthier (Dir.), *Investigação Social – da problemática à colheita de dados*, Loures, Lusociência – Edições Técnicas e Científicas.
- Lasida, Elena (2013), *O sentido do outro – A crise, uma oportunidade para reinventar laços*, Paulinas Editora, Lisboa.
- Laville, Jean-Louis (2009), “Economia Solidária: um movimento internacional”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, pp.7-47.
- Laville, Jean-Louis, Luiz Inácio Gaiger (2009), “Economia Solidária”, em António David Cattani, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina.

- Leão XIII (1891), “Carta Encíclica «Rerum Novarum»”, em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- Leão XIII (1990), *A condição dos operários, Carta Encíclica «Rerum Novarum»*, Lisboa, Edições Paulistas.
- Machado, Nuno Miguel (2010), “Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de (dis)embeddedness”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90, pp.71-94.
- Madec, Annick e Numa Murard (1998), *Cidadania e Políticas Sociais*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Malgeri, Francisco (1990), “As páginas que dão início ao catolicismo social”, em Leão XIII, *A condição dos operários, Carta Encíclica «Rerum Novarum»*, Lisboa, Edições Paulistas.
- Malik, Khalid et al (2015) (orgs.), *Relatório do Desenvolvimento Humano – 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*, New York, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Martins, Paulo Henrique (2009), “Cidadania”, em António David Cattani, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina.
- Narayan, Deepa (org.) (2002), *Empowerment and Poverty Reduction: A Sourcebook*, Washington, World Bank.
- Neves, Pedro, Rita Guerra (2015), *Teses em Ciências Sociais – Dicas muito Práticas*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Nunes, A. Sedas (1963), “*Pacem in Terris* - no diálogo das ideologias”, *Análise Social*, 4, pp.559-580.
- Nunes, A. Sedas (1992), *História dos Factos e das Doutrinas Sociais – Da Formação Histórica do Capitalismo ao Marxismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- Paulo VI (1967), “Carta Encíclica «Populorum Progressio»”, em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- Pereira, Elvira (2010), “Observar a Pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza”, *Fórum Sociológico*, 20, II Série, pp.57-66.
- Pereirinha, José António e Francisco Branco (2013), “Uma abordagem histórica dos padrões de rendimento mínimo em Portugal”, *Ler História*, 64, pp.55-84.
- Perista, Pedro, Isabel Baptista (2010), “A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa-conceitos, dinâmicas e desafios para a ação”, *Fórum Sociológico*, 20, II Série, pp.39-46.
- Piketty, Thomas (2014), *O Capital no Século XXI*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Pimentel, Irene Flunser (1999), “A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40”, *Análise Social*, XXXIV, pp.477-508.
- Pio XI, *Carta Encíclica «Quadragesimus annus»*, Lisboa, Edições Paulistas.
- Polanyi, Karl (2012), *A Grande Transformação : as origens políticas e económicas do nosso tempo*, Edições 70, Lisboa.
- Rappaport, Julian (1981), “In Praise of Paradox: A Social Policy of Empowerment Over Prevention”, *American Journal of Community Psychology*, 9:1, pp.1-25.
- Rappaport, Julian (1987), “Terms of Empowerment/Exemplars of Prevention: Toward a Theory for Community Psychology”, *American Journal of Community Psychology*, 15:2, pp.121-148.
- Rediteia, 48, *Erradicar a Pobreza: Compromisso para uma Estratégia nacional* (2015), EAPN Portugal / Rede Europeia Anti Pobreza.
- Sá, Isabel dos Guimarães (2001), *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte.

- Salmón G., Elisabeth (2011), “O longo caminho da luta contra a pobreza e o seu encorajador encontro com os direitos humanos”, *Fraternidade – justiça, bem-comum, economia e felicidade*, Cais, Lisboa, Padrões Culturais.
- Samuelson, Paul A. (1982), *Economia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5.^a edição.
- Savoie-Zajc, Lorraine (2003), “A entrevista semidirigida”, em Benoit Gauthier (Dir.), *Investigação Social – da problemática à colheita de dados*, Loures, Lusociência – Edições Técnicas e Científicas.
- Silva, António de Moraes (1961), *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa – Vol. II*, Mem Martins, Editorial Confluência, Lda.
- Silva, Augusto da (1993), “Continuidade e inovação na doutrina social da Igreja”, *Análise Social*, XVIII, pp.775-786.
- Social Economy Europe (2015), *Livro Branco - A Economia Social . . . Retomar a Iniciativa*, Editor Responsável Alain Coheur (online).
Disponível em: <http://www.cases.pt/estudos-e-publicacoes/>
- Stoer, Stephen R. e António Magalhães (2005), *A diferença somos nós. A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*, Porto, Afrontamento.
- Stilwell, Peter (coord.) (2002), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- Vaticano II (1965), “Constituição Pastoral «Gaudium et Spes»”, em Peter Stilwell (coord.), *Caminhos da Justiça e da Paz, Doutrina Social da Igreja, Documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Rei dos Livros.
- Vieira, Isabel de Freitas (2015), *A Participação – Um paradigma para a intervenção social*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
- Zimmerman, Marc A. (1999), “Empowerment Theory – Psychological, Organizational and Community Levels of Analysis”, em Julian Rappaport and Edward Seidman (orgs.), *Handbook of Community Psychology*, New York, Kluwer Academic / Plenum Publishers, pp.43-63.

ANEXOS

ANEXO I - EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS DA CÁRITAS DE SETÚBAL

A Cáritas Diocesana de Setúbal, para a prossecução dos seus fins e objetivos, tem cinco equipamentos que integram diversas respostas sociais.

Os dados apresentados são provenientes do Relatório de Atividades de 2016, tendo sido, posteriormente, aferidos e atualizados através das entrevistas realizadas aos responsáveis da quase totalidade das valências.

Centro Social Nossa Senhora da Paz (CSNSP)

Este Centro está localizado no Bairro da Bela Vista e tem as seguintes valências:

Designação da valência	Creche e Jardim de Infância “O Sol”.	
Localização	Bairro da Bela Vista.	
Objeto	Resposta educativa e pedagógica para o desenvolvimento integral da criança.	
Recursos Humanos		
1 coordenadora (educadora de infância a tempo parcial); 7 educadoras de infância; 17 ajudantes ação educativa.	3 auxiliares de serviços gerais; 1 administrativa (tempo parcial).	
Lotação, número de utentes		
145 crianças dos 4 meses aos 5 anos.	Em 2015/2016 frequentaram a creche e o jardim de infância, respetivamente, 68 e 74 crianças.	
Descrição		
Este equipamento, de acordo com um plano pedagógico definido e avaliado anualmente, procura promover a aquisição de competências por parte das crianças que o frequentam, no sentido do seu desenvolvimento integral.		

Designação da valência	Centro de Apoio à Vida (CAV) “Pequena ... Grande Mãe”	
Localização	Bairro da Bela Vista	
Objeto	Atendimento/Acompanhamento de grávidas/mães adolescentes.	
Recursos Humanos		
1 coordenadora (socióloga);	1 administrativa;	
1 psicóloga;	1 auxiliar de serviços gerais;	
1 técnica de serviço social.		
Lotação, número de utentes		
35 jovens e suas famílias.	Em 2016 frequentaram o CAV	71 jovens.
Descrição		
<p>O CAV é um equipamento que procura promover o acompanhamento social, psicológico e de saúde a grávidas e mães adolescentes, provenientes do Bairro da Bela Vista e dos bairros circundantes. Procura também intervir junto das famílias das jovens, no sentido de fomentar a sua inserção familiar, social e profissional.</p> <p>Conjuntamente com as jovens é estabelecido um projeto de vida que visa, por um lado o desenvolvimento da criança, o desenvolvimento da jovem e a sua inserção familiar, a aceitação da nova situação e resolver eventuais tensões sociais, culturais e económicas.</p>		

Designação da valência	Centro de Intervenção Comunitária	
Localização	Bairro da Bela Vista	
Objeto	Educação e formação de adultos; Atendimento social comunitário; Ocupação e dinamização dos tempos livres dos jovens.	
Recursos Humanos		
Educação e formação de adultos: 1 coordenadora (tempo parcial); 1 auxiliar de serviços gerais (tempo parcial).	Atendimento social comunitário: 2 assistentes sociais (1 a tempo parcial); 1 auxiliar de serviços gerais (tempo parcial); 1 administrativa (tempo parcial).	CATL – Clube de Jovens: 1 coordenadora (a tempo parcial); 1 auxiliar de ação educativa; 1 auxiliar de serviços gerais (tempo parcial); 1 administrativa (tempo parcial).
Lotação, número de utentes		
Educação e formação de adultos: 26 adultos.	Atendimento social comunitário: Famílias do Bairro da Bela Vista e bairros circundantes. Em 2016 foram acompanhadas 82 famílias, num total de 548 atendimentos	CATL – Clube de Jovens 20 crianças/jovens a partir dos 10 anos
Descrição		
<p>Esta valência é responsável pela educação e formação de adultos, procurando promover as suas competências básicas e o uso das tecnologias de informação e comunicação, bem como, a educação e formação para adultos que pretendam aumentar ou diversificar as suas competências profissionais. Esta valência é também responsável pelo atendimento social comunitário, tendo como foco as famílias e indivíduos do Bairro da Bela Vista em situação de carência socioeconómica, associada a disfuncionalidade e desestruturação familiar. Tem por objetivo acolher, acompanhar e encaminhar, atuando na estrutura familiar e procurando promover a sua integração social. Esta valência procura, ainda, por dar uma resposta às necessidades de ocupação e dinamização dos tempos livres dos jovens, proporcionando recursos e apoio educativo, atividades e vivências em grupo, a partilha de experiências e a socialização.</p>		

Designação da valência	Centro de Dia Pe. Camilo	
Localização	Bairro da Bela Vista	
Objeto	Prestação de serviços aos idosos	
Recursos Humanos		
1 coordenadora;	1 motorista;	
1 assistente social;	1 lavadeira.	
4 auxiliares de ação direta;		
Lotação, número de utentes		
40 idosos	Em 2016 frequentaram o Centro 43 utentes	
Descrição		
<p>Como centro de dia presta vários serviços aos idosos, procurando manter o idoso no seu contexto familiar e social, retardando dependências, e promover as relações interpessoais, combatendo o isolamento. Os serviços prestados são de alimentação, transporte, higiene pessoal, conforto e imagem, tratamento e lavagem de roupa, atividades ocupacionais, acompanhamento e proteção.</p>		

Designação da valência	Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)
Localização	Bairro da Bela Vista
Objeto	Cuidados individualizados no domicílio a pessoas sem apoio regular familiar.
Recursos Humanos	
1 coordenadora; 1 socióloga;	10 auxiliares de ação direta.
Lotação, número de utentes	
60 indivíduos.	Em 2016 passaram por esta valência 86 utentes.
Descrição	
<p>Esta valência presta serviço a indivíduos que por motivo de idade, doença ou deficiência não conseguem assegurar, de forma temporária ou permanente, a satisfação de algumas das suas necessidades básicas. São-lhes prestados cuidados individualizados no domicílio de higiene pessoal, alimentação, higiene habitacional, tratamento de roupa, conforto e imagem.</p> <p>Com este serviço pretende-se contribuir para a permanência dos utentes no seu domicílio, retardando a sua institucionalização em estruturas residenciais.</p>	

Centro Social S. Francisco Xavier

Este Centro encontra-se sediado no centro da cidade de Setúbal e tem as respostas sociais de apoio a pessoas sem abrigo, “Tornar a Ser”, e de apoio a pessoas portadoras de VIH/Sida e às suas famílias, “Saber Viver Cada Dia”.

Designação da valência	“Tornar a Ser” e “Saber Viver Cada Dia”
Localização	Setúbal
Objeto	Serviço de apoio a pessoas sem abrigo, carenciadas, em situação de precaridade económica e social e/ou portadores de HIV/Sida e suas famílias.
Recursos Humanos	
1 diretora técnica (psicóloga); 2 psicólogas; 3 assistentes sociais; 3 auxiliares de serviços gerais;	15 ajudantes de ação direta; 2 administrativas; 8 voluntários.
Lotação, número de utentes	
95 pessoas sem-abrigo; 120 pessoas HIV/Sida, acompanhamento psicossocial; 45 pessoas HIV/Sida em apoio domiciliário.	
Descrição	
<p>Esta valência presta serviço de apoio a pessoas sem-abrigo, carenciadas, em situação de precaridade económica e social e/ou portadoras de HIV/Sida e suas famílias.</p> <p>Para além do albergue, do apoio económico, domiciliário e do serviço de refeições, são proporcionadas atividades lúdico-terapêuticas e ocupacionais, tendo em atenção as potencialidades, necessidades e opções dos utentes.</p>	

Centro de Acolhimento Temporário N.ª Sr.ª do Amparo

Localização	Bairro da Bela Vista
Objeto	Acolhimento de crianças em situação de risco
Recursos Humanos	
1 diretora (assistente social);	1 educadora social;
1 psicóloga;	1 motorista;
1 assistente social;	8 ajudantes de ação direta.
Lotação, número de utentes	
12 crianças dos 0 aos 10 anos	
Descrição	
<p>Este Centro proporciona o acolhimento temporários a crianças em situação de risco. As atividades aqui dinamizadas estão divididas em três grandes áreas: intervenção com as crianças; atividades com voluntários e atividades com a comunidade.</p> <p>Este Centro funciona em articulação com as CPCJ e as EMAT.</p>	

Creche, Pré-Escolar e CATL “O Cogumelo”

Localização	Bairro da Terroa
Objeto	Apoio à infância com as respostas Creche, Jardim de Infância e CATL
Recursos Humanos	
6 educadoras infância; 1 animadora sociocultural;	13 ajudantes de ação educativa; 3 auxiliares de serviços gerais.
Lotação, número de utentes	
45 em Creche; 74 em Jardim de Infância;	30 em CATL; 149 no total.
Descrição	
Respostas sociais de apoio à infância que visam dar respostas adaptadas às necessidades das famílias.	

Centro Comunitário de S. Pedro

Localização	Cajados (União das freguesias Poceirão e Marateca, concelho de Palmela)
Objeto	Desenvolve um serviço de Intervenção Comunitária.
Recursos Humanos	
1 diretora (assistente social);	1 animadora sociocultural;
1 psicóloga;	1 auxiliar de serviços gerais;
1 assistente social;	1 administrativa (tempo parcial)
1 educadora social;	
Lotação, número de utentes	
220 crianças, jovens e suas famílias	
Descrição	
<p>Este equipamento desenvolve um trabalho de intervenção comunitária, com base em parcerias e no envolvimento da população local, como forma de adaptar as respostas às suas necessidades, rentabilizando os recursos locais e as potencialidades do meio.</p> <p>Promove o Atendimento Social às famílias no seu território. No apoio às crianças e jovens, tem a seguinte oferta: Espaço de Apoio e Orientação e Atividades Lúdicas; Férias no Centro; Colónia de Férias; Projeto de Educação para a Saúde “A Vida é Assim ...”; e Apoio Psicológico.</p>	

ANEXO II – RELATÓRIO DA ENTREVISTA EXPLORATÓRIA

Entrevista exploratória com a Direção da Cáritas Diocesana de Setúbal, 06 de janeiro 2017

Realizou-se em 6 de janeiro 2017, na sede da Cáritas de Setúbal, a entrevista exploratória com a Direção da Cáritas, com a presença de um membro da Direção e a responsável pelo Centro S. Francisco Xavier, uma das valências de Instituição.

Esta entrevista cumpriu com os objetivos que foram definidos no seu guião (ver Apêndice III), tendo a Direção da Cáritas de Setúbal mostrado o seu agrado com o tema e os objetivos da investigação.

Foram reconhecidas as valências que, considerando os objetivos que se pretendem atingir, deverão ser o foco da investigação, nomeadamente:

- Centro Social S. Francisco Xavier (sem-abrigo, toxicod dependência e HIV);
- Centro Social N^o S^a da Paz – Centro de Intervenção Comunitária (Ensino Recorrente e apoio a famílias disfuncionais); Centro de Apoio à Vida (grávidas e mães adolescentes); Centro de Dia Pe. Camilo; Serviço de Apoio Domiciliário;
- Centro Comunitário de S. Pedro (intervenção comunitária em meio-rural, Lagameças - Palmela).

Identificaram-se as respetivas equipas técnicas e foi referida a necessidade de conhecer os parceiros e o trabalho em rede em cada uma destas valências, bem como a documentação sobre os projetos e a atividade da Instituição. Foi-nos facultado o Relatório de Atividades da Cáritas de Setúbal para o ano de 2015.

Referimos que iremos formalizar por escrito o pedido de colaboração da Instituição para este estudo e a necessidade de uma resposta formal.

Por fim, a Direção da Cáritas de Setúbal manifestou o seu interesse neste estudo como uma oportunidade de reflexão sobre as suas práticas e projetos, trazendo expectativas de mudança e aprendizagens institucionais.

ANEXO III - GRELHA ANALÍTICA

GRELHA ANALÍTICA – (1.) Clarificar os princípios definidores das organizações de Economia Social e Solidária e enquadrar a Cáritas neste âmbito;				
Conceitos	Dimensões de análise	Indicadores	Fontes de informação	Método/técnica utilizada
Economia Social	Critérios de definição das organizações no âmbito da Economia Social de acordo com a experiência pioneira da Cooperativa de Rochdale: • Primado do interesse comum e do interesse geral sobre o interesse particular ou privado;	1 - Promoção do interesse comum e do interesse geral nas atividades e valências da Cáritas (Sim/Não)	DCS, OP, DOC	• Entrevistas semidirigidas à Direção, aos diretores, coordenadores e técnicos das valências e projetos, e aos observadores privilegiados; • Análise documental.
	• A não prossecução do lucro como fim;	2 - Prossecução do lucro (Sim/Não)	DCS, DOC	
	• Primado das pessoas sobre o capital;	3 - Referência primordial às pessoas em todas as suas valências/projetos e não a interesses económicos (Sim/Não)	DCVP, TVP, OP, DOC	
	• O princípio da gestão democrática;	4 - Tipo de gestão = 9	DCS, DOC	
	• Autonomia face ao Estado (na Economia Social as instituições são uma iniciativa da sociedade civil);	5 - Autonomia face ao Estado (Sim/Não)	DCS, DCVP, DOC	
	• Adesão voluntária (liberdade de participação).	6 - Liberdade de participação dos seus membros (Sim/Não)	DCS, DCVP, DOC	
Economia Solidária	Critérios de definição das organizações no âmbito da Economia Solidária (versão francófona), prevalência de três projetos: • Projeto económico (plural, sustentável, reciprocidade, participação, o Estado como parceiro);	7 - Características do projeto económico	DCS, DOC	
		8 - Estado visto como parceiro (Sim/Não)	DCS, DCVP, DOC	
	• Projeto político (gestão democrática, participação e reciprocidade, participação no espaço público, afirmação e identidade da instituição);	9 - Tipo de gestão = 4	DCS, DOC	
		10 - N.º de participações da Cáritas em projetos, fóruns ou grupos de trabalho em parceria/rede com outras instituições e com entidades do Estado = 16, 36	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	
		11 - N.º de ações organizadas pela Cáritas na comunidade de promoção da democracia participativa e da cidadania	DCS, OP, DOC	
		12 - Reconhecimento e respeito pela Cáritas na comunidade (Sim/Não)	OP	
	• Projeto social (solidariedade emancipatória e o social como dimensão existencial e integral).	13 - N.º de valências/projetos que promovem a participação comunitária dos seus utentes = 28, 35	DCVP, TVP, OP, DOC	
		14 - N.º e tipo de solicitações em que se evidencia um efeito emancipatório nos utentes = 19	DCVP, TVP, OP, DOC	

DCS - Direção da Cáritas Setúbal; **DCVP** - Diretor/Coordenador de valência/projeto; **TVP** - Técnico de valência/projeto; **OP** - Observador privilegiado projetos/valências estudados; **DOC** - Documentação (Estatutos, Relatórios de Atividades e Manual da Qualidade)

GRELHA ANALÍTICA – (2.) Identificar e analisar os princípios que fundamentam a luta contra a pobreza e a exclusão social e enquadrar neste âmbito o caso da Cáritas				
Conceitos	Dimensões de análise	Indicadores	Fontes de informação	Método/técnica utilizada
(Luta contra a ...) Pobreza e Exclusão social	Critérios no combate à pobreza e à exclusão social: • Visão relativa à multidimensionalidade da pobreza e da exclusão social;	15 – Existência de ações integradas (multidimensionais) no combate à pobreza e exclusão social (Sim/Não)	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	• Entrevistas semidirigidas à Direção, aos diretores, coordenadores e técnicos das valências e projetos, e aos observadores privilegiados; • Análise documental.
	• Trabalho em rede (articulação de ações, estratégias e recursos);	16 - N.º de participações da Cáritas em projetos, fóruns ou grupos de trabalho em parceria/rede com outras instituições e com entidades do Estado, que visam o combate à pobreza e exclusão social = 10, 36	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	
	• Participação / envolvimento das populações;	17 - N.º de valências / projetos com colaboração e participação da comunidade, que visam o combate à pobreza e exclusão social	DCVP, TVP, DOC	
	• Promover a integração económica e social dos excluídos;	18 - Casos de sucesso em que houve integração social e económica dos excluídos (Sim/Não)	DCVP, TVP, DOC	
		19 - N.º e tipo de solicitações em que se evidencia um efeito emancipatório nos utentes = 14	DCVP, TVP, OP, DOC	
• Articulação da visão global com a dimensão local dos projetos.	20 - Existência de formas explícitas de articulação das estratégias adotadas pela Cáritas com: (Sim/Não) • Estratégia da Cáritas Portuguesa; • Medidas/estratégias locais/nacionais/europeias de luta contra a pobreza e exclusão social.	DCS, DCVP, OP, DOC		

DCS - Direção da Cáritas Setúbal; **DCVP** - Diretor/Coordenador de valência/projeto; **TVP** - Técnico de valência/projeto; **OP** - Observador privilegiado projetos/valências estudados; **DOC** - Documentação (Estatutos, Relatórios de Atividades e Manual da Qualidade)

GRELHA ANALÍTICA – (3.) Analisar a intervenção da Cáritas na ótica da promoção da cidadania				
Conceitos	Dimensões de análise	Indicadores	Fontes de informação	Método/técnica utilizada
Empowerment	Psicológico – consciência pessoal de capacidade e controlo.	21 - Existe progresso das pessoas em termos de empowerment psicológico, após participação/intervenção da Cáritas (Sim/Não)	DCVP, TVP, OP, DOC	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas semidirigidas à Direção, aos diretores, coordenadores e técnicos das valências e projetos, e aos observadores privilegiados; • Análise documental.
		22 - N.º de ações que promovem empowerment psicológico	DCVP, TVP, OP, DOC	
	Social - influência e participação social.	23 - Existe progresso das pessoas em termos de empowerment social, após participação/intervenção da Cáritas (Sim/Não)	DCVP, TVP, OP, DOC	
		24 - N.º de ações que promovem empowerment social	DCVP, TVP, OP, DOC	
	Político – poder político e perceção de direitos pessoais.	25 - Existe progresso das pessoas em termos de empowerment político, após participação/intervenção da Cáritas (Sim/Não)	DCVP, TVP, OP, DOC	
		26 - N.º de ações que promovem empowerment político	DCVP, TVP, OP, DOC	
Cidadania	Cidadania na ótica dos direitos (civis, políticos e sociais).	27 - As ações/projetos promovem o entendimento dos utentes relativamente aos seus direitos e deveres como cidadãos (Sim/Não)	DCVP, TVP, OP	
	Cidadania na perspetiva da participação.	28 - N.º de valências/projetos que promovem a participação comunitária dos seus utentes = 13, 35	DCVP, TVP, OP, DOC	

DCS - Direção da Cáritas Setúbal; **DCVP** - Diretor/Coordenador de valência/projeto; **TVP** - Técnico de valência/projeto; **OP** - Observador privilegiado projetos/valências estudados; **DOC** - Documentação (Estatutos, Relatórios de Atividades e Manual da Qualidade)

GRELHA ANALÍTICA – (4.) Distinguir os princípios estruturantes do pensamento social cristão, inscritos na Doutrina Social da Igreja, e analisar a sua influência na missão e ação da Cáritas				
Conceitos	Dimensões de análise	Indicadores	Fontes de informação	Método/técnica utilizada
Doutrina Social da Igreja	Dignidade humana – respeito e promoção da pessoa (o seu desenvolvimento sustentável e integral através de adequadas condições de vida, liberdade, igualdade e sociabilidade).	29 - Práticas de respeito pela dignidade, liberdade e igualdade entre os homens (Sim/Não)	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas semidirigidas à Direção, aos diretores, coordenadores e técnicos das valências e projetos, e aos observadores privilegiados; • Análise documental.
		30 - N.º de ações de combate às desigualdades económicas e sociais	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	
		31 - Promoção dos Direitos do Homem (Sim/não)	DCS, OP	
	Bem comum – “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição”.	32 - Promoção da melhoria das condições de vida dos seus utentes e das suas famílias (Sim/Não)	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	
		33 – Contributos para a realização do bem comum na comunidade	DCS, OP, DOC	
		34 - N.º de projetos de promoção e desenvolvimento da família	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	
	Subsidiariedade – a importância das estruturas intermédias da sociedade. Toda intervenção e apoio deve seguir uma lógica emancipadora (participação, responsabilização e reciprocidade).	35 - N.º de valências/projetos que promovem a participação comunitária dos seus utentes = 13, 28	DCVP, TVP, OP, DOC	
		36 - N.º de participações da Cáritas em projetos, fóruns ou grupos de trabalho em parceria/rede com outras instituições e com entidades do Estado = 10, 16	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC	
	Solidariedade - reconhecimento do outro como pessoa, como um ser igual em dignidade e direitos e manifesta-se na partilha entre todos, principalmente dos que mais têm relativamente aos mais desprotegidos.	37 - Promoção da solidariedade na Diocese de Setúbal (sim/Não)	DCS, OP	
		38 - Número de voluntários na estrutura da Cáritas	DCS, DCVP, DOC	
Cuidado do outro – “Amor preferencial pelo pobre”	39 - Amor preferencial pelos mais frágeis e necessitados (Sim/Não)	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC		
	40 - Acolhimento de todas as pessoas necessitadas, sem discriminação de raça ou religião (Sim/Não)	DCS, DCVP, TVP, OP, DOC		

DCS - Direção da Cáritas Setúbal; **DCVP** - Diretor/Coordenador de valência/projeto; **TVP** - Técnico de valência/projeto; **OP** - Observador privilegiado projetos/valências estudados; **DOC** - Documentação (Estatutos, Relatórios de Atividade)

ANEXO IV – GUIÃO DAS ENTREVISTAS

	Indicadores	Questões	Fontes de informação				
			DCS	DCVP	TVP	OP	DOC
1	Promoção do interesse comum e do interesse geral nas atividades e valências da Cáritas (Sim/Não)	A - Qual é o objeto central, ou prioritário, da missão e ação da Cáritas?	x			x	x
2	Prossecução do lucro (Sim/Não)	B - Como é gerida a sustentabilidade financeira da Cáritas? A Cáritas tem autonomia económica? Considera que as preocupações financeiras e económicas influenciam a missão da Cáritas?	x				x
3	Referência primordial às pessoas em todas as suas valências/projetos e não a interesses económicos (Sim/Não)	C - No âmbito da missão da Cáritas, como enquadra o papel específico do Centro/projeto ... (nome da valência), que tipo de objetivos prossegue e a quem se destina?		x	x	x	x
4, 9	Tipo de gestão	D - Quem nomeia os órgãos sociais da Cáritas Diocesana? Como está organizado o modelo de governação da Cáritas de Setúbal e a sua estrutura hierárquica? Como funciona a articulação entre a sua Direção e os vários Centros ou valências?	x				x
5	Autonomia face ao Estado (Sim/Não)	E - Fale da relação da Cáritas com o Estado, quer a administração central, através dos institutos e outros organismos, quer as autarquias. Considera que esta relação influencia a ação da Cáritas, se sim de que forma?	x	x	x		x
6	Liberdade de participação dos seus membros (Sim/Não)	F - Existe a participação de voluntários nas valências, projetos e grupos de ação social da Cáritas? Que motivações levam as pessoas a participar? Que importância dá a Cáritas a este voluntariado?	x	x	x		x
7	Características do projeto económico	(A mesma questão colocada para o indicador 2)	x				x
8	Estado visto como parceiro (Sim/Não)	(A mesma questão colocada para o indicador 5)	x	x	x		x
10, 16, 36	N.º de participações da Cáritas em projetos, fóruns ou grupos de trabalho em parceria/rede com outras instituições e com entidades do Estado	G - No âmbito da ação da Cáritas existe cooperação institucional com outras entidades privadas e públicas? Dê exemplos?	x	x	x	x	x
11	N.º de ações organizadas pela Cáritas na comunidade de promoção da democracia participativa e da cidadania	H - Têm sido dinamizadas pela Cáritas ações públicas de debate, esclarecimento ou partilha de temas? Comente essas experiências.	x			x	x
12	Reconhecimento e respeito pela Cáritas na comunidade (Sim/Não)	I - Como é que os utentes da Cáritas vêm a Instituição? E as entidades com quem ela se relaciona?				x	
13, 28, 35	N.º de valências/projetos que promovem a participação comunitária dos seus utentes	J - Quais são os contributos do projeto / Centro ... (nome da valência) para a integração familiar / comunitária dos seus utentes?		x	x	x	x
14, 19	N.º e tipo de solicitações em que se evidencia um efeito emancipatório nos utentes	K - Quais são os contributos do projeto / Centro ... (nome da valência) para o empowerment (psicológico, social e político) dos seus utentes?		x	x		x

Cáritas de Setúbal – Contributos para a cidadania

15	Existência de ações integradas (multidimensionais) no combate à pobreza e exclusão social (Sim/Não)	L - Quando se fala da luta contra a pobreza e a exclusão social do que é que estamos a falar concretamente? Fale-nos da ação da Cáritas neste âmbito.	x	x	x	x	x
17	N.º de valências / projetos com colaboração e participação da comunidade, que visam o combate à pobreza e exclusão social	M - De que forma participam a família / bairro / comunidade no trabalho / projeto desenvolvido neste Centro ... (nome do Centro)?		x	x		x
18	Casos de sucesso em que houve integração social e económica dos excluídos (Sim/Não)	N - Existem casos de sucesso de integração social e económica dos excluídos? Se sim, dê exemplos.		x	x		x
20	Existência de formas explícitas de articulação das estratégias adotadas pela Cáritas com: (Sim/Não) • Estratégia da Cáritas Portuguesa; • Medidas/estratégias locais/nacionais/europeias de luta contra a pobreza e exclusão social.	O - Que documentos / orientações são tidos em conta para a elaboração do Plano de Atividades da Cáritas de Setúbal?	x	x	x	x	x
21	Existe progresso das pessoas em termos de empowerment psicológico, após participação/intervenção da Cáritas (Sim/Não)	(A mesma questão colocada para os indicadores 14 e 19)		x	x	x	x
22	N.º de ações que promovem empowerment psicológico			x	x	x	x
23	Existe progresso das pessoas em termos de empowerment social, após participação/intervenção da Cáritas (Sim/Não)			x	x	x	x
24	N.º de ações que promovem empowerment social			x	x	x	x
25	Existe progresso das pessoas em termos de empowerment político, após participação/intervenção da Cáritas (Sim/Não)			x	x	x	x
26	N.º de ações que promovem empowerment político			x	x	x	x
27	As ações/projetos promovem o entendimento dos utentes relativamente aos seus direitos e deveres como cidadãos (Sim/Não)		P - Qual o contributo da Cáritas para o conhecimento dos seus utentes relativamente aos seus direitos e deveres como cidadãos?		x	x	x
29	Práticas de respeito pela dignidade, liberdade e igualdade entre os homens (Sim/Não)	Q - O recurso aos serviços da Cáritas é feito por decisão do próprio ou por indicação / orientação de uma outra entidade? Qualquer pessoa pode dirigir-se à Cáritas para usufruir dos seus serviços, ou há exceções? Quem são os utentes prioritários para a Cáritas?	x	x	x	x	x
30	N.º de ações de combate às desigualdades económicas e sociais	R - Qual o contributo da Cáritas para a redução das desigualdades económicas e/ou sociais em Setúbal?	x	x	x	x	x
31	Promoção dos Direitos do Homem (Sim/não)	S - A ação da Cáritas é promotora dos Direitos do Homem? Em que medida?	x			x	

Cáritas de Setúbal – Contributos para a cidadania

32	Promoção da melhoria das condições de vida dos seus utentes e das suas famílias (Sim/Não)	T - Quais os contributos da Cáritas para o bem comum?	x	x	x	x	x	DCS -
33	Contributos para a realização do bem comum na comunidade	(A mesma questão colocada para o indicador 32)	x	x	x	x	x	
34	N.º de projetos de promoção e desenvolvimento da família	U - Que projetos ou valências da Cáritas promovem o bem-estar e o desenvolvimento da família?	x	x	x	x	x	
37	Promoção da solidariedade na Diocese de Setúbal (Sim/Não)	V - Considera que a ação da Cáritas, é um testemunho e um estímulo de solidariedade em Setúbal? Porquê?	x			x		
38	Número de voluntários na estrutura da Cáritas	(A mesma questão colocada para o indicador 6)	x	x			x	
39	Amor preferencial pelos mais frágeis e necessitados (Sim/Não)	X - Considera que a Cáritas de Setúbal está ao serviço dos mais frágeis e necessitados desta Diocese? Porquê?	x	x	x	x	x	
40	Acolhimento de todas as pessoas necessitadas, sem discriminação de raça ou religião (Sim/Não)	Z - A Cáritas tem tido dificuldades relacionadas com as questões multiculturais, nomeadamente na relação com outras religiões ou com a diversidade étnica?	x	x	x	x	x	

Direção da Cáritas Setúbal; **DCVP** - Diretor/Coordenador de valência/projeto; **TVP** - Técnico de valência/projeto; **OP** - Observador privilegiado projetos/valências estudados; **DOC** - Documentação (Estatutos, Relatórios de Atividades e Manual da Qualidade)

ANEXO V – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

A análise incidiu sobre os Estatutos da Cáritas, o seu Manual da Qualidade e o Relatório de Atividades de 2016.

Conceitos	Dimensões de análise	Contexto de análise	Documentos	Ind.	Observações
---	Natureza	Art.º 1º, n.1 <i>Pessoa jurídica canónica de natureza pública, Instituto da Igreja Católica, ereta canonicamente por decreto do Bispo da Diocese de Setúbal</i> Art.º 2º, n.2 <i>Abrange toda a área geográfica da Diocese de Setúbal</i>	Estatutos		
Economia Social	Primado do interesse comum e do interesse geral sobre o interesse particular ou privado	Art.º 1º, n.1 ... em ordem ao bem público eclesial, ...	Estatutos	1	Sim, o interesse comum/geral.
		2.1 ...É também uma Instituição Particular de Solidariedade Social, ... registada no Livro das Fundações de Solidariedade Social, sendo, por isso, uma pessoa coletiva de utilidade pública.	Manual da Qualidade		
	A não prossecução do lucro como fim	Art.º 1º, n.2 ... a mesma capacidade civil que o Direito Português atribui às pessoas coletivas de direito privado, sem fim lucrativo, gozando dos mesmos direitos e benefícios atribuídos às IPSS, ...	Estatutos	2	Não. Sem fins lucrativos.
	Primado das pessoas sobre o capital	Art.º 29º A Cáritas Diocesana tem como regime económico a partilha cristã de bens como expressão concreta da solidariedade e amor fraternos, sem qualquer intuito lucrativo.	Estatutos	3	Sim. Referência primordial às pessoas, sendo o objeto diretamente referido nos seus equipamentos/valências, ou o foco da sua missão e a orientação dos seus valores.
		2.4.2 Valores - A Cáritas Diocesana ... rege-se pelos seguintes valores: Primado da Pessoa; Justiça; Caridade; Acolhimento; Conhecimento e respeito mútuo; Diálogo e cooperação; Anúncio e denúncia.	Manual da Qualidade		
8. Ação Social e Educativa – O objeto referido em cada um dos 5 equipamentos e respetivas valências é sempre a pessoa, a abordagem às suas necessidades de acordo com diferentes problemáticas.	Relatório de Atividades 2016				
O princípio da gestão democrática	Art.º 9º, n.1 Os corpos sociais são convocados pelos respetivos presidentes ou a pedido da maioria dos seus membros e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares. Art.º 9º, n.2 As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente direito a voto de qualidade em caso de empate. Art.º 14º, n.1 O Ordinário diocesano nomeia o presidente e o assistente eclesiástico, os quais escolhem os restantes membros da Direção, que serão apresentados ao Ordinário diocesano para homologação ...	Estatutos	4	A Cáritas é instituída por decreto do Bispo, que nomeia os seus órgãos sociais. A Cáritas é instituição do tipo fundacional e não tem associados, pelo que os seus órgãos não são representativos de qualquer participação popular e democrática. No entanto, o funcionamento dos órgãos sociais segue princípios de decisão democráticos.	
Autonomia face ao Estado	Art.º 1º, n.4 ...entidade autónoma jurídica e patrimonialmente, ..., não exerce fins ou comissões de outras entidades, ...	Estatutos	5	Sim, autonomia face ao Estado	

Cáritas de Setúbal – Contributos para a cidadania

	Adesão voluntária	<p>Art.º 3º, n.2 c) O apoio aos grupos paroquiais de ação social da Diocese...; d) O fomento do voluntariado ...</p> <p>Art.º 6º, n.1 O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito ...</p> <p>2.4.1 Missão - A Cáritas Diocesana de Setúbal é uma das expressões, organizada, operativa e dinâmica do modo Cristão de viver junto dos mais pobres e excluídos de toda a Sociedade, exercendo a sua ação através das Paróquias.</p> <p>3.1.1. Semana Diocesana da Cáritas – O peditório público foi realizado nas ruas das paróquias ... em favor das famílias empobrecidas. Das 57 paróquias ... tivemos a participação de 37, ..., estimando-se o envolvimento de 405 pessoas.</p> <p>10. Voluntariado – Ao longo do ano de 2016, integraram as atividades das várias respostas sociais da Instituição, 47 voluntários ...</p>	<p>Estatutos</p> <p>Manual da Qualidade</p> <p>Relatório de Atividades 2016</p>	6	<p>Sim, embora a Cáritas não tenha associados, mas uma parte significativa dos grupos de ação social paroquiais estão, por opção voluntária, em estreita articulação funcional com esta. Tem uma forte participação de voluntários, sobretudo nos grupos paroquiais, mas, também, nos seus serviços e respostas sociais.</p>
Economia Solidária	Projeto económico	<p>Art.º 3º, n.5 ... a Cáritas Diocesana poderá celebrar acordos, protocolos e parcerias de cooperação com órgãos e serviços públicos, bem como com outras entidades da sociedade civil organizadas.</p> <p>Art.º 3º, n.7 ... poderá ainda desenvolver outros fins secundários ... desde que os resultados dessas atividades se destinem a financiar os seus fins não lucrativos.</p> <p>Art.º 4º Os serviços prestados pela Cáritas Diocesana serão gratuitos ou remunerados em regime de proporcionalidade ...</p> <p>Art.º 29º A Cáritas Diocesana tem como regime económico a partilha cristã de bens como expressão concreta da solidariedade e amor fraternos, sem qualquer intuito lucrativo.</p>	Estatutos	7	<p>O projeto económico está dependente do seu projeto social;</p> <p>Geração de receitas por prestação de serviços (contratualização com o Estado (redistribuição), participação dos utentes (proporcionalidade)) e donativos.</p>
		<p>3.1.1. Semana Diocesana da Cáritas- ... nesta semana realizou-se o peditório público, do qual resultou o valor de 19.977,11€. ... em favor das famílias empobrecidas da Diocese.</p> <p>3.4.1. Programa “Uma Ponte de Esperança” – Padrinhos de S. Tomé e Príncipe (apoio a crianças através de “padrinhos” - 115 crianças apoiadas em 2016, num total de 13.800€ e material escolar).</p> <p>4. Campanhas de Solidariedade/Projetos (<i>neste ponto são referidas várias iniciativas de angariação de material escolar, brinquedos, produtos para bebé, roupa e dinheiro</i>).</p> <p>5. Atendimento Social Diocesano (<i>42 pedidos de auxílio – rendas, eletricidade, gás, educação, transportes – 10.099,61€</i>)</p> <p>6. Fundo Social Solidário (<i>72 famílias/195 pessoas – rendas, crédito hab., água, luz, saúde – 24.229,30€</i>)</p> <p>7. Fundo Social da Cáritas Diocesana (<i>37 famílias/79 pessoas – rendas, água, saúde, educação e dívidas ao Estado</i>)</p>	Relatório de Atividades 2016	8	<p>Sim, o Estado é assumido como parceiro.</p>
	Projeto político	<p>Art.º 3º, n.2 f) A intervenção e mediação junto de entidades públicas ou privadas, ...</p> <p>Art.º 3º, n.3 g) Cooperar com os órgãos do poder local, regional ou central, e também com entidades privadas, na consecução de fins e programas comuns, que contribuam para a resolução, ..., de problemas sociais, económicos e educacionais da diocese;</p>	Estatutos	9=4	Ver 4

		<p>3.1.3. Colóquios - ...em Alcochete, no Salão Nobre da Câmara Municipal, realizou-se o Colóquio com o tema “<i>Vestir os nus</i>” – <i>Ainda se justifica esta obra de Misericórdia?</i> ... Mais tarde, em Almada, no Externato Frei Luís de Sousa, foi feita uma reflexão sobre “<i>Tráfico Humano e Prostituição</i>” ...</p> <p>3.1.4. Exposição - ... “<i>Cáritas: Coração da Igreja no Mundo</i>” – Olhar os Problemas do Mundo com o Coração Ser a Resposta, foi inaugurada no hall do Centro Hospitalar de Setúbal ...</p> <p>3.3. Atividades de Cooperação Institucional.</p> <p><i>São referidas no RA2016 a participação da Cáritas em: CLAS de Setúbal e Palmela; Núcleo Local de Inserção (NLI) de Setúbal e Palmela; CPCJ – Comissão Restrita de Palmela; Conselhos Gerais de Agrupamentos Escolares de Setúbal – Escolas Luísa Tody e Escolas José Saramago na U.Freg. Poceirão e Marateca; Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA); Programa de Apoio ao Cumprimento de Penas; Medida Contrato Emprego-Inserção e Estágio Emprego; Programa Escolhas “Pro Infinito e Mais Além”.</i></p> <p><i>3.3.11 O RA, neste ponto, refere a participação da Cáritas em 23 eventos diversos, inaugurações e sessões solenes, seminários, congressos, Conselhos de Opinião, reuniões com dirigentes de outras instituições e na Feira de Santiago em Setúbal.</i></p> <p>4.5. Manifestação pública - ...”10 Milhões de Estrelas”, ..., na praça Teófilo de Braga, ... à volta da oliveira plantada no local mais um encontro entre diferentes confissões religiosas para unirmos a nossa oração em gestos que falem de Paz: Igreja Presbiteriana de Portugal; Igreja Metodista Portuguesa; Comunidade Islâmica de Palmela; Comunidade Baha’i de Setúbal; Igreja Ortodoxa Romena de Setúbal. ...Coro Infantojuvenil da paróquia de N. Sr.ª da Conceição. ... simbolizando a esperança que cada empresa manifestou ao juntar-se a nós: Hospital da Luz – Setúbal; Casa Ermelinda Freitas; Banco Santander Totta; Orlando Azevedo; Banco Montepio; Navigator Company; APSS. ...a verba alcançada, foi dividida em 65% para combater as necessidades locais (desemprego ...) e 35% para apoiar as crianças ... campos de refugiados na Grécia ...</p>	Relatório de Atividades 2016	10	No RA 2016 é referida a participação da Cáritas em 11 fóruns, projetos e grupos de trabalho em parceria/rede com o Estado e/ou outras entidades. É também referida a participação da Cáritas num conjunto vasto de eventos na comunidade.
				11	No RA 2016 estão identificadas 4 ações de promoção da democracia participativa e da cidadania.
				12	Sim. A presença de várias instituições, empresas e entidades do Estado em eventos promovidos pela Cáritas evidenciam o reconhecimento e o respeito da comunidade.
Projeto social		<p>Art.º 2º, n.4 a) a assistência, em situações de dependência ou emergência; b) a promoção social, visando a superação e prevenção da dependência ou emergência e o reforço da autonomia pessoal; c) o desenvolvimento, solidário, integral e personalizado; d) a transformação social em profundidade, especialmente nos domínios das relações sociais, dos valores e direitos humanos e do ambiente.</p> <p>Art.º 3º, n.2 a) O conhecimento dos problemas sociais ...</p>	Estatutos	13	A participação comunitária dos utentes é evidenciada sobretudo nas valências Centro Comunitário S. Pedro e “Tornar a Ser” e “Saber Viver Cada Dia”

		<p>5. Atendimento Social Diocesano – Destina-se a indivíduos ou famílias com dificuldades sociais e económicas.... Estes recursos foram destinados ..., para o auxílio no pagamento de despesas mensais com renda de casa, água, eletricidade, gás, educação e transportes.</p> <p>6. Fundo Social Solidário - ... contribuiu para minimizar os problemas sociais do País, mediante o apoio prestado às famílias desempregadas, ... pagamento de rendas, crédito à habitação, pagamento de água, luz, despesas com saúde.</p> <p>7. Fundo Social da Cáritas Diocesana - ... O apoio destinou-se ao pagamento de rendas, água, despesas com saúde, educação e pagamentos ao Estado.</p> <p>8. Ação Social e Educativa</p> <p>8.2 Centro de Acolhimento N. S.^a do Amparo - ... o retorno à família biológica ou alargada continua a ser um dos principais encaminhamentos das crianças que saíram ... promoção de um ambiente onde sejam garantidas condições de afetividade, saúde, educação e equilíbrio emocional junto das crianças integradas ... articulação da equipa técnica com as entidades que acompanham os processos (CPCJ's, EMAT's) ... definição dos projetos de vida das crianças integradas, ..., com vista a diminuir o tempo de permanência das crianças no CAT... constatámos que 67% progrediram no seu desenvolvimento, 25% regrediram e 8% mantiveram.</p> <p>8.3 Centro Comunitário de S. Pedro - ... intervenção comunitária, ... crescimento harmonioso e integral da criança/jovem, ... integração escolar e social; ...desenvolvimento de competências pessoais e sociais; ... envolvimento de pais e educadores no percurso escolar ...; ... troca de saberes e valorização da relação humana e da cidadania; ... inserção familiar, comunitária e socioprofissional; ... mediação entre a família e os recursos da comunidade ... envolvimento comunitário e participação cívica; o desenvolvimento de competências pessoais e de capacitação para a empregabilidade <i>Atendimento social (162 famílias); Espaço "Vamos lá..."; Espaço de Apoio e Orientação e Atividades Lúdicas (62 crianças/jovens); Férias no Centro (23 crianças); Colónia de Férias (93 crianças/jovens); Projeto de Educação para a Saúde (76 alunos); Apoio Psicológico (23 crianças/jovens); jornal "Notícias do Centro". (78% progrediram no seu desenvolvimento, 0% regrediram e 22% mantiveram)</i></p> <p>8.4 Centro de Apoio à Vida - ... apoiar grávidas e mães adolescentes ... e apoiar as famílias das jovens, tendo em vista a respetiva inserção familiar, social e profissional. ... Em 2016, 71 jovens ... <i>(56,4% progrediram no seu desenvolvimento, 15,4% regrediram e 28,2% mantiveram)</i></p> <p>8.6.1. Centro de Dia Padre Camilo - ... manter a população idosa no seu meio familiar e social ... retardar ou mesmo evitar a dependência e o isolamento. <i>(23,3% progrediram no seu desenvolvimento, 20% regrediram e 56,7% mantiveram).</i></p> <p>8.6.2. Serviço de Apoio Domiciliário - ... uma ação complementar da família ... cuidados individualizados no domicílio ... contribuir para a permanência dos utentes no seu meio habitual de vida (domicílios), retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais. <i>(23,1% progrediram no seu desenvolvimento, 12,8% regrediram e 64,1% mantiveram).</i></p> <p>8.7. Centro de Intervenção Comunitária: 8.7.1. Atendimento Social Comunitário - ... famílias e indivíduos com carência económica ... situações de disfuncionalidade e desestruturação da organização familiar, ... acolher, acompanhar e encaminhar os mais desfavorecidos, intervindo na sua estrutura familiar, ... promover o bem-estar e a integração social das famílias ...<i>(total atendimentos 548, pessoas acompanhadas 235, famílias acompanhadas 82).</i> 8.7.2. Educação e Formação de Adultos - ... os formandos adquirem uma dupla certificação escolar</p>	<p>Relatório de Atividades 2016</p>	<p>14</p>	<p>Todas as valências evidenciam nas suas ações uma preocupação pela emancipação dos seus utentes, embora, até pelas características dos mesmos, em algumas valências as percentagens de progresso sejam limitadas.</p>
--	--	---	-------------------------------------	-----------	---

		<p>e profissional ... Pintura de Construção Civil com a duração de 765h ... 26 formandos do sexo masculino</p> <p>8.5. CATL – Clube de Jovens (<i>atualmente inserido no Centro de Intervenção Comunitária</i>) – <i>nesta valência são referidos os apoios educativos, atividades e colónias de férias em períodos de interrupção escolar, e a participação das crianças/jovens inscritos (20) em atividades promovidas por outras entidades.</i></p> <p>8.8. “Tornar a Ser” e “Saber Viver Cada Dia” – Serviço de apoio a pessoas sem-abrigo, carenciadas, em situação de precaridade económica e social e/ou portadoras de HIV/Sida e suas famílias. (<i>95 sem-abrigo, 120 HIV/Sida acompanhamento psicossocial e 45 HIV/Sida apoio domiciliário</i>). <i>O RA 2016 realça os efeitos positivos ao nível da autonomia e envolvimento participativo dos utentes, resultantes das alterações metodológicas introduzidas em 2015. (37% progrediram no seu desenvolvimento, 5,5% regrediram e 57,5% mantiveram).</i></p> <p>9.1. Resultados dos Processos Individuais (PI) dos Utentes</p>			
(Luta contra a ...) Pobreza e Exclusão social	Visão relativa à multidimensionalidade da pobreza e da exclusão social	Art.º 2º, n. 4 ...quatro objetivos: a) a assistência...; b) a promoção social ... reforço da autonomia pessoal; c) o desenvolvimento ...; d) a transformação social Art.º 3º, n.4 m) Serviços de apoio social, económico, educativo, formação profissional, cultural, de saúde, ou outro, no âmbito de projetos de intervenção comunitária ou de luta contra a pobreza ...	Estatutos	15	Sim.
		8. Ação Social e Educativa – <i>As ações desenvolvidas nos diferentes equipamentos/valências procuram apoiar as pessoas, individualmente ou em família, nas suas diferentes necessidades, económicas, de saúde, educação, isolamento, competências, etc..</i>	Relatório de Atividades 2016		
	Trabalho em rede	Art.º 3º, n.2 f) A intervenção e mediação junto de entidades públicas ou privadas, ...; g) A cooperação com outras entidades e a participação em órgãos, iniciativas ou atuações que possam contribuir para o mesmo objetivo. Art.º 3º, n.3 a) A prossecução e realização, por si só e/ou em colaboração com outras entidades, ..., de iniciativas de apoio à comunidade local, das famílias em geral e das crianças, jovens e idosos em particular;	Estatutos	16=10	No RA 2016 é referida a participação da Cáritas em 11 fóruns, projetos e grupos de trabalho em parceria/rede com o Estado e/ou outras entidades. É também referida a participação da Cáritas num conjunto vasto de eventos na comunidade.
3.3. Atividades de Cooperação Institucional. <i>São referidas no RA2016 a participação da Cáritas em: CLAS de Setúbal e Palmela; Núcleo Local de Inserção (NLI) de Setúbal e Palmela; CPCJ – Comissão Restrita de Palmela; Conselhos Gerais de Agrupamentos Escolares de Setúbal – Escolas Luísa Tody e Escolas José Saramago na União Freg. Poceirão e Marateca; Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA); Programa de Apoio ao Cumprimento de Penas; Medida Contrato Emprego-Inserção e Estágio Emprego; Programa Escolhas “Pro Infinito e Mais Além”.</i>	Relatório de Atividades 2016				

Participação / envolvimento das populações	<p>3.2.1. Projeto de Intervenção Familiar (PIF) “Laços com Cor”.</p> <p>8. Ação Social e Educativa</p> <p>8.3 Centro Comunitário de S. Pedro - <i>(acima referido)</i></p> <p>8.4 Centro de Apoio à Vida - <i>(acima referido)</i></p> <p>8.7. Centro de Intervenção Comunitária - <i>(acima referido)</i></p> <p>8.8. “Tornar a Ser” e “Saber Viver Cada Dia” - <i>(acima referido)</i></p>	Relatório de Atividades 2016	17	No projeto “Laços com Cor” é possível identificar uma metodologia de autoconhecimento para ajudar as pessoas a descobrir as suas necessidades e pontos fracos e fortes, ajudando-os a definir objetivos pessoais. Sobretudo em alguns equipamentos há uma metodologia de envolvimento ativo das pessoas e das famílias na definição dos seus projetos de vida.
Promover a integração económica e social dos excluídos	Art.º 2º, n. 4 ...quatro objetivos: a) a assistência...; b) a promoção social ... reforço da autonomia pessoal; c) o desenvolvimento ...; d) a transformação social	Estatutos	18	
	<p>2.4.3 Visão - Comunidade sem exclusão social</p> <p>3.2.2. As atividades das “Hortas” e do “Restauro e Remodelação de Móveis” continuaram a promover a inclusão social, com a integração dos utentes (13) do CSSFX, dando-lhes competências e hábitos de trabalho para futura autonomização. ... serviço “Sabores com Cor”, a utente integrada continuou a dar resposta às encomendas de bolos e bolachas para particulares e eventos da instituição.</p> <p>8. Ação Social e Educativa</p> <p>8.2 Centro de Acolhimento N. S.ª do Amparo - <i>(acima referido)</i></p> <p>8.3 Centro Comunitário de S. Pedro - <i>(acima referido)</i></p> <p>8.4 Centro de Apoio à Vida - <i>(acima referido)</i></p> <p>8.6.1. Centro de Dia Padre Camilo - <i>(acima referido)</i></p> <p>8.6.2. Serviço de Apoio Domiciliário - <i>(acima referido)</i></p> <p>8.7. Centro de Intervenção Comunitária <i>(nas suas 3 respostas sociais)</i> - <i>(acima referido)</i></p> <p>8.8. “Tornar a Ser” e “Saber Viver Cada Dia” - <i>(acima referido)</i></p> <p>9.1. Resultados dos Processos Individuais (PI) dos Utentes</p>	Manual Qualidade		19=14
Articulação da visão global com a dimensão local dos projetos	Art.º 3º, n.3 g) Cooperar com os órgãos do poder local, regional ou central, e também com entidades privadas, na consecução de fins e programas comuns, que contribuam para a resolução, ..., de problemas sociais, económicos e educacionais da diocese;	Estatutos	20	Sim. Esta articulação de estratégias concretiza-se através da participação e articulação em Rede e da participação e articulação da Cáritas Diocesana com a Cáritas Portuguesa
	<p>3.1.20 “Programa + Próximo” - ...chegou a todas as vigararias ... destina-se aos voluntários dos Grupos Paroquiais de Ação Social, aos trabalhadores e voluntários dos Centros Sociais Paroquiais... (74 participantes)</p> <p>3.3. Atividades de Cooperação Institucional - <i>(acima referido)</i></p>	Relatório de Atividades 2016		

Empowerment	Psicológico Social Político	Art.º 2º, n.3 ... atribuindo prioridade às situações mais graves de pobreza e exclusão social. n.4 b) a promoção social, visando a superação e prevenção da dependência ou emergência e o reforço da autonomia pessoal; c) o desenvolvimento, solidário, integral e personalizado;	Estatutos	21a26 = 14,19	Todas as valências evidenciam nas suas ações uma preocupação pela emancipação dos seus utentes, embora, até pelas características dos mesmos, em algumas valências as percentagens de progresso sejam limitadas.
		2.5 Objetivos Gerais da Qualidade - ... garantir a evolução dos utentes, durante o período de integração na Instituição	Manual da Qualidade		
		3.1.5. Espaço com Cor - ... localizado no Bairro da Bela Vista ... programas de formação promotores de competências pessoais, sociais e profissionais ... inserção profissional para os formandos ..., terá ainda um Gabinete de Consultoria de Imagem, destinado a mulheres ... promover a inclusão social, ... aconselhamento ao nível da imagem e do desenvolvimento de competências no saber estar e saber comunicar ... 3.2.1. Projeto de Intervenção Familiar (PIF) “Laços com Cor” - ..., deu continuidade à sua ação de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade psicossocial, ... programas de formação ... mudança de atitudes e da aquisição de competências e conhecimentos, ... inserção comunitária e socioprofissional. ...4.ª edição do Programa de Formação “Projetos de vida com Cor” ... 4.ª edição do Programa “Ateliers com Cor” ... 74 horas de formação, ... culinária, costura e trabalhos manuais 3.2.2. As atividades das “Hortas” e do “Restauro e Remodelação de Móveis” ... 8. Ação Social e Educativa 8.2 Centro de Acolhimento N. S.ª do Amparo – (acima referido) 8.3 Centro Comunitário de S. Pedro – (acima referido) 8.4 Centro de Apoio à Vida - (acima referido) 8.6.1. Centro de Dia Padre Camilo - (acima referido) 8.6.2. Serviço de Apoio Domiciliário - (acima referido) 8.7. Centro de Intervenção Comunitária (nas suas 3 respostas sociais) - (acima referido) 8.8. “Tornar a Ser” e “Saber Viver Cada Dia” - (acima referido) 9.1. Resultados dos Processos Individuais (PI) dos Utes	Relatório de Atividades 2016		
Cidadania	Cidadania na ótica dos direitos	Art.º 2º, n.3 A Cáritas tem como orientações fundamentais a Sagrada Escritura, a Doutrina Social da Igreja ..., n.4 d) a transformação social em profundidade, especialmente nos domínios das relações sociais, dos valores e direitos humanos e do ambiente;	Estatutos	27	Apenas verificável a intenção estatutária e ao nível dos valores identificados no MQ.
		2.4.2 Valores - A Cáritas Diocesana ... rege-se pelos seguintes valores: Primado da Pessoa; Justiça; Caridade; Acolhimento; Conhecimento e respeito mútuo; Diálogo e cooperação; Anúncio e denúncia.	Manual da Qualidade		
	Cidadania na perspetiva da participação	Art.º 2º, n.4 b) a promoção social, visando a superação e prevenção da dependência ou emergência e o reforço da autonomia pessoal; c) o desenvolvimento, solidário, integral e personalizado;	Estatutos	28=13	A participação comunitária dos utentes é evidenciada sobretudo nas valências Centro Comunitário S. Pedro e “Tornar a Ser” e “Saber Viver Cada Dia”
		8. Ação Social e Educativa – Nas ações desenvolvidas nos equipamentos/valências há uma preocupação transversal de lavar o utente a participar na comunidade. Como exemplo temos os grupos de teatro e musical (S. Francisco Xavier) a edição dos jornais “Notícias do Centro” do Centro Comunitário de S. Pedro e “S. Francisco Xavier - O informativo”.	Relatório de Atividades 2016		

Cáritas de Setúbal – Contributos para a cidadania

Doutrina Social da Igreja	Dignidade humana	Art.º 2º, n.4 c) o desenvolvimento, solidário, integral e personalizado; d) a transformação social em profundidade, especialmente nos domínios das relações sociais, dos valores e direitos humanos e do ambiente; 2.4.2 Valores - A Cáritas Diocesana ... rege-se pelos seguintes valores: Primado da Pessoa; Justiça; Caridade; Acolhimento; Conhecimento e respeito mútuo; Diálogo e cooperação; Anúncio e denúncia.	Estatutos	29	Sim.
				30	Transversal aos vários equipamentos e valências.
				31	Sim
			Manual da Qualidade	32	Sim
	Bem comum	8. Ação Social e Educativa 8.2 Centro de Acolhimento N. S.ª do Amparo – <i>(acima referido)</i> 8.3 Centro Comunitário de S. Pedro – <i>(acima referido)</i> 8.4 Centro de Apoio à Vida - <i>(acima referido)</i> 8.6.1. Centro de Dia Padre Camilo - <i>(acima referido)</i> 8.6.2. Serviço de Apoio Domiciliário - <i>(acima referido)</i> 8.7. Centro de Intervenção Comunitária <i>(nas suas 3 respostas sociais)</i> - <i>(acima referido)</i> 8.8. “Tornar a Ser” e “Saber Viver Cada Dia” - <i>(acima referido)</i>	Relatório de Atividades 2016	33	Transversal aos vários equipamentos e valências.
				34	Transversal, com destaque para CAV, CDPV, SAD.
	Subsidiariedade	Art.º 3º, n.2 c) O apoio aos grupos paroquiais de ação social ..., bem como às estruturas intermédias, ... Art.º 3º, n.2 f) A intervenção e mediação junto de entidades públicas ou privadas, ... Art.º 3º, n.3 b) Promover ações de intervenção comunitária e de apoio à família, ... Art.º 3º, n.3 c) Apoiar a integração social e comunitária das famílias;	Estatutos	35=13 =28	A participação comunitária dos utentes é evidenciada sobretudo nas valências Centro Comunitário S. Pedro e “Tornar a Ser” e “Saber Viver Cada Dia”
		3.1.20 “Programa + Próximo” - ...chegou a todas as vigararias ... destina-se aos voluntários dos Grupos Paroquiais de Ação Social, aos trabalhadores e voluntários dos Centros Sociais Paroquiais... (74 participantes) 3.3. Atividades de Cooperação Institucional - <i>(acima referido)</i> 8. Ação Social e Educativa – <i>As ações da Cáritas nos diferentes equipamentos/valências procuram a emancipação dos seus utentes.</i> 9.1. Resultados dos Processos Individuais (PI) dos Utentes	Relatório de Atividades 2016	36=10 =16	No RA 2016 é referida a participação da Cáritas em 11 fóruns, projetos e grupos de trabalho em parceria/rede com o Estado e/ou outras entidades. É também referida a sua participação num conjunto vasto de eventos.
	Solidariedade	Art.º 2º, n. 3 ... tem como orientações fundamentais a Sagrada Escritura, a DSI ..., os imperativos da solidariedade Art.º 3º, n.2 b) A promoção da consciência social na Diocese, nomeadamente a partilha de bens. Art.º 3º, n.3 e) Preparar e coordenar campanhas de solidariedade a nível diocesano;	Estatutos	37	Sim

		4. Campanhas de Solidariedade/Projetos. <i>10 ações/projetos cujos valores/bens doados foram utilizados nas várias valências ou entregues diretamente aos utentes, com particular destaque para a referência que é feita às famílias mais carenciadas.</i>	Relatório de Atividades 2016	38	47 voluntários na estrutura da Cáritas e grande participação de voluntários nas ações que envolvem os grupos de ação social paroquial. Face ao total de funcionários (133), é um valor significativo.
Cuidado do outro		Art.º 2º, n. 3 ... atribuindo prioridade às situações mais graves de pobreza e exclusão social Art.º 2º, n. 4 ...quatro objetivos: a) a assistência...; b) a promoção social ... reforço da autonomia pessoal; c) o desenvolvimento ...; d) a transformação social Art.º 3º, n.1 ... a promoção da ação social da Igreja, ...	Estatutos	39	Sim
		2.4.1 Missão - ... organismo oficial da Igreja Católica, destinado à promoção e exercício da sua ação social e caritativa, fundamentando-se na Sagrada Escritura e na Doutrina Social da Igreja. ... uma das expressões, organizada, operativa e dinâmica do modo Cristão de viver junto dos mais pobres e excluídos de toda a Sociedade, ...	Manual da Qualidade	40	Sim
		5. Atendimento Social Diocesano – Destina-se a indivíduos ou famílias com dificuldades sociais e económicas.... Estes recursos foram destinados ..., para o auxílio no pagamento de despesas mensais com renda de casa, água, eletricidade, gás, educação e transportes. 6. Fundo Social Solidário - ... contribuiu para minimizar os problemas sociais do País, mediante o apoio prestado às famílias desempregadas, ... pagamento de rendas, crédito à habitação, pagamento de água, luz, despesas com saúde. 7. Fundo Social da Cáritas Diocesana - ... O apoio destinou-se ao pagamento de rendas, água, despesas com saúde, educação e pagamentos ao Estado. 8. Ação Social e Educativa – <i>Todos os equipamentos/valências têm como objeto os mais frágeis e necessitados nas suas diferentes especificidades.</i>	Relatório de Atividades 2016		

ANEXO VI – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Questões	Entrevistados				Ind.	Observações	
<p>A - Qual é o objeto central, ou prioritário, da missão e ação da Cáritas?</p>	<p>DCS-DS ... os mais pobres e os mais pobres dos pobres ... são primordiais na ação da Cáritas. ... o apoio às comunidades, isto é, ir pelas paróquias, reunir com os párocos, trabalhar com os Grupos paroquiais de Ação Social, ... a missão principal e essencial, que é a Ação Social da Igreja, ... a missão da Cáritas é responder a todos os problemas e, se possível, aos problemas de todos, ...</p>			<p>OP-PC ... a caridade ... as pessoas mais pobres e mais necessitadas, e excluídas, e carenciadas. ... a inclusão social dos pobres, a sua dignificação, o combate às causas geradoras da pobreza, ... sugestões ou da divulgação de uma opinião na sociedade ..., de sugestões em órgãos de participação ... trabalho de ação pública, de ação política, ... a denúncia de situações, a apresentação de reivindicações e de propostas.</p>	<p>OP-AV ... é o combate à pobreza, é o apoio aos desfavorecidos</p>	<p>1</p>	<p>1 – Sim. O combate à pobreza, às suas causas geradoras; A inclusão dos pobres, carenciados; A dignidade humana; Ação pública, política, denúncia, reivindicação; Ação Social da Igreja, a caridade cristã; Apoio às comunidades paroquiais.</p>
<p>B - Como é gerida a sustentabilidade financeira da Cáritas? A Cáritas tem autonomia económica? Considera que as preocupações financeiras e económicas influenciam a missão da Cáritas?</p>	<p>DCS-DS ... autonomia financeira ... acordos de colaboração com a Segurança Social, ... participações dos utentes ... apoios dados para os mais carenciados e esses não entram aqui na sustentabilidade da Cáritas. ... pedido público, do ofertório do fim de semana da semana da semana da Cáritas, do “Dez milhões de estrelas”, ... Sim, nós procuramos isso (não prejudicar a missão), mas, às vezes, há sacrifícios que têm de ser feitos.</p>					<p>2, 7</p>	<p>2 – O lucro não é o objeto. 7 - Autonomia financeira = Acordos colaboração Social + Comparticipações utentes + Pedido público, ofertório, “Dez milhões de estrelas”; A escassez de meios condiciona parcialmente a missão.</p>

Questões	Entrevistados				Ind.	Observações	
<p>C - No âmbito da missão da Cáritas, como enquadra o papel específico do Centro / projeto ..., que tipo de objetivos prossegue e a quem se destina?</p>		<p>DCVP-CV ... ajudar as pessoas a se encontrarem na sua dignidade e a saírem da rua ..., como excluídas! ... dirigido a pessoas na situação de sem-abrigo e seropositivos. ... para cada um se responsabilizar e terem horários e começarem a entusiasmar-se nos trabalhos que vão desenvolvendo.</p>	<p>DCVP-CF ... crianças ... negligência, maus tratos, abusos, ... proporcionar-lhes a oportunidade de crescerem de uma outra forma... .. longe de determinado tipo de situações e de determinadas exclusões ... reproduzir junto destes meninos ... os valores da Cáritas e do que é uma sociedade mais justa, mais fraterna ...</p>	<p>DCVP-SM ... satisfazer as necessidades daqueles utentes que são dependentes, ...a nível, das pessoas que estão sozinhas em casa e precisam de apoio durante o dia, e aí será o Centro de Dia, ... utentes que tiveram AVC, muitas pessoas são idosas, ... utentes jovens, ... tiveram doenças ou acidentes ... dependentes</p>	<p>DCVP-GN ... população do bairro da Bela Vista e bairros circundantes, ... tem como objeto as famílias e a população destes bairros sociais, Famílias ... carência económica, disfuncionais, desestruturadas, ...</p>	3	<p>3 – Sim, referência primordial às pessoas. As pessoas, a sua dignidade; As pessoas, melhoria das suas condições de vida; As pessoas mais fragilizadas, a sua inclusão; O empowerment das pessoas; A cidadania das pessoas; Promover nas pessoas os valores da Cáritas; Ação social da Igreja (DSI); Pobres e excluídos, sem-abrigo, seropositivos, crianças, negligenciadas, mães adolescentes, idosos e outras pessoas com dependência, famílias carenciadas, disfuncionais e destruturadas, bairros sociais.</p>
	<p>DCVP-CC ... estar junto dos mais excluídos, dos mais desfavorecidos, ou das pessoas que, ... necessitam de apoio. Estas jovens, ao serem mães, ao estarem grávidas, estamos a falar de jovens desde os 13 aos 18 anos, ... numa situação de vulnerabilidade, ...</p>	<p>DCVP-IR ...a sua ação fundamenta-se na Sagrada Escritura e na Doutrina Social da Igreja.... os mais pobres e excluídos da sociedade, ... acesso a informação, a serviços, os deficientes, pobres, excluídos, ... promover a melhoria das condições de vida população... ...procuramos soluções para as famílias, o foco é a família, ...procuramos dar “ferramentas” às pessoas.</p>	<p>TVP-HS ..., apoiar, acompanhar pessoas ... sem-abrigo, ... seropositivas ... também elas com outras problemáticas associadas ...trabalho redentor, de reparação, de reconstrução de uma série de caminhos com vista ao próprio crescimento, ... objetivo último a sua autonomização ... as pessoas novamente integradas e participantes, ... participantes primeiro da sua própria vida, contribuindo também para a vida da casa comum ...</p>				

Questões	Entrevistados	Ind.	Observações	Questões	Entrevistados	Ind.	Observações
D - Quem nomeia os órgãos sociais da Cáritas Diocesana? Como está organizado o modelo de governação da Cáritas de Setúbal e a sua estrutura hierárquica? Como funciona a articulação entre a sua Direção e os vários Centros ou valências?	DCS-DS Os Órgãos Sociais são nomeados pelo Sr. Bispo. ... uma Direção, que preside a toda a instituição, ... e cada equipamento tem uma Diretora ... Cada Diretora é responsável por cada equipamento, ... elemento da confiança da Direção, ... profissionais. Cada equipamento tem a sua estrutura, Se há razões, ... diversidade de respostas, tem coordenadoras de serviço, ...					4, 9	4, 9 - Órgãos Sociais nomeados pelo Bispo; Os Diretores de Equipamento e os Coordenadores de Serviço são elementos da confiança da Direção.

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>E - Fale da relação da Cáritas com o Estado, quer a administração central, através dos institutos e outros organismos, quer as autarquias. Considera que esta relação influencia a ação da Cáritas, se sim de que forma?</p>	<p>DCS-DS Influencia num sentido positivo. Não ... dependente ou subserviente. ... relação de parceria. ... com o Município temos boas relações,</p>	<p>DCVP-CV Com a Segurança Social é uma relação ... que é mesmo de parceria, ... eles também têm uma função fiscalizadora, ... é também o dinheiro de nós todos que está aqui a ser utilizado. ... temos de nos juntar todos para dar resposta. ...mesmo a autarquia..., às vezes há situações que são denunciadas à autarquia e elas entram em contacto connosco ...</p>	<p>DCVP-CF ... relação de alguma subserviência, ... o Estado comparticipa e depois tem de fiscalizar, ... no nível intermédio, conseguimos relacionar com os colegas ... (com a autarquia) a relação, neste momento, é um bocadinho fria. ... é mais uma relação de pedir ajuda, ...</p>	<p>DCVP-SM ... articulação, esta partilha.... ... faz aqui uma orientação, há uma partilha e uma troca de experiências também, ... mesmo a nível de algumas atividades.</p>	<p>DCVP-GN ... relação de proximidade com os organismos públicos, ... grande mais valia. ...Segurança Social, de Saúde, ... o IEFP, a Câmara, articular com o colega para dar continuidade à situação a fazer atendimentos conjuntos...</p>	<p>5, 8</p>	<p>5 – Sobre a autonomia face ao Estado, não é total. Reconheceram alguma dependência/subserviência. 8 – Sim. O Estado Central/Local é maioritariamente visto como parceiro. Relação de parceria, proximidade e articulação (+ a nível intermédio (técnico)); Trabalho em rede e ação conjunta com algumas entidades; Respeito pela independência da Cáritas, mas algumas entidades tentam condicionar; Ação fiscalizadora da Segurança Social (aceite); Influencia num sentido positivo; Reconhecimento do trabalho e do papel da Cáritas; Apoio expresso de algumas entidades; Falta de sensibilidade social de algumas entidades (Saúde. Tribunal); Segurança Social, IEFP, Saúde, Autarquias, Tribunal.</p>
	<p>DCVP-CC Com a Câmara ... bastantes progressos. ... a Câmara, ...e foi-nos cedido esse apartamento ... a Junta de Freguesia menos um bocadinho ... Em relação à Saúde... situações em que são muito pouco sensíveis à parte social. ... visitas de acompanhamento da Segurança Social,O Tribunal ... não respeita muito o nosso trabalho.</p>	<p>DCVP-IR A Câmara de Palmela valoriza muito a parceria. ...a Junta de Freguesia ...tenta condicionar a nossa ação. ... Com o Estado, através da Segurança Social e do Instituto de Emprego e Formação profissional, ... relação de muita proximidade e parceria.</p>	<p>TVP-HS ... boa relação com a Segurança Social, ... relação de grande subsidiariedade e de grande autonomia, ... resultado de nós assumirmos que não sabemos tudo e que precisamos de ajuda, ...mostrarmos que somos autónomos e que resolvemos e que fazemos ... posso dizer que trabalho em rede, em parceria.</p>				

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>F - Existe a participação de voluntários nas valências, projetos e grupos de ação social da Cáritas? Que motivações levam as pessoas a participar? Que importância dá a Cáritas a este voluntariado?</p>	<p>DCS-DS Temos bastantes voluntários, ... em todos os equipamentos, ... aproximam-se ... pela notoriedade que a Cáritas ... a necessidade de procura de resposta para necessidades pessoais resultantes de isolamento criado, ... por questões mesmo de religiosidade, ... estar disponível para prestar um serviço. A evangelização pelo testemunho.</p>	<p>DCVP-CV ... os jovens, ... integra a sua carteira de competências, ... pessoas ... que se reformaram ... com algum tempo livre, ... vêm aqui para uma área que gostavam, ... ajudar, mas também conhecer melhor. ... necessidade de estar mais dentro das questões mais complicadas da sociedade, ... o voluntariado também começou a ser muito falado ... uma falha nossa, ... integrar o voluntariado ... eu sinto que é muito importante, ... opinião que quem vê de fora, ...</p>	<p>DCVP-CF ... porque é giro e está na moda. ... uma mais valia para a instituição. ... mantemos algumas pessoas ... perceberam qual é a verdadeira natureza desta instituição, ... são uma ajuda tremenda. ... não estamos ainda a conseguir trabalhar bem esta área (<i>voluntariado</i>). ... um serviço de voluntariado mais estruturado, ... as pessoas depois desmotivam.</p>	<p>DCVP-SM ... jovens que estão disponíveis ... demonstram essa vontade de vir e de conhecer ... pessoas que já estão reformadas e que querem dar o seu contributo, ... uma mais valia o contributo dos outros ...</p>	<p>DCVP-GN ... ocupação do tempo livre ... tornar-se úteis de alguma forma. ... era um voluntariado no sentido de dar alguma coisa a alguém, ... de ajudar o outro ... É uma vertente importante da Cáritas, sempre foi... Chegámos a ter uma pessoa da Direção responsável ... era exigente e a pessoa tinha mesmo de estar disponível ...</p>	<p>6, 38</p>	<p>6 – Sim. Existe e é reconhecida a participação de voluntários e a sua importância. 38 – Não verificado. Reconhecimento da Cáritas atrai voluntários; Participação de bastantes voluntários; Dificuldades em integrar e acompanhar o voluntário; Melhorar a estratégia de acolhimento, integração e valorização do voluntariado; Reconhece importância do voluntariado (trabalho, opinião); Motivações diversas – combater o isolamento; um escape; interesses pessoais; adquirir competências, conhecimento; realização pessoal; prestar um serviço; participar; evangelizar pelo testemunho; uma moda.</p>
	<p>DCVP-CC A maioria é porque não tem que fazer ... aproveitam para desempenhar uma atividade. ... vêm com um grande sentido de responsabilidade ..., quando fazem assumem. As pessoas têm de sentir que são necessárias... Nós temos de as respeitar ... temos de colaborar e incentivar o trabalho delas.</p>	<p>DCVP-IR A Cáritas precisa de uma estratégia mais musculada para acolher e valorizar o voluntariado. ... por vezes surgem pessoas com situações problemáticas e o voluntariado é um escape, ... situação de desemprego e aproximam-se na perspetiva de conseguir um emprego ... por serem cristãos e acreditarem e quererem pôr em prática.</p>	<p>TVP-HS ... tem um gabinete próprio que trata da integração dos voluntários, ... é um elemento próprio da direção que está responsável por esta área, ... temos alguns voluntários que ajudam no serviço de refeições, ..., teríamos mais trabalho a fazer se houvesse mais voluntários disponíveis ... duas atividades ... muito ricas, ... um grande apoio de voluntários ... o atelier de música e o atelier de teatro</p>				

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>G - No âmbito da ação da Cáritas existe cooperação institucional com outras entidades privadas e públicas? Dê exemplos?</p>	<p>DCS-DS ... não tenho sentido muita proximidade. ... ao nível das educadoras ... há reuniões para partilha de experiências, isto não é assim tanto institucional, mas mais técnico, apareceu uma proposta para se fazer um protocolo aqui com a Academia Luísa Todi, ... isto aos poucos vai acontecendo.</p>	<p>DCVP-CV ... temos uma rede, há o NPISA, ... também a associação CASA, o Hospital, o Centro de Saúde, é uma rede mais alargada, ...a nível do Centro de Emprego, a porta está muito aberta, ... a rede funciona ... atividades que estamos a desenvolver, ... professores são da ESE, ... assinarmos um protocolo.... nesta nova estratégia para os sem-abrigo, ... aqui a autarquia tem de ajudar ..., por causa da habitação, ... a Segurança Social ...apoios ... a nível de habitação ...</p>	<p>DCVP-CF ...o relacionamento acaba por existir devido às pessoas, ... estão aqui no bairro há muitos anos e acaba por haver esse tipo de contacto. ...a um nível superior, eu penso que estão todas um bocadinho distantes. (com a escola?) ... temos uma boa relação...</p>	<p>DCVP-SM ... integramos o Grupo EnvelheSerres, ... a Câmara e a Junta, várias instituições que trabalham com idosos e pessoas dependentes, ... trabalhar em conjunto com outras instituições ... área dos idosos ... todos a trabalhar para o mesmo grupo a nível da saúde, ... Unidade de Cuidados Continuados, ... mais valia, ... ACES Arrábida, todas as instituições que trabalham ... esta problemática, ... para a cidade.</p>	<p>DCVP-GN ... não a nível superior ... nível técnico, sim, ... boa parceria entre as instituições ... NLI</p>	<p>10, 16, 36</p>	<p>10, 16, 36 – Grupos de trabalho/Rede: NPISA; Grupo EnvelheSerres; Unidade Cuidados Continuados, NLI; Rede Social (CLAS) Setúbal e Palmela; CPCJ. Entidades públicas/privadas referidas: ACES Arrábida - Hospital, Centro de Saúde; Centro de Emprego; Segurança Social; EMAT Tribunal; Escolas; Autarquias Setúbal e Palmela; CPCJ; Casa; Centro Comunitário S. Sebastião; LATI; Shalom; ACM; Empresas. Pouca cooperação a nível institucional; Cooperação a nível intermédio (técnico); Cooperação é mais valia para funcionamento das valências; Objetivos conjuntos entre diferentes entidades e partilha de recursos; Capital de relação, reconhecimento da Cáritas; Rede Social muito formal; Dificuldade com Junta da União Freguesias Poceirão e Marateca.</p>
	<p>DCVP-CC ... relação de cooperação ... situações de encaminhamento de jovens para aqui...alguma situação que chegue ao Centro Comunitário de S. Sebastião, ou até mesmo à Segurança Social, ou à LATI ou à Shalom,... em termos até de recursos ..., a ACM aqui do Bairro, com a Shalom, ... tivemos uma dádiva de papas grande, ..., não está nada escrito, não é formal, mas existe esta partilha.A Rede Social é muito formal, colaboração das escolas, ... temos grande aceitação, ...</p>	<p>DCVP-IR ...há uma parceria com as entidades do Estado, mas não com a Junta. Com as outras instituições há uma boa relação de cooperação e articulação, ... CLAS de Palmela funciona ... Agrupamento de Escolas José Saramago, ..., onde estamos no Conselho Geral, ... Núcleo Local de Inserção, à CPCJ de Palmela, onde integramos a Comissão Restrita,</p>	<p>TVP-HS .. os técnicos de ação social da Segurança Social, são os técnicos da Divisão de Intervenção Social da Câmara, ... a Divisão de Cultura e Desporto, ... são os técnicos da Divisão de Habitação,... instituições que trabalham ao nível de protocolos com o RSI e instituições que trabalham também com situações da primeira linha, o Hospital, ... os Centros de Saúde, ...os técnicos também são poucos e vamo-nos cruzando...o contacto pessoal, ... facilita muito a articulação.</p>	<p>OP-PC ... a Cáritas ... articula com a autarquia e com outras instituições civis, desde os ciganos, as associações culturais, étnicas, com empresas também, ... com o governo também, a Segurança Social, a Cáritas consegue ter esse capital de relação.</p>	<p>OP-AV ...a Cáritas ... contributos para ... diagnósticos de necessidades no território ... aquilo que se planeia de forma conjunta, dentro da Rede Social ...existe um plano de ação ... reflexão conjunta e do planeamento conjunto ... A Cáritas, ... envolvida nestas dinâmicas todas,</p>		

Questões	Entrevistados				Ind.	Observações	
<p>H - Têm sido dinamizadas pela Cáritas ações públicas de debate, esclarecimento ou partilha de temas? Comente essas experiências.</p>	<p>DCS-DS No tempo do Dr. Eugénio isso fazia-se muito ... ações que se fazem e se fizeram na semana Cáritas, ... onde estes temas são debatidos... Mas eu espero que isso também se dinamize um pouco mais.</p>			<p>OP-PC ... com a vinda do D. Manuel Martins, ...adquiriu uma outra perspetiva..., já social, ... houve a famosa ..., Operação Integrada de Desenvolvimento de Setúbal, a Cáritas teve aí uma intervenção muito grande, ... um agente público que não guardou para si, mas procurou ser envolvente e cooperante ... sendo protagonista, ..não apenas «junta a tua à nossa voz», mas «juntamos as nossas vozes»,... ... colóquios de três dias consecutivos ... reunia peritos de uns e de outros.</p>	<p>OP-AV ... mesmo quando não são promovidos por si, estão sempre muito disponíveis para estar, para falar, para debater, para refletir. Sim, senti sempre uma grande abertura...</p>	11	<p>11 – Referência a ações no passado. Reconhecimento da necessidade de dinamizar estas ações; A Cáritas vista como um agente agregador, participante e protagonista no espaço público.</p>
<p>I - Como é que os utentes da Cáritas vêm a Instituição? E as entidades com quem ela se relaciona?</p>				<p>OP-PC ... uma instituição de poder, a Cáritas tem meios, e as pessoas sentem-se no direito de serem apoiadas também. ... quando precisam batem à porta ... o único local em que poderão ser ajudados ... último regaço, ao último colo, a última tábua de salvação.(As entidades) ... pode haver duas ideias, ... um apreço, ... alguns ciúmes porque a Cáritas faz coisas que eles também gostariam de fazer, ... A Cáritas é respeitada, é admirada, ... às vezes algum mal-estar pela visibilidade que a Cáritas tem ...</p>	<p>OP-AV ... têm duas visões, ... estrutura muito grande, ... muito dinheiro dos peditórios, muito ligada à Igreja, ... uma forma negativa, ... grande ajuda, ... a grande organização ... capacidade de ajudar. ... alguns cidadãos ... muito empoderados, ... muita reflexão, não gostam dessa parte (assistencial), ... mas ... em situação de crise, perceberam que a Cáritas deu ali uma grande ajuda..., ... as duas coisas coexistem.</p>	12	<p>12 – Sim. Instituição de poder, com dimensão, meios e capacidade de intervir; Instituição da Igreja; Muito associada à vertente assistencial; Respeito e admiração; Alguma inveja nas outras instituições; Uma porta aberta. Última tábua de salvação.</p>

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>J - Quais são os contributos do projeto / Centro ... para a integração familiar / comunitária dos seus utentes?</p>		<p>DCVP-CV (S F Xavier) ... em termos de família é complicado, em termos de comunidade é mais fácil, eles vão-se integrando, ... (trabalho em parceria com a SEIES) ... têm a resposta de procura de emprego, ... podem ir lá, fazer o seu curriculum, consultar os jornais, ... podem colocar os seus saberes, ensinar os seus saberes a alguém com a família, ... eles quando chegam até nós, os laços estão quase todos cortados, ... o que é que existe ... fazer aqui alguma ligação ...</p>	<p>DCVP-CF (Centro Acolhimento) ... as crianças são visitadas pelas famílias ... mediamos esse contacto e acabamos por criar relação com estas pessoas. ... à medida que vamos criando uma relação ... acabamos ... por intervir na própria dinâmica familiar. Isto quando se perspectiva ... a reintegração, sim, ou a integração, quando é um bebé.</p>	<p>DCVP-SM (Centro de Dia) ... sempre o bem-estar dos utentes e a maneira de eles serem o mais autónomos possível e estarem sempre com o suporte familiar.</p>	<p>DCVP-GN (Centro de Intervenção Comunitária) ... perceber se a pessoa está enquadrada familiarmente, se existe ali alguém ... O bairro aqui funciona, ... a rede de vizinhança funciona muito bem ...</p>		<p>13, 28, 35 - Todas as valências referem esse objetivo. Maior dificuldade com os sem-abrigo na integração familiar. Tentar a aproximação do utente com a família, refazer laços, mediar; Integração pelo emprego, pela promoção das suas competências; Acompanhamento parental importante para a integração familiar; Autonomia dos idosos facilitando o suporte familiar;</p>
	<p>DCVP-CC (Centro Apoio à Vida) ... é trabalhada a questão familiar. ... o companheiro é convidado a vir cá, envolvido, ... acompanhamento social é feito ... com a família toda para fazer esse tal enquadramento e responsabilizar também as outras pessoas que lá estão ... ensinamos ... tudo aquilo que nós lhes damos, ..., camas, carrinhos, roupa ..., quando não servirem devolvem porque vamos ter outras meninas que vão precisar.</p>	<p>DCVP-IR (Centro Comunitário S. Pedro) ... perceber o que ... a pessoa ou a família quer, precisa e consegue fazer e negociamos com ela um plano de inserção ... o espaço "Vamos lá ...", para as famílias, ... troca de saberes, a partilha de experiências ... espaço de encontro e de aprendizagem ... "Laços com cor" ... famílias em situação de vulnerabilidade psicossocial ... trabalhamos os comportamentos e se faz acompanhamento parental, ... atividades que promovem a inclusão e a participação na comunidade. ... crianças e jovens, ... trabalhar as suas competências ... pessoais ... sociais, no apoio escolar, na socialização, reflexão e debate sobre temas. ... envolver os pais no percurso escolar dos seus filhos.</p>	<p>TVP-HS (S F Xavier) ... há situações em que o retomar a relação com a família é importante no processo de autonomização, ... casos de pessoas que retomam a relação com os filhos, reconciliações familiares com esposas, com esposos. ... agora estou a trabalhar um processo de reconciliação familiar de uma senhora que nós acompanhamos aqui que não falava com os irmãos há 30 anos.</p>	<p>OP-PC ...o facto de serem bem acolhidas e apoiadas na preparação da sua maternidade, lhes cria uma serenidade interior, ... apoiar uma nova família para que a mãe tenha possibilidade psicológica, emocional e sinta, também, o nascimento com alegria e um dom na sua vida, ... confiança para o futuro ... dão força e capacidade para que ela também seja protagonista e interventora, ...</p>	<p>OP-AV ...nas respostas que têm a ver com o rendimento social de inserção, ... em toda a intervenção, há a preocupação de fazer uma intervenção que não é só com aquele indivíduo, mas com a própria família. ... sem abrigo, ... eu sei que há alguma tentativa de promover a aproximação familiar, quando se faz uma apresentação de teatro aberta à comunidade, aí é mostrar os sem abrigo de outra maneira, é tentar integrá-los, dar-lhes uma outra imagem, ...</p>	<p>13, 28, 35</p>	<p>Fomentar a sua participação na comunidade, a partilha e a solidariedade; Plano de inserção, negociado e acompanhado; Trabalhar as redes de vizinhança; Trabalhar as competências de crianças e jovens (escolar e socialização); Preocupação (transversal) ao apoiar uma pessoa com o todo da família; Integração na comunidade combatendo alguns estereótipos (sem abrigo, seropositivos) e fomentando a participação.</p>

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>K - Quais são os contributos do projeto / Centro ... para o empowerment (psicológico, social e político) dos seus utentes?</p>		<p>DCVP-CV (S F Xavier) ...eles é que escolhem, se querem ir mais para a parte artística, se querem mais em termos de trabalho laboral ... as hortas, o restauro... este trabalho ... teatro, ... não foi propriamente teatro, foi mais em termos de terapia, ... eles falarem das suas vivências e isto, ser entendido pelo outro, ... alguém que começa a pensar ... «o que eu vivi pode ajudar», ... um utente ...aquela casa já estava a precisar ali de uma intervenção, ... só depois do teatro é que ele permitiu que os técnicos comessem a tratar, ...</p>	<p>DCVP-CF (Centro Acolhimento) ... os primeiros meses de vida ... são fundamentais para nos estruturar ... pretendemos passar-lhes muitos destes valores somos um espaço em que não estamos aqui para julgar, ... para fazer juízos de valor sobre as formas que têm de viver as vidas deles, ... queremos é, em conjunto, ver o que é que é melhor para aquela criança.</p>	<p>DCVP-SM (Centro de Dia) Tem de haver sempre uma articulação entre o social e o psicológico, ... criar uma relação. ... trazer vivências e recordações Coisas que eles nos podem ensinar. Eles sentem-se úteis e isso é muito importante. A parte das histórias de vida, trazer as coisas boas um plano de intervenção ... um diagnóstico, deteta-se as necessidades ..., são traçados os objetivos e determinadas estratégias para concluir esses objetivos, ... é o projeto de vida da pessoa.... É sempre a autonomia da pessoa.</p>	<p>DCVP-GN (Centro de Intervenção Comunitário - CATL) ... sistema de porta aberta, entram e saem, ... regras dentro do espaço, ... no início do ano letivo têm de nos trazer o horário escolar, ... eles vêm sozinhos, vão sozinhos, têm a porta aberta ... eles não têm computador em casa e aqui têm, ...</p>	<p>14, 19, 21 a 26</p>	<p>14, 19, 21 a 26 - Metodologia percebida nas diferentes valências – de diagnóstico, de identificação de necessidades e de avaliação de capacidades, do estabelecimento de uma relação de confiança, e da definição de um projeto de vida com a participação da própria pessoa; As diferentes valências são espaços com regras e de responsabilização, mas espaços de acolhimento, de refugio e de liberdade, que dão conforto psicológico, trabalham a socialização e projetam para o espaço público; Começar por trabalhar a sua autoestima, aceitar-se e sentir-se útil; Sentir a importância do grupo, da comunidade e o seu papel nesse âmbito, a reciprocidade; Nas crianças, a importância do trabalho que é feito na primeira infância (valores, educação, competências e autonomia); Nos idosos valorizar o que têm para partilhar e a relação; Transmitir valores, outras realidades, outros horizontes.</p>
	<p>DCVP-CC (Centro Apoio à Vida) ... um plano de inserção, Sim, ... Com elas (negociado). ... apoio psicológico é para as jovens, um espaço dela, para, ... se organizar enquanto jovem, enquanto mãe que vai ser, responsabilizá-la para isso, perceber que já não vai ser nada como era e prepará-la o melhor que conseguimos,</p>	<p>DCVP-IR (Centro Comunitário S. Pedro) ...nas crianças e nos jovens, ... muitas delas adquiriram competências e autonomia ... para o seu desenvolvimento, para o seu futuro,a CPCJ recentemente fez uma avaliação positiva relativamente ao sucesso escolar das crianças e dos jovens, por se verificar nos últimos anos uma redução no abandono escolar.</p>	<p>TVP-HS (S F Xavier) ... uma dessas pessoas. Nós fomos tocar ao hospital do Barreiro, chegámos em cima da hora, ... eu estava super estressado para organizar as coisas e, de repente, ela para-me, põe-me as mãos nos ombros e diz-me «Calma! Vai correr tudo bem.» ... foi ela que teve essa capacidade, percebeu, leu, e teve essa capacidade de fazer. É um exemplo de autonomia ...</p>				

	<p>... o facto de elas verem ... , que existe quem faça diferente e reconhecerem, ... abrirem os olhos, ... perceberem que há outras realidades para além daquelas que elas vivenciaram ..., outras maneiras de se relacionar com as pessoas, outras maneiras de fazer as coisas, outros horizontes, ...</p>		<p>... pessoas que antes ..., lá fora, não conversavam, não participavam, e que já se defendem ... e oferecem-se «Olha, precisas de ajuda para ir aqui ou ali? Posso ir contigo!»</p>				
--	--	--	---	--	--	--	--

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>L - Quando se fala da luta contra a pobreza e a exclusão social do que é que estamos a falar concretamente? Fale-nos da ação da Cáritas neste âmbito.</p>	<p>DCS-DS ... responder aos problemas da emergência social ... pessoas ... numa situação de fragilidade enorme ... um problema da progressão dessa própria família, ajudando-a a construir a sua própria identidade, através da sua casa, com a sua forma de estar e do seu bem-estar. ... o problema da pobreza não é só a ausência de recursos materiais, é também a perda (da autoestima) ... um trabalho que tem de ser feito ... a promoção das pessoas. ... não... descurar a resposta imediata às necessidades urgentes ... o resto, vamos fazendo, ... capacidade que as pessoas vão revelando de poder evoluir num percurso de vida ... construído com elas próprias...</p>	<p>DCVP-CV Começámos a tentar dar resposta de imediato às necessidades ... então começámos a questionar o que é que andávamos a fazer, se realmente estávamos a ajudar as pessoas a crescer ... agora ... outro tipo de trabalho, mais assente na dignidade da pessoa. ... a pessoa chega-nos numa situação de desespero, ... já esgotou todas as outras respostas, ... ouvir a pessoa, escutá-la, mas também ajudá-la a parar e colocar-lhe algumas questões para ajudar a ver quais as saídas que tem, indicando-lhe que, ... se for por aqui pode ter estas consequências ..., indicando-lhe caminhos, não dando tudo.</p>	<p>DCVP-CF ... as pessoas terem oportunidade de acesso a alguns serviços, de haver alguém que possa ajudar a salvaguardar os direitos que as pessoas têm ... o acesso a alguns bens e serviços, a todos. Educação, saúde, justiça, ter informação</p>	<p>DCVP-SM ...o facto de a pessoa sair e nos procurar e ter aqui uma relação, é fundamental. ... eles consideram este espaço como a sua casa, como a sua família. ... muitas pessoas, se não estivéssemos aqui nós, provavelmente eram sem abrigo. ... a pessoa vir aqui, ter aqui um ponto de referência, Tirar a pessoa que está isolada, está desmotivada, mesmo a nível de sem-abrigo, ...socorrer a emergência e depois ..., a sua autonomia, com um plano de intervenção, ... sempre envolvendo a pessoa, que a pessoa é que toma a sua decisão.</p>	<p>DCVP-GN ... verificar se ao nível de saúde aquele utente tem de facto uma avaliação feita e um acompanhamento médico, a preocupação de integrar uma criança muito pequena em termos de equipamento de infância, ... para esta perceber que há uma realidade diferente, ... ter a pessoa inserida laboralmente, porque dá-lhe uma autonomia de vida ... públicos que têm de passar por contextos de formação, ...</p>	15	<p>15 - Sim. Intervir na emergência social. Pessoas em situações de desespero e enorme fragilidade; Pobreza não é apenas ausência de recursos materiais, é também a perda de autoestima; Dois tipos de pobreza, geracional, situacional; Acesso limitado a bens e serviços como a educação, a saúde, a justiça, informação; Ajudar a salvaguardar os direitos que as pessoas têm; Intervir proporcionando o bem-estar, ajudando a construir a própria identidade da família; Promover a dignidade das pessoas; Resposta a necessidades urgentes. Depois, ajudar as pessoas a perceberem um percurso de vida, de acordo com a sua vontade e capacidade; O objetivo último é sempre o empowerment das pessoas; A participação é fundamental no processo de inclusão; O emprego, com estabilidade, é fundamental para a autonomia das pessoas; O ritmo da pessoa;</p>
	<p>DCVP-CC ... como é que eu vou incentivar uma jovem a prosseguir os estudos, ..., quando ela está preocupada porque não comeu, ..., ou que não tem a lata de leite para dar ao filho?! ... tem de haver, uma base para que as pessoas</p>	<p>DCVP-IR ... é "dar o peixe e ensinar a pescar". ... socorrida na urgência de dar o básico e em paralelo temos de trabalhar o seu plano de vida, nos seus vários aspetos.</p>	<p>TVP-HS ... parte do conhecimento da pessoa, ... há questões que são genéricas, Alguém que não tem rendimento nenhum, a única possibilidade que tem é candidatar-se ao RSI, se nós não respeitarmos o ritmo da</p>	<p>OP-PC ... as pessoas aparecem ou com fome, ou com impossibilidade de pagarem as rendas de casa, ou água, ou luz, ou medicamentos, ... uma calamidade, ... a Cáritas desenvolve a sua ação para além disso, ... ver ... causas</p>	<p>OP-AV ... a Cáritas tem dois mundos internamente, ... um ...ainda muito ligado à caridade e a uma forma muito de assistência, ... importante, mas que não basta, ... a Cáritas tem essa noção clara, de que não basta, ...um papel</p>		

	<p>possam pensar a outro nível. ... se não tem dinheiro para comer, ... pagar água, luz e estão sempre naquele limite de sobrevivência, ..., não têm capacidade para estar depois a pensar noutras coisas.</p>	<p>... dois tipos de pobreza, ... geração em geração, que não têm recursos, não têm competências e repetem o ciclo ... outro tipo, ..., a que vem do desemprego, quando morre ... o pilar da família, ou em que ocorreu ... um divórcio. Neste tipo de pobreza, ..., as pessoas têm mais competências e é mais fácil intervir e a questão crítica é, ..., o emprego e ... estabilidade no emprego.</p>	<p>... pessoa estamos a condenar o nosso trabalho ao fracasso. ... dar espaço às pessoas ... crescer enquanto indivíduo, ... com a pessoa, desenvolver as estratégias e o caminho que a pessoa está disponível para traçar. ... no meio daquele novelo ... o álcool, com outra problemática qualquer de saúde, ... temos de ir trabalhar uma coisa, dar a volta à montanha em vez de fazer o túnel.</p>	<p>geradoras disso tudo, ... responder com propostas, sugestões, alterações, ... a Cáritas tem tido uma assistência social ..., ao mesmo tempo, procura enquadrá-la numa reflexão, Desenvolve ... programas, de ... capacitação das pessoas em diferentes vertentes das suas vidas... trabalhar a pessoa na sua autoestima, na descoberta dos seus valores, fornecer ... conhecimentos, ferramentas</p>	<p>fundamental na assistência. ... outro rumo paralelo, ... o tal dos próprios cidadãos em situação de pobreza serem eles os motores da sua própria inclusão ... é o novo rumo que a Cáritas tem seguido... ... a Cáritas está a caminhar, ... está a ser feita uma evolução ... a sua forma de intervenção ... em que o indivíduo colabora no seu próprio processo de inclusão e daí que depois apareça o teatro, ... formas... de trabalhar muitas outras competências. ... é preciso ... a alimentação, ... a higiene, mas é preciso ... a auto-imagem</p>	<p>Cáritas intervém denunciado causas geradoras de pobreza, com reflexão, propostas e ações.</p>
--	--	--	---	---	---	--

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>M - De que forma participam a família / bairro / comunidade no trabalho / projeto desenvolvido neste Centro ... (nome do Centro)?</p>		<p>DCVP-CV (S F Xavier) ... eu nunca consegui com a família há um irmão que às vezes tem alguma preocupação, mas que não quer estas pessoas também marcaram muito a família.</p>	<p>DCVP-CF (Centro Acolhimento) ... aqui, acabamos por ser ... protegidos e a vizinhança dá-nos alguma cobertura, ... muitas pessoas aqui do bairro vêm trazer-nos as roupas e os brinquedos dos filhos deles</p>	<p>DCVP-SM (Centro de Dia) ...é sempre envolver a família em determinadas atividades, ... é muito importante, incluí-los ... o sr. Bispo fez aqui uma visita... aberta à comunidade envolver a comunidade...o parque é aberto e as pessoas do bairro também poderão vir aqui ... aberto à comunidade.</p>	<p>DCVP-GN (Centro de Intervenção Comunitária) ... , quando há a festa da formação, vem o resto da família ... a comunidade cigana tem de ter ali as regras muito bem estabelecidas, ... os africanos são mais fáceis. Se a gente pedir eles colaboram, com uma comida que queiram fazer, ... estamos aqui há muitos anos</p>	17	<p>17 - Em todas as valências é reconhecida a participação da comunidade/família. Valência S F Xavier (sem abrigo) dificuldade no envolvimento da família, fomenta-se o diálogo; Há um trabalho reconhecido no bairro e uma postura de abertura; O bairro participa e apoia com alguns recursos; O bairro tem diferentes grupos populacionais; Fomenta-se a partilha e a solidariedade; A família participa e partilha o que tem.</p>
	<p>DCVP-CC (Centro Apoio à Vida) ... é a população que nos está a dar, fraldas, cremes, papas, chuchas, biberons, e temos meninas ... depois, nos vêm dizer, «Eu, entretanto compreí, mas o meu bebé cresceu, estão aqui estas para darmos a outro bebé». ... tentamos que elas percebam que aquilo tem valor, que têm para elas e que aquilo depois vai ser usado para outras pessoas.</p>	<p>DCVP-IR (Centro Comunitário S. Pedro) ... um território muito disperso, sobretudo a escola e a paróquia participam bastante ... há famílias que aqui vêm não apenas para pedir ajuda, mas para partilhar.</p>	<p>TVP-HS (S F Xavier) ... temos famílias que estão tão desgastadas que temos de dar espaço à própria família ... toxicodependência ... saúde mental ...descompensam com muita facilidade, ... que se tornam agressivas, ... situações de pessoas que não se podem aproximar da família por medida judicial, ... trabalho conjunto ... em sessões com a família e com a pessoa, ... mediar o ...diálogo</p>				

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>N - Existem casos de sucesso de integração social e económica dos excluídos? Se sim, dê exemplos.</p>		<p>DCVP-CV (S F Xavier) Sim, quando eles fazem consumos ..., mas isto ainda não afetou a nível cerebral, ... nós temos aqui algumas situações, ... se eles conseguem arranjar um trabalho..., o dinheiro vai permitindo que eles consigam gerir ... encontrem uma companheira ou um companheiro que os equilibre, isto tem sucesso. ...um utente veio-nos aqui pedir se nós patrocinávamos uma exposição dele ... ele próprio fala das vivências dele, e a esposa, agora já se casaram, também foi uma fonte de equilíbrio para ele. Ele agora trabalha ...</p>	<p>DCVP-CF (Centro de Acolhimento) ... crianças que entraram aqui com 4 anos, que, ..., quando saem com 6, fizeram um caminho que não é mérito exclusivo nosso, mas sinto que sim.</p>	<p>DCVP-SM (Centro Dia) Eu acho que sim. ... apostar sempre no empowerment do utente. ... trabalhar sempre a pessoa, sempre a parte positiva. Trabalhar as competências e é por aí. No CAV, houve bastantes casos de sucesso. São jovens, são mães, mas com o apoio familiar... conseguia-se criar aqui algumas rotinas, alguns hábitos, depois mesmo a nível de emprego,</p>	<p>DCVP-GN (Centro de Intervenção Comunitária) ... isso há e temos gente a estudar nas universidades. ... uma situação de uma miúda que lhe falta duas cadeiras ... não é brilhante, mas fez um percurso escolar ... o trabalho final de curso é muito interessante, porque veio fazer sobre o seu bairro e sobre um trabalho que a Câmara está a fazer com os moradores para a recuperação do bairro Há casos de sucesso ... há famílias aqui do bairro que mandam os filhos, principalmente africanos, ... para Inglaterra estudar. ...</p>	18	<p>18 – São reconhecidos e referidos casos de sucesso e o progresso dos utentes em todas as valências. Dependendo do estado de saúde mental, emprego, relação afetiva; Verifica-se progresso nas crianças e casos de integração familiar; Verifica-se progresso enquanto jovens mães e integração na família/social. Importante a escola e o emprego; Casos de sucesso de integração de muitas famílias do Bairro; Casos de sucesso de integração de muitas famílias Poceirão Lagameças. Plano de inserção, trabalho de competências, emprego.</p>
	<p>DCVP-CC (Centro Apoio à Vida) Sim, sim. ...temos miúdas que fizeram grandes progressos enquanto mães ... têm uma situação de vida melhor ... estão a dar uma educação e umas condições de vida melhor do que elas tiveram. ...Tivemos aqui jovens que fizeram esforços enormes, ...que conseguiram terminar o 12º ano, ... depois, os empregos ... são iguais se tivessem o 4º ano ou 9º ano.... uma miúda de 13 anos, fazemos o acompanhamento psicológico, mas nós precisamos de ter o apoio, neste caso foi dos avós e voltou a estudar.</p>	<p>DCVP-IR (Centro Comunitário S. Pedro) Sim, existem casos de sucesso. ... muitas famílias dos atendimentos sociais ... que acompanhamos durante algum tempo, de acordo com o plano de inserção, que trabalhamos as suas competências, ...conseguem evoluir, por exemplo, conseguem emprego, que é um dos aspetos críticos, e deixam de cá vir.</p>	<p>TVP-HS (S F Xavier) Sim, há casos de sucesso de integração. ...o sucesso dentro daquilo que é o quadro de uma pessoa, ... com doença mental ... se calhar o sucesso é a pessoa aderir ao tratamento, cumprir aquilo que está prescrito e ser capaz de ... ir à biblioteca municipal, ir ao cinema, ... temos aqui pessoas que se vão manter com o nosso suporte até ao final da vida ...</p>				

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>O - Que documentos / orientações são tidos em conta para a elaboração do Plano de Atividades da Cáritas de Setúbal?</p>	<p>DCS-DS ... há os acordos de cooperação com a Segurança Social. ... cada equipamento tem um conjunto de atividades orientadas, pensadas, para o seu público. ... as coisas emergem das necessidades que se notam e da sensibilidade do técnico para perceber o que é que pode desenvolver a partir dali no sentido de estimular as pessoas e puxar a sua autoestima. Plano Pastoral há os momentos chave da vida católica, da diocese, e os momentos chave da pastoral social. Os planos de atividades das Cáritas Diocesanas estão sempre condicionados, ..., ao ... da Cáritas nacional, ...</p>	<p>DCVP-CV Os acordosintegrar algumas atividades que são de âmbito geral da Cáritas ... Às vezes até porque vem da Cáritas Internacional ... A Cáritas Portuguesa tem um programa de formação, o «+ Próximo» sem-abrigo, foi feita uma estratégia nacional... um dos objetivos é chegar a 2023 e não haver sem-abrigo na rua, pelo menos não estarem na rua, terem um abrigo ...</p>	<p>DCVP-CF ... reuniões conjuntas ... todas as respostas sociais poderem ter um Plano de Atividades de base, ... pequenas exceções que dependem da especificidade de cada um. ... temos um acordo de cooperação com a Segurança Social influências ou muita intervenção não só interna, da própria Cáritas, como a nível externo, nomeadamente a nível da própria Segurança Social realizaram uma atividade com a nossa colaboração, de uma caminhada que foi organizada pela Comissão (CPCJ) ...</p>	<p>DCVP-SM ... épocas festivas ... do Natal, da Páscoa, ... tentamos fazer intercâmbios entre instituições ... tivemos articulação com outras valências ... uma interação intergeracional. ... orientações da Segurança Social (acordo de cooperação) ... Plano de Atividades anual (Na Rede “EnvelheSeres”) que vem enriquecer também o nosso ... algumas orientações (da Cáritas Portuguesa),</p>	<p>DCVP-GN ... as valências participam diretamente na elaboração e execução das atividades, os seminários, as campanhas, as atividades ... A semana Cáritas, ... Natal e na Páscoa ... estratégias nacionais, ... estratégia nacional para a etnia cigana e nós conseguimos ter ações de formação do IEFP aqui, ... Através dessas parcerias, essas estratégias influenciam positivamente</p>	20	<p>20 – Sim. É expressamente referida a articulação da Cáritas Diocesana com a Cáritas Portuguesa, com o Plano Pastoral da Diocese e medidas e estratégias locais, concelhias e nacionais, através das autarquias (Rede) e dos organismos do Estado. Não é explicitada de forma direta a articulação com estratégias europeias. Na elaboração do Plano de Atividades participam todas as valências; Acordos de Cooperação Seg. Social; Orientações, objetivos e políticas de âmbito nacional; A participação da Cáritas em rede é bidirecional. A Cáritas influencia e é influenciada em termos de atividades: Rede Social, CLAS, EnvelheSeres, CPCJ; Atividades que emergem da relação de parceria com outras instituições; Internamente, a articulação entre valências sugere atividades; Atividades que emergem das necessidades sentidas ou manifestadas pelos próprios utentes (avaliação); Plano Pastoral, calendário litúrgico da Diocese; Orientações estratégicas, atividades e recursos disponibilizados pela Cáritas Portuguesa e</p>
	<p>DCVP-CC ...atividades que decorrem dos acordos de colaboração..., a Festa de Natal..., A Semana Cáritas, ...temos também a festa da Páscoa,essas indicações que surgem, existem grupos de trabalho (no CLAS) e nós acabamos também por delinear algumas atividades em função disso, ...</p>	<p>DCVP-IR ...acordos com a Segurança Social. ...necessidades detetadas na população, diretamente, através da relação de parceria ou pelo facto de participarmos em rede. ...há atividades que surgem diretamente do trabalho com os utentes, um exemplo é o “Vamos lá”. ... fichas de avaliação de satisfação de utentes e de colaboradores, no âmbito do SG Qualidade. ... a Cáritas Portuguesa ... exemplo o projeto</p>	<p>TVP-HS ... acordo com a Segurança Social ... atividades ... que são quase uma imposição externa este ritmo ... próprio da Igreja, um ritmo litúrgico,há muitas atividades que partem das pessoas e dos desejos das pessoas há sempre a avaliação, os utentes todos os anos preenchem um inquérito de satisfação onde as pessoas têm a oportunidade de</p>	<p>OP-PC ... “Dez milhões de estrelas”, ... a nível europeu, mundial ... a Cáritas nacional assume e a Cáritas diocesana procura implementar, ... o contributo da Cáritas nacional para a Cáritas diocesana a nível de conteúdos de formação e também de algumas linhas de força ... um enquadramento no tempo litúrgico, ... a semana nacional da Cáritas, ... contributos que a Cáritas tem em muitas parcerias, ...</p>	<p>OP-AV ... coisas que deve emanar dos parceiros, da relação que vem dos parceiros, da identificação de necessidades de intervenção, Depois acho que há uma influência daquilo que são os documentos, ... do próprio CLAS, da rede social, trabalhar diretamente com os sem abrigo e de integrar um conjunto de gostos, de preocupações, etc. e que surgiu muito daí a questão do futebol dos sem abrigo, a questão do</p>		

Cáritas de Setúbal – Contributos para a cidadania

		<p>“Prioridade às crianças” ou o “+ Próximo”, ou temas que lança ... na semana Cáritas. ...o “Plano Estratégico da Cáritas em Portugal 2017-20.</p>	<p>manifestar o que gostariam de ver melhorado ... o que surge da Cáritas Nacional ... a nova estratégia de intervenção (sem-abrigo), temos de estar atentos e tentar ir ao encontro e acompanhar.</p>	<p>diferentes autarquias, a Rede Social ... com as diferentes coletividades, associações, a realidade da vida das pessoas, os sem-abrigo, as mães solteiras, as famílias que estão nas valências dos ATL, ...</p>	<p>teatro, ... que vem da participação dos utentes, ...</p>	<p>Cáritas Internacional: Semana Cáritas, +Próximo, 10 milhões de estrelas.</p>
--	--	---	--	--	---	---

Questões	Entrevistados				Ind.	Observações	
<p>P - Qual o contributo da Cáritas para o conhecimento dos seus utentes relativamente aos seus direitos e deveres como cidadãos?</p>		<p>DCVP-CV ... os direitos eles sabem. Os deveres, às vezes é que às vezes até reivindicam direitos que podem não o ser, mas que eles sentem como tal... ...ainda há pouco tempo um dizia-me, «eu sei fazer origami. Vocês dão-me a refeição e eu gostava de retribuir e se vocês quiserem que eu ensine às crianças, nos vossos infantários, ou mesmo com os idosos, eu estou disponível para fazer isso gratuitamente, porque vocês dão-me» ...</p>	<p>DCVP-CF ... promovendo o conhecimento daquilo a que as pessoas têm direito. Não só o fazemos como é uma preocupação muito presente, ... Até com os pais dos meninos, muitas vezes, tentar-lhes dizer os direitos que eles têm, onde é que se podem dirigir, a que é que podem ter acesso.</p>	<p>DCVP-SM Ao nível dos atendimentos, a nível de informação, ... encaminhamentos, informações,um caso em que a pessoa tem problemas mentais e desistiu, e nós articulámos aqui com a Igreja, ..., têm um coro e ela vai participar no coro, ...</p>	<p>DCVP-GN ... informá-los sobre os seus direitos e deveres, têm direito ao nível das prestações da Segurança Social, mas depois também têm os seus deveres perante isso, ...</p>		<p>27 - Sim. Presta informação, clarifica e orienta os utentes sobre os seus direitos e deveres; Na promoção dos direitos e deveres dos utentes, a Cáritas tem em mente o seu desenvolvimento, o seu empowerment; Promove a sua integração e participação na comunidade, a prática de uma cidadania ativa;</p>
	<p>DCVP-CC ... no nosso serviço trabalhamos muito essa questão. ...pelos direitos e também por deveres, em relação a elas, aos filhos, à sociedade. Sim, acho que conseguimos.</p>	<p>DCVP-IR ..., trabalhamos a questão da cidadania na informação dada às famílias sobre um conjunto de direitos, RSI, reforma, etc., direitos essenciais para a resolução dos seus problemas e para o seu desenvolvimento. ... há um conjunto de deveres que lhes transmitimos ... às crianças e jovens é também algo que lhes vamos transmitindo, no convívio e nas atividades de socialização, nos debates de temas, na elaboração por eles do jornal "Notícias do Centro", que os leva a refletir sobre o próprio Centro e sobre as suas atividades.</p>	<p>TVP-HS ... integram-se e participam, até porque aqui, a participação em qualquer atividade da Cáritas, passa sempre por uma negociação, uma apresentação dos direitos que essa participação tem e dos deveres associados ... a nível micro, há uma experiência de cidadania, depois, à medida que as pessoas vão participando, essa experiência micro é promovida e alargada para fora.as pessoas acabam por elas próprias serem capazes de ir às instituições, terem a noção dos direitos e dos deveres e serem participantes...</p>	<p>OP-PC ... informação e também formação política acerca dos direitos das pessoas e, ao mesmo tempo, para pedirem responsabilidades àqueles que recebem os nossos impostos, ... e a perceber os meios que nós temos e onde devem ir. Educação cívica, os seus direitos de participação ... A Cáritas Diocesana quando faz denúncias e reivindicações, aparece, de facto, esta questão dos direitos da pessoa humana, os direitos sociais, cívicos, económicos, ...</p>	<p>OP-AV ...sessões que fazemos no sentido de mostrar quais os nossos direitos humanos, os nossos direitos jurídicos, os nossos direitos... há isso, que eu acho que a Cáritas fará, ... o ir dizendo quais são os direitos do cidadão, esclarecendo isso, na relação com o outro. ... numa reunião do NPISA o que combinámos foi que ... meter aqui a voz dos cidadãos. São os cidadãos, são os utentes, são os sem abrigo que melhor sabem sobre que respostas fazem falta. ... este ano, e liderado pela Cáritas, ... disse logo, «Isso tem de ser feito!»</p>	<p>27</p>	<p>Incutir que a participação implica direitos e deveres, uma experiência de cidadania; A Cáritas como instituição que intervém no espaço público pelos direitos da pessoa humana; A Cáritas contribui para dar voz aos seus utentes.</p>

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>Q - O recurso aos serviços da Cáritas é feito por decisão do próprio ou por indicação / orientação de uma outra entidade?</p> <p>Qualquer pessoa pode dirigir-se à Cáritas para usufruir dos seus serviços, ou há exceções?</p> <p>Quem são os utentes prioritários para a Cáritas?</p>	<p>DCS-DS</p> <p>... as pessoas ... numa situação de desespero, vêm aqui à tábua de salvação.</p> <p>... noutros casos vêm acompanhadas ou são referenciadas ... enviadas pelas próprias paróquias</p> <p>... Somos uma porta aberta e não há exceções. ... não olhamos à origem da pessoa. ...os sem-abrigo, os toxicodependentes ... rendimentos baixos, ... crianças de famílias com dificuldades ... colocadas lá pela Segurança Social, pela CPCJ, Tribunais, ... jovens mães, porque ficam grávidas e são postas fora de casa ... vítimas de violência doméstica, ... Cajados ... zona pobre</p>	<p>DCVP-CV</p> <p>... algumas pessoas que vêm por sua iniciativa, porque ouviram falar da Cáritas e vêm ver se podemos ajudar no seu problema, outros, ... é a técnica da Segurança social que encaminha as pessoas para aqui</p> <p>... não é por ser católico, isso nunca foi, nunca perguntamos nem para os funcionários nem para os utentes. Já tivemos aqui um muçulmano, ... não foi por isso que ele deixou de integrar a nossa camarata.</p>	<p>DCVP-CF</p> <p>As crianças que aqui chegam são colocadas pelos Tribunais, ou pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. ... sempre através desta via.</p>	<p>DCVP-SM</p> <p>... muitas pessoas que nos procuram porque a Cáritas já tem algum nome... sabem que há ajuda na parte que tem a ver com idosos, ... São todos iguais. A pessoa vem aqui, pede ajuda em determinado sítio, se eu não conseguir ajudar eu encaminho para a outra resposta.</p>	<p>DCVP-GN</p> <p>No atendimento, batem à porta. Também são encaminhados de outras instituições. ...</p> <p>... há utentes prioritários, os mais carenciados, os mais desestruturados, os mais excluídos.</p>	29	<p>29 - Sim.</p> <p>Existem as duas situações;</p> <p>Pessoas que se dirigem à Cáritas, por sua iniciativa, pelo seu desespero e necessidade, às vezes porque algum vizinho ou familiar indicou;</p> <p>Pessoas que são encaminhadas por outras instituições, paróquias, mas que vêm por sua vontade (exceção crianças do Centro de Acolhimento);</p> <p>O trabalho em rede facilita o encaminhamento das pessoas e que se consiga sempre dar uma resposta;</p> <p>Há o reconhecimento da Cáritas como uma referência, vista como uma tábua de salvação, um porto seguro;</p> <p>Não há exceções, não se olha à origem da pessoa, mas à sua necessidade. Uma porta aberta;</p> <p>A prioridade é a situação de fragilidade, carência ou necessidade da pessoa.</p>
	<p>DCVP-CC</p> <p>A maioria das jovens vem por encaminhamentos, das escolas, da CPCJ, Hospital, Centros de Saúde e por iniciativa própria. Muitas vezes até vêm porque alguém da família, ou alguém aqui do bairro sabe e vem. ...</p>	<p>DCVP-IR</p> <p>Vêm por serem encaminhados por outras instituições, vêm por necessidade, mas sempre por vontade própria, pelo reconhecimento da própria Cáritas e por saberem que aqui há sempre uma resposta.</p> <p>Para a Cáritas a prioridade é a necessidade da pessoa.</p>	<p>TVP-HS</p> <p>Há de tudo, há pessoas que vêm porque souberam que nós temos aqui uma resposta, ... quando é encaminhado é porque foi à Segurança Social e precisa de alimentação e a Segurança Social encaminha, ou foi à ET, Equipa de Tratamento, e a ET encaminha com um pedido específico, Qualquer pessoa pode vir aqui...Qualquer pessoa que esteja na rua em situação de urgência, de carência, é prioritária.</p>	<p>OP-PC</p> <p>A Cáritas é uma porta aberta, ...</p> <p>...são as pessoas sem abrigo, as pessoas que têm fome, são as mães solteiras e pobres, são as novas pobresas que se manifestam de muitas maneiras, ... as pessoas idosas ...</p>	<p>OP-AV</p> <p>... a Cáritas é sempre uma referência.</p> <p>... por sua própria recreação, ... dirigem-se à Cáritas ... um «porto seguro» e que alguma resposta lhes será dada...</p> <p>...existe um sistema de retaguarda e de articulação entre as instituições ... que sejam encaminhadas, o trabalho em rede. ... numa resposta como os sem abrigo, aí, claro, são os mais necessitados...</p>		

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>R - Qual o contributo da Cáritas para a redução das desigualdades económicas e/ou sociais em Setúbal?</p>	<p>DCS-DS Fez-se aí muito por muita gente, ao nível da habitação, dívidas, estrangulamentos, houve casos gravíssimos ... e, portanto, a Cáritas deu um contributo importantíssimo para isso.</p>	<p>DCVP-CV Em relação aos sem-abrigo eu sinto que se não houvesse Cáritas haveriam muito mais. ...</p>	<p>DCVP-CF ... se não houvesse Cáritas eramos todos mais pobres.</p>	<p>DCVP-SM ...nós estamos aqui já há alguns anos, temos aqui muito trabalho feito, ... Há muitos entraves, ... mesmo a nível de burocracias... sempre que os utentes necessitam, nós vamos com eles, deslocamo-nos a determinados sítios ... ou a pessoa não tiver dinheiro para isso, ...</p>	<p>DCVP-GN ... com as nossas respostas, vamos procurar que as pessoas fiquem um pouco melhor, ... que os meninos tenham de facto um outro tipo de crescimento, com outras condições. ... que as famílias estejam informadas sobre os seus direitos e que consigam evoluir na sua situação, ...</p>	<p>30</p>	<p>30 - É referido o trabalho da Cáritas neste sentido em todas as suas valências. Pela sua proximidade e ação no terreno de assistência às pessoas em situação de carência e emergência social; Pelo seu trabalho de integração dos seus utentes e de promoção da sua cidadania; Pela sua intervenção pública de denúncia relativamente às causas estruturais da pobreza e exclusão; Pela promoção de um sentido de responsabilidade social; É reconhecido este papel fundamental da Cáritas, quer no auge da crise, na vertente assistencial, quer como entidade que intervém numa vertente política.</p>
	<p>DCVP-CC Sim, e não consegue mais porque não tem mais recursos.</p>	<p>DCVP-IR ...com o seu trabalho, nas diferentes valências, a Cáritas tem um papel importante para a redução das desigualdades económica e sociais. É essa a sua missão.</p>	<p>TVP-HS ... haveria muito trabalho que não seria realizado se a Cáritas não estivesse, ... vê-se pelos números de pessoas acompanhadas, integradas, o trabalho que é feito, ... as atividades, a criatividade na própria organização dessas atividades, que depois traz este espaço para que a pessoa se manifeste enquanto tal, pelo que é, Seríamos mais pobres sem esse trabalho.</p>	<p>OP-PC Pela ação direta, quando as pessoas precisavam daqueles apoios fundamentais, ... a Cáritas contribuiu para isso através dos meios que pôs no terreno. ... as causas estruturais que levam a essas desigualdades sociais, acho que a ação da Cáritas aí que é mais ao nível da formação da opinião dos decisores, dos interventores na coisa pública, as denúncias constantemente, ... criação de uma opinião, da responsabilidade social, mesmo de empresas, ... a PORTUCEL e outras por aí ...".</p>	<p>OP-AV ... houve uma altura, na crise, que foi a única organização que deu resposta a uma coisa tão simples que foi a ajuda no pagamento das faturas da água e da eletricidade ... foi fundamental. Profundamente de assistência, lá está, mas que foi fundamental para aquelas famílias, para terem água quente para os banhos, para terem condições básicas.</p>		

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>S - A ação da Cáritas é promotora dos Direitos do Homem? Em que medida?</p>	<p>DCS-DS Houve um crescimento das pessoas, uma promoção das pessoas., tenho a certeza que sim. Porque são áreas em que os técnicos estão muito atentos, estudam bem a situação da pessoa e faz-se o acompanhamento no sentido desses direitos serem salvaguardados.</p>			<p>OP-PC Mesmo quando dá de comer a um pobre, acolhe um pobre, ou um doente, ... está a fazer isso porque reconhece que essa pessoa tem direitos Quando, depois, passa para o domínio da ação pública, política e da denúncia, mais ainda. Mas que a orientação estratégica, ou de Núcleo ou da própria Cáritas, é nesse sentido.</p>	<p>OP-AV Nas respostas que tem, no discurso que tem. Então o seu anterior presidente tinha isso sempre presente, falava isso dos Direitos do Homem Até tornando mais elevado o tipo de discurso ... a Cáritas é também um parceiro que tem estado (no grupo para defesa de uma estratégia nacional de erradicação da pobreza) ... a Cáritas sente que a pobreza é um atentado aos direitos humanos, isso, ... tem estado nos seus discursos, nas suas atitudes.</p>	31	<p>31 - Sim. A ação da Cáritas junto dos seus utentes ou na ação pública surge em consequência do reconhecimento dos seus direitos, dos Direitos do Homem; A pobreza é vista pela Cáritas como um atentado aos Direitos do Homem.</p>
<p>T - Quais os contributos da Cáritas para o bem comum?</p>	<p>DCS-DS Melhorando as condições de vida das pessoas estamos a promover o clima, o bem-estar. ... contribui, no seu todo, para o bem comum.</p>	<p>DCVP-CV ...tentamos dar resposta às situações que nos vão aparecendo, da forma que às vezes conseguimos ...</p>	<p>DCVP-CF Sim, penso que sim. ...temos um papel muito importante na sociedade civil, ... mostrar às pessoas o que é um Centro de Acolhimento e o que é uma instituição, ... o nosso papel junto dos outros é mostrar que isto é uma casa normal.</p>	<p>DCVP-SM ... procurando o bem-estar e a autonomia do utente.</p>	<p>DCVP-GN A gente procura aqui contribuir para o bem-comum, promovendo a qualidade de vida das pessoas.</p>	32,	<p>32 - Sim. 33 – Contributos para o bem-comum: Pela promoção da qualidade de vida das pessoas e do seu desenvolvimento;</p>
	<p>DCVP-CC Sim, e não contribui mais porque nós não temos mais capacidade...</p>	<p>DCVP-IR ...proporcionando melhores condições de vida e o desenvolvimento das pessoas.</p>	<p>TVP-HS, faz parte da missão e consegue prosseguir essa missão.</p>	<p>OP-PC ... a Cáritas tem feito muito, por um lado, estando junto daqueles que realmente precisam, apelando, procurando mover dinanismos de solidariedade noutros estratos ou classes, ... promover precisamente para as causas dos pobres, ...</p>	<p>OP-AV</p>	33	<p>Pelo seu papel na sociedade de exemplo de solidariedade para com os pobres, de promoção da igualdade.</p>

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>U - Que projetos ou valências da Cáritas promovem o bem-estar e o desenvolvimento da família?</p>	<p>DCS-DS ... quando se olha para uma família, olha-se para ela num todo. ... a melhoria das condições materiais fortalece a autoestima ... na zona de Fernando Pó, Cajados, temos três ou quatro casas em recuperação, de famílias pobres,</p>	<p>DCVP-CV ...eu penso que começa com os infantários, ... tem de ver a família como um todo. ..., as mães adolescentes também não é só a mãe e a criança, mas ...a família pode ser ali um suporte. E o Centro Comunitário de S. Pedro também, ... a família, mas em meio rural. ... o Centro de Acolhimento de crianças em risco ... não temos um trabalho direto com a família ... Laços Com Cor ... para trabalhar estas famílias</p>	<p>DCVP-CF ... neste momento, eu diria que é o Laços Com Cor, que surgiu inicialmente com um objetivo de trabalhar com estas famílias mais necessitadas. O Centro de Intervenção Comunitária, ... acaba por trabalhar toda a família. ... o facto de termos também aqui uma vertente ligada à Igreja Católica, com todos os valores que estão associados, todas as respostas sociais acabam por trabalhar um pouco com as famílias, ...</p>	<p>DCVP-SM ... na nossa área ..., seria a nível do cuidador..., porque elas prestam apoio aos familiares, ... às vezes não sabem, não conseguem, têm dificuldades em gerir tudo isso. ... e a pessoa, a nível psicológico vai muito a baixo, é uma grande carga, ficam as pessoas um bocadinho perdidas, desorientadas, porque o familiar perdeu determinadas capacidades a nível de saúde.</p>	<p>DCVP-GN Eu penso que todas as valências procuram isso de uma forma ou outra e complementam-se. São famílias complicadas e difíceis e acabamos juntos por tentar promover o bem-estar da família.</p>	<p>34</p>	<p>34 - Na sua especificidade, todas as valências trabalham a família, da infância, aos idosos.</p> <p>Ao contribuir para a melhoria das condições de vida da família também se promove o seu desenvolvimento;</p> <p>Como instituição da Igreja, a sua missão e os seus valores põem um foco grande na problemática da família.</p>
	<p>DCVP-CC De um modo geral estão todas. Estão todas nessa área, desde os infantários, passando pelo Centro de Acolhimento, as atividades de atendimento social, acho que estão todas.</p>	<p>DCVP-IR ...no fundo todas as valências, cada uma à sua maneira, ...</p>	<p>TVP-HS As respostas da infância trabalham mais a família como um todo, o CAV, o Centro de Apoio à Vida, as mães adolescentes, é muito vocacionada para o trabalho com a família, o próprio Centro de Dia, também, o Centro de Acolhimento, de uma forma mais indireta Nós aqui, também. No processo das pessoas, avaliamos a família, ... e fazemos esse trabalho.</p>	<p>OP-PC Apoio a mães solteiras, depois os ATL ... os idosos, para as famílias que vão trabalhar saber que os seus idosos estão bem, que é o Centro de Dia. ... são os aspetos mais visíveis para o bem-estar da família. ... as ajudas pontuais às famílias. Já são dezenas e dezenas, senão centenas, de famílias a quem a Cáritas Diocesana apoiou, ... rendas de casa, ... em situações de emergência, famílias com a corda na garganta ...</p>	<p>OP-AV ... uma que é o apoio às mães adolescentes, ... o início de uma família, ... em que a família, às vezes, não pode ou não quer dar o apoio ...</p>		

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>V - Considera que a ação da Cáritas, é um testemunho e um estímulo de solidariedade em Setúbal? Porquê?</p>	<p>DCS-DS ... A ideia que eu tenho é que é vista mesmo assim.</p>			<p>OP-PC A Cáritas tem sido testemunho porque tem centrado a sua missão, a sua ação, junto das pessoas pobres e excluídas, com a exigência da justiça e da inclusão das pessoas, das políticas sociais. Um testemunho, um alerta permanente.</p>	<p>OP-AV Eu acho que sim.</p>	37	<p>37 - Sim. Pelo seu trabalho junto dos pobres e excluídos e pela sua intervenção pública.</p>
<p>X - Considera que a Cáritas de Setúbal está ao serviço dos mais frágeis e necessitados desta Diocese? Porquê?</p>	<p>DCS-DS Sim, claramente. Nós temos de estar sempre disponíveis e totalmente disponíveis para os pobres e, destes, os mais pobres.</p>	<p>DCVP-CV Sim, e nesta área dos sem-abrigo em particular.</p>	<p>DCVP-CF Sinto isso e sinto orgulho de trabalhar aqui.</p>	<p>DCVP-SM Sim, sempre que nos procuram nós damos uma resposta, ...</p>	<p>DCVP-GN Ah, isso sim. É com estes que a gente trabalha ...</p>	39	<p>39 - Sim. É unanime a ideia de que a Cáritas é uma porta aberta aos mais frágeis e necessitados; A Cáritas não tem uma posição passiva, para além de acolher quem a procura está atenta e vai ao encontro de quem precisa; Houve uma preocupação da Cáritas em criar as respostas sociais que eram necessárias face à realidade da pobreza e da exclusão, sobretudo na cidade de Setúbal.</p>
	<p>DCVP-CC Sim, nós temos 80 % de mensalidades mínimas no infantário, temos jovens que não pagam, a creche e o jardim de infância, é uma desgraça em termos financeiros, ...O nosso Centro de Dia ..., temos o fim da linha em termos de idosos ... situações de pessoas com questões psiquiátricas, que não existe na cidade um Centro de Dia para acompanhar estas pessoas,</p>	<p>DCVP-IR Sim, claramente. Os mais frágeis e necessitados são os nossos utentes prioritários.</p>	<p>TVP-HS Nós aqui, é evidente, nós vamos ter com eles à rua, vamos procurá-los, ... andamos pela cidade e vemo-los, e sempre que alguém nos diz «Olha está ali aquela pessoa!», vamos imediatamente ter com ela, perceber o que motiva isso e procurar desde logo alternativas para essa situação, para essa condição. E as pessoas quando chegam aqui estão de facto no limiar, alguns já ultrapassaram, muitas vezes,</p>	<p>OP-PC ...são as pessoas sem abrigo, as pessoas que têm fome, são as mães solteiras e pobres, são as novas pobresas que se manifestam de muitas maneiras, ... as pessoas idosas ...</p>	<p>OP-AV Sinto, sinto. Até pelo tipo de respostas que tem criado ...</p>		

Questões	Entrevistados					Ind.	Observações
<p>Z - A Cáritas tem tido dificuldades relacionadas com as questões multiculturais, nomeadamente na relação com outras religiões ou com a diversidade étnica?</p>	<p>DCS-DS ..., a Cáritas não discrimina nada nem ninguém. ... não há dificuldade de relacionamento nem com outras religiões nem com outras etnias. ... a operação “10 milhões de estrelas”, ... uma cerimónia inter-religiosa, onde estão representantes de outras confissões religiosas. A plantação daquela oliveira e o que está à volta, com as diferentes saudações de paz, em várias línguas e de várias religiões, reflete isso mesmo, ...</p>	<p>DCVP-CV Não, não tenho sentido nada disso. ..., ainda há pouco um muçulmano apareceu aqui.</p>	<p>DCVP-CF Não, de todo. ... nós, por exemplo, tivemos o contacto de uma igreja, que fica aqui relativamente perto, que queriam poder colaborar, ..., Eles sabem quem é que nós somos e nós sabemos quem eles são e podemos coexistir de forma pacífica, ...</p>	<p>DCVP-SM Não, de maneira nenhuma. Estamos aqui para ajudar aqueles que nos procuram, independentemente da religião. Somos todos iguais ...</p>	<p>DCVP-GN Não, não há questão. Aqui ninguém pergunta qual a religião. Eles sabem que somos da igreja católica, ..., mas não é por aí.</p>	<p>40</p>	<p>40 - Sim.</p> <p>Maioritariamente a resposta é de que a Cáritas não tem problemas na relação com outras culturas e/ou religiões;</p> <p>Sendo a Cáritas uma instituição reconhecidamente da Igreja, há, no entanto, uma postura de abertura e de integração, face à diferença cultural ou religiosa;</p> <p>Um dos OP refere que face à imagem da Cáritas, enquanto instituição da Igreja, isso poderá constituir uma inibição para pessoas de outro culto ou prática religiosa se dirigirem à instituição.</p>
	<p>DCVP-CC Não, porque a instituição, acho que também, sabe respeitar isso. Já tivemos meninas de várias religiões, ... sabem que é uma instituição católica, ..., têm essa noção, mas isso não é constrangimento ou obstáculo para virem, nem nós para as recebermos.</p>	<p>DCVP-IR Não, nenhuma. A Cáritas tem a porta aberta a toda a gente. A celebração inter-religiosa realizada no projeto “10 milhões de estrelas”, que junta todas as comunidades é um exemplo disso.</p>	<p>TVP-HS Quem vem cá rapidamente se apercebe que a sua origem para nós não é critério ... Quando o convite é feito para alguma atividade de cariz religioso, ... as pessoas sabem o que é a nossa identidade, a nossa matriz, mas nunca ninguém foi prejudicado, nem forçado a participar, ... as instituições sabem, os parceiros percebem que não há qualquer imposição, restrição ou constrangimento, ... ainda mais no tempo que vivemos e nos desafios que o próprio Papa Francisco nos tem colocado. Temos uma postura que seja uma postura de ir à periferia e ter uma postura de abertura e de integração, ...</p>	<p>OP-PC Não, nenhuma, antes pelo contrário, é uma riqueza. Nós, pessoas voluntárias aqui temos gente de todas as cores, etnias, e crenças, não crenças. ... As pessoas reconhecem que a Cáritas ou a Paróquia, que não faz discriminação de ninguém ...</p>	<p>OP-AV Eu acho que sim, ...em relação, ..., às comunidades ciganas. ... acho que a questão do culto ... pode não ter a ver com o fechamento da instituição, mas ter a ver com a imagem, ...a Cáritas ... ligada à Igreja Católica. ... calculo, que algumas pessoas tenham algumas reticências a serem apoiadas pela Cáritas quando têm uma atividade religiosa, uma prática religiosa muito ativa noutra religião. ...é coisas que vou ouvindo por parte da população, não por parte da Cáritas. Não sei se tem origem por parte de um atendimento diferenciado da Cáritas, ou não, ou se tem a ver com nós também vermos aquilo que queremos ver, às vezes.</p>		